



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA



**COMÉRCIO NAS VIAS PÚBLICAS: ECONOMIA INFORMAL DE
COMAYAGÜELA**

KEVIN OMAR AMAYA COCAS

MANAUS

2019

KEVIN OMAR AMAYA COCAS

**COMÉRCIO NAS VIAS PÚBLICAS: ECONOMIA INFORMAL DE
COMAYAGÜELA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de mestra em Geografia, área de concentração: Amazônia, território e ambiente. Linha de pesquisa: Espaço, território e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Paola Verri de Santana

MANAUS

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

Amaya Cocas, Kevin Omar

A489c Comércio nas vias públicas: Economia informal de Comayagüela
/ Kevin Omar Amaya Cocas. 2019 201 f.: il.
color; 31 cm.

Orientadora: Paola Verri de Santana
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Comércio. 2. Apropriação. 3. Espaços públicos. 4. Estado. 5. Comayagüela. I. Santana, Paola Verri de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
 IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Mestrado Conceito 4



Aprovado pela Resolução Nº 009 – CONSUNI de 17/08/95
 Credenciado pela CAPES em set/2000
 Reconhecido através da Portaria Nº 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do(a) Senhor(a) **KEVIN OMAR AMAYA COCAS**, discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, Área de Concentração em Amazônia: Território e Ambiente, realizada no dia **27 de Março de 2019**, através de **Videoconferência nas dependências do Departamento de Geografia**.

Aos **vinte e sete** dias do mês de **Março** de **dois mil e dezenove**, às **quinze horas**, na sala de Audiovisual do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, intitulada **“COMÉRCIO EN LAS VIAS PUBLICAS: ECONOMIA INFORMAL DE CAMAYAGUELA”**, sob orientação do(a) Professor(a) Doutor(a) **PAOLA VERRI DE SANTANA (PPGEOG/UFAM)**, do(a) aluno(a) **KEVIN OMAR AMAYA COCAS**, em conformidade com o Art. 83 do Regimento Geral de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como parte final de seu trabalho para a obtenção do grau de **MESTRE EM GEOGRAFIA**, área de concentração em **AMAZÔNIA: TERRITÓRIO E AMBIENTE**. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: **Professor(a) Doutor(a) Paola Verri de Santana (PPGEOG/UFAM)**, **Professor(a) Doutor(a) Glória Lara Pinto, Membro Titular (UPNFM)**, **Professor(a) Doutor(a) Susana Mara Miranda Pacheco, Membro Titular (UERJ)** e a **Professor(a) Doutor(a) Ivani Ferreira de Faria (PPGEOG/UFAM)**. O(A) Presidente da Banca Examinadora deu início à sessão convidando os membros da Banca e o(a) Mestrando(a) a tomarem seus lugares. Em seguida, o(a) Senhor(a) Presidente informou sobre o procedimento do exame. A palavra foi facultada ao(a) Mestrando(a) para apresentar uma síntese do seu estudo e responder às perguntas formuladas pelos Membros da Banca Examinadora. Após a apresentação e arguição pelos Membros da Banca Examinadora, esta reuniu-se onde decidiu, por unanimidade, que o(a) discente foi **“aprovado”**. A sessão foi encerrada. Eu, **Maria das Graças Luzeiro**, Secretária do PPGEOG, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos Membros da Banca Examinadora e pelo(a) Mestrando(a). **Manaus (AM), 27 de Março de 2019**.

Banca Examinadora	Rubrica	Nota
<i>Prof(a) Dr(a) Paola Verri de Santana</i> <i>Presidente (PPGEOG/UFAM)</i>		“ 9,0 ”
<i>Prof(a) Dr(a) Gloria Lara Pinto</i> <i>Membro Titular (UPNFM)</i>		“ 8 ”
<i>Prof(a) Dr(a) Susana Mara Miranda Pacheco</i> <i>Membro Titular (UERJ)</i>		“ 10 ”
<i>Prof(a) Dr(a) Ivani Ferreira de Faria</i> <i>Membro Titular (PPGEOG/UFAM)</i>		“ 9,0 ”
<i>Kevin Cocas</i> <i>Kevin Omar Amaya Cocas</i> <i>Mestrando</i>		
	<i>Maria das Graças Luzeiro</i> <i>Secretária do PPGEOG</i>	

Dedicatória

Aos meus pais, Daysi Suyapa Cocas e Selvin Omar Amaya Martínez, por terem me formado como pessoa, por me ensinar o valor das coisas e não desistir diante das adversidades, por entender minha ausência e pelo incentivo para continuar, essa conquista é para eles.

Aos meus irmãos Selvin Josué Amaya Cocas e Naydelin Paola Amaya Cocas, pelo constante apoio e compreensão.

Agradecimentos

Primeiro a Deus, pela saúde, força e sabedoria para enfrentar este novo desafio que marcou minha vida.

À UFAM e à OEA, pela oportunidade de poder realizar meus estudos em Manaus - Brasil. Ao programa de pós-graduação em Geografia - PPGG e CAPES pelo apoio financeiro que contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa e o processo de formação.

Aos professores que contribuíram para minha formação e que serviram de inspiração ao longo do caminho, José Aldemir de Oliveira, José Alberto Carvalho de Lima, Ivanni Ferreira, Tatiana Schor, Geraldo Alves de Souza, Amélia Regina Batista, Natacha Cintia Regina, Paola Verrí de Santana.

À minha orientadora Dra. Paola Verrí de Santana por sua contribuição e apoio, ao deixar sua marca, por sua qualidade humana e acima de tudo pela humildade.

Ao NEPECAB como núcleo de pesquisa, sobretudo como família, grato por ter me recebido e me fazer sentir em casa, por ter contribuído muito em minha formação acadêmica.

Aos meus colegas e amigos que apoiaram, fazendo com que minha estadia fosse tão agradável, pessoas que contribuíram e me acompanharam no decorrer desse caminho, cuja companhia e colaboração fizeram dessa rota um percurso menos íngreme, obrigado Jacquie e Allan, Crizan, Gercyclei, Nagila, Abraão, Fernando, Guilherme, Fellipe, Rose, Hellen, Ellen, Ingrid, Cirlene, Adenilson, Carla, Patricia, Valéria, ao bolsista de iniciação científica Yan por sua contribuição na elaboração dos mapas.

Às pessoas em Honduras que colaboraram na minha pesquisa, ao pessoal da GOP, especialmente para Jessica, Aminta, Diana, Allan, cuja contribuição e apoio foi fundamental, Doña Marlen Pacheco por sua disponibilidade e contribuição de dados, aos meus amigos Kevin, Luis por sua ajuda, meu irmão Selvin e Alexandra pela colaboração na obtenção de dados e aplicação de questionários.

Aos comerciantes das vias públicas de Comayagüela, sem sua colaboração não teria sido possível esta pesquisa, mercedores de admiração por sua tenacidade e modo de encarar a vida, sendo os atores que inspiraram este trabalho.

Resumo

Honduras é um país cujo atraso tecnológico, corrupção, altos índices de pobreza, criminalidade, baixa escolaridade e desigualdade social têm diminuído o desenvolvimento, por essas e outras razões é o foco de estudo das instituições internacionais, mas insuficiente pelo sistema nacional de educação, sendo um país com características próprias, seja econômico, social, educacional, cultural, entre outros. Tegucigalpa MDC é a capital deste país, tradicionalmente dividida em duas cidades juntamente com Comayagüela, constituindo estas cidades um tecido urbano cuja expansão acelerada abriu o caminho para múltiplas contradições no espaço urbano, as quais são transformadas devido aos múltiplos agentes de modelagem e produtores espaciais. A falta de empregos no setor rural, a migração interna e os baixos salários incentivam a população a procurar emprego, seja formal ou informal. De acordo com estudos realizados pela OIT, 73,4% da economia do país desenvolve-se dentro da informalidade. O estudo a seguir traz a proposta de estudar em que condições essas atividades se desdobram e como são disseminadas dentro do espaço econômico geográfico, fazendo um corte dirigido aos trabalhadores do comércio em vias públicas, definindo como área de estudo parte do Centro Histórico de Comayagüela, sendo identificadas sete manifestações com características próprias (Estacionário, Ocasional, Temporária, Ambulante ou passeio, Carreiros, Carreiros Semi – Estacionários, Moveis). Neste estudo, além de descrever os envolvidos no comércio rodoviário nas vias públicas e o processo de apropriação do espaço público, nasce o interesse de compreender o processo de criação de novos espaços de consumo a partir dessas atividades. Além disso, discutir e contribuir com estudos locais para o setor menos privilegiado dentro do setor econômico e contribuir para as sugestões da OIT para expandir o setor de trabalho. Para compreender a economia que se manifesta nas ruas de Comayagüela, as categorias de análise, espaço público, território, comércio, espaço social, apropriação, comércio, rua, estado, organizações, abrirão caminho para uma interpretação quantitativa e qualitativa que será acompanhada de trabalho de campo que constituem técnicas necessárias para o desenvolvimento da investigação e interpretação do comércio de via pública. Os dados obtidos nos revelam que é a partir do vivido, do uso que é dado ao espaço e do significado que está impregnado que os comerciantes vão construir uma territorialidade e um sentido de pertença. Além da importância do Estado e das instituições mediadoras que serão um eixo importante na dinâmica local e na construção de espaços tolerados, bem como a cooperação reforçada pelas relações de sociabilidade. Revelando como se dá o processo de apropriação e as diferentes manifestações que farão a Comayagüela e suas vias públicas, ruas comerciais onde as atividades são realizadas em condições de vulnerabilidade, tanto física quanto socialmente. Assim, entende-se que é necessário um maior esforço para compreender este fenômeno e como ele funciona, o que ajudaria na proposta e criação de leis, funções e ações mais discordantes à realidade vivida no espaço urbano em uso pelos comerciantes.

Palavras chaves: Comércio, Apropriação, Espaços públicos, Estado, Comayagüela.

Resumen

Honduras es un país cuyo atraso tecnológico, corrupción, altos índices de pobreza, delincuencia, bajos niveles educativos y desigualdad social han mermado el desarrollo, por estas y otras razones es foco de estudio por instituciones internacionales, pero insuficiente por parte del sistema educativo nacional, siendo un país con características propias ya sean económicas, sociales, educativas, culturales entre otras. Tegucigalpa MDC es la capital de dicho país, tradicionalmente dividido en dos ciudades junto a Comayagüela, constituyendo estas ciudades un tejido urbano cuya expansión acelerado ha abierto paso a múltiples contradicciones en el espacio urbano, el cual se va transformando debido a los múltiples agentes modeladores y productores del espacio. La carencia de empleos en el sector rural, la migración interna y los bajos salarios impulsan a la población a buscar un empleo, sin importar si este es formal o informal, según estudios realizados por la OIT 73,4% de la economía se desarrolla dentro de la informalidad. El siguiente estudio trae la propuesta de estudiar bajo qué condiciones se desenvuelven dichas actividades y como se diseminan dentro del espacio económico geográfico, haciendo un recorte dirigido directo los trabajadores del comercio en las vías públicas, delimitando como área de estudio parte del Centro Histórico de Comayagüela, siendo identificados siete manifestaciones con características propias (Estacionarios, Ocasionales, Temporales, ambulante o Paseado, Carretilleros, Carretilleros Semi-Estacionarios, Moviles). En este estudio más allá de describir los que están envueltos dentro del comercio de vía pública y el proceso de apropiación del espacio público, nace el interés de comprender como se da el proceso de creación de nuevos espacios de consumo a partir de estas actividades. Más allá de eso discutir y contribuir con estudios locales dirigido al sector menos privilegiado dentro del sector económico y aportar a las sugerencias de la OIT por ampliar el sector laboral. Para comprender la economía manifiesta en las calles de Comayagüela, las categorías de análisis, espacio público, territorio, comercio, espacio social, apropiación, comercio, calle, estado, organizaciones, abrirán paso a una interpretación cuantitativa y cualitativa lo cual será acompañada del trabajo de campo que constituyen técnicas necesarias para el desarrollo de la pesquisa e interpretación del comercio de vía pública. Los datos obtenidos nos revelan que es a partir de lo vivido, del uso que se le es dado al espacio y el significado que le es impregnado que los comerciantes construirán una territorialidad y un sentido de pertenencia. Además de la importancia del Estado e instituciones mediadoras que serán eje importante en la dinámica local y en la construcción de espacios tolerados, así como la cooperación reforzada por relaciones de sociabilidad. Revelándonos como se da el proceso de apropiación y las diferentes manifestaciones que harán de Comayagüela y sus vías públicas, calles comerciales en donde las actividades son realizadas en condiciones de vulnerabilidad, tanto físico como socialmente hablando. De esta manera se entiende que se necesita un mayor esfuerzo por comprender este fenómeno y la manera como se desenvuelve, lo cual ayudara en la propuesta y creación de leyes, funciones y acciones más desacorde a la realidad vivida en el espacio urbano en uso por parte de los comerciantes.

Palabras claves: Comercio, Apropiación, Espacios públicos, Estado, Comayagüela.

Lista de Figuras

Figura 1. Mercado San Isidro 1910, Comayagüela.....	45
Figura 2: Operações de limpeza nas vias públicas de Comayagüela	82
Figura 3: 5ta Avenida.....	87
Figura 4: Operativo de demarcação.....	91
Figura 5: Operativo noturno de apreensão	92
Figura 6: Comercio estabelecido, estrutura de metal.....	131
Figura 7: Vendedor ambulante ou passeado	132
Figura 8: Carreta Modificada	134
Figura 9: Carreteiro – Semiestacionário.....	135
Figura 10: Operativo de demarcação	149
Figura 11: 6ta Avenida - 5ta avenida	161
Figura 12: Artistas e pregadores na 5ta Avenida.....	162

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Percepção da população sobre os responsáveis do lixo nas ruas de Comayagüela	81
Gráfico 2: Faixa etária dos empregados da AMDC	88
Gráfico 3: Principais causas que geram conflito entre AMDC e Comerciantes	94
Gráfico 4: Obtenção dos espaços de vendas por parte dos Comerciantes	102
Gráfico 5: Comerciantes Afiliados	110
Gráfico 6: Tempo de permanência em Comayagüela	143
Gráfico 7: Principais razões por que se trabalha nas vias públicas	145
Gráfico 8: Percepção dos comerciantes sobre a pertença do espaço em uso	146
Gráfico 9: Profissões ou Ofício dos Comerciantes	157
Gráfico 10: Você já teve um emprego formal?	158
Gráfico 11: Opinião dos comerciantes sobre a possibilidade de ser realocados	167
Gráfico 12: Percepção da população geral	169
Gráfico 13: Percepção da população geral, com uma orientação negativa	171
Gráfico 14: Frequência de consumo por parte da população em geral.	172
Gráfico 15: Percepção do medo por parte dos consumidores	174
Gráfico 16: Percepção sobre a seguridade por parte dos consumidores	175
Gráfico 17: Considerações sobre o que deve melhorar por parte da população	176
Gráfico 18: Percepção sobre as principais causas que originam o crescimento do comércio nas vias públicas de Comayagüela.	178

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização de Tegucigalpa MDC – Honduras	42
Mapa 2: Área Estudo Centro Histórico de Comayagüela – Tegucigalpa Município do Distrito Central	53

Mapas Conceptuais

Mapa Conceptual 1: Administração da AMDC, ação direta na dinâmica de Comayagüela	77
Mapa Conceptual 2: Organização do comercio nas vias públicas	126

Quadros

Quadro N 1: Evolução do termo comercio informal – OIT	28
Quadro N 2. Caracterização dos dois circuitos económicos	34
Quadro N 3: Distribuição dos mercados municipais, quantidade de locais	84
Quadro N 4. Tipos de comércios nas vias públicas de Comayagüela	130
Quadro N 5. Equipo e materiais de construção identificados dos tipos de comércios na via público.	136

Tabelas

Tabela 1: Percepção da população sobre a função da AMCD	96
---	----

Lista de Siglas e Abreviaturas

AIT- Asociación Internacional de los Trabajadores
AVENAH - Asociación de Vendedores Autónomos de Honduras
ASONAVEMH - Asociación Nacional de Vendedores de Mercados de Honduras
BM - Banco Mundial
CEPAL - La Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe
CGT – Central General de Trabajadores de Honduras
CIOSL - Confederación de Internacional de Organizaciones Sindicales Libres
CONAVAH - Consejo Nacional de Vendedores de Honduras
CONICET - Consejo Nacional de Investigación y Técnicas e Innovación Productiva de Argentina
CONIET- Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo
CUTH - Confederación Unitaria de Trabajadores de Honduras
DPA – Departamento de Permisos y Ambulantes
ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
ENE - Encuesta Nacional de Empleo (México)
FENTAEH - Federación Nacional de Trabajadores Autónomos de la Economía de Honduras
FOTSSIEH - Federación de Organizaciones de trabajadores/as del Sector Social e Informal de la Economía de Honduras
FOVEMERH - Federación de Organizaciones de Mercados de Honduras
GCH – Gerencia del Centro Histórico
GOP – Gerencia de Orden Público
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHAH – instituto de Antropologia e História.
IHSS – Instituto Hondureño de Seguridad Social
INE – Instituto Nacional de Estadísticas (Honduras)
ILD – Instituto de Libertad y Democracia.
MDC- Município Del Distrito Central
NEPECAB - Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira
OEA- Organización de los Estados Americanos
OIT - Organización Internacional del Trabajo
ONU - Organización de las Naciones Unidas
ORIT- Organización Regional Interamericana de Trabajadores
PAEC – Programa de Alianzas para la Educación y Capacitación
PEA – Población Económicamente Activa
PPGEOG - Programa de pós-graduação em Geografia
PREALC – Programa Regional del Empleo para América Latina y El Caribe
SIALC- El Sistema de Información y Análisis Laboral de América Latina y el Caribe
SIU – Sector Informal Urbano
SIVELIH - Sindicato de Vendedores libre de Honduras
SUVANH - Sindicato Único de Vendedores Auténticos Nacionales de Honduras
STSS - Secretaría de Trabajo y Seguridad Social
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UNAH- Universidad Nacional Autónoma de Honduras
UPNFM – Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán

WIEGO-StreetNet - Mujeres en Empleo informal: Globalizando y Organizando

Sumário

Introdução	12
CAPÍTULO 1: COMERCIO DE VÍA PÚBLICA EM COMAYAGÜELA.....	21
1.1 Economia Informal: uma visão histórica	23
1.1.1 Enfoque da CEPAL.....	23
1.1.2 Enfoque PREALC – OIT	26
1.1.3 Hernando de Soto: Materialização das esperanças	29
1.1.4 Manuel Castells e Alejandro Portes	30
1.1.5. Uma visão geográfica, o espaço dividido, a teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos	32
1.2 Da produção do espaço ao consumo do espaço: o comércio de via pública, a representação do espaço de consumo.	36
1.3 O comércio de via pública no espaço urbano, o caso de Comayagüela.	41
1.3.1 Comayagüela e seus Inícios	42
1.3.2 Mercados “EL Progreso” e San Isidro: Modernidade e Desigualdade	44
1.3.3. Comércio em vias públicas: O caso de Comayagüela.....	47
1.4 Área de estudo:.....	49
1.5 A produção do espaço – conflito entre o público e o privado a partir do comércio de via pública.....	57
CAPÍTULO 2: CONDIÇÕES DE TRABALHO, DA LEGISLAÇÃO À REALIDADE.63	
2.2 O Contexto Nacional: o caso de Honduras	68
2.3 A Gestão Municipal	71
2.3.1 Regulamento de gestão do centro histórico do Distrito Central.....	73
2.3.2 Ordenança municipal para a proteção, desenvolvimento e regularização do comércio informal- 2014.....	74
2.4 Órgãos envolvidos na regulamentação do comércio informal em Comayagüela.....	76
2.4.2 Gerência do Centro Histórico.....	79
2.4.3 Superintendência de limpeza municipal.....	80
2.4.4 Gerência da Ordem Pública.....	83
2.4.5 Departamento de Permissões e Ambulantes	84
2.5. As práticas dos Inspetores e Micros na gestão de Comayagüela.....	87
2.5.1 Operativos de demarcação:	90
2.5.2 Operativos de confiscos	92
2.5.3. Sobre a função da Prefeitura	95
2.6. As contradições do espaço: espaço regulado e formas de resistência	97
2.7 A insurreição do uso	99

2.8 Organizações locais	110
CAPÍTULO 3: COMÉRCIO EM REDE, FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO	
MERCADERÍAS	116
3. 1 Dinâmica do comércio: O comércio e o centro	117
3.2 Comércio e Redes	122
3.3 Organização dos comerciantes.....	125
3.3.1 Atacadistas	126
3.3.2 Fornecedores (ou varejo).....	128
3.4 O uso do espaço e suas manifestações na via pública	129
3.4.1 Comércio Estabelecido.....	130
3.4.2 Comerciante Ambulante ou Passeado	131
3.4.3 Comerciantes Ocasionalis	132
3.4.4 Comerciantes Temporais.....	133
3.4.5 Carreteiros	133
3.4.6 Carreteiro Semiestacionário	134
3.4.7 Comerciante Móveis	135
3.5 O que procura? Aqui o encontra	136
3.6 Comércio na via pública: espaço territorializado, o caso de Comayagüela.....	138
3.7 A GOP e os espaços recuperados. Desterritorialização?	148
3.8 A favor da rua	151
3.8.1 Pequenas “profissões”	155
3.8.2 Dos excluídos	158
3.8.3 Os Transeuntes e motoristas.....	160
3.9 Rua vivida	163
3.9.1 Realocação	166
3.9.2 Percepção da população	168
3.9.3 Comayagüela: Território do Medo.....	173
REFERÊNCIAS	185
APÊNDICE	197

Introdução

O estudo a seguir é o resultado das dúvidas forjadas graças à percepção gerada pelo cotidiano observado, a partir da dinâmica comercial disseminada nas vias públicas de Comayagüela, MDC (Município do Distrito Central) de Honduras, onde as condições de trabalho se manifestam de maneiras diferentes, como resultado de um sistema de exploração que ampliou a lacuna da desigualdade social refletida na precariedade do trabalho, onde as pessoas não conseguem se integrar ao mercado de trabalho e muito menos conseguem obter as condições de trabalho, denominado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) "Trabalho Decente", forçados a buscar alternativas de inclusão na estrutura social por meio de ocupações em condições precárias. Trata-se, então, de atividades realizadas na via pública pertencentes à denominada economia informal.

É conhecida como economia informal todas aquelas atividades produtivas que não estão contidas na produção nacional ou atividades realizadas por pessoas que deveriam estar dentro de uma estrutura legal e normativa, OIT (2013). O setor informal é uma parte fundamental que sustenta a economia hondurenha. Segundo estudos realizados pela OIT, Honduras apresenta uma das maiores taxas do mercado informal das Américas, com 73,4%, segundo dados de 2013.

A economia informal corresponde a 64,2% da população ocupada OIT (2013), as quais segundo os jornais locais, continua se expandindo. A partir deste ponto, a OIT faz recomendações sobre a necessidade de elaborar mais estudos que possam contribuir para a análise de um fenômeno tão marcado no cotidiano da sociedade hondurenha.

O estudo deste setor econômico é de grande interesse por parte dos pesquisadores, ganhando maior expressão desde os anos 70. Para Hart (1973), em seu trabalho sobre o mercado de trabalho em Gana e Quênia, ele percebeu e dirigiu sua análise para as formas de trabalho que escaparam ao padrão capitalista ocidental.

A economia informal tem sido estudada extensivamente a partir de diferentes métodos e correntes de pensamento, sendo que, desde uma perspectiva "legal", está associada aos atos ilícitos devido à não regularização e formalização das atividades realizadas, que, de uma lógica capitalista, critica a perda que gera ao Estado por não pagar impostos.

A partir de uma corrente "estrutural" da economia latino-americana, analisa-se a forma como o mercado econômico é composto, o crescimento da indústria e as leis para protegê-los

e refletirmos sobre o aumento excessivo de mão-de-obra que não é absorvida, como é proposto por Tokman e Souza (1995, 2001, 2004) entre outros, em estudos realizados pela OIT-PREALC (1971).

Entre outras abordagens notáveis, está a proposta por Portes e Castell (1989), referindo-se à economia informal, como parceira no funcionamento do sistema capitalista, onde ocorre um processo de descentralização produtiva, como explica Silva (2008).

Além disso, encontramos Hernando de Soto (1987), propondo uma teoria em seu livro "El Otro Sendero", em que se refere à economia informal como um produto da energia dos empresários do setor popular, os quais enfrentam a ineficiência do Estado, manifestada em alta burocracia, o que os obriga a mergulhar em alternativas para a borda da lei.

Um dos principais problemas no estudo da economia informal é a complexidade da percepção através da lógica de suas atividades, evidencia – se na manifestação de numerosos estudos, conceitos e linhas de abordagem que são implementados, levando em consideração resultar a falta de uma definição concreta sobre essas atividades.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – na pesquisa sobre a Economia Informal Urbana (1994), também utiliza a definição do setor informal recomendada pela 15ª Conferência da OIT; destaca que “não existe um acordo geral sobre o significado e alcance exatos deste conceito, pois a magnitude, natureza e composição do setor informal variam entre diferentes regiões e países de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias” (IBGE, 1999. p. 12).

A economia informal está ligada às relações sociais, econômicas, culturais, mais profundo, que está impregnada em espaços de consumo, espaços cheios de simbolismo, que se fortalece através das atividades cotidianas exercidas pelos que tem menos privilégios dentro do mercado laboral. Para Silveira “As atividades que teoricamente participariam de um mesmo “setor” apresentam, em realidade, conteúdo bastante diferentes em termos de organização de capital e poder de interferência na organização do espaço” (2009, p. 43). Portanto, apoiado pela 90ª Reunião da Conferência Internacional Del Trabajo OIT (2002), Marcio de Oliveira considera “que já não pode ser considerada um fenômeno temporal ou marginal ” (2009, p. 41).

Segundo a 90ª Conferência Internacional do Trabalho (2002), novas modificações foram feitas ao termo da economia informal, que inclui o novo termo cunhado como trabalho decente, apresentado como uma medida para reduzir a pobreza.

Tal conceito mais abrangente contempla do ponto de vista metodológico, tanto o critério de “unidade produtiva” como o de “ocupação”. Seu âmbito se ampliou e passou a incluir as seguintes categorias:

a) trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); b) “falsos” autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); c) trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos” (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”); d) microempregadores; e) produtores para o autoconsumo; f) trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária.

A economia informal é um fenômeno grande e complexo, com características particulares na forma como se apropria do espaço, e é importante ressaltar que ela é composta de diferentes setores, para os quais o comércio de vias públicas e sua representação através do uso do espaço em que se manifesta a nível local, dentro do que conhecemos como via pública e sua responsabilidade como agente de produção de novos espaços de consumo.

Sendo esta uma manifestação do setor menos privilegiado, uma expressão complexa, já que é mais do que uma invasão do solo, é onde se desdobra um complexo mundo de interações sociais entre os diferentes modos de trabalho inseridos nos referidos espaços de consumo. A OIT “señala que el comercio en vía pública y los trabajadores en casa corresponden a los dos grupos más importantes de la fuerza laboral del sector informal” (2002 apud SILVA 2008, p. 28).

Comércio caracterizado como um fenômeno heterogêneo, mas não homogêneo (especialmente, o uso da rua), devido às diferentes formas em que essas atividades se estruturam e as pessoas estão inseridas na via pública, já que as múltiplas expressões vão variar desde as mercadorias oferecidas até as estruturas diferentes criadas para a venda destas. Silva descreve “El comercio en vía pública es la cara más visible del sector informal,” (2008, p. 27).

Segundo a ENE (Pesquisa Nacional de Emprego) realizada no México, destacada por Silva (2008, p.32) em seu estudo, o comércio de vias públicas envolve o próprio comércio ambulatório, o comércio de ponto semi-fixo e de ponto fixo. Baseado no estudo de Pradilia Cobos (1993), sobre o comércio de vias públicas no México, ela descreve

Así pues, la característica principal del comercio en vía pública es su ubicación en los espacios considerados por la legislación vigente como públicos tales como "las vías y circulaciones de automotores y peatones, soportes y medios de transporte público, plazas, parques, bosques, playas y otros lugares. (COBOS 1993, p. 174).

Entendemos que as características do comércio de via pública são definidas pelas condições de trabalho, e o espaço físico onde suas atividades econômicas são estabelecidas e reproduzidas. Para Milton Santos, em sua teoria dos dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos, o circuito inferior faz menção a essa forma de ocupação: "Os vendedores de rua constituem o nível inferior da pulverização ou última elo da cadeia de intermediários entre importadores, indústrias, atacantes e consumidores " (2008, p.218).

Devido à escassez de estudos sobre o setor informal em Honduras, o presente estudo propõe analisar a lógica espacial e as condições de trabalho em que opera o comércio de via pública, dirigido ao centro histórico da cidade de Comayagüela, um espaço de concentração e foco comercial, localizado no município do Distrito Central, Departamento de Francisco Morazán, Honduras. Como parte de nossa contribuição, o seguinte estudo adotou como objetivo geral, compreender o processo de apropriação do espaço público e as diferentes manifestações do comércio de via pública desenvolvidas em Comayagüela.

Os objetivos específicos são: Descrever as condições nas quais as atividades do comércio de via pública são desenvolvidas em Comayagüela, MDC; Compreender o papel do Estado no desenvolvimento e proteção de atividades realizadas pelo comércio de via pública; Investigar como se dá a rede de abastecimento de mercadorias comercializada por vendedores da via pública na cidade de Comayagüela, MDC; Analisar a dinâmica comercial do comércio de via pública de Comayagüela.

Ao momento de interesse no assunto, surgiram dúvidas sobre o modo de abordagem e definição mais clara do que queríamos estudar, sendo a questão que serviu como nosso norte, em que condições o comércio via pública prolifera dentro do setor econômico informal em Comayagüela?

Este estudo nos orienta sob a proposta de ser capaz de compreender as condições em que o comércio de vias públicas é realizado na cidade de Comayagüela. Para Santos "quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, circuito e lugar" (1988 *apud* Aldo Dantas 2017, p. 155). Assim, para analisar como se desdobra a dinâmica desse comércio, considerando que existem características específicas na estrutura da

organização espacial, surgem outras questões; Qual é o papel do Estado? Como os trabalhadores organizam-se? Como eles são fornecidos? Em que condições eles se desenvolvem? Para Dantas “a combinação entre evento e lugar, cria o novo, o único” (2017, p. 115). Essas perguntas servirão como um guia para entender como o comércio de via pública é disseminado dentro do espaço econômico geográfico e a rede criada a partir dele.

Conta-se com duas hipóteses, a primeira no sentido da ocupação da malha urbana em torno do "uso" da apropriação, portanto, o comércio de via pública se manifestará de diferentes formas, devido à composição do comércio informal, desde que varia de acordo com a estrutura econômica do país. Assim, a criação de novos espaços de consumo, segue e acompanha uma lógica de ocupação espacial, baseada nas atividades exercidas pelo comércio via público.

A segunda é estabelecida em torno do papel do Estado e de sua função como órgão de garantia de direitos e proteção social, enquanto as políticas sociais para melhorar as condições de trabalho dos vendedores são ineficientes, o que se reflete na desigualdade social, concretizada no aumento desmedido do comércio nas vias públicas.

Dessa forma, este trabalho, realizado do ponto de vista geográfico, complementa a lógica da distribuição e uso do espaço pelos trabalhadores desse setor econômico, através de características específicas que evidenciam a precariedade das condições de trabalho que predominam nessas atividades.

Além disso, será de grande importância as representações do espaço como ser, territorialização, centralidade, centro e rua, conceitos que serão de grande importância para entender como ocorre o processo de apropriação das vias públicas por esse setor menos privilegiado, pessoas que percorrem um caminho cheio de dificuldades em busca do direito de uso do espaço.

O principal objetivo deste estudo é compreender o processo de apropriação do espaço público e as diferentes manifestações do comércio de via pública desenvolvidas em Comayagüela, denominadas assim pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se materializam no espaço e espalham-se de maneiras diferentes.

A iniciativa da pesquisa é também uma contribuição para as recomendações elaboradas pela OIT, que ditam a necessidade de se elaborar um maior esforço em relação à pesquisa, o que pode ajudar a entender o fenômeno que existe em um país. Dados da

Organização das Nações Unidas, do Banco Mundial, do Instituto Nacional de Estatísticas de Honduras, apontam que 66% das pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza extrema (BM 2016).

A necessidade, a falta de empregos, leva à integração em um setor onde, de acordo com jornais locais como El Herald, La Tribuna e La Prensa, estimam que ele tenha um crescimento anual de 10%, pessoas integradas na dinâmica através do comércio informal, aproveitando o espaço e gerando contradições pelo uso do espaço urbano.

Embora os estudos sobre o comércio em vias públicas no nível internacional sejam múltiplos, e as correntes de interpretação geram conflitos devido à falta de uma definição precisa, existem poucos estudos sobre o fenômeno desenvolvido nas ruas de Comayagüela, como o de Karen. Martínez, Karla Martínez, Ingrid Levy, em 2004, estudo que analisa o setor informal em Tegucigalpa e suas alternativas ao desenvolvimento.

Na última década, o comércio informal hondurenho passou de 53% para 74%, em seu estudo (Análise do setor comercial informal em Tegucigalpa, alternativas de desenvolvimento, 2004) que acompanha uma lógica de formalização dos estabelecimentos como caminho para o desenvolvimento. Argumentam que os trabalhadores informais carecem de interesse para se formalizar, isso por medo de perceber menor renda em seus negócios, assim como um fraco interesse do Estado em relação à formação daqueles, considerando fatores como excessivo procedimento burocrático e altos custos como responsáveis pelo crescimento desmedido das pessoas que realizam essas atividades.

Outro estudo a destacar é realizado por Héctor León (2013), sobre a Economia Informal Urbana em Honduras, Determinantes de seu comportamento, estudo que enfoca uma análise da economia informal a partir de um aspecto microeconômico, analisando sua relação com fatores macroeconômicos, como desemprego, subemprego, investimento, entre outros, que colaborarão para a análise desse fenômeno e seu impacto na sociedade, podendo, assim, sugerir um novo desenho de gestão e políticas públicas mais eficientes para esse setor.

Através deste estudo, propõe-se a realização de uma investigação metódica que possa contribuir para identificar as causas do aumento dissimétrico da economia informal seu impacto econômico e social, propondo um aprofundamento de seu entendimento para a geração de novas estratégias para “alcanzar un desarrollo sostenible de dichos sectores” Héctor León (2013, p. 56).

As investigações voltadas ao comércio informal em Honduras são poucas, por isso faz parte das recomendações feitas pela OIT, sendo os estudos voltados ao comércio nas vias públicas ainda mais escassos, encontrando apenas os realizados em 2013 por esta mesma instituição, intitulada Estudo de Base sobre Organizações de Trabalhadores e Empresários da Economia Informal no Distrito Central, Tegucigalpa.

A compreensão do cotidiano será fundamental para o nosso trabalho. Conceitos como, espaço público, território, centro, centralidade, rede, organizações sociais, apropriação, uso e contradições são fundamentais em nossa tentativa de compreender a dinâmica e o comportamento do comércio em vias públicas de Comayagüela, uma área onde os comerciantes imprimem um significado a partir do vivido.

Desta forma, contaremos com leituras complementares de estudos realizados no Brasil, devido à existência limitada de estudos em Honduras, sendo os autores de referência, Marcio André Araújo de Oliveira (2009), Rodrigo Capelato (2008), Andreza Gomes Weill (2014), Elizabeth Goldfarb (1989), Maria Cacciamali (1982), Cleps (2009), Brandao (2009), Silva (2008), entre outros, que destacam as características particulares do comércio em via pública e a apropriação do espaço público exercido em Manaus e outras cidades.

Sendo assim, escolhemos parte do centro histórico de Comayagüela, por sua relevância econômica, apesar de ser um espaço onde as políticas públicas parecem não ser alcançadas, tornando-a uma cidade que atualmente é formada por diferentes redes de circulação, seja econômica, informativa, de sociabilidade, organizações sociais, distribuição de diferentes formas e manifestações de espaços de consumo que fazem uso dos principais espaços públicos, ruas e avenidas.

Em relação à nossa metodologia, começamos com um reconhecimento da área, a fim de fazer uma caracterização e analisar a recepção pelos comerciantes. Em primeiro lugar nos encontramos com alguma resistência, quando o pesquisador é visto como o "estrangeiro" (OLIVEIRA 2008), sem passar despercebido, portanto, até que sua presença fosse questionada, ao abordar e fazer algumas perguntas como prova, foram respondidas com mais perguntas, como: de onde vem? Você trabalha para a prefeitura? Por que eu deveria te ajudar?, entre outras, além de ser aconselhado a abordar, em primeira instância, as organizações e departamentos correspondentes da Prefeitura do Município do Distrito Central.

Portanto, as primeiras abordagens foram com as organizações, como a Associação Nacional de Vendedores del Mercado de Honduras (ASONAVEMH), el Sindicato de

Vendedores Livres de Honduras (SIVELIH), el Consejo Nacional de Vendedores Ambulantes de Honduras (CONAVAH), entre outros, solicitando autorização, colaboração e contribuição, seja de dados ou companhia para conhecer e ser reconhecido pelos comerciantes, e assim poder me aproximar mais imediatamente. O pedido também foi feito ao Departamento de Gestão de Ordem Pública, da AMDC, para poder me estabelecer junto com os trabalhadores chamados Inspectores e Micros, e da mesma forma poder ficar na área de estudo sem correr riscos extras.

O pesquisador estabeleceu-se especificamente na 5ª Avenida, mas circulando periodicamente em um perímetro entre a 1ª Avenida e a 7ª Avenida, horizontal e verticalmente da 1ª para a 9ª, com o objetivo de realizar um levantamento sobre os tipos de negócios que disseminam-se na dinâmica local, bem como a caracterização dos materiais para sua construção.

Essa aproximação permitiu a observação do cotidiano dos comerciantes, bem como a presença e as funções dos trabalhadores distribuídos na área estudada, passando a ficar na área de estudo em torno de 3 meses entre o período de maio até o início de agosto de 2018, sendo o período mais intenso de 45 dias (meados de junho a início de agosto). O trabalho de campo nas ruas de Comayagüela foi realizado de segunda a sexta, das 8:00 às 16:30 ou às 17:00 horas, estendendo estas observações à função dos fiscais, participando de duas operações de demarcação, que será detalhado no segundo capítulo.

Em um esforço para entender melhor as dinâmicas locais, a forma e os motivos de organização e apropriação do espaço público pelos comerciantes, optamos, em primeira instância, pela execução de roteiros de conversa, feitos de forma aleatória, com o objetivo de obter informações e, ao mesmo tempo, ser identificado e aceito pelos comerciantes que se tornariam meus futuros colaboradores de pesquisa.

No processo decidiu-se realizar alguns questionários-piloto, que como teste tinham um objetivo, identificar possíveis dúvidas que incomodassem os comerciantes, já que, segundo as organizações, poderia estar fazendo perguntas que os comerciantes consideravam impertinentes colocando em risco minha estadia no local. É claro que isso limitou a obtenção de alguns de interesse ao pesquisador.

Uma vez identificado e retificado o questionário, que foi estruturado com base em questões quantitativas e qualitativas, utilizando um método misto, as perguntas foram feitas tanto aos comerciantes quanto aos trabalhadores pertencentes ao Departamento de Permissão

e Ambulantes, extensão criada por parte da GOP. No caso da percepção da população, devido à distância, recorreremos ao uso de novas tecnologias da informação, sendo que realizamos um questionário misto, virtualmente, a partir da plataforma disponível no Google sendo este espalhado por meio de WhatsApp através de terceiros

Ressalta-se a autorização e aceitação de alguns comerciantes a serem entrevistados, bem como o chefe do DPA, com o objetivo de saber mais, a partir dos relatos orais, sobre a permanência na via pública, bem como conflitos entre os atores sociais. Dessa forma, a coleta de dados foi realizada por meio de 174 entrevistas com comerciantes, 200 com a população geral por meio da plataforma, além de 16 Micros entrevistados na área de atuação, complementando 10 entrevistas informais baseadas no roteiro de conversa mencionado anteriormente e, finalmente, 6 entrevistados.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, buscamos fazer uma caracterização e evolução histórica sobre o termo "economia informal", bem como a definição de comércio em vias públicas, e outras denominações contribuídas por outros autores, assim como a descrição mais profundo na área de estudo, desde um contexto histórico até a atualidade.

O segundo capítulo, traz-nos como proposta a discussão sobre o Estado e sua função como entidade de "garantias sociais", analisando as leis, a menção e a inclusão dos comerciantes, bem como as funções do Departamento de Permissão e Ambulantes, além das diferentes extensões da prefeitura do Município do Distrito Central que estão diretamente relacionadas à dinâmica local, indo também à discussão sobre a forma de organização social pelas informações e à busca do respeito ao direito do emprego.

No terceiro capítulo, apresentamos a discussão dos dados sobre o cotidiano dos comerciantes como espaço vivido, a partir dos questionários e entrevistas realizados, assim como a discussão sobre a rede, a importância entre o comércio e o centro, além do processo de territorialização e impressão de um simbolismo ao espaço geográfico, bem como a percepção da população em geral destes e sobre a função da AMDC.

Com este estudo esperamos contribuir para melhor compreender a dinâmica do espaço vivido, a dinâmica, a articulação das redes de abastecimento e a circulação de mercadorias, assim como as diferentes manifestações que se constituem a partir da apropriação do espaço urbano disseminado nas principais vias públicas de Comayagüela.

CAPÍTULO 1: COMERCIO DE VÍA PÚBLICA EM COMAYAGÜELA

Ao nos referirmos ao fenômeno conhecido como economia informal, abrimos um longo caminho para percorrer, pois na magnitude de sua escala existem múltiplas abordagens que visam explicar essas atividades, representadas por trabalhadores que não conseguem se inserir no setor formal e tentam integrar-se "nas franjas mais dissocializadas da sociedade", segundo Castel (1998, p.31). Assim, a interpretação a partir de diferentes arcabouços metodológicos e teóricos abre caminho para uma variedade de análises que darão origem, segundo seu interesse, a múltiplos objetos de análise.

É assim que a complexidade da análise se manifesta, já que, por si só, é um fenômeno que se destaca pela dinâmica dos elementos que a compõem. A grande variedade de atividades que a representam, as redes sociais que a compõem, apresentam a dificuldade de estabelecer critérios para sua mensuração, tornando-se um fenômeno social cujas manifestações como espaços de consumo representam um desafio a ser analisado.

O trabalho informal pode ser analisado de diferentes óticas: da sua relação como o processo de acumulação capitalista, que produz riqueza, ao mesmo tempo em que produz o "trabalho informal", da ótica jurídica que, quase sempre, ao tentar realçar o "critério jurídico formal do fenômeno da informalidade" a associa com a criminalidade; do ponto de vista das características estruturais do modelo de desenvolvimento brasileiro, e latino-americano, que detém baixa capacidade de geração de emprego; do conjunto de preconceitos e estigmas que são associados àqueles que exercem atividades informais e outras. Além destas formas de abordagem do "trabalho informal", é possível também avaliar a própria perspectiva analítica em que a "informalidade" é frequentemente estudada, considerando a sua dificuldade de contemplar a diversidade das atividades informais. (BELOQUE 2007.p, 9).

Assim, nos últimos anos, abriu-se um debate sobre a crítica e o uso do termo informalidade, devido à sua complexidade derivada dos múltiplos conceitos e abordagens teóricas metodológicas, que para alguns autores apenas tornam o termo impreciso, mas que ao mesmo tempo as contribuições deste conceito devem ser reconhecidas:

La mayor parte de ellas ponen énfasis en su ambigüedad, en la multiplicidad de definiciones que existen sobre el mismo y en su escasa precisión. Como una consecuencia de estas debilidades se plantea la poca utilidad del concepto y, en algunos casos, la conveniencia de que sea abandonado. (SARAVÍ 1996, p. 436)

Entende-se assim que o estudo da economia informal não é novo, mas sua dinâmica e múltiplas manifestações são o foco de estudo desde a primeira vez que o termo foi implementado por Hart (1973) em seu estudo realizado em Quênia. A partir de então, as

denominações referentes à economia informal têm variado, de acordo com as diferentes correntes, seja da abordagem neoliberal, neomarxista e estruturalista do sistema urbano informal.

Da mesma forma, a economia informal tem sido denominada com múltiplos termos, tais como: economia não oficial, não declarada, oculta, subterrânea, paralela, alternativa, autônoma, periférica, cinza, marginal, invisível, ilegal, não registrada, contra – econômica, não observada, na sombra, clandestina, secundária, dual, oculta, preta, irregular, informal, etc.

Desse modo, entendemos que estudar a economia informal como um fenômeno dinâmico cujas atividades têm evoluído, criando, destruindo e recriando ao longo das mudanças na estrutura econômica ao longo do tempo. Poderíamos dizer, então, que essas atividades, como interpreta Cleps “Algumas, inclusive, são tão antigas quanto à própria história do comércio... sendo uma das primeiras formas de troca da história” (2009, p. 329), sendo esta uma das manifestações do trabalho mais antigas da sociedade.

Devido à amplitude da economia informal, o foco deste artigo é discutir com respeito a uma das manifestações que este setor econômico abrange, o comércio de via pública, tradicionalmente conhecido como comércio ambulante, termos que discutiremos neste trabalho, atividades as quais:

Num certo sentido, o mercador ambulante de hoje pode ser associado àquele da Idade Média, que buscava naturalmente os locais onde a concentração de homens permitia esperar oportunidade de ganho. O espírito farejante desses mercadores permanece presente nos dias de hoje, determinando a implantação do comércio ambulante nas áreas urbanas de maior afluência (ELIZABETH COSTA 1989, p.31).

Por isso, é vital entrar em uma discussão conceitual com relação aos atores responsáveis por essas atividades, que Silva descreve como “El comercio en vía pública es la cara más visible del sector informal” (2008, p. 27). Portanto, devemos esclarecer que não podemos entrar diretamente em uma discussão sem entender que ela é apenas uma partícula do universo do comércio informal, de modo que nos perguntamos: o que é economia informal?

Entende-se que o comércio em via pública (delimitação do estudo a seguir), será abordado com o objetivo de compreender o seu desenvolvimento, de modo que este primeiro capítulo será dividido em quatro partes.

O primeiro contém uma breve descrição de algumas das abordagens mais destacadas em termos de evolução e caracterização do comércio informal, abrindo caminho para vários autores latino-americanos que se destacam por sua contribuição para a análise desse fenômeno. Da segunda parte, virá das diferentes teorias uma discussão sobre o comércio em via pública e suas manifestações no espaço público.

Os dois primeiros segmentos irão sustentar e abrir o caminho para a terceira e quarta parte, que incidirão sobre a discussão do estado a parit do problema na cidade de Comayagüela - Município do Distrito Central - Honduras. Aqui, destacaremos aspectos importantes, como a discussão dos espaços privados e públicos, para avançar na compreensão sobre o processo de apropriação do espaço e na construção de novos espaços de consumo baseados no comércio de via pública.

1.1 Economia Informal uma visão histórica

1.1.1 Enfoque da CEPAL

Procurando entender a dinâmica e estrutura das atividades que compõem a economia informal referenciada, as causas e consequências a que estão expostos os atores desse setor, através das mudanças estruturais adotadas pelas economias dos países latino-americanos, múltiplos autores tentam dar respostas a esse fenômeno.

Apesar de entendermos, desde o surgimento do termo, com o estudo realizado no Quênia por Hart nos anos 70, este tem sido o foco de análise de vários referenciais teóricos que têm sido objeto de críticas por sua variedade e ambiguidade em torno deste problema, mas que convidam a aprofundar a análise micro social apoiada nas múltiplas áreas da ciência para alcançar a compreensão de um fenômeno tão complexo e dinâmico que está presente no cotidiano. Enfoques que são interpretados por Saraví em duas dimensões “diferencia y actividad como elementos constitutivos de la informalidad” (1996, p. 441).

O termo ou conceito de trabalho informal não é recente, iniciado na década de 1950 com as teorias de Lewis, dando origem a uma discussão que foi adotada pelas principais correntes de pensamento da época, sendo os desenvolvedores, teóricos da modernização e os dependentes, que abriram o caminho para uma interpretação tendo como características comuns o dinamismo em que se manifesta, nas mudanças estruturais e processos de transformação, tendo como foco nas décadas de 1950 e 1960 a chamada marginalidade urbana:

El concepto de trabajo o empleo informal fue anticipado en los años 50 por los trabajos académicos de Lewis (1954), sobre las economías en “vías de desarrollo”, postulando que comprendían dos sectores muy diferentes: uno tradicional (agrario) y otro moderno o capitalista (urbano, donde predominan la industria y los servicios). (NEFFA 2008, p.1)

Sendo a origem do setor informal, os migrantes rurais que não se integram ao mercado de trabalho formal do "setor moderno" e a necessidade de sobreviver, os motivam a realizar qualquer trabalho, independentemente da exploração e das condições precárias em que realizam seus labores. Isto leva a um aumento do excedente da mão de obra, e é quando, de acordo com a teoria da dependência, as atividades capitalistas se tornam marginais (QUIJANO, 1971) e as indústrias valerem-se para a exploração do conceituado "Army Reserve Industrial", em torno ao capital dominante:

El sistema capitalista en el contexto latinoamericano genera un excedente estructural de fuerza de trabajo que no logra incorporarse al sector moderno (TOKMAN, 1977; SOUZA y TOKMAN, 1978; SOUZA, 1987). Sin embargo, esto no significa una exclusión pasiva, sino que este excedente encontrará una "ocupación" en el último eslabón del mercado de trabajo. (SARAVÍ 1996, p. 444).

Philip Hauser “observou que se os ritmos elevados de urbanização persistirem nas regiões subdesenvolvidas, terão por efeito agravar ao invés de suavizar a pobreza e a miséria atuais das cidades” (1962 apud Santos 2009, p. 27). O aumento do comércio informal é um resultado que não pode ser interpretado isoladamente do processo de urbanização local, urbanização e crescimento da força laboral, uma questão que Santos considera um erro interpretar como fenômeno independente, mas realmente como um epifenômeno (2009).

O Setor Urbano Informal (SIU) possui características próprias como: a) facilidade de entrada; b) baixos níveis de produtividade; c) pouca qualificação; d) divisão rudimentar do trabalho; e) organização não capitalista da produção (sendo esta última a principal). Segundo a teoria da modernização, o setor moderno foi considerado a fonte de dinamismo e de mudança de uma economia em oposição ao setor tradicional, considerado o setor atrasado com tendências a desaparecer como resultado do processo de desenvolvimento.

Isso não tem sido o caso, já que as indústrias não criam a quantidade de empregos necessária para reduzir o número de pessoas afetadas pelo sistema capitalista, sem ter a capacidade de absorver todo o excedente de mão de obra, que as leva a estabelecer não apenas as chamadas zonas marginais, mas também na procura de centralidades, já que aqui o fluxo gera um espaço onde elas podem realizar suas atividades de trabalho.

No setor moderno e tradicional, Santos apresenta no livro "Pobreza Urbana" (2009) uma análise crítica sobre a teoria estrutural ou tecnológica, o dualismo econômico, social ou geográfico. Furtado entende que o dualismo divide a sociedade, assim como o setor econômico em dois setores "Um, moderno, aberto às transformações baseadas na modernização, e outro, tradicional, incapaz de assimilação e de participação. Estaríamos diante de "estruturas híbridas, uma delas com a tendência de se comportar como uma economia capitalista e, a outra, de se manter no plano das estruturas tradicionais" (1996 apud SANTOS, p. 26)

Autores como Hirschmam (1958 apud SANTOS, 2009) interpretam o setor tradicional como um crescimento falido, que terá um papel de freio à sociedade. Apoiado, além de Meyer (1964), Dasgupta (1964), que baseiam seu argumento de que este circuito será uma fonte de limitação do circuito moderno, o qual, para ser contrabalançado, requer a estimulação de novos processos de modernização.

Eckaus (1965), explica o subdesenvolvimento e o não-emprego sob a premissa da modernização para eliminar a pobreza, assim, Santos (2009) analisa essa dualidade e interpreta que é errado tentar entender o não-emprego de uma situação de dualismo tecnológico e econômico. Sua crítica é baseada em:

Em primeiro lugar, não há setor propriamente tradicional. Toda a economia e toda a sociedade estão penetradas por elementos de modernização, se bem que em diferentes níveis quantitativos e qualitativos. Em seguida, não se pode considerar os dois setores como se fossem separados, independentes ou autônomos. É antes a modernização, pela forma que assume em pleno período tecnológico, que é responsável pelo desenvolvimento do subemprego e da marginalidade. (SANTOS 2009, p. 27)

É a partir dessa interpretação que Santos ampliará sua análise em seu estudo dos dois circuitos da economia urbana, levando em conta o papel da modernização e sua relação com os processos de produção e reprodução do capital.

Enfoques onde está presente a dificuldade de inserção no mercado laboral, o que gera uma exclusão, sem incorporação permanente ou temporária, Alonso (1987), fará uso de um termo mais amplo, a não participação e para o qual Neffa, inspirada por A. Prebisc, que é quem irá propor que "el SIU es resultado de la ineficacia social del capitalismo. Por lo cual el desempleo es consecuencia de la insuficiente acumulación del capital en América Latina" (2008, p. 2).

Sendo assim, entendemos que a marginalidade pode ser percebida através de três abordagens, embora seja necessário esclarecer a importância que tem sido dada no contexto latino-americano e a influência exercida no estudo do setor informal, a abordagem do PREALC.

1.1.2 Enfoque PREALC – OIT

Uma das abordagens mais destacadas nas últimas décadas, sendo a mais imprescindível, devido à sua importância a nível internacional, no conceito de economia informal, nasceu como resultado de estudos sobre o mercado laboral, *Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*”, realizado em 1972 pelo antropólogo Keith Hart. Este relatório contém as primeiras versões modernas deste termo, e de acordo com Hart “era evidente que las observaciones empíricas sobre el espíritu empresarial popular en Accra y otras capitales africanas no tenían nada en común con los conocimientos adquiridos a través del discurso occidental sobre el desarrollo económico” (1973 *apud* PORTES 2004 p, 9).

A respeito das atividades informais concebidas como produto da falta de inserção da mão de obra ao setor moderno, sob uma perspectiva diferente, a abordagem da CEPAL não as propunha como marginais, mas como parte do aparato produtivo que desempenha funções distintas, já que eles mantêm laços estreitos com o chamado setor formal. Para Neffa “El sector informal absorbía el excedente de mano de obra que no encontraba empleo en las empresas modernas de las zonas urbanas. Una parte de los cuales se ocupaba como asalariados en microempresas.” (2008, p. 4).

O termo "setor urbano informal" foi implementado e naturalizado, uma vez que suas origens estão nas teorias propostas por Lewis (1954), mas segundo autores como Portes (2004), Neffa (2008), Tokman (2002), este termo foi sendo alterado pela institucionalização do mesmo, por isso passou a ser percebido como sinônimo de pobreza, contrariando a outra visão alternativa proposta por Hart.

Desde este punto de vista alternativo, las actividades informales se consideran un signo de dinamismo empresario popular, descrito por Hart (1990, p. 158) "como una instancia en que la gente retoma en sus propias manos parte del poder económico que trataron de negarle los agentes centralizados". (PORTES 2004, p. 10).

O conceito de setor informal urbano (SIU), tornou-se formalizado e oficialmente emergiu no Programa Mundial de Emprego da OIT (Ottawa, 1968) e na Conferência

Internacional de Estadígrafos do Trabalho, criada pela OIT, onde é implementada e começa a fazer uso do termo "Emprego do setor informal", que o CONICET (2007) descreve como:

El empleo en el sector informal es definido según lo señala la XV CIET. Se refiere al empleo generado en un grupo de unidades de producción que, según el sistema de Cuentas Nacionales de las Naciones Unidas, forman parte del sector de los hogares, como empresas de hogares y que no están constituidas en sociedad, es decir unidades dedicadas a la producción de bienes o a la prestación de servicios que no constituyen una entidad jurídica independiente del hogar propietario ni de los miembros del mismo, y que no tengan una contabilidad completa. (CONICET 2007, p. 40)

As Conferências Internacionais do Trabalho da OIT, em 1987, 1991 e 1993, explicam o tema, com base nas recomendações da CIET promovidas pela OIT e concentram seus estudos partindo do registro da atividade. Não foi até a 90ª Conferência Internacional do Trabalho em 2002 que uma mudança de concepção e definição foi promovida (OIT, 2002), com o objetivo de melhor interpretar o problema, com base na implementação do chamado "trabalho decente", sugestão que recebeu muitas críticas porque ampliou ainda mais os critérios de medição, integrando pessoas que trabalham por conta própria, excluindo advogados e médicos, e tornando a medição mais complexa.

Por outro lado, está integrado e começa a se fazer uso do termo emprego informal que, de acordo com o convenio CONICET, é descrito como:

El empleo informal es definido en concordancia con el nuevo concepto que recomienda la XVII CIET. Incluye, además del empleo en el sector informal, tal como fue definido por la CXV CIET, a los asalariados que tienen empleos informales ya sea que estén empleados por empresas del sector formal, por empresas del sector informal, o por hogares que les emplean como trabajadores domésticos asalariados. (CONICET 2007, p. 40).

Deve-se notar que o esforço para dar uma interpretação mais eficiente à economia informal é acompanhado pelas múltiplas evoluções e pelas inúmeras investigações por quais o termo passou, criticado às vezes por sua ambiguidade e pouca precisão de um setor que, apesar de as precárias condições de trabalho a que estão submetidas não são mais do que um grupo de pessoas usando seus próprios meios para sobreviver em um mercado de trabalho cada vez mais excludente, poderíamos dizer com tudo contra eles, do qual Tokman (2004) nos disse:

A pesar de las deficiencias en cuanto a los bajos ingresos, protección social, nivel de instrucción formal, su mayor vulnerabilidad económica y la precariedad de las ocupaciones que ocupan, los llamados trabajadores informales, si no existieran, habría que inventarlos, o en su defecto generar una fórmula para asegurar la sobrevivencia de millones de familias, que migraron desde las áreas rurales a las grandes ciudades, atraídas por la posibilidad de mejorar sus ingresos y calidad de vida. Sin la presencia del

mundo de la informalidad, las tendencias ya existentes hacia el aumento de la anomia, delincuencia, violencia y desarticulación social, todavía en escala reducida, básicamente en la periferia de las megalópolis latinoamericanas- se multiplicarían, con el consiguiente impacto en todas las instituciones y en la calidad y seguridad de la vida urbana. (2004 *apud* NEFFA 2008 p. 4)

Destaca-se a importância dessas atividades para o desenvolvimento de novas alternativas de trabalho, para o excedente da força de trabalho, as quais o Estado, as grandes indústrias e o sistema econômico que rege atualmente, não têm interesse em garantir as condições de um emprego decente. O quadro a seguir apresenta uma síntese sobre a evolução da caracterização da economia informal, isto por parte da OIT.

Quadro N 1: Evolução do termo comercio informal – OIT

Conferencia	Termino	Unidad de Medición
Conferencia Internacional del Trabajo de 1991	Muy pequeñas unidades de producción y distribución de bienes y servicios, situadas en las zonas urbanas de los países en desarrollo; dichas unidades pertenecen casi siempre a productores independientes y trabajadores independientes	Estas unidades disponen de muy poco o de ningún capital; utilizan técnicas rudimentarias y mano de obra escasamente calificada, por lo que su productividad es reducida; quienes trabajan en ellas suelen obtener ingresos muy bajos e irregulares, y su empleo es sumamente inestable
CIET (OIT, 1993)	“como unidades de producción de bienes o servicios que tienen por finalidad primordial la de crear empleos y generar ingresos para las personas que participan en esa actividad”.	Estas unidades funcionan típicamente en pequeña escala, con una organización rudimentaria, en la que hay muy poca o ninguna distinción entre el trabajo y el capital como factores de producción. Las relaciones de empleo -en los casos en que existan- se basan más bien en el empleo ocasional, el parentesco, o las relaciones personales y sociales, y no en acuerdos contractuales que supongan garantías formales.”
La 90ª Conferencia Internacional del Trabajo de 2002.	Incluye, además del empleo en el sector informal, tal como fue definido por la CXV CIET, a los asalariados que tienen empleos informales ya sea que estén empleados por empresas del sector formal, por empresas del sector informal, o por hogares que les emplean como trabajadores domésticos asalariados.	<ol style="list-style-type: none"> 1.-trabajadores por cuenta propia dueños de sus propias empresas del sector informal, 2.- empleadores dueños de sus propias empresas del sector informal, 3.- trabajadores familiares auxiliares, 4.- miembros de cooperativas de productores informales, 5.- trabajadores por cuenta propia que producen bienes exclusivamente para el propio uso final de su hogar, si dicha producción constituye una aportación importante al consumo total del hogar. 6.- asalariados que tienen empleos informales en empresas del sector formal, informal o en hogares,

Organização: Kevin Amaya, 2018.

Vale ressaltar a complexidade em termos da evolução deste termo, que com a inserção de novos parâmetros, incluindo os trabalhadores por conta própria (autônomos), desencadeará múltiplas críticas à magnitude da operação do referido setor e uma ampliação da ambiguidade

em relação aos elementos que o integram, sendo de grande importância saber como tem sido a evolução do termo por parte de uma instituição que promove a "proteção" daqueles que fazem parte do "problema" em situações de informalidade.

1.1.3 Hernando de Soto: Materialização das esperanças

Enfoque teórico, conhecido como neoliberal, baseia-se no livro "El Otro Sendero" (O outro caminho), pesquisa desenvolvida pelo Instituto Liberdade e Democracia (ILD) do Peru (DE SOTO, 1987). O estudo interpreta a informalidade como um resultado direto da excessiva intervenção e controle do Estado sobre as atividades econômicas (DE SOTO, 1987, GUIARRI, 1989, SARAVI, 1996, MELCHER, MATTIE, 2007).

Esse estudo entende a informalidade como fruto de um cálculo racional, já que, segundo De Soto, os pobres são forçados a se conduzir por via da ilegalidade, devido aos altos custos da burocratização, que se manifestam na complexidade de legalização, e por normas legais coercivas cujo fim é excluí-los, radicando o problema no poder jurídico para as altas taxas proibitivas, principalmente administrativas e tributárias, sendo esta uma injustiça dirigida do Estado (1987).

Existe um conjunto de restrições exercidas pela interferência do Estado, em que a responsabilidade recai sobre as atividades informais do mercado. De Soto argumenta “los costos innecesarios de la formalidad se derivan fundamentalmente de una mala ley; y que los costos de la informalidad resultan a falta de una buena ley” (1889, p. 172), portanto, é a burocratização que limita o crescimento das empresas que poderiam operar dentro do marco legal.

A investigação realizada por De Soto (1987), levou três anos e dá como conclusões, segundo Melcher:

a) El 47% de la construcción en la ciudad de Lima era ilegal en relación a registros, permisos, etc.; b) El 95% del transporte público era “informal”; c) Lima tenía 90 mil vendedores ambulantes trabajando en sus calles; y d) la misma ciudad tenía 331 mercados de ventas, de los cuales 274 eran “informales” y sólo 57 habían sido construidos por el gobierno nacional. (2007, p 75).

O estudo mostrou que o tempo que leva para o processo de legalização dos trabalhadores informais no Peru é de 289 dias para desempenhar-se dentro do quadro formal; já a comparação com as cidades de Flórida e Nova York, mostrou que a formalização da empresa é alcançada em um tempo de três horas e quatro horas, respectivamente.

O Convenio CONICET explica o resultado da seguinte maneira: “Los trabajadores informales serían quienes trabajan en todas aquellas actividades que están al margen de la ley, que son clandestinas, no pagan impuestos, están vigiladas y perseguidas por parte de las agencias del Estado” (2007 p.18). Segundo Saraví, “Desde este enfoque, la ilegalidad es resultado de un cálculo racional” (1995, p. 441). Devido aos altos custos da legalidade, não permitem a livre participação dos agentes envolvidos, De Soto nos diz que “la informalidad es una réplica de la mayoría contra ese sistema que las ha hecho tradicionalmente víctimas de una suerte de apartheid económico y legal” (1989, p. xxv).

Este autor argumenta que os trabalhadores informais atuam dentro de um marco extralegal valendo-se da ineficiência coercitiva do Estado e sua criatividade empresarial que garante alternativas de sobrevivência, sendo a informalidade o produto da energia empreendedora nos setores populares que questiona o desempenho do Estado em a economia.

Silva “muestra que la informalidad es el producto de la capacidad revolucionaria que tienen los pobres y marginados frente a las trabas legales que le impone el Estado a la economía” (2008, p 25). É por isto que De Soto associa a informalidade com a extralegalidade e a define como "una zona de penumbra que tiene una larga frontera con el mundo legal y donde los individuos se refugian cuando los costos de cumplir las leyes exceden sus beneficios" (1989, p. 12).

As soluções propostas por "El Otro Sendero" visam a desburocratização, a descentralização e a liberação, as energias produtivas e empreendedoras do setor popular para que os pobres, com a ajuda do governo, possam manifestar seu espírito empreendedor. Este objetivo deve ser alcançado por meio das seguintes medidas: a) simplificar norma, eliminando duplicações e regulamentações desnecessárias; b) descentralizar, transferindo responsabilidades para as autoridades regionais e locais; c) desregular, reduzindo os poderes do Estado, aumentando os dos particulares.

1.1.4 Manuel Castells e Alejandro Portes

Uma proposta de destaque como a de Hernando de Soto por focalizar a ilegalidade, mas que marca suas diferenças, porque enquanto a primeira se concentra em atividades produtivas em geral, Castells e Portes se concentram nos processos produtivos capitalistas, reconhecendo como limites sistemas produtivos não regulamentados ou aquela atividade que produz renda não regulamentada, o Convenio CONICET agrega:

Denominada a veces como “estructuralista” o “neo-marxista”, porque considera a la informalidad como una característica estructural y necesaria del modo de producción capitalista para hacer posible la reducción de costos laborales y evitar que caigan las tasas de ganancia (2007, p. 18 apud CORTÉS, 2002).

Entendendo que é resultado da flexibilização trabalhista que emprega o Estado, essas ações são consequência das mudanças estruturais da economia internacional, que favorecem o sistema explorador das grandes indústrias, necessárias para manter e fortalecer o setor formal. Para Saraví “La informalidad se presenta como un fenómeno que debe encuadrarse en la lógica del sistema capitalista mundial” (1996, p. 443).

Temos em mente que a contribuição destes autores é baseada em duas correntes centrais: uma base estruturalista e outra extração marxista, para a qual diferentes autores a chamam de corrente neomarxista, uma vez que se concentra na análise da exclusão e das forças produtivas através das estruturas capitalistas apoiadas pelo Estado, para as quais Portes e Castells (1989) criticam como a sociedade distribui sua riqueza.

A expansão das diversas atividades tem como característica a precarização das condições de trabalho e de vida em que atuam. Dessa forma, a informalidade responde, em certa medida, à dinâmica do capitalismo que, ao implementar novas estratégias, como a flexibilização e a terceirização do trabalho, com a desculpa de reduzir custos, ampliaram a reprodução da pobreza, a brecha desigualdade e oportunidades condicionadas aos direitos mais básicos da cidadania Portes (1989).

As recentes estratégias de acumulação do capital se beneficiam, também, da tolerância e da falta de controle do Estado para expandir e recriar diversas modalidades de operação não-regularizada de suas atividades, reiterando uma tendência secular de burla ao ordenamento jurídico, prejudicial não apenas aos trabalhadores informais, mas a todo o conjunto da sociedade, posto que o Estado tem não apenas a sua base tributária reduzida, mas também a sua própria capacidade de regulamentar a economia (1989, DIEESE 1997, SILVA 2003 *apud* COSTA 2010, p. 181).

Silva interpreta: “Estos autores, muestran la manera en que los procesos de flexibilización laboral impuestos por los procesos de globalización, en que las estrategias de descentralización de la producción, producen mayores niveles de informalidad” (2008, p. 22). Portanto, as taxas de desemprego, partindo das reformas estruturais na economia e as políticas implementadas, criará o que tem sido chamado como um exército industrial de reservas, mão de obra que é colocada em uma espécie de quarentena à espera de absorção do crescimento industrial interno, ligada à competência exigida pelo mercado internacional, sendo a

informalidade interpretada por esses autores como não subordinada à economia, mas como parte integrante do sistema econômico capitalista.

1.1.5. Uma visão geográfica, o espaço dividido, a teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

As transformações estruturais da economia global no final do século XX trouxeram consigo modificações no sistema produtivo e nas formas de inserção do trabalho dentro dele, para os quais múltiplos teóricos focalizaram seus estudos sobre os efeitos gerados pela modernização que sofreu o mundo em sua estrutura econômica e o impacto gerado na sociedade, especialmente no mercado de trabalho, que ampliou a desigualdade nos países menos desenvolvidos. Britto (2017) define o processo de modernização em três partes:

É possível dividir o processo de modernização em três grandes períodos, a modernização comercial, caracterizada pela expansão marítima a partir do final do século XV que dividiu o mundo entre países colonizadores e colonizados, a modernização industrial, período que se estende da Revolução Industrial à Segunda Guerra Mundial, e a modernização tecnológica, caracterizada pela sociedade do consumo, que compreende o período pós Segunda Guerra Mundial até a atualidade. (BRITTO 2017, p. 165)

Assim, através da situação no contexto atual da época, nasce uma teoria proposta por Milton Santos, geógrafo brasileiro, em sua preocupação em demonstrar que a situação dos países subdesenvolvidos, cujo caminho para o desenvolvimento não pode ser comparada a de países desenvolvidos antes da industrialização, já que apresentam diferentes características de desenvolvimento. Para Milton Santos “Não se trata de um mundo em desenvolvimento, mas de um mundo subdesenvolvido com suas características próprias e seus mecanismos fundamentais” (2008, p. 19). Regina Montenegro interpreta que esta teoria como parte de “esforços de compreensão da urbanização e do impacto da modernização tecnológica sobre o espaço do Terceiro Mundo” (2012, p. 154).

Santos propõe sua teoria baseada em uma interpretação da urbanização em países do terceiro mundo, sem fugir da dimensão histórica dentro do espaço econômico geográfico. Desse modo, a palavra modernização desempenha um papel importante dentro de uma teoria que nos diz que, desde uma perspectiva geográfica, devemos nos referir às modernizações, no plural, uma vez que elas são analisadas a partir de uma abordagem temporal das modernizações, interpretando de uma maneira melhor a realidade dos países do terceiro mundo dentro de sua organização do espaço:

Desse modo, considerando-se o contexto atual (modernização tecnológica), os países subdesenvolvidos têm sua configuração espacial afetada de modo determinante pela difusão da informação e do consumo, geradoras de forças de dispersão e concentração que se refletem no espaço geográfico. A modernização também trouxe a tais países o desemprego e a instabilidade da renda, o êxodo rural, além do aumento das disparidades sociais e econômicas dentro da população de modo geral, sobretudo nas cidades. (BRITO 2017, p. 166)

Devido à implementação de novas políticas orientadas para uma modernização tecnológica acelerada, apoiada pelo Estado e implementada por um pequeno grupo de poder, ocorreu uma distribuição desigual da riqueza e uma disparidade na distribuição da renda crescente. Santos destaca a análise partindo “dos dados específicos da dinâmica do espaço” (2008, p. 20). Sposito afirma, “a teoria dos circuitos da economia urbana pretende ser uma abordagem principalmente a partir de e para os países subdesenvolvidos” (2000 apud MONTENEGRO 2006, p. 155).

Destaca-se que a seleção do espaço nos níveis econômico e social, levanta uma das principais bases no desenvolvimento desta teoria, evidenciando a importância do espaço como agente integrador, onde se manifestam as atividades comerciais, um espaço impregnado de uma lógica urbano estrutural. Brito interpreta que: “É importante analisarmos que esta seletividade não surge de modo espontâneo e sim coordenado pelos agentes sociais hegemônicos que comandam a reprodução do espaço” (2017, p. 7).

Existem, assim, dois subsistemas econômicos urbanos, denominados circuitos econômicos responsáveis pela organização do espaço. Para Santos, “cada circuito constitui, em si mesmo, um sistema, ou antes, um subsistema do sistema urbano (1979, p.16)”, sistemas onde todas as manifestações de trabalho estão integradas, portanto, tornam-se sistemas interdependentes os quais se estabelecem segundo Santos “as relações de complementaridade e competição” (1971 apud MONTERO 2012, p. 154).

Esses circuitos são divididos em dois, um circuito superior que não é o foco de nossa pesquisa, mas de vital importância mencionar dentro dessa teoria pela complementaridade com o circuito inferior existente, apresentando suas próprias características, como aquelas atividades ligadas aos benefícios econômicos e o progresso tecnológico. De acordo com Santos, “o circuito superior originou-se da modernização tecnológica e de seus elementos mais representativos que hoje são os monopólios” (2008, p. 22), sendo os dois circuitos “vitais nos sistemas produtivos que cada circuito mante, com o espaço de relações da cidade,

um tipo particular de relações: cada cidade tem por tanto, duas zonas de influência” (SANTOS, 2008, p. 22).

O circuito inferior formado por trabalhadores que não têm as mesmas oportunidades, nem gozam dos mesmos benefícios dentro do sistema de trabalho, para Santos é:

Circuito inferior compreende as atividades de fabricação tradicionais, como artesãos, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços” formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente as populações pobres, e, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região (2008, p. 22 - 24).

O circuito inferior apresenta como características: a) O controle dos custos e dos lucros é raro, b) A contabilidade praticamente ausente, c) O sistema dos negócios frequentemente é arcaico, d) O equipamento é de má qualidade, por falta de dinheiro, e) O artesanato, atividade em geral herdada, quase sempre é marcado pelo arcaísmo (SANTOS, 2008, p. 46).

Quadro N 2. Caracterização dos dois circuitos económicos

CARACTERÍSTICAS	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capital	Importante	Reduzido
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos a discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>).
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios.	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios.
Relação com a clientela	Empessoais e/ou com papeis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importante	Despreciáveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior.	Reduzida ou quase nula.

Fonte: Santos (2008, p. 44)

No quadro anterior, Milton Santos (2008) faz uma caracterização dos dois circuitos, apontando como estes são compostos, lembrando que para este autor cada circuito econômico constitui em si mesmo um sistema, embora analisando suas características a partir das relações de complementaridade, pois estes não são isolados uns dos outros.

Comayagüela, entre ruas e avenidas, é um espaço reconfigurado pela apropriação e uso de espaços públicos por comerciantes, onde podemos encontrar uma gama de produtos tanto do circuito inferior como do superior, como também a presença de capital e trabalho intensivos, regulação burocrática por entidades de controle estatal, assim como o escapismo do mesmo.

A formação de espaços de consumo, onde a aglomeração determina margens de lucro, concentrando e oferecendo mercadorias obtidas através de grandes comerciantes que viajam para outros países (atacadistas e fornecedores) ou importação através de grandes empresas que os fornecem, são os primeiros responsáveis por grande parte da geração de emprego e fornecimento de pequenos comerciantes.

São nas ruas que estão presentes todos os tipos de produtos que demonstram a ação e construção de redes, de cooperação, informação, bem como a comercialização e distribuição de mercadorias procedentes de diferentes partes do mundo, encontro de capital importante e reduzido que sustenta a dinâmica comercial local, onde os dois circuitos econômicos se manifestam, e onde os processos de modernização influenciam a sociedade e a economia.

Essas características são presenciadas na 5ª avenida, núcleo comercial e um dos principais focos de aglomeração não só de pessoas, mas de mercadorias, onde também é apreciada a presença de diferentes formas de organização e improvisação de novos espaços destinados a vendas que estão em sua máxima expressão de comerciantes denominados localmente como "vendedores passeados", até grandes estruturas metálicas adaptadas com energia e espaços de lazer.

A distribuição do comércio em Comayagüela, é um aglomerado de produtos acessíveis para pessoas de diferente poder aquisitivo, espaço de concentração de fluxos e redes criadas pelo cotidiano, a partir das pessoas que compõe o chamado "circuito inferior", em sua relação com o "circuito superior". A distribuição de mercadorias concentrou-se em uma centralidade construída a partir da inter-relação de seus diferentes produtos e formas de produção.

1.2 Da produção do espaço ao consumo do espaço: o comércio de via pública, a representação do espaço de consumo.

Quando analisamos as diferentes manifestações do comércio informal, devemos ter em mente que o mundo moderno e sua interpretação não podem estar distantes de uma análise espaço-temporal, uma vez que as modificações que acompanham os diferentes sistemas econômicos, sociais e culturais, especialmente no século XX, ao longo da história, abriu caminho para múltiplas alterações nas relações de trabalho e comportamentos por parte dos consumidores

O avanço das técnicas implantadas na modernização em busca de responder às necessidades da sociedade, trará consigo novas manifestações de divisão do trabalho, por isso a necessidade de novas alternativas de sobrevivência, bem como novas formas de uso e apropriação do espaço, que se manifestam como espaços de consumo em um sistema econômico dinâmico cuja exclusão laboral se torna uma de suas principais características, como descrito por Cleps.

Considerando-se que a produção espacial se realiza no plano do cotidiano e que a partir dessas relações aparecem novas formas de apropriação, de utilização e de ocupação de um determinado lugar, num momento específico que, através de seu uso, revela-se como produto da divisão social e técnica do trabalho, produzindo uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada (2009, p. 328).

O crescimento da economia informal nas últimas décadas traz consigo a manifestação de múltiplas atividades, as quais revelam o dinamismo e a complexidade que caracterizam este setor. Como discutimos anteriormente, vale ressaltar que o interesse do nosso trabalho é uma de suas articulações, especificamente a denominada em 2002 pela OIT como "comércio em via pública", também conhecido como comércio ambulante. Para Maria Brandão “o estudo da ocupação do espaço público pelo comércio ambulante é um desafio sedutor, na medida em que aborda questões urgentes e pouco exploradas” (2008, p. 9).

Também conhecido como "comércio ambulante", é uma das suas denominações mais frequentemente usadas, algumas de suas atividades, deve-se ressaltar, são tão antigas quanto a própria história da sociedade, constituindo uma das primeiras formas de troca, que adotou diferentes formas através do tempo. Para Elizabeth Costa,

O ambulante é ainda visto como um desenraizado, aquele que deriva “voltar para a lavoura”. Num certo sentido, o mercador ambulante de hoje pode ser associado aquele da Idade Média, que buscava naturalmente os locais onde a concentração de homens permitia esperar oportunidade de ganho. O espírito

farejam-te desses mercadores permanece presente nos dias de hoje, determinando a implantação do comércio ambulante nas áreas urbanas de maior influência. Além disso, o sentido autônomo de tal atividade valoriza as “habilidades” individuais, por sua vez, uma qualidade essencial no mercador medieval (1989, p. 31).

Este termo recebeu uma crítica pelo seu uso na atualidade por parte do autor De Soto: “En consecuencia el término “comercio ambulatorio” resulta equivoco, dado que no todos los “ambulantes” deambulan; sin embargo, se trata de la denominación más difundida” (1989, p. 67).

Para De Soto, o termo “comercio ambulatorio” evoca duas atividades definidas: “la del comerciante que deambula por la ciudad ofreciendo productos o servicios sin un lugar fijo donde establecerse (itinerante), y la del comerciante que expende mercadería o presta servicio desde un puesto fijo en la vía pública” (1989, p. 69).

É também uma das atividades mais complexas em sua execução, devido à precariedade das condições físicas em que atua. Algumas pessoas podem ser vistas como o último elo na cadeia da estrutura capitalista, já que são atividades que recebem menos apoio do Estado e mais preconceitos por parte do mesmo, e, além disso, são mal vistas por alguns setores da sociedade, já que na atualidade um emprego é sinônimo de status. Castells argumenta, “Enquanto que a busca de um indivíduo por emprego está ligada diretamente à forma hegemônica de ocupação na sociedade capitalista, para se fazer reconhecido, para se ter *status* e proteção social, na sociedade salarial como destaca” (1998 *apud* de OLIVEIRA 2009, p. 29).

É assim que, atualmente, um emprego é sinônimo de reconhecimento social e, em muitos casos, essas atividades geram rejeição e críticas pela maneira como essas entidades agem em relação à ocupação do espaço. De acordo com Vargas, os ambulantes “são considerados, muitas vezes, anacrônicos, desinteressantes ou até mesmo perigosos [...] outras vezes fazem a alegria dos turistas” (2001, p. 303).

Santos, em sua teoria sobre o circuito inferior, faz menção a esta forma de ocupação “Os vendedores de rua constituem o nível inferior da pulverização do comércio, o último elo da cadeia de intermediários entre os importadores, indústrias, atacadistas e consumidor” (2008, p. 218), dividindo em duas categorias estas atividades, “os que são mais ou menos sedentários, que tem seu local fixo na calçada ou andam com suas mercadorias nas ruas do centro da cidade e aqueles que vão à procura de fregueses nos bairros”. (2008, p. 219)

Desta forma, as mudanças na estrutura econômica, a globalização, que traz a implementação de novas tecnologias de produção, entre outros, também traz como consequência o aumento de trabalhadores que não se enquadram na lógica capitalista, são atividades consideradas como "não tipicamente capitalistas". Atividades que se desdobram em um mercado de trabalho dinâmico, onde formas de manifestação assumem diferentes representações, por meio das quais essas atividades e a ocupação do espaço são constantemente criadas, destruídas e recriadas. Para Vargas "O comércio ambulante [...] assumiu formatos diferentes, quer na forma de mercados temporários ou feiras, quer como barracas isoladas, panos estendidos no chão, carroças, carros e o próprio ambulante perambulando em busca de consumidores" (2001, p. 303).

O termo "comércio ambulante" é, para alguns autores, equívoco, como é descrito por De Soto, sendo essas atividades as mais visíveis devido à sua execução em vias públicas. Segundo SILVA (2008), a importância dessas atividades começa a entrar em maior discussão devido ao acordo da Mulher no Emprego Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO-STREETNET, 2002), enquanto a OIT nos diz que o comércio em vias públicas e trabalhadores em casa representam os dois grupos mais importantes da força de trabalho do setor informal "Tomados juntos segmentos, se estima que representan en promedio de 10% a 25% de la fuerza laboral del sector informal en los países en desarrollo y cerca del 5% en los países en desarrollo" (2002, *apud* SILVA (2008, p 28).

Lembrando que este tipo de comércio apresenta características como um fenômeno heterogêneo, mas não homogêneo (especialmente no uso da rua), devido às diferentes formas em que as pessoas inseridas em vias públicas são estruturadas, já que as múltiplas expressões vão variar da mercadoria oferecida, até às diferentes estruturas criadas para a venda de estes, sendo esta a face mais representativa do comércio informal, OIT:

Los vendedores en la calle no son un grupo homogéneo, pueden ser categorizados o agrupados de acuerdo con: El tipo de bienes que venden, dónde venden y qué medio utilizan para vender, así como su estatus de empleo. Además, para algunos es un trabajo de tiempo completo mientras que para otros es de tiempo parcial (2002 *apud* SILVA 2008, p 31).

Este tipo de comércio é dividido em três por parte Encuesta Nacional de Empleo (ENE) no México: o comércio ambulante, este é associado com o chamado por De Soto como itinerante, que é representado pela pessoa que não tem um ponto fixo para as suas vendas, sendo assim, obrigado a circular por áreas estabelecidas de acordo com seu interesse e

interpretação, em busca de sua sobrevivência; esses atores podem ser vistos em praticamente qualquer ponto das cidades, metrô, terminais, semáforos, etc.

O comércio semifixo caracteriza-se por ter estruturas semimóveis, que vão desde vagões, bicicletas, motocicletas, até carros que são adaptados para suas vendas, para as quais há uma apropriação do espaço temporariamente. Por fim, o comércio fixo, o qual apresenta uma estrutura melhor para realizar suas atividades, um exemplo disso são os camelôs (estrutura fixa, denominação utilizada no Brasil), que variam de sua forma e material de construção, permanentemente estabelecidos em um espaço, geralmente na rua ou na calçada.

Sem dúvida, um dos principais interesses quando se analisa o comércio de via pública é o local de ação deste, porque quando falamos de espaço público entramos em uma discussão ampla e polêmica, Aris diz sobre isso. “Na cidade atual, existe um grave desequilíbrio entre o mundo privado, que avança e diversifica, e o mundo público, que mingua e retrocede, perdendo cada vez mais seu caráter de estrutura primária da forma urbana” (1996 *apud* BRANDÃO 2009, p. 23).

Assim, poderíamos dizer que a análise entre o físico e o social se torna complexa, pois cada espaço está impregnado de características culturais, simbólicas, econômicas, ideológicas, entre outras, sendo o espaço geográfico econômico, criado e reconfigurado por essas atividades que se manifestam em seu conteúdo dentro do espaço urbano. Para Santos, “as formas geográficas, ou os espaços, contêm obrigatoriamente frações do social; não são apenas formas, mas formas e conteúdo, cuja significação – e forma – altera-se na medida em que os movimentos e as forças da sociedade lhe atribuem frações distintas do todo social” (2008, p. 29).

A criação de novos espaços de consumo dentro dos espaços urbanos é acompanhada pelo que Henri Lefebvre (2004) chama de "quantidade e qualidade de contradição". Neste caso, nos referiremos a um de seus três termos utilizados dentro da referida contradição: "Do espaço de consumo ao consumo de espaço", que é refletido pelos trabalhadores, organizando seus negócios com base em cálculos matemáticos baseados em fortes concentrações de pessoas e um fluxo constante de transporte, o que facilita a oferta de comerciantes oferecendo um serviço com produtos a preços acessíveis, o que lhes permite maiores oportunidades de venda. Conforme Rodrigo Capelato (2008):

A prática do comércio de rua caracterizando o que chamaremos de setor informal se desenvolve quase sempre nos locais públicos de maior circulação ou de grande valorização comercial e se estabelece como meio de

explorar certa atividade sobre uma área que, a princípio, deveria ser de livre acesso a todos. (CAPELATO 2008, p. 20)

Essas atividades, devido à sua característica de apropriação do espaço, às vezes denominada invasiva, causam conflitos entre os órgãos reguladores e os atores sociais, pois os espaços se tornam restritos e às vezes são destruídos, e estes são recriados. Uma característica do comércio itinerante é sua capacidade de evasão e até mesmo de alteração das leis, de modo que o espaço infringido pode se tornar um espaço assumido. Para Costa, “Tal postura, revelada em muitos projetos para a cidade, reveste-se da intenção constante e recuperar a harmonia – na verdade – nunca antes vista – do espaço urbano” (1989, p. 28).

As atividades comerciais são a essência da reprodução da força de trabalho, sendo este transformando em mercadoria, portanto, no contexto urbano são aquelas que estabelecem as relações de troca no sistema capitalista, por isso o espaço não é independente da estrutura social. Da mesma forma, para que essas relações de troca ocorram, é necessário um ponto de encontro, sendo este o espaço público. Eduardo Yázigi, “Por ser economia de rua, depende, exclusivamente do espaço público. Deste ângulo, não pagam aluguéis, mas apenas taxas municipais, quando são legalizados” (1997, p.110).

Assim, a complexidade inserida na reconfiguração do espaço público e a criação desses pontos comerciais através do desenvolvimento desigual do capital, é percebida a partir dos estabelecimentos criados para desenvolver tais atividades, como estabelecimentos de ponto fixo, os quais Costa (1989), denomina como “espaços bola”, que são adaptados e integrados como uma forma de espacialização, contando com uma lógica baseada em sua estrutura, localização e o simbolismo constituído nos espaços de consumo, a partir da apropriação dos espaços públicos.

Para Costa cada “espaço bolha” “é um espaço novo, onde os signos presentes vão sendo continuamente interpretados pelos indivíduos em nível material e em nível ideológico” (1989, p. 52). Portanto, esses espaços superam suas características físicas, onde o comércio de via pública se torna um ator que os enche com dinamismo, razão pela qual, segundo este mesmo autor, o comércio ambulante não cria tais espaços, mas é responsável pelo conteúdo inserido e sua realidade passageira, que acaba concretizando-se graças às múltiplas manifestações e criatividade em seus equipamentos.

O comércio informal pode ser dividido em três grandes grupos: os fixos, aqueles instalados próximos a áreas de serviços ou equipamentos públicos com grande movimentação, tais como terminais de transporte urbano, igrejas e hospitais; os periódicos, que ocorrem em áreas de lazer como parques,

estádios de futebol, entre outros, instalando-se nos finais de semana e feriados; e os ocasionais, que surgem em torno dos comércios formais, em atos públicos ou festas comemorativas populares (CLEPS, 2009, p. 335).

Deve-se destacar que essas atividades e sua apropriação do espaço público são manifestações do cotidiano e essas ocupações se integram como um modo de vida das pessoas, por isso a discussão sobre uma configuração do espaço público vai além do perceptível. A inserção do comércio de via pública, as apropriações e conseqüentemente a recriação espacial nos espaços tolerados pelos órgãos municipais, determina que as cidades sejam espaços de contradições.

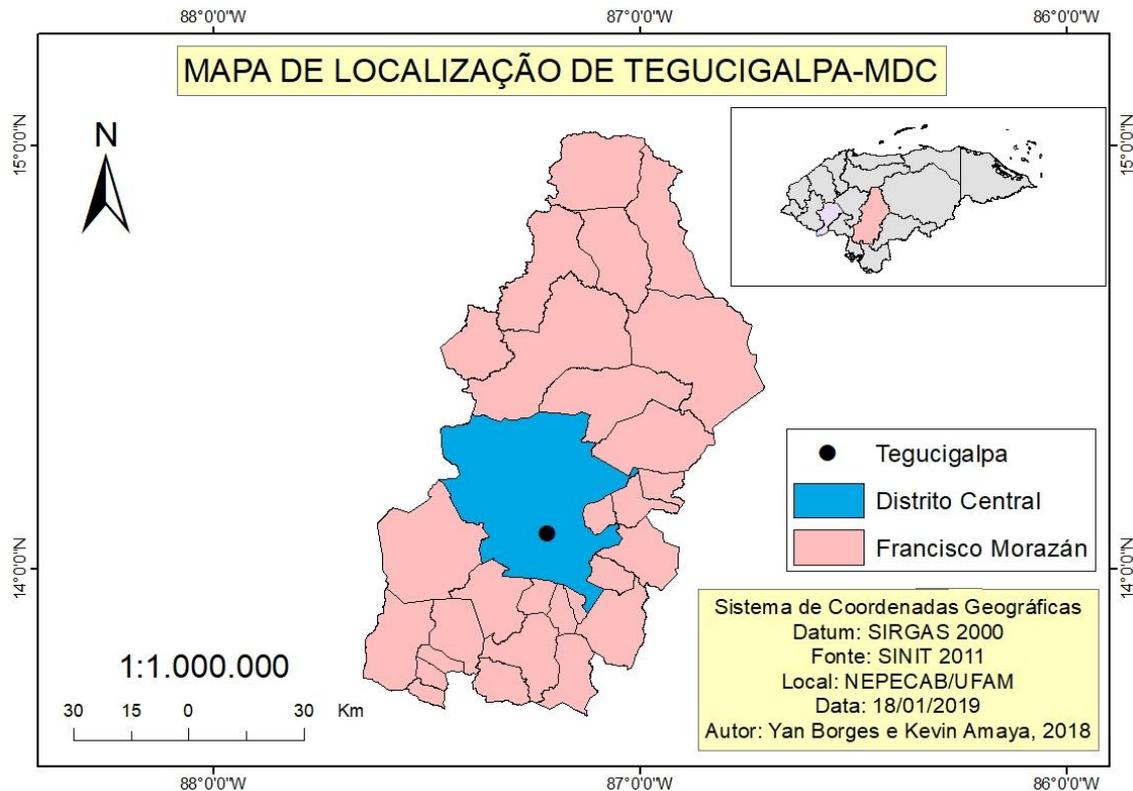
1.3 O comercio de via pública no espaço urbano, o caso de Comayagüela.

Antes de iniciar a discussão, devemos destacar que Honduras está localizada dentro das coordenadas geográficas de 86 ° 30 '00' 'longitude oeste e uma latitude de 15 ° 00' 00 " norte, localizada na América Central, no coração do hemisfério ocidental; sua divisão política está distribuída em 18 departamentos e 298 municípios, sendo a segunda maior extensão territorial em relação aos países da América Central, com 112.492 km², compartilhando fronteiras terrestres com a Guatemala, El Salvador e Nicarágua.

O Município do Distrito Central MDC, constitui a capital de Honduras segundo os artigos 8 e 295 da Constituição da República, sendo conformada pela área metropolitana de Tegucigalpa e área metropolitana de Comayagüela. Tradicionalmente, estas cidades são chamadas irmãs até que se unissem em um único município em 1890, emergindo o Distrito Central, em 1937.

Entende-se que eles não mais existem como municípios separados, sendo a denominação oficial como Município de Tegucigalpa do Distrito Central, com uma extensão de 1.514,72 km², subdividida em 2 cidades, 892 bairros, 44 aldeias e 291 aldeias.

Mapa 1: Localização de Tegucigalpa MDC – Honduras



Para melhor compreender o anteriormente exposto, e obter uma visão mais geral da nossa área de estudo, é necessário fazer uma breve discussão histórica sobre Comayagüela, que nos ajudará a analisar as relações espaço-temporais da dinâmica local, relações espaço-temporais das ações de apropriação do espaço público que tornariam o atual centro de Comayagüela uma centralidade, um espaço de possibilidades, de lutas, de tolerância, construído e recodificado a partir do uso pelo comércio via pública.

1.3.1 Comayagüela e seus Inícios

Há muitas questões sobre a origem de seus nomes, mas Tegucigalpa e Comayagüela compartilham uma forte ligação, não apenas histórica, mas também sociocultural e política, desde o período pré-hispânico (ARDON, 1993) (LARA PINTO, 1985) (ARDON 1937) (TURCIOS, 1959), o traçado urbano dividido pelo Rio Grande ou Choluteca, constituindo na atualidade o Município do Distrito Central.

De acordo com Lara Pinto (2016), o assentamento de Tegucigalpa existia antes da conquista espanhola, tornando-se capital no ano de 1880, e Distrito Central em 1937. Com Comayagüela, são conhecidas como as cidades gêmeas, que por sua natureza tem o

assentamento Espanhol desde o século XVI. Comayagüela permaneceu como um povoado indígena, construindo assim sua própria identidade. A historiadora Inés Navarro descreve:

Plantea tres hipótesis sobre los orígenes de los habitantes de Comayagüela, la primera corresponde a los primeros pobladores... “los llamados, indios del pueblo abajo (hoy barrio abajo) ... tribu o tribus pertenecientes al grupo lenca” ... (Navarro, 1900, p. 3). La segunda hipótesis, es el posible sitio de origen de los pobladores el cual sería Lejamaní, Comayagua. Lo cual sustenta a partir de la tradición realizada conocida como Guancazco, el cual menciona ... “el antigua guancazco entre la patrona titulares de Lejamaní y Comayagüela ...” y el tercer origen, es el municipio de Jano, correspondiente al departamento de Olancho. Lo cual refuerza a partir de testimonios de “... muchos ancianos de La Cuesta...” (ibid, p,8) (1900 apud JOSÉ CARDONA, 2014, p, 27)

Salvador Turcios (1959) argumenta que a origem de Comayagüela é fundada por nativos de origem Nahuatl ou Mexicano, que viviam no município de Jano, anteriormente destacados por Inés Navarro (1900), levantando a hipótese de que eles foram realocados para o trabalho na região. Minas ricas estavam sendo exploradas em Tegucigalpa e Santa Lucia. Desde sua primeira menção, Comayagüela é subordinada sob o controle de Tegucigalpa, como nos explica Lara Pinto (1985, p. 184).

La posición subordinada de Comayagüela con respecto a Tegucigalpa se manifiesta en el nombre compuesto de la primera *Comayaguatécuzicalpa* (Información... 1582), que nunca se usa cuando la referencia es exclusiva a Tecuzicalpa; más tarde se designará a Comayagüela como un pueblo de las minas de Tegucigalpa (Nómina, 1684-1685 en Vallejo, 1893) o como pueblo de indios del curato de Tegucigalpa (Censo, 1791 EN VALLEJO, 1893).

Encontrando suas primeiras menções no período de 1582, mudando para 1685 como Comayagüela, foi até 30 de julho de 1820 que abriu o caminho para a transformação do antigo cabildo indígena e se tornou um conselho municipal (LARA PINTO, 1985). (VALLEJO, 1893) (TURCIOS, 1959)

Deve-se destacar que para o ano de 1844, esta "quase desaparece", sendo lançada a ordem de queimar a comunidade no período de governo de Francisco Ferrera, intencionalidade que foi detida. Mais tarde será nomeado no ano de 1949 como Villa de Concepción, retomando seu antigo nome e recebendo em 10 de abril de 1897 o título de cidade sob o mandato do ex-presidente Policarpo Bonilla, sendo atualmente um único município a partir de 1937.

1.3.2 Mercados “EL Progreso” e San Isidro: Modernidade e Desigualdade

Habermas define a cidade como "el espacio público en donde el poder se hace visible, la sociedad se fotografía y el simbolismo colectivo se materializa" (1993 *apud* SILVA 2008, p. 6). É por isso que a cidade é elaborada e transformada pela sociedade, onde o espaço urbano é definido a partir da natureza das atividades econômicas.

Comayagüela foi em busca de modernização para transformações experimentadas "no público" e "o público", e estas são transformações espaço-temporais que deram um impulso e uma reimpressão à morfologia urbana ao povo de índios anteriormente conhecido; o modernismo sofreu a partir de novas políticas nacionalistas que marcaram o desenvolvimento econômico de Comayagüela entre 1880-1940, conforme destacado em seu estudo Marvin Barahona, (2014).

Será brevemente destacado a construção do Mercado "El Progreso", pois, para desenhar um quadro histórico e a representatividade dos mercados localizados em Comayagüela, não só no presente, mas também desde o seu início, como um elemento fundamental na análise do comportamento através da vida cotidiana que coexiste em suas vias públicas, e o uso dado a ela por os comerciantes, o foco de nosso trabalho.

Um dos primeiros conflitos registrados pelo comércio nas vias públicas cadastradas, data do ano de 1888, porque os comerciantes se instalaram na ponte Mallol, onde os trabalhadores que viajavam diariamente para a cidade irmã circulavam, o que causou as queixas da prefeitura de Tegucigalpa que exigiu a realocação destes, destacados nos textos como uma reivindicação feita ao gabinete do prefeito de Comayagüela pela sujeira que era derramada ao rio, relato que é resgatado por Luis Lozano:

En su afán por reubicar los vendedores, el general Longino Sánchez en 1888... ordeno la retirada del puente Mallol, a 150 varas del río, alegando que habían convertido en inodoro los bajos de los arcos del puente y que las muchas suciedades que se arrojaban al río envenenaban las aguas (LOZANO, 2014, p. 82).

Este despejo teria consequências, como o prefeito de Comayagüela que respondeu com uma demonstração enérgica contra a posição tomada pelo comandante de armas e governo político do departamento, naquela época Longino Sánchez (TURCIOS 1959). Sendo assim, começariam a ser gerenciados os primeiros fundos para a construção de um espaço moderno para os comerciantes, que seria inaugurado em 29 de junho de 1888, e que continuaria funcionando em condições precárias até 1905.

As mudanças experimentadas através das modernizações e do ideal de construção de uma economia sustentável, levaram à proposta em 1904 para a construção de um novo mercado "San Isidro", a partir de 14 de setembro de 1905, com o investimento de capital privado e apoio da gestão administrativa de Benjamín Henríquez. Esta construção se tornaria um elo entre o "moderno" e o "primitivo", trazendo de acordo com Barahona “el resultado más tangible, fue un incremento notorio del valor de la propiedad inmobiliaria y del acaparamiento de tierras por parte de la élite de Comayagüela” (2014, p. 20).

Vale ressaltar que a construção do mercado de San Isidro e as duas escolas da área, República Argentina e Lempira, funcionariam como berçários para os filhos dos vendedores. Segundo Barahona (2014) en su mayoría las trabajadoras eran madres solteras, siendo el papel de la mujer destacado por dicho autor, pues gracias a la presión de éstas se logró completar el proyecto.

Figura 1. Mercado San Isidro 1910, Comayagüela.



Fonte: Lozano (2014 *apud* Dr. Jorge Amaya 1910)

A construção do novo mercado foi assolada por irregularidades, a corrupção foi um dos seus principais obstáculos, mas assumido por parte de Cipriano Vásquez, banqueiro, e Federico Werlin, estes entregariam o trabalho com 104 cubículos, atrasando a construção. O prefeito nomeou uma comissão de supervisores que percebeu que o trabalho estava inacabado, tendo investido um total de 33.969,50 pesos que mal cobriam 27 dos 104 compartimentos acertados (LOZANO, 2014).

O prédio foi confiscado e administrado pelo gabinete do prefeito em 12 de dezembro de 1908, operando até 1924 devido a um incêndio que destruiu sua estrutura. Os trabalhadores estabelecidos em suas instalações foram colocados nas ruas, tornando-se parte de um comércio ambulante, e o espírito empreendedor é destacado pelos jornais locais da época, como descrito por Lozano: Lozano, “A pesar que durante muchos años se ha vivido en el país una convulsión crónica, los habitantes de Comayagüela son personas trabajadoras y tienen un

espírito empreendedor, que no se rinden ante la adversidad”. (2014, p. 84 *apud* diario Pueblo Nuevo 1949).

Começando sua reconstrução em 15 de março de 1924, desta maneira, percebeu-se a importância dos mercados no contexto e dinâmica da evolução econômica de Comayagüela, mas a construção desse novo espaço público de modernidade implicava novos impactos no setor menos privilegiado, pois segundo (BARAHONA, 2014), isso trouxe o aumento de valor da terra, a desapropriação e apropriação ilegal dos territórios, o rearranjo das famílias para áreas de menor valor comercial além do aumento da corrupção do sistema administrativo.

Dessa forma, tornou-se um processo de apropriação e expropriação de terras indígenas ancestrais dos povos de índios Comayagüela, que nos descreve Barahona:

fotografías comprueban que los pobladores con rasgos aparentemente indígenas estaban presentes en los alrededores de los mercados, descalzos, harapientos, mostrando así su pobreza y baja condición social. Las mujeres aparecían sentadas en los alrededores de un mercado, vendiendo tortillas o frutas de la tierra, también podrían ser indígenas, pero, aunque no lo fueran, indicarían ultimo termino la participación de las mujeres en el sostenimiento de la economía familiar, a pesar de su marginalidad social (2014, p. 21).

O impacto da construção de um novo espaço de consumo "moderno", disponível para os setores economicamente mais representativos da época, fortaleceu a desigualdade e limitou o acesso a outra parcela da população. Como os espaços "públicos" foram alterados sob a normativa de função e regulação de novas políticas estatais em favor da modernização, o impacto é revelado de acordo com Barahona “en una historia que se mantiene viva en un presente que la rechaza” (2014, p. 22).

A construção de novos espaços "modernos" detonaria e agravaria um cenário de desigualdade, pobreza e marginalidade, refletido na época na população indígena socialmente excluída, abrindo até 1954 passo a uma instabilidade econômica devido ao deslocamento do eixo comercial pelo mercado "Los Dolores ", localizado em Tegucigalpa.

A leitura da cidade, através de seu organismo vivo, considera os fenômenos e acontecimentos que acontecem no cotidiano do espaço urbano. Por meio da observação de seu fenômeno vivo, vemos reveladas as relações socioeconômicas que criam os espaços urbanos de acordo com sua apropriação e uso pelos diferentes grupos de indivíduos. A cidade é, portanto, o espaço das diferentes manifestações sociais, resultantes dos diferentes interesses econômicos de uma dada sociedade num determinado lugar e momento (CLEPS, 2013, p. 334).

Na leitura dos mercados, como construção e extensão do vivido no espaço geográfico, das manifestações dinâmicas espaço - temporal, desde sua construção e destruição de sua

própria identidade (referindo - se à facilidade com que estruturas comerciais improvisadas podem ser realocadas), focaremos nossa discussão na modificação simbólica nas ruas de Comayagüela, onde a passagem do tempo nos revela que em suas ruas se encontra o espírito de luta e esperança por parte das pessoas que lutam por seu direito à cidade. Ruas, para Lefebvre:

Lugar de encontro? Talvez, mas quais encontros? Superficiais. Na rua caminhasse lado a lado não se encontra. É o “se” que prevalece. A rua não permite a constituição de um grupo, de um sujeito, mas se povoa de um amontoado de seres em busca. De que? O mundo das mercadorias desenvolvesse na rua (2000, p. 30).

As vias públicas de Comayagüela são ponto de encontro que refletem as contradições em torno de sua apropriação, dinâmica e comportamento através da compreensão de sua totalidade. Essas ruas serão o centro de nosso estudo, o conflito gerado por particulares desejos e interesses refletidos, o que abrirá o caminho para uma análise em torno do "uso" por parte das diferentes manifestações que articulam a rede comercial e a dinâmica local.

1.3.3. Comércio em vias públicas: O caso de Comayagüela

De acordo com o estudo realizado pela OIT (2013) sobre organizações de trabalhadores e empregadores da economia informal no Distrito Central - Tegucigalpa, apoiado pelo Censo de 2012 realizado por o Instituto Nacional de Estatística (INE), sobre o emprego informal, Honduras tem uma população estimada de 8.303.339 habitantes, com a população em idade de trabalhar de 6.627.556 (47% homens e 52% mulheres); a população economicamente ativa (PEA) é de 3.364.688 (65,5% são homens, e 34,7% mulheres), representadas no setor urbano com 1.600.413 (47,6% homens e 40,6% mulheres).

Vale ressaltar que a economia informal de Honduras, segundo estudos realizados pela OIT, ainda carece de uma clara caracterização, e não conta com formas de mensuração direcionadas a esse fenômeno:

Honduras, no cuenta con una definición clara de lo que es economía informal, la Secretaria de Trabajo y Seguridad Social (STSS) recientemente se ha incorporado conjuntamente con el sector trabajador, empleador y gobierno a que Honduras cuente con una definición y metodología de medición estadística que detalle las características del empleo informal en el país OIT (2013, p. 64).

A OIT destaca, no estudo sobre as "Experiências efetivas para a transição para a formalidade: Lições aprendidas e desafios na Costa Rica, El Salvador e Honduras", realizado em 2016, que o número de pessoas ocupadas na informalidade na área urbana não agrícola é

equivalente a 1.643.402, o que corresponde a 73,4% da economia nacional. Estes dados chamam a atenção para o aumento excessivo nas últimas duas décadas.

O Distrito Central é uma das cidades com maior representação deste comércio, apresentando uma população economicamente ativa (PEA) de 446.860 trabalhadores, (236.845 são homens e 210.015 mulheres). Deve-se notar que o foco do seguinte trabalho é direcionado para parte do centro histórico de Comayagüela, onde nove dos mercados mais importantes de ambas as cidades estão estabelecidos: San Isidro, Colón, La Isla, Primeira Avenida, Sétima Avenida, Zonal Belén, PERISUR, Mamachepa e Emmanuel, ou seja, é o ponto de encontro entre as múltiplas manifestações do comércio de via público.

As estatísticas fornecidas pelos jornais locais indicam que, de 100% da economia do Município do Distrito Central, apenas 30% é formal, localizada principalmente em Tegucigalpa e 70% é informal. Esses dados são apoiados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e instituições internacionais, como OIT e BM, sendo Comayagüela a principal sede desse setor econômico, uma vez que seus mercados locais contribuem com 60% do tesouro público que arrecada a prefeitura do município.

O jornalista Ulman Ucles (2014) do jornal El Heraldito, conta que são estimadas de 8.566 empresas que geram emprego para cerca de 60 mil pessoas em Comayagüela. Aqui, eles enfatizam que, devido à falta de estudos realizados, jornais e dados empíricos serão utilizados, sendo em alguns casos controverso sua aceitação dentro do mundo acadêmico, mas não há dúvidas de que seu destaque na vida cotidiana não pode passar despercebida.

Honduras tem baixas taxas de desemprego na região, o principal desafio é o alto índice de trabalho informal, levando em conta que 73,4% da economia é informal, conforme ao estabelecido por estudos da OIT (2013). De acordo com os dados obtidos do INE, a população hondurenha está dinamicamente ativa, já que no país apenas 4,3% estão desempregados, (OIT 2013, p.22) “Los desocupados en 2012 fueron de 120.811 personas que representan el 4.3% de la PEA, correspondiendo el 48.1% a hombres y 51.9% a mujeres” (según el censo 2016, la cifra asciende a 7,4%, lo que equivale a 291.048).

O centro histórico da cidade de Comayagüela é um espaço urbano de concentração de capital, onde se manifestam as diferentes atividades de comércio via pública, responsáveis pela produção, consumo e reestruturação do tecido urbano. Para Correa, “O espaço urbano capitalista, fragmento, articulado, reflexo, condicionalmente social, cheio de símbolos e

campo de lutas – e um produto social, resultado de ações acumuladas a través do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem e consome espaço” (2005, p. 11).

A paisagem constituída a partir da divisão do trabalho e a desigualdade de condições abre caminho para uma divisão econômica do espaço, termo implementado por Correa (2005), que se refere aos processos que modificam o espaço, como a apropriação do espaço público por estas atividades concretizadas de maneiras diferentes, sendo o centro um lugar dinâmico. De acordo com Souza, “o centro e a centralidade são elementos da dinâmica urbana, onde o espaço é a totalidade, construído a partir da divisão social do trabalho que deixa na paisagem marcas da sociedade” (2017, p. 66).

Na maioria dos casos, o centro urbano implica e propõe concentração de tudo o que se dá no mundo, na natureza e nos cosmos: produtos da terra, produtos industriais, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos (LEFEBVRE, 1983, p. 46).

As pessoas que exercem suas atividades principalmente nos mercados de Comayagüela, enfrentam grandes adversidades ano após ano, como eventos naturais, devido à sua posição geográfica e condições precárias. A área já foi afetada por inundações, incêndios e enfrenta altos índices de violência. Segundo os atuais estudos da OIT, quem enfrenta condições mais precárias são os jovens.

1.4 Área de estudo:

Um dos maiores desafios como pesquisador é a aceitação e participação de futuros colaboradores que darão significado ao estudo, como mencionamos anteriormente, no nosso caso, a delimitação do traço urbano de Comayagüela que representa nosso foco de pesquisa, faz parte do chamado Centro Histórico de Comayagüela, isto é, que combina centralidade e concentração da cotidianidade exercida em torno do uso e apropriação do espaço público feito por o comércio em vias públicas.

Seguindo a caracterização feita no Regulamento do Centro Histórico, elaborado pela prefeitura do Município do Distrito Central, a localização e descrição do centro histórico de Comayagüela é a seguinte:

Tomando como punto de partida el puente Carías Andino, se continua rumbo al sur a lo largo de la sexta avenida hasta la intercepción de la novena calle, donde se gira rumbo al Este hasta interceptar con la quinta avenida. De ese punto se continua rumbo al sur a lo largo de la quinta avenida para luego girar rumbo al este en la calle catorce, hasta desembocar en la primera avenida, siguiendo el río Choluteca paralelamente a la primera avenida rumbo al norte, se continua el mismo hasta terminar en el puente Carías, donde se inicia la delimitación del Centro Histórico (2014).

Como é mencionado por Oliveira (2008), a noção do campo de pesquisa que criamos no momento de nos integrarmos na dinâmica local, será modificada em torno das ações e do cotidiano dos atores sociais, é essa dinâmica que vai alterar nossa percepção de espaço ao qual iremos nos integrar. Assim dito, o comportamento pode aumentar, reduzir e enriquecer a dimensão do espaço estudado.

Roberto Oliveira nos menciona que “Talvez a primeira experiência do pesquisador em campo – esteja na domesticação teórica de seu olhar” (1998, p. 19), pois considera que desde o primeiro momento em que nos sentimos preparados para entrar no campo da investigação, este já foi alterado pela nossa maneira de visualizá-lo, que não escapa ao nosso modo de ver a realidade.

O traçado urbano escolhido como foco do nosso trabalho são as vias públicas que pertencem a parte do centro histórico delimitado, que atualmente concentra uma grande parte da dinâmica comercial do Município do Distrito Central, especialmente informal, conforme descrito anteriormente. A presença de múltiplas manifestações revelará contradições em torno de sua ocupação, fazendo referência a esta parte, já que após nossas primeiras aproximações, a delimitação preestabelecida foi alterada.

Comayagüela é percebida como uma cidade perigosa, apesar do fato de que os comerciantes afirmam ter diminuído esse perigo. Essa ainda é uma das grandes tarefas a serem resolvidas por parte das autoridades, uma questão que limita a intenção por parte dos consumidores de frequentar esses espaços, mas que representou, no nosso caso, uma das primeiras medidas de precaução a tomar, fator que limitou o deslocamento por alguns trechos locais.

A delimitação realizada, em certa medida influenciada pelo risco de alguns setores cuja abordagem era complicada, nos limita ao que corresponde à primeira avenida, até a sétima avenida, entre a primeira rua e a nona rua, seguindo o corte realizado por o Rio Grande ou Choluteca.

O traço urbano foi escolhido com a intencionalidade de reconhecer as diferentes manifestações do comércio em vias públicas, descrição de ruas, localização, terminais de ônibus, pontos de táxi, acessibilidade, centros educativos, hospitais, delegacias, mercados, entre outros, além de serem as ruas com maior concentração de comércio.

De acordo com o nosso trabalho de campo, é o espaço urbano que abriga os Mercados Municipais constituído por: a) Mercado San Isidro, localizado entre as 5ª e 6ª avenidas, se

estende pelas 1ª, 2ª e 3ª ruas; b) Mercado Colón, localizado entre a 5ª e a 6ª avenidas, na primeira rua; c) Mercado Álvarez, localizado entre a 4ª e 5ª avenida, na primeira rua; d) Mercado La Isla, localizado na 1ª Avenida, que divide Comayagüela e Tegucigalpa; e) Mercado Las Flores, localizado na 1ª Avenida e na primeira rua; f) 7th Avenida, como o nome indica, localizado na 7ª avenida, entre a 8ª e 9ª rua

Além dos Mercados Particulares, como a) Pasaje San Miguel, localizada entre as 5ª e 6ª avenidas, na primeira rua, ao lado da ponte Carias; b) Mercado Las Américas, localizado entre as 6ª e 7ª avenidas, na primeira rua e que são uma fonte de concentração de mercadorias diferentes, geração de emprego, rede de distribuição, além de ser parte da representação da própria identidade local.

O padrão de distribuição do centro de Comayagüela é aquele emoldurado pelos espanhóis, organização do tipo xadrez estabelecida a partir do tempo colonial, e ruas em sua maioria de fácil acesso. As casas e edifícios com fachada colonial estão em um estado atual de degradação devido à falta de manutenção, sendo agora principalmente casas e estabelecimentos de uso comercial.

O fluxo de transporte é uma das principais razões das quais o comércio foi fortalecido e mantido nas vias públicas de Comayagüela. No local do estudo existem várias frotas de ônibus de diferentes rotas, além do fluxo de todos os tipos de transporte, desde carros particulares, táxis, motocicletas, bicicletas, até a entrada de caminhões de carga pesada, que entram à noite, quando eles vão descarregar mercadorias.

Aqui encontram-se os terminais interurbanos com destinos para o interior do país, El Paraíso, Texiguat, Olancho, Ciudad Mateo, La Esperanza, San Pedro Sula, Gracias, Comayagua, Siguatepeque, entre outros. Além das rotas interbairros, como é o caso da sétima rua, onde estão os terminais de ônibus, da Nueva Suyapa e El Carrizal, na 8ª rua, Los Pinos, Villa Vieja, Villa Nueva, entre outros.

No que diz respeito aos pontos de táxi, na 3ª avenida, encontra-se o ponto Kennedy – Mercado, na rua 5, San Miguel - Mercado, e na primeira avenida, na rua 3 é o ponto, 21 de outubro - Mercado. Em termos de circulação, nos dias de semana, entre segunda e sexta-feira, há mais problemas de trânsito entre 7:30 e 8:00 até 9:00 ou 9:30 e ao meio-dia entre as 12:00 h e às 13:30 h e à tarde das 16:30 h às 18:00 h. A acessibilidade ao estacionamento é pequena, muitos deles pertencem as grandes lojas comerciais, e alguns servem como armazéns durante a noite para os comerciantes

Além disso, podemos observar a presença de diferentes centros educacionais, como o Instituto Hibuera, Abelardo Fortín, a Escola Nacional de Belas Artes, as escolas primárias da República de Lempira e Argentina, e o Kinder Nacional. Na dinâmica comercial em suas ruas, observamos a presença de jovens estudantes que saem para vender doces para arrecadar dinheiro (não se sabe se é por conta própria ou como parte de uma atividade acadêmica).

Mapa 2: Área Estudio Centro Histórico de Comayagüela – Tegucigalpa Municipio del Distrito Central



Como podemos ver no mapa anterior, a moldura marrom constitui o perímetro de observação e identificação dos diferentes tipos de lojas, materiais, circulação, etc. anteriormente descritos. As ruas e avenidas em destaque foram selecionadas devido à sua relevância econômica e à concentração de fluxos e fixos que giram em torno da dinâmica comercial, construída em volta dos mercados locais. A presença de diferentes linhas de ônibus urbanos e interurbanos, além das múltiplas manifestações do comércio informal, sejam fixas, semi-fixas ou móveis, se manifesta nessa avenida, onde foram realizados 174 questionários para comerciantes e 16 funcionários da Gerencia de Ordem Público; 10 roteiros de conversas foram realizados, estes como teste e primeiros acercamentos com o objetivo de ser aceite.

Na **primeira avenida**, encontra-se o mercado atualmente chamado Las Flores e, ao atravessar o rio em conexão com a ponte, encontrara-se o mercado La Isla, avenida em que a presença de vendedores de rua é baixa, bem como carreteiros ou comércios de ponto fixo, que devido à proximidade do rio, é um espaço em constante risco de inundações, sendo escassa a presença de comércio em vias públicas.

A **segunda avenida** é mais caracterizada devido ao congestionamento de veículos na proximidade da ponte Mallol, local de concentração de vendedores ambulantes que sobem e descem o transporte urbano, oferecendo seus produtos. Vale ressaltar que este ponto é mencionado como concentração de vendedores historicamente, destacado por outros autores desde 1888. A anteriormente conhecida como Calle Real de Comayagüela, é uma das ruas mais emblemáticas em termos de história e tradição da cidade, um símbolo de identidade local própria.

Na **terceira avenida**, a concentração de comerciantes estabelecidos é maior. É uma avenida com um fluxo de tráfego e ruas disponíveis, bem como concentração de lojas "formais", aqui aumenta a presença de carreteiros, de maneira mais regular entre as ruas 1ª e 4ª.

Na **quarta avenida**, a concentração de motoristas, veículos e comércio estabelecido, marca um contraste maior na ordem de suas avenidas, como a presença de um grande número de comerciantes que aproveitam a proximidade de institutos como o Instituto Hibueras, e o National Kinder, mas a circulação das rotas de transporte congestionam as ruas, embora haja tráfego razoável e acesso veicular.

A **Quinta avenida** tem foco comercial e transcendente alta em concentração de mercadorias e existência de todos os tipos de negócios informais, desde comércio estabelecido, carreteiros, carreteiros semi – estabelecidos, vendedores passeados ou ambulantes, temporários, casuais e móveis; a aglomeração de transeuntes e comerciantes é tal que não há acesso de veículos e é complexo andar a pé, especialmente entre a 1ª rua até a 4ª rua. A partir desta rua até a 8ª rua, a concentração é alta, mas há um certo fluxo de veículos de pequeno porte.

Sua relevância econômica é fundamental para quê? Para a dinâmica local, pois é nessa rua que o fluxo comercial é mais intenso, além da presença de grandes atacadistas e fornecedores, a partir dos quais as redes de distribuição serão consolidadas, locais, municipais e até nacionais, bem como sua relevância para a geração de emprego, sendo esta a avenida onde a coleta de dados e aplicação de questionários foi realizada.

A **sexta avenida** tem maior circulação de veículos e presença de comércio estabelecido, poucos carreteiros devido ao conflito com os trabalhadores do transporte urbano. A avenida é conhecida pela presença de produtos de destaque, como ferramentas e materiais de construção, além de agropecuária, entre outros que caracterizam a zona; A gestão da Gerencia de Ordem Público é em menor grau, destacando o comércio estabelecido a partir da primeira à nona rua.

Na **Sétima Avenida**, a presença de comércio estabelecido ou carreteiros é em menor quantidade, sendo esta, caracterizada por abrigar várias lojas de fornecedores, ou atacadistas, além de ter pouca ou nenhuma presença do GOP, já que esta avenida é configurada por ser uma área de alto risco social, devido à maior incidência de violência.

Vamos destacar a função da **primeira rua**, uma das mais fortes em termos de movimento econômico, onde são apresentadas todas as formas de apropriação do espaço feita pelos comerciantes. Em um sentido vertical, sua presença se estende da primeira avenida à oitava, comercializando uma quantidade inumerável de produtos, um lugar estratégico que se aproveita de sua proximidade a múltiplos mercados e do fluxo veicular, que em tempos especiais se reduz quase na sua totalidade.

A segunda rua, conhecida por estabelecer a distribuição de produtos em sua maioria de caráter artesanal, sendo uma das ruas onde o acesso veicular, que vai da quarta avenida para a sexta, é completamente fechado, incluindo o espaço para pedestres, que circulam em busca de

produtos. Nossa amostra se expandiu entre a terceira, até a nona rua, entre a quarta e a sexta avenidas, decisão tomada pela grande concentração comercial, além de abrigar diferentes tipos de comércio em seus espaços públicos

A Prefeitura Municipal do Distrito Central (AMDC) denomina os diferentes negócios como vendedores ambulantes, semiestacionários e estacionários, dos quais reconhece que surgem devido à falta de emprego e migração do campo para a cidade, em busca de melhores condições de desenvolvimento financeiro, conforme descrito no acordo entre o ex-prefeito Nasry Juan Asfura Zablah e grupos organizados de vendedores ambulantes em 2013:

Considerando: que los vendedores ambulantes y estacionarios surgen por la falta de empleo y la gran migración de personas del campo a la ciudad, que buscan oportunidades de desarrollo social y financiero y que al no encontrarlas se convierten en un miembro más de la economía informal a fin de generar ingresos para el sustento personal y familiar, ocasionando con esta actividad la toma de espacios públicos como calles, avenidas, aceras, áreas verdes, derechos de vías y puentes para ejercer su actividad.

O referido acordo visa estabelecer um trato com os trabalhadores da via pública para cumprir com seu ordenamento, através do compromisso institucional do Estado em melhorar as condições de trabalho e a criação de novos espaços para o exercício de suas atividades, como a aquisição de propriedades como o prédio do Ministério de Educação, antigo Supermercado Mirna, Instituto Hibueras, reajustado para a relocação dos trabalhadores que estão nas ruas. Esses projetos foram propostos e sua evolução em termos de cumprimento da referida proposta será estudada.

Resulta desafiador compreender a realidade do cotidiano e as formas de espacialização a partir do comércio em vias públicas, lugar constituído através de redes, sob sua própria organização espacial, sua forma, extensão, complexidade e sua relação com os diferentes atores sociais, é um desafio, lembrando a necessidade de ser entendido partindo de sua totalidade.

É importante enxergar a cidade sempre como uma totalidade independente de seu tamanho ou localização, é preciso entende-la como o lugar da produção e reprodução da vida social e como o lugar da própria vida, compreendendo o homem em todas as dimensões da sua existência, para além do trabalho e do consumo (MÓNICA ARROYO 2017, p. 53).

As particularidades dentro do espaço geográfico, apresentarão desafios e particularidades, sendo o conflito gerado entre o "público" e o "privado" que revelam certas contradições do espaço. São essas condições sociais e físicas que nos ajudarão a entender um pouco mais sobre como estas

atividades são desenvolvidas na realidade do cotidiano, a cidade "esquecida" como espaço de oportunidades.

1.5 A produção do espaço – conflito entre o público e o privado a partir do comércio de via pública.

Quando falamos sobre a extensão do comércio informal, conhecido como comércio de via pública, é importante destacar sua importância dentro do papel econômico que desempenha nas pessoas que participam dessas atividades, seja como uma forma de sobrevivência ou como uma forma de acumulação do capital, depende da linha de pensamento a seguir. Discutiremos um panorama sobre como a produção de espaço e novos espaços de consumo se manifestam a partir dessas atividades, esses espaços serão objeto de disputa partindo da contradição entre público e privado, espaços cheios de simbolismo, onde suas contradições são produzidas e manifestadas.

Espaços públicos, sejam eles praças, ruas, praias, parques, etc. são um ponto de encontro onde cada uma das diferentes formas de comércio de via pública se manifesta, ocorrendo no cotidiano, dentro do processo de troca, desenvolvido em uma das mais antigas representações do comércio. Para Abrahão, “Os espaços públicos são lugares que reúnem na cidade tudo o que se encontra separado, pois são considerados locais de encontro” (2008 *apud* SITUBA 2017, p. 20).

Ana Fani Alessandri Carlos destaca que, “O espaço público é o lugar da reunião em ato, do encontro, da proximidade entre membros de uma determinada sociedade, sem qual o discurso e a ação, como momento de decisão em conjunto, não seria possível” (2014, p. 475). Por isso, podemos dizer que a vida das cidades passa pela interação desenvolvida nos espaços públicos, seja comercial, educacional, esportivo, etc.

Problematizar a ideia do espaço público como ponto de encontro, é destacar como uma rua, assim como a quinta avenida, promove encontros que são mediados em parte pela mercadoria comercializada e o dinheiro como meio de troca, sendo assim que suas atividades são concretizadas. Afirma-se que a rua, por meio do seu uso, pode ser o abrigo de todo tipo de manifestações a favor ou contra da lógica capitalista, bem como um espaço de encontro baseado no que é vivido.

É por isso que o público está associado a representações do espaço urbano, onde você pode acessar livremente e sem restrições, tornando-se o usuário de um espaço que é gerado

coletivamente. Para Nora Rabotnik, o espaço público “se asocia tanto con una concepción de lo público como aquello que es visible y accesible a todos los miembros de la sociedad, como a la concepción que hace referencia a un bien de dominio público que adquiere un uso colectivo” (2003 *apud* SILVA 2008, p. 41).

Quando falamos dessas atividades, o espaço público urbano torna-se e articula um exercício de poder, sendo o centro do conflito dentro do espaço geográfico, a disputa por interesses próprios entre o comércio estabelecido e o comércio ambulante, onde a dicotomia entre o público e o que é privado desenvolve-se em torno das diferentes formas de uso.

O debate entre o público e o privado é centro de atenção para aumentar a discussão sobre essas atividades, seja desde a perspectiva de apropriação do espaço, tonando-se conflito sobre a suposta possessão, obstrução e desordem que é gerado, ou a partir da perspectiva de um enriquecimento e impregnação da vida integrada, que gera uma reconfiguração do espaço em torno ao simbolismo estabelecido por o cotidiano.

Lefebvre menciona em seu capítulo sobre o espaço absoluto dentro de sua teoria sobre a produção de espaços, que existem contradições em torno ao valor do espaço: “A oposição valor de uso – ‘valor de troca’: o uso aparece em conflito com a troca no espaço, pois ele implica ‘apropriação’ e não ‘propriedade’. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo e ritmos símbolos e uma pratica” (2000, p. 7).

Não há dúvida de que a interpretação do espaço vai da mão com a fragmentação que é exercida através dos usos múltiplos que são dados, a reconfiguração que é estabelecida e o significado que é impregnado. Por causa destes, o capitalismo e a crescente divisão social do trabalho abriram o caminho para o fenômeno da economia informal, sendo um fenômeno homogêneo que apresenta características de heterogeneidade, especialmente no uso do espaço urbano. Para Lefebvre, “o espaço homogêneo-fraturado: fraturado segundo as exigências da divisão do trabalho, das necessidade e funções, até um limite de tolerabilidade frequentemente ultrapassado” (2000, p. 6).

A economia informal é um fenômeno complexo, cujo termo passou por múltiplas estruturas e abordagens teóricas, sendo criticada a falta de uma definição clara. Entende-se aqui,

como o setor econômico que caracteriza-se por múltiplos elementos que o compõem, o que aumenta a dificuldade em termos de seus critérios de mensuração.

A evolução do termo, como é descrito anteriormente, passou por diferentes correntes de pensamento, na interpretação de sua origem destacam-se: CEPAL, PREALC-OIT, Hernando de Soto, Portes e Castells, etc. Por outro lado, a teoria do circuito de Milton Santos, cuja interpretação do circuito inferior deve se destacar que não é sinônimo de economia informal.

Destaca-se o fato de que essas atividades são parte fundamental do sistema, atuando como refúgio e espaço de oportunidades para quem não consegue ingressar ao setor moderno, sendo o circuito inferior parte da engrenagem, pois não pode ser entendido isoladamente. Dessa forma, entendemos que a compreensão de Comayagüela como um espaço de oportunidades e de suas ruas mundializadas através de sua mercadoria, se manifestará na concretização e relação entre os dois circuitos.

Da mesma forma, as lojas nas vias públicas de Comayagüela serão objeto de apropriação por parte dos comerciantes, as contradições entre público e privado, a ação por parte do Estado e como isso parece ter reduzido a mediação deste, tornou-se a quinta avenida um espaço de concentração que será mediado por mercadorias em que os comerciantes vão até lá para vender, e os consumidores, para comprar.

O espaço público é parte de uma globalidade, dentro das relações capitalistas são criadas múltiplas centralidades em torno do comércio, como é evidenciado por estabelecimentos do comércio de via pública no centro histórico de Comayagüela, locais que concentram um grande fluxo de pessoas que contribui para expandir as possibilidades de vendas. É por isso que esses espaços se tornam contraditórios, espaços de luta, espaços de consumo, que coincidem em espaços históricos de acumulação de capital.

O comércio de via pública é frequentemente associado à perda de espaço público, mas quem julga essa apropriação do espaço? Espaço que se normatiza e burocratiza, perdendo acesso a ele, como Silva menciona, “Antes el acceso al espacio público se asociaba con un derecho universal, mientras que ‘ahora’ el acceso se da en función del poder adquisitivo de las personas” (2008, p 135).

Desse modo, entendemos que essas atividades acontecem em lugares onde predominam os interesses privados, tornando-se espaços de conflito, como diz Salcedo, “es el lugar donde se encuentra al mismo tiempo el máximo de intereses ‘privados’...a diferencia de los espacios privados totalmente apropiados por un solo interés” (1996, p. 17):

O “privado” aí afirma-se mais ou menos fortemente, mas conflituosamente, contra o público. Podemos, no entanto, conceber, a título de mediação e de transição, uma primazia dos espaços concretos: sem públicos, semiprivados, pontos de encontro, percurso e passagem (Lefebvre 2000, p. 17).

Para De Soto, a obtenção de um lugar dentro do espaço público aumenta as oportunidades de vendas, o que contribui para aumentar a margem de oportunidades e, se é possível, para lucrar, “ayuda a incrementar la escala de operación comercial y permite que los ambulantes puedan especializarse, puesto que el mayor espacio inherente a la ubicación fija es más eficaz como medio de almacenamiento de existencias” (1987, p. 71), espaços que Lefebvre distingue e classifica os lugares apropriados em “fixos, semifixos, moveis e vacantes” (2000, p. 17).

Embora as manifestações nas estruturas do comércio de via pública apresentam características heterogêneas, em Comayagüela o processo de uso do espaço público tem gerado múltiplos conflitos, e para descrever como essas disputas se desenvolveram, é necessário referir-se aos jornais locais da nação, os quais em alguns casos não são pertinentes devido à falta de neutralidade que manifestam, mas que serão referência devido à escassez de estudos disponíveis. Para isso, faremos uso da narrativa do cotidiano a que os jornais se referem.

Comayagüela é conhecida como o motor que sustenta a economia da capital, sendo os mercados o principal ponto de encontro, suas características históricas ainda permanecem presentes em sua fachada, e sua importância econômica predomina como espaço de referência, cobigados pelos vendedores da via pública.

Quando nos referimos ao comércio que é exercido nos espaços públicos de Comayagüela, nos referimos a um espaço complexo, por diferentes fatores, sejam eles físicos, sociais, políticos, etc. que se apresentam como adversidades as quais devem ser superadas pelos comerciantes, em busca de seu sustento cotidiano.

De acordo com jornais locais, como El Heraldo, em um artigo publicado em 30 de agosto de 2016 por Patricia Calix, ela menciona que, segundo as estatísticas, causas como migração do

campo para a cidade, desemprego e inflação geram 10% de crescimento anual de vendedores ambulantes na área, onde mais de 14.000 vendedores perambulam pelas ruas, onde 5.000 lojas estão localizadas, não incluindo as 3.000 que estão em espaços públicos, como calçadas, ruas e 1.500 em carrinhos de mão.

No entanto, nos últimos anos o crescimento exponencial do comércio de via pública, desencadeou diferentes conflitos entre a prefeitura, especificamente a Gerencia de Ordem Pública (GOP), a demanda por mais espaços para que suas atividades e melhores condições sejam executadas. Esses vendedores têm se envolvido em manifestações diferentes nos últimos anos. Destaca-se que o jornal La Tribuna, em uma publicação de 29 de abril de 2015, se refere à morte de uma jovem vendedora de via pública, causada por um movimento de despejo organizado por parte da polícia municipal, preventiva e militar da ordem pública.

Deve-se notar que em 2013 foi assinado um acordo por parte de diferentes representantes de vendedores ambulantes, semiestacionário, estacionários, afiliados aos diferentes sindicatos que operam na zona, Consejo Nacional de Vendedores de Honduras (COVANA), Sindicato de Vendedores libre de Honduras (SIVELIH), Asociación de Vendedores Autónomos de Honduras (AVENAH), Asociación Nacional de Vendedores de Mercados de Honduras (ASONAVEMH) y la Federación Nacional de Trabajadores Autónomos de la Economía de Honduras (FENTAETH-CGT).

Dessa forma, a prefeitura se comprometeu a melhorar as condições de trabalho, estabelecendo condições decentes, higiênicas e seguras para o desempenho de suas funções, objetivos que são questionados por os diferentes períodos em que os trabalhadores tomaram as ruas nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017. Com isso, a presença do Estado se consolida na mediação das relações de uso do espaço público.

Portanto, o espaço pode estar ganhando uma normatização específica. Da mesma forma, podemos perceber que o conflito gerado pela disputa sobre espaços de vendas, o controle exercido por parte da administração local apoiada do Estado, gerou espaços de violência, ocasionando contradições por conveniência, já que seu compromisso estabelecido com a OIT é regular a economia interna e melhorar as condições dos trabalhadores que atuam na economia informal, garantindo seus direitos e comprometidos com sua redução. Para Lefebvre, “A violência inerente ao espaço entra em conflito o saber, inerente a esse mesmo espaço. O poder, ou

seja, a violência desliga e mantém em disjunção aquilo que ele desligou; inversamente, reúne e conserva em confusão o que lhe convém” (2000, p. 9).

A importância de entender o papel do Estado e sua regulação por meio de aparelhos de controle, como é a AMDC, no intuito de compreender sua atuação na dinâmica local, leva-nos a analisar as entidades responsáveis da regulação de comerciantes e como eles são organizados para garantir seu direito de usar o espaço, uma discussão que será abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2: CONDIÇÕES DE TRABALHO, DA LEGISLAÇÃO À REALIDADE

Quando falamos sobre o cotidiano, como para os comerciantes que estão concentrados em Comayagüela, devemos entender a dinâmica das adversidades que enfrentam. Entendemos que o espaço urbano é constantemente modificado por parte das práticas sócio – espaciais, responsáveis pelo simbolismo impregnado no espaço geográfico.

O espaço urbano obtém particularidades que o representam e dão significado. A metamorfose do espaço gerada a partir da apropriação realizada por estabelecimentos comerciais, limitada pela necessidade de utilizar as vias públicas, onde ocorre o processo de troca, seja para sobreviver ou para acumulação de capital (isto em estabelecimentos com maior capacidade financeira), geram-se conflitos tendo como base as diferentes formas de apropriação do espaço e interesses particulares com diferentes entidades estatais.

É aí, em meio das contradições, onde a presença de agentes reguladores, como o Estado e sua representação local, a Prefeitura - AMDC, sindicatos e associações intervêm, tentando manter uma "ordem", através da criação de leis, ou formas de resistência a elas, em busca do que o filósofo francês Henri Lefebvre (1978) chama de "direito à cidade", seguindo que o confronto entre o público e o privado das políticas públicas gera um espaço regulado.

Para Carlos, em sua obra "O Poder do Corpo" (2014), é preciso entender o mundo moderno a partir da acumulação de capital, sendo sustentado e ampliado pelas ações do Estado, que garante a reprodução do capital, ampliando a lacuna de desigualdade na sociedade. “Vivemos em uma sociedade urbana em mudança, o que aponta as metamorfoses do espaço urbano e, conseqüentemente, as transformações na vida urbana em seu caráter mundial – numa pratica socioespacial profundamente desigual marcada pela segregação” (2014, p. 473).

É a partir de contradições geradas devido a marcante desigualdade social e segregação espacial, que em Comayagüela, as pessoas que fazem parte da economia informal, como parte do setor de comércio informal criam alternativas de resistência, no conflito gerado a partir da apropriação das ruas, um espaço público regulado onde, baseado em lutas e outras estratégias, conseguiram se estabelecer em um fragmento do espaço urbano. Carlos nos revela que, “Por isso que as lutas que eclodem nas cidades realizam-se como lutas pelo espaço, como exercício de cidadania, e não um discurso” (2014, p. 472).

O crescimento acelerado das estatísticas sobre o comércio informal, onde, segundo a OIT, atinge 73,4% da população ocupada, ocorre no âmbito da informalidade e, no caso do Município do Distrito Central (MDC), há um crescimento anual de 10% segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo a falta de emprego o principal fator que provoca a inserção de pessoas em este setor econômico.

Assim, é de vital importância trazer a discussão sobre o Estado, que na teoria é a entidade responsável por prover e garantir os direitos elementares da vida, como o emprego, ou o termo "trabalho decente" implementado pela OIT e que estabelece o artigo 297 da Constituição da República.

Dessa forma, o segundo capítulo do nosso trabalho, traz como proposta entender o papel do Estado, sendo assim que iremos discutir a presença de leis e sua relação direta com a centralidade exercida a partir do comércio em Comayagüela e suas formas de resistência, bem como as condições de trabalho em que as pessoas envolvidas dentro deste setor desenvolvem.

Deve-se destacar que, para melhor entender a totalidade do espaço e suas contradições, tomamos também como objeto de estudo, o qual não foi contemplado dentro de nossos objetivos, as funções desempenhadas por os denominados Inspetores e Micros, funcionários da Gerencia de Ordem Pública.

Esse pessoal é contratado por parte da prefeitura, suas atividades também levam à exposição de grandes riscos no momento da realização de seu trabalho, subemprego a partir de contrato direto, chamando atenção, como dá-se o processo de reprodução de trabalho precário e sem garantias sociais por parte desta entidade.

2.1 Espaço regulado, o papel do Estado.

Discutiremos aqui o papel do Estado e sua contribuição para os interesses do capital, portanto, benfeitor da acumulação, reproduzidor das desigualdades sociais e esquecido dos necessitados. Desta forma, o cotidiano como ponto de concentração de contradições no espaço geográfico, é também a manifestação das lutas e resistências exercidas sobre o sistema, independentemente da lógica da vida aponta uma subordinação à lógica da acumulação capitalista sustentada pelo Estado.

Trazer à discussão o termo Estado, as formas a partir das quais o poder político está integrado à dinâmica de produção de novos espaços, torna-se uma referência em termos da compreensão das relações de poder e de resistência ao mesmo tempo, isto por parte dos vendedores de via pública.

Barbosa interpreta que, “No caso do marxismo, percebesse claramente, a influência da noção de Estado como representante da burguesia ou da classe dominante” (2013, p. 29). O que nos leva a analisar como o Estado favorecerá interesses particulares, reproduzindo a acumulação do capital, uma instituição que manterá o controle a partir da lógica do mercado.

A compreensão do espaço político torna-se um desafio, devido às formas de apropriação e espacialização realizadas por parte do comércio em vias públicas. Espaços onde existe um simbolismo, também regras internas, que não são captadas superficialmente, mas estão lá, regulando o comportamento, estabelecendo uma lógica interna e territorializando o espaço geográfico.

Ou seja, nessa “desordem” percebida há uma “ordem”, que não escapa de interesses particulares, concretizando-se como movimentos de resistência contra uma “ordem” delimitada por caracteres judiciais, que passa por um poder político que gira em torno de um sentido de acumulação, em que, para Carlos, “Nessa condição, o poder político se reproduz, interferindo, constantemente, na reprodução do espaço, orientada pelas estratégias da acumulação” (2014, p. 477).

Ao lidar com o setor informal, também deve ser feito em um sentido jurídico, que para Houaiss “o termo jurídico, é um conjunto de normas da vida em sociedade que buscam expressar e também alcançar um ideal de justiça, traçando as fronteiras de um ideal de justiça, traçando as fronteiras do ilegal e do obrigatório” (2006 *apud* PINTAUDI 2006, p.6), bem como a importância do termo direito, que para Houaiss (2006) é aquele que é estabelecido e tem o poder de abrigar um grupo de pessoas ou um único indivíduo, através da elaboração de leis ou costumes.

O direito ao público e ao privado, confunde-se segundo a perspectiva que lhe é atribuída. De acordo com a Constituição da República Artigo 62, os direitos de cada homem são limitados pelos de os outros, sendo assim que alguns criticam o comércio de vias públicas para impedir o

livre acesso à locomoção, por vezes interpretado de uma maneira como se houvesse uma falta de interesses particulares.

A compressão do Estado, derivado de suas funções, são políticas onde a justiça e o bem comum não são prioridades, mas a luta para obter e reter o poder, como Maquiavel transmite em sua obra "O Príncipe" (1999).

Entre suas funções, a criação ou revogação de leis, cuja aplicação ou não, deriva da dinâmica local, já que, em muitas ocasiões estas são criadas para determinar uma "ordem", estas podem se tornar difíceis de realizar na prática, seja por interesse, desinteresse e resistência. Sendo o Estado Soberano um conjunto articulado por uma ordem jurídica, o direito/legislação e uma autoridade ligada como um meio/uso da força, que representam a ideologia do Estado.

Harvey nos diz que “Marx é descrito como um autor que trata homens e mulheres como seres dominados por cálculos económicos racionais, Marx assinala que é o modo de capitalista de produção, que força tal racionalidade” (2005 p. 78). Diante disso, o Estado não pode ser entendido de forma isolada, onde sua relação com o capitalismo é necessária para a reprodução do capital, pois coloca as formas de troca de mercadorias às próprias formas de exploração do trabalho, conforme Mascaró, “para – se entender o Estado é preciso entender o próprio capitalismo, porque a resposta não está na esfera da política” (2013, p. 10).

Relações econômicas, flexibilidade trabalhista, especialização do trabalho, divisão de trabalho e estratégias de produção em massa como Just in Time, centram-se nas novas relações de produção estabelecidas por parte da dinâmica do mercado internacional, intensificação e exploração das forças de trabalho. Medidas implementadas por governos com o objetivo de acompanhar as demandas do mercado internacional, dessa forma, a justiça social é um objetivo eficiente desde o ponto de vista de uma lógica internacional do mercado, em que o Estado parece estar isento de responsabilidades.

Analisando a partir de uma perspectiva funcional do Estado e não da percepção única como território (em um sentido isolado de sua totalidade, ou meramente física), virou-se ante a intenção de compreender o caráter normativo em direção ao "informal". É aí que se entra em conflito, partindo da análise quanto à inserção, ou não, de medidas reguladoras direcionadas às atividades que conformam esse setor, lembrando os conflitos mais recorrentes em torno do setor informal, o não pagamento de impostos e o uso de espaços.

Quando analisamos os espaços fragmentados nas ruas, criados por parte do comércio informal e gerados a partir da lógica da acumulação capitalista, diversas formas de espacialização, fragmentação e hierarquização, manifestadas nos diferentes lugares dentro do espaço urbano, encontramos a forma em que são concretados, criando espaços hierarquizados, expondo conflitos por espaços, tornando-se espaços de controle, espaços de lutas, espaços tolerados, tudo isso para obter o controle do espaço.

Para Cacciamali “o sector informal é o receptáculo dos pobres” (1982, p. 37), sendo um setor caracterizado por ser composto por pessoas que estão abaixo do limiar de baixa renda, e por isso, alguns autores determinam sua origem a partir da necessidade de sobreviver ao excedente de mão de obra que é gerado e não consegue se integrar ao setor laboral, outros à manutenção e permanência que se justificam pela demanda de bens e serviços do setor de menor aquisição, além de ser entendido como refúgio pelo alto grau de competição que o caracteriza como um setor onde prevalece o desejo de superação através do espírito empreendedor e do espírito empresário dos mais pobres.

Mas deve-se ressaltar que essas interpretações não são suficientes para expressar a totalidade da economia informal, a reprodução de espaços criados por parte da lógica capitalista, com base em sua polaridade de atividades, é um dos fatores que determina a decisão de entrar nesse setor. Assim, podemos não apenas encontrar pessoas em condição de sobrevivência, mas também pessoas com grande quantidade de acumulação de capital, indo de um polo a outro, encontrando pessoas em qualquer tipo de condição econômica.

O fato de pensar sobre a dinâmica de Comayagüela, onde pode se tornar uma fonte de grande oportunidade, obtendo melhores condições de crescimento econômico, já que, sob uma lógica empreendedora argumentada por vendedores localizados em este setor, isso é possível. Mas existe uma hierarquia entre os vendedores em termos de poder de acumulação, gerando conflitos internos, pois estes impedem o crescimento dos menores e bloqueiam a inserção de novos comerciantes.

Voltando ao nosso tema sobre o papel do Estado, Oliveira (2009), em seu estudo sobre os camelôs na praça Matriz, de Manaus, descreve três vertentes de pensamento do papel do Estado:

Vertente Keynesiana: tem uma perspectiva de formalização do informal, que com isto faria a passagem da posição de país subdesenvolvido para desenvolvido.

Vertente Neoliberal: a chamada visão anti-estado a perspectiva de que a existência do sector informal se explicaria pela presença excessiva do Estado, não apenas do âmbito econômico, mas da vida social em geral.

Vertente estruturalista: a informalidade estaria associada a uma espécie de lógica de funcionamento da sociedade, uma espécie de regra geral do jogo social.
(De Oliveira, M. 2009, p. 36)

Sendo a vertente keynesiana um dos mais representativos em torno da interpretação deste setor, lembrando o debate sobre a interpretação do setor informal, é um fator questionado por ter um grande número de concepções teóricas e abordagens de seu estudo, mas é claro que, a partir de qualquer perspectiva em que se pretende a interpretação do dito setor, é necessário ver em que sentido as leis são orientadas e criadas, como é o processo de regulação e os conflitos gerados no espaço geográfico em torno da reprodução do capital, onde o Estado deixa de ser uma entidade de garantias sociais.

2.2 O Contexto Nacional: o caso de Honduras

O nível nacional e a garantia dos direitos reconhecidos por parte da Declaração dos Direitos Universais (ONU, 1948), tais como o direito ao trabalho e a responsabilidade da proteção social contra o desemprego, a exploração laboral, a responsabilidade de assegurar o bem, a justiça, a liberdade cultural, a estabilidade econômica e social é estabelecida no artigo 1º da Constituição da República, caem nas mãos do Estado.

Seguindo o Título IV do Regime Econômico, capítulo I do sistema econômico, estabelece que é papel do Estado assegurar que a economia nacional, baseada na eficiência da produção, bem como a justiça social na distribuição da riqueza e a dignificação do trabalho como fonte de acumulação do capital, realização da pessoa, promovendo o desenvolvimento econômico e social sujeito a um planejamento adequado. Conforme ao estabelecido nos artigos 328, 329, 331, 332, uma vez que, de acordo com o artigo 337, a indústria e o comércio de pequena escala constituem o patrimônio dos hondurenhos e sua proteção é objeto de lei.

Para a compreensão das garantias de direitos trabalhistas, inexistentes para os comerciantes da via pública, também nos remitimos a analisar o que é estabelecido pelo código trabalhista hondurenho, que teoricamente regula a relação de trabalho em relação ao capital e

centra-se na busca da justiça social, conforme estabelecido no artigo 1. De acordo com esta lei, no artigo 310 reconhece como empregados do comércio “las personas que trabajan al servicio de comerciantes o establecimientos mercantiles, como auxiliares de éstos, en el desempeño de algunas gestiones del tráfico comercial”. Mas isso inclui as pessoas que integram o comércio em vias públicas?

Conforme a revisão feita ao Código do Trabalho de Honduras, existente a partir de 1959, partindo do decreto 189 do Congresso Nacional da República, constatamos que ela inclui dentro de regimes especiais: Trabalho de Mulheres e Menores, Trabalho de Servos. Trabalhadores Domésticos, Trabalhadores A Domicilio, Trabalho como Aprendizes, Trabalhadores Agrícolas, Pecuária e Silvicultura, Trabalho de Transporte, Trabalho no Mar e nas Vias Navegáveis, Trabalho Ferroviário, Trabalho no Transporte Aéreo, Trabalhadores Empresas de Petróleo, Trabalho de Mineração, Empregados de Comércio. Interessante o fato de que os trabalhadores por conta própria não são levados em consideração.

Os trabalhadores do comércio informal escapam tanto da lei, que nem sequer são levados em conta dentro do Código do Trabalho. A realidade dos vendedores das vias públicas e os diferentes riscos a que estão expostos e a falta de garantias sociais não pode escapar da discussão. De acordo com os princípios do Estado, onde suas políticas públicas devem ser orientadas para assegurar a dignidade humana, que é inviolável, conforme ao estabelecido no artigo 59 da Constituição da República.

Os trabalhadores do comércio informal são um setor desconsiderado na "Lei Quadro do Sistema de Proteção Social" (2015), aprovado pelo Decreto nº 56-2015, desenvolvido com o objetivo de melhorar os níveis de bem-estar social e ao serviço da justiça social, contraditório segundo o artigo 6º, correspondente à pessoas protegidas por o marco regulatório, afirma que “Los trabajadores(as) que ejerzan una labor remunerada por su propia cuenta y que no requieran la asistencia económica del Estado, están obligados a cotizar al sistema de seguridad social en las condiciones que se establezcan en la Ley del Seguro Social y los reglamentos que para tal fin se aprueben”.

Mas isso estabelece a Lei da Previdência Social (2001), aprovada pelo decreto nº 080-2001, lei que estipula a garantia dos direitos à saúde, à assistência médica, aos serviços sociais

necessários ao pleno gozo do bem-estar individual e coletivo de acordo com o artigo 1, mas que a referida lei determina que eles estarão sujeitos a regimes especiais, de acordo com o artigo 4:

- a) los trabajadores que dejen de estar asegurados y voluntariamente deseen continuar en el régimen;
- b) trabajadores domésticos;
- c) trabajadores a domicilio;
- d) los trabajadores independientes o autónomos tales como profesionales, propietarios de pequeños negocios, talleres artesanales, taxistas, trabajadores no asalariados, vendedores ambulantes y similares;
- e) los patronos que sean personas físicas como trabajadores asegurados a servicio, cuando no estén afiliados;
- f) los miembros de sociedades, cooperativas y otras organizaciones de obreros y campesinos, legalmente constituidos;
- g) los miembros que se dedique a la explotación de la tierra o actividad pecuaria de acuerdo con sus necesidades, las condiciones sociales del país y las propias de las distintas regiones y las posibilidades del Instituto Hondureño De Seguridad Social (IHSS)
- h) trabajadores ocasionales o por temporadas;
- i) los jubilados pensionados por invalidez de las instituciones de previsión social;
- j) otras personas que se dediquen a actividades asalariadas o no, tales como deportistas, estudiantes y religiosos; y.
- k) los trabajadores incorporados a servicios médicos de empresa;

Novamente, a lei omite o caso dos trabalhadores autônomos, nas subseções b, c, d e h, deixando claro que somente sob parâmetros específicos, haverá criação de leis especiais dirigidas a esses setores sociais. Nesse sentido, deve-se determinar os requisitos que precisam ser cumpridos para ter acesso à previdência social.

Requisitos que podem ser encontrados na Lei de Proteção, Benefícios e Regularização da Atividade Informal (2014), estabelecida a partir do Decreto nº 318-2013, através do qual o Estado procura o bem-estar da população, iniciando por políticas de orientação social que contribuem para uma melhor qualidade de vida. O artigo 1º estabelece que o objetivo é incorporar as pessoas que exercem suas atividades no setor informal dentro do sistema de saúde e seguridade social, e incentivar a formalização dos negócios, evitando abusos burocráticos e fomentando a iniciativa empresarial.

Cabe ressaltar que um de seus objetivos é que as pessoas que estão no setor informal obtenham com mais facilidade e sem um longo processo burocrático a formalização de seus negócios, de modo que sejam consideradas microempresas, só assim terão acesso a “al beneficio

del Instituto de Hondureño de Seguridad Social (IHSS) ”, conforme estabelecido no artigo 5, inciso 1 da presente lei.

A aquisição de um certificado que justifique a formalização do seu negócio, que tem um valor de (100 L) e deve ser renovado semestralmente, bem como o pagamento de impostos, taxas e contribuições estabelecidas, será o que lhe dará acesso a estas políticas "públicas", de "igualdade social", dirigidas à população que o Estado "protege", caso contrário, ao deixar de cumprir os referidos requisitos, “o gozo dos benefícios adquiridos cessará”, conforme estabelecido nos artigos 5 e 6.

2.3 A Gestão Municipal

As dinâmicas do comércio informal realizadas nas vias públicas são locais de encontro, onde se estabelecem mais do que trocas e relações de consumo, apropriação do espaço público que deve ser estudado para além das relações econômicas. São as práticas sócio espaciais estabelecidas que dão significado, a partir das contradições que surgem da observação da vida cotidiana, revelando as particularidades em termos da disputa por espaços, conflitos de interesse e espaços regulados que nascem da contradição entre o público ou privado, sujeito a interesses particulares e lutas pelo poder. Para Carlos, esse é (2007) “o modo como o corpo transita nos espaços”.

Para Oliveira “é pela apropriação, e não pela propriedade, que a cidade, se torna o lugar do cidadão” (2009, p. 88), para isso, devemos levar em conta os tempos enquanto realização da vida cotidiana. Deve-se lembrar que o processo de apropriação executado nas ruas não é um processo imediato, onde a luta pelo espaço é feita contra corpos estatais e às vezes contra outros vendedores, que querem se estabelecer na mesma área.

Villas Boas nos disse que “Algumas administrações municipais consideravam o comércio ambulante fruto de circunstâncias econômicas e sociais ou como atividade inevitável. Outras simplesmente o consideravam como atividade clandestina e ilegal, fazendo com que ação da Prefeitura fosse voltada para combater sua instalação” (1996, p. 11). Sendo a relação entre vendedores ambulantes e poder público um objeto que deve ser entendido com base das leis estabelecidas para regular o comércio informal, seja através de proibições ou estabelecimento de

limites, para Villas Boas “o comercio ambulante sempre desafia as autoridades, desafiando o controle estabelecido” (1996, p. 10).

Entendemos que a rua não é apenas um lugar para transitar / circular, encontrando as particularidades do espaço a partir das diferentes atividades desenvolvidas e do simbolismo impregnado, é o ponto de encontro, onde as esperanças dos excluídos podem ser concretizadas. Espaço que se torna político, onde as políticas públicas são colocadas em práticas, mas normalmente apenas a minoria é beneficiada.

É aqui onde a prefeitura exerce sua função como representação da máxima autoridade local, lembrando que para Villas-Boas “A competência do poder municipal é proporcionalmente pequena para alterar, de forma substancial, as regras do mercado de trabalho” (1996, p. 11). Mas é também um símbolo da representação de interesses particulares, favorecendo a acumulação do capital, que pertence ao "Aparelho de Estado", funcionando às vezes como uma força repressiva a serviço da classe dominante.

O papel do aparelho repressivo do Estado consiste essencialmente, como aparelho repressivo, em garantir pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção, que são em última instância relações de exploração. Não apenas o aparelho de Estado contribui para sua própria reprodução (existem no Estado capitalista as dinastias políticas, as dinastias militares, etc.) mas também, e sobretudo o Aparelho de Estado assegura pela repressão (da força física mais brutal às simples ordens e proibições administrativas, à censura explícita ou implícita, etc.) as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos do Estado. (ALTHUSSER 1987, p. 161)

Dessa forma, discutiremos a criação de ordenanças municipais voltadas diretamente à regulação e restabelecimento da "ordem" gerada pelos comerciantes nas vias públicas, lembrando que para Lefevre (1999), em seu livro *A Revolução Urbana*, a “desordem vive”, e é por isso que essas atividades são espaços vividos, sinônimo de lutas que escapam a tentativas de regulação por poderes que se manifestam à medida que Althusser os cita como "aparelhos ideológicos do Estado" (1987).

É papel das prefeituras municipais serem as responsáveis pela regulação das relações de trabalho e, portanto, ordenamento territorial, tudo isso na necessidade de ordenar o uso do espaço público. Isso revela a necessidade de analisar a forma como a AMDC atua com os diferentes sujeitos envolvidos no espaço urbano em estudo.

2.3.1 Regulamento de gestão do centro histórico do Distrito Central

Em conjunto com a Lei de Proteção do Patrimônio Cultural da Nação, decretada a partir do Decreto Legislativo 220-97, de 2014, estabelece a regulamentação e proteção das atividades dentro do centro histórico do Município do Distrito Central, reconhecido como patrimônio cultural segundo o acordo 527 de dezembro de 1994, conforme estabelecido no artigo 11, considerando o centro histórico do Município do Distrito Central como “núcleo original de planeamiento y construcción de los de las ciudades de Comayagüela y Tegucigalpa”. Dentro de suas denominações é a defesa, conservação, resgate, restauração, proteção, etc. dos bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio cultural.

De acordo com o seu campo de aplicação, conforme estabelecido no Artigo 23, é responsável pela jurisdição do monitoramento antes de qualquer trabalho a ser realizado, como construção, remodelação ou demolição de imóveis, renovação de licenças de operação, localizadas dentro dos limites do Centro Histórico Denominado, deve-se destacar que eles são responsáveis pela emissão de licenças para o uso do espaço público, como praças, parques e calçadas, conforme estabelecido no capítulo IV, artigo art. 25 subseção E.

Dentro do espaço geográfico a ser estudado, são apresentadas todas as manifestações comerciais, onde o circuito superior está ligado ao circuito inferior, sendo a presença de estabelecimentos formais, constituídos nas propriedades da fachada arquitetônica colonial, que não podem ser modificados, nem destruídos, com base nas disposições da Lei do Patrimônio Cultural (2011). Assim, segundo o artigo 49, o Instituto de Antropologia e História junto a AMDC, são responsáveis pela regulamentação de sinais e publicidade estabelecidos dentro do centro histórico.

É relevante discutir o artigo 80, o qual disse “no se permite las ventas ambulantes de ninguna naturaleza en el centro histórico del distrito central y las zonas que la corporación municipal determine, salvo los casos contemplados en el reglamento de zonificación del centro histórico”. Para Maia “a atuação do Estado ganha visibilidade, mormente, através de seus agentes repressivos” (2006 *apud* BRANDAO 2008, p. 40); estas disposições, dentro da atual condição de comércio em vias públicas, geram apenas um aumento de conflitos violentos entre a gestão municipal e os vendedores ambulantes.

É necessário ressaltar o fato de que, segundo as disposições legais e de acordo com a ordenança municipal no ato 001 do ano 2000, a venda por qualquer tipo de comércio informal é proibida como estacionária, semiestacionário ou ambulante, no centro histórico da capital (que se refere apenas a Tegucigalpa), lembrando que Comayagüela é a cidade invisível. Esse fato aprofunda a crise em termos de violação de direitos elementares como o trabalho, já que a taxa de desocupação no país atinge a cifra de 273.496 pessoas da População Economicamente Ativa (PEA).

Ações legais tomadas que afetam diretamente a vida das pessoas, mas através de diferentes estratégias conseguem escapar do controle e burlar as leis, esta em sua tentativa de sobreviver (característica histórica do comércio ambulante), sendo autorizada esta lei com o objetivo de realizar uma "Ordenação", e conceder espaços adequados para os comerciantes, o qual é inexistente.

Desse modo, a lei abrange apenas o centro histórico de Tegucigalpa, lembrando que Comayagüela é, de acordo com as palavras do poeta Rommel Martínez (2016): “es menos vista como ciudad y más que todo etiquetada como estorbo, atraso, *non grata*”. Sendo assim, os vendedores afiliados raramente solicitam permissões da Gerencia do Centro Histórico, reduzindo sua atuação na dinâmica local, criando uma grande variedade de mecanismos contra o poder estatal, deixando a administração nas mãos das associações, o sindicato e o Departamento de Permissões e Ambulantes.

2.3.2 Ordenança municipal para a proteção, desenvolvimento e regularização do comércio informal- 2014

Lidar com a organização do espaço através da ação da municipalidade, na intenção de ordenar o território à visão de um discurso oficial, técnico, por exemplo, é considerar o domínio do Estado enquanto atuação como sujeito. Por outro lado, o processo de produção do espaço envolve dinâmicas, conflitos, enfim, práticas sócio-espaciais que correspondem a conteúdos mais amplos. Carlos (2014) nos menciona em sua obra “O poder do corpo” como o Estado intentara regulamentar o espaço através do poder da norma.

A Lei de Municipalidades determina que é uma função da prefeitura, a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, ordenanças, planos de impostos e manutenção, limpeza e

controle de vias públicas, calçadas, parques, praias e a regulamentação e ordenamento de atividades. Comercial e industrial, etc. Conforme estabelece (1927, Capítulo II, artigo 13, parágrafos I e VIII).

A dinâmica do espaço urbano, a utilização das ruas por parte dos que pertencem ao setor informal, traz consigo o desembarque de novas políticas visando encontrar novas alternativas para a solução do "problema", que representa esse setor para o poder municipal. A compreensão do espaço social gerado a partir da concretização da apropriação do espaço em torno da dinâmica dos comerciantes exercida no Distrito Central, abre caminho para a análise do controle exercido de acordo com a ordenança municipal.

É a Gerencia de Ordem Público (GOP), por meio da divisão do Departamento de Permissões e Ambulantes, através do acordo nº 13402 de 7 de novembro de 2002 estabelecido no artigo 138 da Lei de Municipalidades, descrito por parte da OIT (2013, p. 30), que se realizou o controle do vendedor ambulante, vendedor temporário, vendedor ocasionais, vendedor estacionário, etc. (definido de esta maneira em seu estudo de bases sobre a economia informal, em Tegucigalpa), estabelecido nos espaços públicos do distrito central.

Sob a premissa de que é responsabilidade da prefeitura como autoridade máxima do município, assegurar, reformar e revogar leis que regulem substancialmente, por meio de instrumentos normativos, o uso do espaço urbano, vias públicas, parques, praças, pontes além de sua ordem e regulamentação das atividades exercidas. Para Villas-Boas, “A fiscalização - ora exercida com ações fortemente repressivas tais como apreensão de mercadoria, remoção de barracas, detenções - ora com violência policial direta - sempre conseguiu ser burlada pelos ambulantes” (1996, p. 11).

Sendo o espaço produto da história, produto das relações sociais, laços e redes construídas a partir de estratégias de resistência, conteúdo impregnado dentro da dinâmica local, considerando que faz parte do sistema de jurisdição o apoio da polícia municipal e em alguns casos, da polícia nacional ou outras entidades da polícia militar de Honduras, medidas que são implementadas com o objetivo de “salvaguardar la propiedad pública contra la ocupación violenta, ilegal y desordenada de los bienes de uso público”, segundo a Ordenanza Municipal (2014, p. 1).

A fim de entender melhor o que abarca a presente lei, e qual setor abrange, especificado no artigo 3, estabelecendo que tal decreto não envolve os vendedores estabelecidos dentro dos mercados constituídos, sendo dirigido a pessoas que não possuem espaço próprio ou legalmente estabelecido, é direcionado aos ambulantes, estacionário, temporário e ocasionais, termos que serão discutidos, pois utilizaremos as diferentes categorias encontradas e nomeadas a partir do vocabulário cotidiano das pessoas envolvidas na dinâmica desenvolvida nas vias públicas de Comayagüela.

Ordenança que abarca os processos regulatórios de: locais estabelecidos para a localização temporária de vendedores informais e suas horas de funcionamento, identificação e credenciamento de vendedores informais, atenção, localização e uso de locais ocupados, penalidades, administração geral, cota única entre outros aspectos. Para Brandão, “A competência do poder municipal é proporcionalmente pequena para alterar, de forma substancial, as regras do mercado de trabalho” (2008, p. 40). É por isso que ressalta-se que, de acordo com a análise da referida ordenança, constatou-se que a maioria de essas leis são inoperáveis dentro da dinâmica local e foram readaptadas, através da cooperação da Prefeitura, Associações-sindicatos e Comerciantes.

2.4 Órgãos envolvidos na regulamentação do comércio informal em Comayagüela

Sendo assim que, para entender a ação da AMCD, é necessário conhecer como ela distribui as funções em torno da gestão regulatória em Comayagüela, e quais têm influência direta no espaço urbano estudado, testemunhado em nosso trabalho de campo, portanto, nos perguntamos, quais departamentos estão diretamente envolvidos na dinâmica de Comayagüela? Tendo como objetivo analisar sua influência direta e sua relação com as organizações e comerciantes de vias pública.

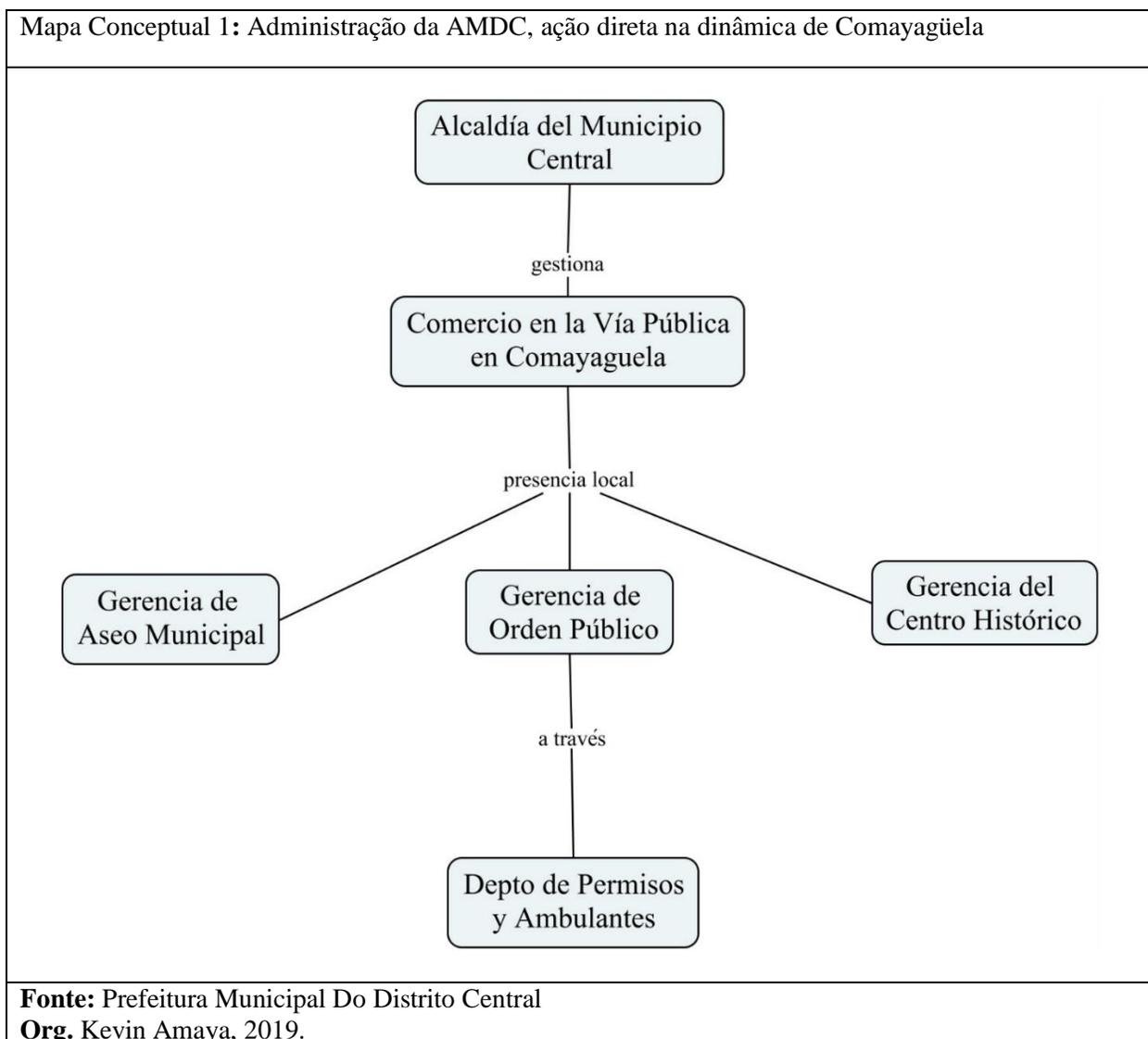
Para poder entender melhor como é a dinâmica do comércio na via pública, é necessário conhecer como ocorre o processo de regulação, para isso é importante entender a dinâmica de atuação dos órgãos responsáveis a partir da fiscalização desse setor. No percurso de nossa pesquisa, encontramos diferentes entidades responsáveis, algumas mais envolvidas do que outras.

Descreveremos as organizações institucionais diretamente envolvidas nas dinâmicas produzidas por parte do comércio informal nas ruas de Comayagüela, onde as funções locais se

enquadram na intenção de regulamentação da AMDC, devido às particularidades da área dentro do referido espaço, geograficamente, é necessária a cooperação tripartida entre a Prefeitura, Organizações e Comerciantes, como é mencionado anteriormente.

Dentro da estrutura organizacional, que é composta por diferentes departamentos, são responsáveis pela gestão e criação de leis para manter a "ordem", já que este comércio é disseminado em espaços públicos, lugar de confrontação entre interesses particulares, que se torna em uma disputa por poder, instituições que representam o aparelho de Estado, o qual “es una fuerza de ejecución e intervención represiva, al servicio de la clase dominantes” (2003, p. 9).

Mapa Conceptual 1: Administração da AMDC, ação direta na dinâmica de Comayagüela



Acima, estão representados os órgãos da AMDC que têm uma representação com a nossa questão a ser estudada, lembrando que as ações são através de fragmentos de representação do

poder estatal, como uma manifestação de interesses repressivos e ideológicos do Estado, que, segundo Althusser “pueden no solo ser objeto sino también lugar de lucha de clases, y en manera de formas encarnizadas de luchas de clases” (2003, p. 14). Lugar que dentro da disputa entre o público / privado, apropriação / propriedade, manifesta-se nas atividades sócio-espaciais exercidas por parte do comércio da via pública, seguindo assim a descrever as funções dessas representações locais.

2.4.1 Prefeitura Municipal do Distrito Central

A AMDC é responsável pela organização, criação e revogação de diferentes ordenanças, leis específicas de certas áreas que se enquadram em sua jurisdição, conforme estabelecido pela Lei de Municípios, criada a partir do Decreto n ° 134-90 em 1927 e suas reformas, que outorga autonomia municipal fornecendo-lhe recursos para a sua própria gestão dentro de um determinado território, suas funções em relação a este trabalho estão de acordo com o artigo 13 nos incisos:

- 1) Elaboración y ejecución de planes de desarrollo del municipio;
- 6) Construcción y administración de cementerios, mercados, rastros y procesadoras de carne, municipales;
- 8) Mantenimiento, limpieza y control sobre las vías públicas urbanas, aceras, parques y playas que incluyen su ordenamiento, ocupación, señalamiento vial urbano, terminales de transporte urbano e interurbano; Fomento y regulación de la actividad comercial, industrial, de servicios y otros; Prestación de los servicios públicos locales, y mediante convenio, los servicios prestados por el Estado o instituciones autónomas, cuando convenga a la municipalidad;
- 16) Coordinación e implantación de las medidas y acciones higiénicas que tiendan a asegurar y a preservar la salud y bienestar general de la población, en lo que al efecto señala el Código de Salud.

Relembrando que antes de sua unificação como um único município, Comayagüela tinha sua própria prefeitura. Deve-se destacar que Tegucigalpa e Comayagüela sempre estiveram ligadas em um contexto sociocultural e político desde suas fundações ao mesmo tempo social e culturalmente separadas, uma cidade de ascendência espanholas e a outra, indígena.

Sendo esta a entidade responsável por garantir a qualidade de vida, ordenar, promover e criar empregos, o que é cumprido? Acompanhando as estatísticas locais e o aumento do comércio informal, é fácil responder a essa pergunta, pois, segundo a resposta dos entrevistados, o plano diretor de 2012, 2013, entre outros documentos, a falta de empregos é um dos principais fatores do porque estes se integram ao comércio informal.

Dessa forma, é importante entender que a AMDC está acima da estrutura hierárquica local e, como é responsável e assigna funções, abriremos passo para a descrição das funções dos departamentos, que estão diretamente envolvidos com nossa área de pesquisa.

2.4.2 Gerencia do Centro Histórico

A importância da descrição do próximo departamento é pela a centralidade criada a partir da concentração do foco comercial, ao que oficialmente pertence como parte do centro histórico de Comayagüela, que foi declarado Monumento Nacional segundo o acordo 527 de 1994, destacado por art. 11 do regulamento de gestão do centro histórico do Distrito Central, onde se concentra o setor informal em todas as suas escalas, e do setor formal, espaço de contradições foco de nossa pesquisa, local considerado de risco físico e social. Este departamento é criado para executar as funções de:

Cuidado y manejo de zonas de interés especial, esta unidad actúa en coordinación con el Instituto Hondureño de Antropología e Historia (IHAH), con quien la Alcaldía Municipal del Distrito Central (AMDC) suscribió un convenio en el mes de septiembre de 2007, con el fin de generar un proceso de revitalización de las condiciones físicas, paisajísticas, económicas y urbanas de la zona y así lograr el mejoramiento de la calidad de vida de los habitantes de la misma. Se hace un especial énfasis en la revitalización del patrimonio edificado, los espacios públicos y trama urbana, así como en la integración de la comunidad en estas acciones, para crear conciencia de nuestro patrimonio cultural como bien.

Este departamento é o responsável por receber pedidos de modificação dos postos que estão estabelecidos nas ruas e avenidas de Comayagüela, mas, deve-se destacar que os vendedores nem sempre aproximam-se a ele. Devido à fiscalização e controle exercido por parte dos inspetores da Gerencia de Ordem Pública (GOP) na área, a liberdade foi reduzida em termos de modificação e construção de novos espaços comerciais, é claro, em consenso com as organizações, uma vez que a ordenança municipal estabelece a sua medida de 1,5 m². Este critério não é completamente respeitado na área, existem comércios fixos que variam do tamanho padrão para 16 m². Nos perguntamos, como isso é possível? Sendo uma das estratégias descobertas em nosso trabalho de campo, a filiação de vários espaços unificados como um único local.

A presença do comércio da via pública, como um efeito da reprodução do capital, a falta de garantias sociais e a crise de emprego, gerou nas ruas de Comayagüela, conflitos por

atividades sócio-espaciais, onde o grande fluxo de pessoas e veículos de todos os tamanhos, têm gerado uma degradação progressiva em torno das condições das edificações patrimoniais, tais como edifícios, igrejas, escolas, etc. além da negligência a que são submetidos por parte de seus inquilinos.

Mas, a partir de suas funções no local, identificou-se que os comerciantes da via pública, no momento de querer fazer modificações em suas estruturas, devem primeiro apresentar o projeto antes do GOP e a Gerencia do Centro Histórico (GCH), que é determinado de acordo com o Plano diretor de 2013. Toda a construção, legalização, remodelação, modificações, e obras complementares dentro do termo municipal, são responsabilidade da GCH, cobro que passa de 800 Lps., por modificar cobertas de chapa com estrutura de madeira ou metal, até, 8500 Lps. por guaritas, isto segundo as ordenanças.

Norma estabelecida de acordo com o Art. 104, do Plano de Diretor 2013 na seção II Autorização de Construção, Melhoria e Nomenclatura, onde estabelece que a gerência de construções fará as avaliações técnicas, mas, no contexto da dinâmica funcional de Comayagüela, esta função também é realizada por inspetores da gerencia de ordem pública, o pessoal que permanece nas ruas de Comayagüela distribuídos por zonas, onde uma das suas funções é monitorar se alguém modifica ou amplia seu espaço de vendas. Este regulamento vai de encontro com as notificações em caso de infração, apreensão ou multa em caso de descumprimento dos regulamentos.

Sendo o GCH, remetido apenas ao controle ocasional dos locatários quanto ao comércio formal, já que em função do comércio informal eles não têm autoridade ou controle na área de Comayagüela, a qual tem uma estrutura consolidada e diferentes formas de resistência, desta forma, o papel da entidade é reduzido na dinâmica local.

2.4.3 Superintendência de limpeza municipal

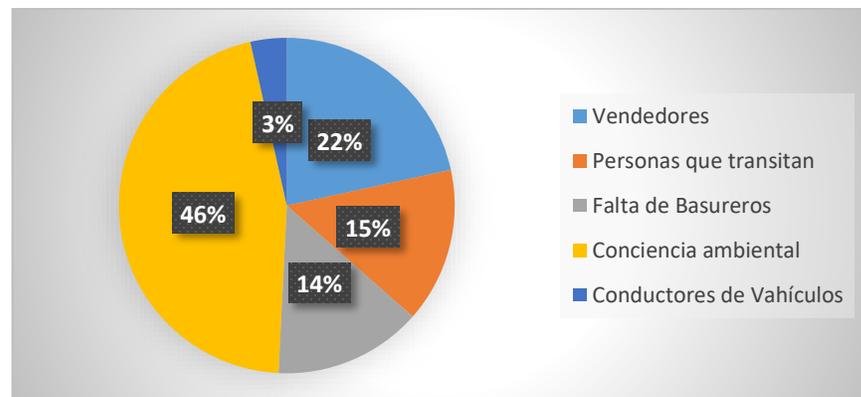
É importante ressaltar o fato do mau destino que é dado aos resíduos sólidos, principalmente por os vendedores de rua serem responsabilizados pela grande quantidade de lixo que é depositado e encontrado nas ruas de Comayagüela, onde, de acordo com observações feitas pelo trabalho de campo realizado, o comerciante da via pública no momento de embalar ou desembalar seus produtos (estes ordenados em suas instalações diariamente), resíduos sólidos,

como sacolas de plástico, papelão, entre outros materiais orgânicos e inorgânicos, não têm um destino final adequado.

A responsabilidade não recai apenas sobre os comerciantes, pois partes das funções exercidas pela prefeitura são insuficientes, sendo outra observação constatada: a falta de lixões na área. É notável, desta forma, que foram localizados apenas dois contêineres, que estão erroneamente na margem do rio Choluteca, entendendo-se por razões óbvias que não devem estar localizados em esses espaços.

O outro fator é educacional, é verdade que isso está relacionado aos comerciantes diretamente, mas vamos destacar esse fato por parte dos transeuntes, onde a responsabilidade e consciência ambiental está por trás disso, sendo um fato lamentável, onde as pessoas que circulam pelos lugares e que viajam nos diferentes meios de transporte depositam os resíduos sólidos nas ruas, um fator que talvez seja influenciado pela falta de lugares para depositar os resíduos.

Gráfico 1: Percepção da população sobre os responsáveis do lixo nas ruas de Comayagüela



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018.

Organização: Kevin Amaya

O gráfico anterior representa a percepção da população, em relação com as principais causas que geram a acumulação de lixo nas ruas de Comayagüela, dados que reforçam o anteriormente descrito através da observação de campo na área de estudo, destacando como principal fator a consciência ambiental com uma resposta de 46%. Este problema está atrelado a caracteres educacionais, representando a imagem da população em geral que não faz boa gestão e destino final dos resíduos que isso gera.

Como pode ser percebido, a responsabilidade recai sobre todos. Os dados mostram que a população vê os vendedores como mais um dos principais responsáveis, com 22%; pessoas que transitam, com 15%, motoristas de veículos com 3% e, finalmente, a carência de lixeiras com 14% de representatividade.

Embora a tarefa não seja procurar culpáveis, os dados revelam que tanto os comerciantes quanto os transeuntes, bem como a necessidade de melhorar a ação dos órgãos estaduais responsáveis, evidencia-se. Amontoamento de lixo que terá impacto negativo direto na dinâmica local, já que o centro histórico da região de Comayagüela, onde ocorre o processo de comercialização entre comerciantes e consumidores, é uma área de risco, devido às múltiplas inundações que são geradas por a acumulação de resíduos sólidos.

A função exercida pela superintendência é a gestão integral dos resíduos sólidos da capital que compreende supervisão da classificação, coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos, perigosos, biológicos e altamente poluentes no aterro sanitário, como é a assimilação das áreas de limpeza e varrição de ruas.

Dessa maneira, desempenha sua função, a que é realizada por funcionários que realizam a limpeza cerca de 3 vezes ao dia, chamados de Micros de Limpeza, isso como uma medida para reduzir a acumulação de resíduos, a limpeza que é feita manualmente na área e é a sua presença apoiado apenas por um carrinho, vassoura, pá de lixo e sacos, trabalho em condições precárias, se movimentando a pé.

Figura 2: Operações de limpeza nas vias públicas de Comayagüela



Fonte: pesquisa de campo – Comayagüela 2018
 Autora: Jessica Tercero – Aminta Colindres

Esporadicamente, a AMDC juntamente com a GOP, realiza operações de limpeza nas ruas, como mostra a Figura 2 (A e B), uma ação de grande importância para a manutenção e limpeza dos espaços públicos de que fazem uso os comerciantes das vias públicas. Além das ruas, também são realizadas nos mercados estabelecidos, tendo como objetivo a redução do amontoamento de resíduos, bem como a limpeza dos esgotos, para reduzir os riscos de inundação e claramente sanear os espaços.

O pessoal envolvido na dinâmica local de Comayagüela descreve que (comerciantes, como funcionários da prefeitura), não têm espaços específicos para atender suas necessidades fisiológicas, para isso, eles encontram banheiros públicos, onde um valor simbólico é pago por fazer uso destes. Descrevemos este fato, pois em muitas ocasiões o cotidiano e as redes de solidariedade que se constituem do vivido revelam ações marcantes.

No momento em que os comerciantes abandonam seus espaços, eles são atendidos pelos inspetores da GOP ou por parte dos Micros, inclusive ajudando nas vendas em sua ausência, isto também é feito por parte de vizinhos, revelando a construção de redes de solidariedade através de cooperação entre vizinhos, que inclui o pessoal do GOP.

2.4.4 Gerencia do Ordem Público

Este departamento é o principal órgão responsável pela regulamentação do comércio informal, sendo o responsável da criação do Departamento de Permissões e Ambulantes, como uma extensão da estrutura organizacional da AMDC. Entre as funções da GOP estão:

- a) Operativos de limpieza regulares en todos los mercados municipales,
- b) asignación de micros de seguridad en los diferentes mercados del Distrito Central
- c) Así mismo se realizan labores de reordenamiento vial y peatonal, regulación en carga y descarga, regulación y control de fleteros, controles de contaminación y mantenimiento de sistemas de aguas negras.
- d) La División de Cementerios, realiza labores de mantenimiento y limpieza, de igual forma mejoras en seguridad, con vigilancia permanente”.

Esta gestão é responsável pela lógica e coordenação das diferentes entidades envolvidas para a jurisdição dos espaços "públicos", caindo sobre eles a responsabilidade de operação dos 13 mercados municipais, conforme estabelecido no artigo 137 do Plano diretor 2013, os quais estão distribuídos da seguinte forma dentro do Município do Distrito Central:

Quadro N 3: Distribuição dos mercados municipais, quantidade de locais

Nº	Mercado	Cantidad de Puestos	Cuota Diaria (L)	Ubicación
1	Zonal Belén	1273	1.75-1.67-1.50-1.00-0.50	Comayagüela
2	San Isidro	341	12.00	Comayagüela
3	Álvarez	800	NP	Comayagüela
4	Colón	742	NP	Comayagüela
5	Zonal Perisur	485	NP	Comayagüela
6	Séptima avenida	236	12.00	Comayagüela
7	Las Flores	NP	NP	Comayagüela
8	San Miguel	94	4.00-6.00-7.00	Tegucigalpa
9	La Isla	933	NO PAGA	Tegucigalpa
10	Los Dolores	341	12.00	Tegucigalpa
11	Los Mariscos	64	NP	Tegucigalpa
12	San pablo	171	4.50-5.00-4.00	Tegucigalpa
13	Jacaleapa	184	3.00-4.00-5.00-8.00	Tegucigalpa

Fonte: org. Por Kevin Amaya, trabalho de campo em Comayagüela maio – junho 2018

Nota: segundo o câmbio internacional 1 Real = 6.68 L, (04/2/2019).

A GOP também é responsável por determinar as áreas de acesso ou restrição direcionada ao comércio ambulante, os quais podem ser estendidos, reduzido, restrito ou modificado para sua conveniência, conforme descrito no artigo 140 do Plano diretor de 2013. Assignando muitas funções em torno da área de estudo, e fora dela, em volta do comércio informal, é muito importante entender suas funções para ter uma percepção mais ampla sobre nosso tema de interesse e as contradições no espaço que giram em torno da dinâmica comercial nas vias públicas.

2.4.5 Departamento de Permissões e Ambulantes

Extensão criada com a finalidade de levar à prática os regulamentos no Município do Distrito Central, a autoridade responsável por aplicar as disposições determinadas por parte da GOP, sendo a ordem e controle de vendedores ambulantes, sua principal função. Ações estabelecidas a partir do acordo nº 13.402, de 7 de novembro de 2002, conforme estabelece o art. 38 da lei de municipalidades, diríamos que são os representantes em campo da Prefeitura, conforme ao descrito no art. 2º da Ordenança Municipal para a proteção, desenvolvimento e regularização da atividade de comércio informal.

Um problema interno do DPA tem sido a má gestão e a falta de conhecimento da população em geral sobre suas funções. De acordo com os dados lançados por parte dos questionários aplicados aos vendedores, de 100% destes, 51% reconhecem que é função da

prefeitura o controle e ordenamento de suas atividades, 3% atribuem essa função às organizações, destacando que 37% não sabem quem é o principal responsável pela fiscalização em Comayagüela, e 9% se recusaram a responder à dita questão¹.

Os questionários dirigidos aos micros evidenciam que conhecem a ordenança, mas que ela não é respeitada, subtraem valor da função dos inspetores da GOP. A gestão da prefeitura em termos de regulação de suas funções tem melhorado ao longo do tempo, já que, de acordo com as narrações dos vendedores, esse departamento é conhecido como a "Perrera", onde sua característica era a de repressão violenta sem mediação de palavras, como os seguintes entrevistados nos descrevem:

Entrevistado N 3- Comayagüela- comerciante- 31-07-2018- 5:42 pm *“Eso era triste, cuando había bastante eso de la “perrera”. Pues uno salía en carrera porque ellos a uno le decomisaba todo a uno, y ni le decían a uno, solo llegaban con el carro a subir toda la mercadería, y en esos tiempos solo le quitaban las cosas no se podía pagar para que se las devolvieran, y ahora cuando a uno le decomisan se paga cierta cantidad para sacarla. Pero hace unos 3 años para acá, ya no se decomisa, como ahora hay más población, hay más carretas, más puestos ambulantes, entonces han tomado otro método, por ejemplo, los muchachos que andan a diario (se refiere a los inspectores y micros de la GOP), y ellos a uno le dicen, no te podés mover, ni meter, o, anda camina (referente a los carretilleros), entonces ellos lo tratan a uno de otra manera, y nos tratan bien, pero los que uno conoce, decomisos, ahora ya casi no decomisan”*.

Entrevistado N 4 - Comayagüela- comerciante- 02-08-2018- 10:42 pm *“En ese tiempo le quitaban toda la mercadería, y se lo llevaban preso, era un caos, pero la misma necesidad obligaba a la gente, aunque le quitaran la mercadería el volvía, entonces, ya ahora no se hace eso, solo antes. Ellos pagaban una multa y no se la daban”*.

Segundo a opinião do atual chefe do Departamento de Permissões e Ambulantes, a desinformação das pessoas em torno de suas funções é um obstáculo que contribui para a expansão do comércio informal e a apropriação de espaços públicos, argumentando que mais de 65 % das pessoas em Comayagüela não conhecem a ordenança municipal sobre a organização de suas atividades.

Sendo o processo de informação e conscientização muito recente, só em 2014 é criado o Manual de Procedimentos do Departamento de Permissões e Ambulantes, que tem como objetivo

¹ Os dados foram obtidos através da aplicação de 200 questionários, os quais foram feitos usando a plataforma virtual do Google Form, para o desenvolvimento do questionário, e a plataforma de interação social WhatsApp, para a circulação de este através de terceiros, uma medida usada para coleta a distância de dados

fornecer uma guia para pessoas interessadas em solicitar um espaço de vendas em formulário cadastrado, questionando, Como eles exigiram uma ordem? Se não tinham uma forma de procedimento adequada, em termos de suas funções e do processo de aplicação em torno aos espaços de vendas permitidos.

Este Manual está distribuído em 7 etapas, para que uma pessoa possa obter permissão para se estabelecer temporariamente, seguindo as predisposições legais da ordenança municipal (2018). O objetivo de este documento é facilitar o sistema de registro e obter uma base de dados atualizados, um controle da quantidade e novos espaços de consumo no Distrito Central, os quais são:

El primer paso, consiste en la solicitud al departamento, en donde deberá llenar un formulario, presentar documentos personales, y un croquis del lugar que desea ocupar, proceso regulado a partir del artículo 15 de la ordenanza.

El segundo paso, es la supervisión del lugar, en donde se hará una inspección en campo del local, proceso que será registrado mediante fotos, registro de datos, como tipo de ventas, lugar etc.

Tercero, articulado en base al artículo 37, consiste en el pago de la tasa municipal, correspondiente a 300 lempiras, cabe aclarar que es un pago mensual, procediendo a llenar una ficha de vendedor y un acta de compromiso.

Cuarto, consiste en la solicitud procedente del departamento, dirigida a la gerencia del orden publico solicitando la autorización y aprobación del espacio solicitado por el vendedor.

Quinto, es función del DPA la gestión de los decomisos, monitoreando el centro histórico de Tegucigalpa, y las áreas no autorizadas de la capital y el no pago de la tasa municipal.

Sexto, destinado a dar a conocer las disposiciones en cuanto a las sanciones, el monto a pagar, aplicada en caso de decomiso, firma de acta de compromiso y acta de devolución de los productos.

Séptimo, basado en el artículo 32, se especifica cual será el destino de los productos en caso de decomiso, los cuales serán donados, a albergues, acilos, guarderías entre otros.

A divisão de permissões e ambulantes "recupera" espaços em vias públicas, parques, praças, áreas verdes, pontes, tráfego de pedestres e veículos, etc. nos diferentes setores da capital, de acordo com as ordenanças estabelecidas. Contudo, como esse processo ocorre na prática, dentro do espaço Comayagüela? Para isso, dentro da nossa intenção de entender a totalidade da dinâmica local, nos inserimos ao local para passar tempo com os inspetores da GOP que estão no campo realizando suas funções diariamente, que também trabalham se expondo a grandes perigos em conflitos que surgem com os comerciantes, dentro de suas funções no perímetro do distrito central e monitorando a expansão de novas atividades sem registro, estão as operações de

demarcações e apreensões, a segunda sendo realizada duas vezes por semana, primeiro sob condições de chamadas de atenção.

2.5. As práticas dos Inspetores e Micros na gestão de Comayagüela.

Os **Inspetores** são funcionários diretos da GOP, executando suas funções com o Departamento de Permissão e Ambulantes, trabalho que tem seguro social, como; seguro médico, férias pagas, pagamento de horas extras, etc. Mas eles estão expostos a grandes riscos. A sua função varia entre as 8:00 e as 18:00, e vale a pena destacar que normalmente terminam o dia às 17:00 na área de concentração dos vendedores, uma vez que até então são normalmente tolerados. Embora suas funções, a maneira de atender aos pedidos de atenção dos comerciantes de vias públicas, é através de um respeito concedido, que é ganho por antiguidade nas instalações e respeito mútuo, ou seja, baseia-se nas relações sociais do cotidiano e não em artigos estabelecidos por leis.

Essas relações criarão laços de sociabilidade que são necessários na dinâmica local. Comayagüela tem sido considerada nas últimas décadas como um lugar perigoso, do mesmo modo, pessoas que exercem suas atividades têm sido expostas a todo tipo de perigo, sendo considerada uma área em risco social, devido à presença do crime organizado, prostituição e tráfico de drogas, entre outros fatores.

Figura 3: 5ta Avenida



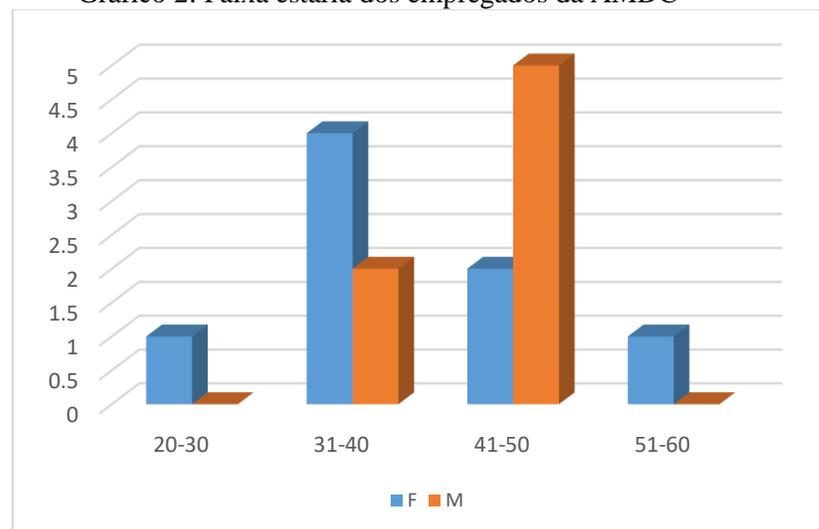
Fonte: pesquisa de campo, 5ta avenida. Comayagüela
Autores: Aminta Colindres – Kevin Amaya. 2018
Nota: Inspetora (em azul) ordenando comerciante.

Em contrapartida, os **Micos** são subempregados, trabalham média jornada sem usufruto de qualquer tipo de garantia social, o que foi confirmado por 100% dos entrevistados, com base nos questionários a eles encaminhados para melhor compreender sua função. Seu dia de trabalho é de 5 horas, dividido em dois grupos por turno de acordo com dados obtidos diretamente do DPA. Atualmente, existem 26 Micos que são grupos de 4 pessoas distribuídos no Centro de Tegucigalpa, La Kennedy, Las Palmas, El Seguro, estando em Comayagüela 15 Micos, que estão localizados principalmente entre a primeira avenida até a sexta avenida, e na primeira rua para a nona rua, distribuída em duas jornadas.

A propósito de entender suas funções, foi realizado um questionário dirigido à equipe que está em Comayagüela (Micos), onde foram aplicados 16 questionários, sendo que durante o tempo em que estivemos presentes na área houve problemas com relação à falta de pessoal, encontrando apenas 8 Micos na área de estudo, o que corresponde a 32 pessoas distribuídas em duas jornadas, cada Micro conta com um coordenador (a) e 3 assistentes (Termos implementados em relação à equipe).

A distribuição das funções em termos de gênero não varia, sendo entrevistadas 9 mulheres e 7 homens, com idade média de 41 a 50 anos. É interessante o fato de que as mulheres tendem a ficar mais tempo trabalhando em Comayagüela. De acordo com os dados obtidos, 4 de 9 mulheres correspondentes a 44% das pessoas entrevistadas, desempenhando suas funções a mais de 6 anos em vias públicas, e 4 de 7 equivalentes 57,14% dos homens têm apenas alguns meses.

Gráfico 2: Faixa etária dos empregados da AMDC



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018.
Organização: Kevin Amaya

Sendo uma causa deste fenômeno os conflitos diretos entre vendedores e trabalhadores do Micros no momento de desempenhar suas funções. Os riscos estão latentes dentro da dinâmica local em disputa sobre os micro poderes encontrados em suas atividades sócio – espaciais, é por isso que 88% dos entrevistados consideram inseguro seu trabalho, os 12% restantes correspondem a 2 respostas, uma mulher e um homem cuja antiguidade em Comayagüela é de apenas 1 a 2 anos e consideram que não é, fazendo a seguinte pergunta: Você considera seu emprego seguro? Destacando as seguintes respostas:

Cuestionario N 4: - Comayagüela – Micro, 16-07-2018 *“considero inseguro, se mantiene a diario, porque las personas actúan y agreden, han golpeado, herido y hasta ha habido muertes en los conflictos generados”*.

Cuestionario N 7: - Comayagüela – Micro, 16-07-2018: *“aquí no es seguro, no, porque no nos mejoran el sueldo, no hay seguro de vida, solo les importa que llegue a diario, yn por parte de los vendedores, nos agreden verbalmente, a veces tienen problemas y se desahogan con uno”*.

Enfatizando a dificuldade deste trabalho e a exposição aos riscos físicos e psicológicos a que estão sujeitos, deve-se lembrar que os agentes envolvidos na dinâmica não foram contemplados aqui, além de suas funções serem de vital relevância para manter algum controle nas dinâmicas locais, o interesse despertado pelo risco como seres humanos ao cumprir determinada função em representação de um órgão municipal, que faz parte como uma entidade representativa daqueles descritos por Althusser como "Aparelho Ideológico do Estado", que não proporciona garantias de proteção social com base em um conflito que surge devido à má gestão do Estado em termos de distribuição de riqueza no país.

Entre as funções desempenhadas, seus regulamentos, disposições e ações a serem executadas não estão em um regulamento específico, o pessoal deve aprender no campo, uma vez que as leis aplicadas fora da Comayagüela não estão contempladas ou podem ser realizadas devido à dinâmica das práticas sócio-espaciais e as formas de resistência desenvolvidas nesse espaço geográfico.

Dentro das funções descritas por parte dos Inspetores e Micros, que são desenvolvidas diariamente nas ruas de Comayagüela, para tentar manter a ordem, que tem como objetivo descongestionar a acumulação de vendedores ambulantes, o que permite a livre circulação de pessoas e veículos, deve-se esclarecer que essas regras são um acordo verbal entre inspetores e microfones:

- a) Regular, organizar, ordenar los espacios de acceso a las vías públicas.
- b) Mover Carretilleros (5 min en un mismo lugar)
- c) Mantener los puestos en una sola línea y evitar que expandan o modifiquen sus negocios
- d) Descongestionar las vías, lograr la circulación de vehículos y personas
- e) Ordenar y Supervisión de las actividades (Fijas, Carretilleros, ambulantes)
- f) Requerimientos
- g) Regulación de audio, uso de alto parlantes y micrófonos.
- h) Velar por la visibilidad de las tiendas (aceras) y control de carretilleros
- i) Censo Anual
- j) Supervisión de nuevas afiliaciones y puestos en el local
- k) Mapeo de afiliaciones y puestos

Um dos conflitos internos que esta gestão enfrenta é a corrupção interna e externa, já que nesses trabalhos, há tentativas de suborno por parte de vendedores ou outro tipo de arranjo monetário para favorecer interesses particulares, fato que amplia as possibilidades de expansão ou emergência de novos espaços apropriados por parte dos vendedores, possíveis casos de arranjos com o sindicato ou associações para afiliar um negócio, estratégia implementada para burlar as leis. Uma vez que um membro seja afiliado, este é mais complexo que seja removido de seu espaço de trabalho, desde que seja apoiado por estar organizado dentro de uma organização legalmente constituída

2.5.1 Operativos de demarcação:

Entre as funções desempenhadas pelo departamento de Permissões e ambulantes, participamos do denominado "Operativo de Demarcação", que consiste em operativos ocasionais cujo objetivo é medir e marcar estabelecimentos fixos em vias públicas, uma medida utilizada para impedir a expansão de suas instalações e ocupar mais espaço do que os comerciantes já têm.

Destaca-se que estes operativos são realizados em conjunto com as associações ou o sindicato, depende das instalações e da área a ser marcada ou remarcada, acordo estabelecido para uma cooperação tripartida entre a Prefeitura, Organizações e Comerciantes. Estas atividades são realizadas dentro de horas da manhã entre 5h e 9h, preferencialmente antes de os comerciantes organizarem seus produtos, já que geralmente usam caixas ou "javas" (termo usado por comerciantes), que são usados para colocar mais produtos e expandir seus negócios.

Esta atividade também é acompanhada pela polícia municipal, uma vez que existem casos em que os comerciantes não aceitam a regulamentação do espaço e se torna uma atividade

conflituosa, daí a importância da presença e do acordo com as organizações, no momento da realização de essas operações. O primeiro passo é notificar as organizações, sendo estas as representantes legais dos comerciantes.

Figura 4: Operativo de demarcação



Fonte: pesquisa de campo, Bairro Morazán, Tegucigalpa AMDC
Autores: Jessica Tercero – Kevin Cocas

De acordo com a Ordenança Municipal para a Proteção, Desenvolvimento e Regularização da Atividade de Comércio Informal, o Departamento de Permissão e ambulantes é responsável pelo controle das atividades informais, limpeza, segurança e ordenação, conforme estabelecido no Artigo 1. Operativo que se centra na regulação de espaços, limpeza e ordenação. Deve-se ressaltar que, de acordo com os trabalhadores da GOP, o que se pretende é dar uma boa imagem através dos estabelecimentos ordenados, o que eles consideram “que es beneficioso para todos, ya que entre más ordenado y limpio están los puestos, más ventas obtienen”.

A fim de melhor compreender as funções do pessoal na área designada, foram observadas duas operações de demarcação, destacando a complexidade e o perigo a que os trabalhadores da GOP estão expostos em alguns casos, e a não aceitação de suas funções, não só por parte dos comerciantes, mas também das pessoas que transitam, as quais faziam comentários, como: “No dejan trabajar tranquilo a la gente”, “ya están molestando los de la perrera”, “solo para molestar sirven”, entre outros.

Outro dos objetivos é a regulamentação do espaço aéreo, sendo uma estratégia por parte dos comerciantes, colocar lonas para se protegerem do sol e da chuva, que são proibidas porque “dificultam a passagem de veículos de maior tamanho”, fenômeno que se presencia entre 3ª rua e

5ª avenida e 4 ruas, extensão que não é permitida por inspetores, e estabelecida pela ordenança da gerencia do centro histórico.

2.5.2 Operativos de apreensão

Denominadas desta forma as ações tomadas com base na portaria municipal, operativo que envolve diversos conflitos, onde o risco dos inspetores aumenta muito, sendo participantes de tais eventos. No momento da execução, todos os inspetores contratados pela GOP, a polícia municipal, às vezes acompanhada pela polícia nacional e militar participam.

Figura 5: Operativo noturno de apreensão



Fonte: pesquisa de campo, 5ta avenida Comayagüela- 2019
Autores: Kevin Amaya – Jessica Tercero

As ações realizadas no âmbito das operações são argumentadas em base à ordenança municipal, que busca manter a "ordem", o controle, a limpeza e reduzir a expansão dos estabelecimentos que não se aboque a dar conta do espaço utilizado e a instalação de novos espaços de consumo, processo cuja gestão consiste em primeiro lugar na notificação ao novo comerciante estabelecido; no caso de reincidência, uma citação, e no caso de uma nova reincidência, a mercadoria é confiscada.

Estas apreensões baseiam-se na Ordenança Municipal (2014, Capítulo IV, Artigo 32) onde estabelece uma multa de 300 a 500 Lps, no caso de reincidência aumenta para um valor de 500 a 1000 Lps, e em última instância o cancelamento da permissão de operação no espaço ocupado, (isso depende da área). Notificações que têm um prazo de 24 horas de acordo com o artigo 33. Deve-se destacar que, se as vendas são feitas em veículos, eles também podem proceder ao confisco juntamente com a Gestão da Mobilidade Urbana.

As atividades são realizadas e organizadas na noite ou no início da manhã em conjunto e com o apoio do pessoal de segurança, pois, devido ao descumprimento das normas estabelecidas, no caso de construções de estabelecimentos de comércio fixo, elas desmontam as instalações. É necessário entender que, por vezes, devido ao aumento de pessoas dentro do comércio informal, a competição e a territorialização do espaço por outros que estiveram na área há mais tempo aparece. Há um controle e uma hierarquia do espaço, sendo em alguns casos solicitado o despejo da competição por os mais antigos.

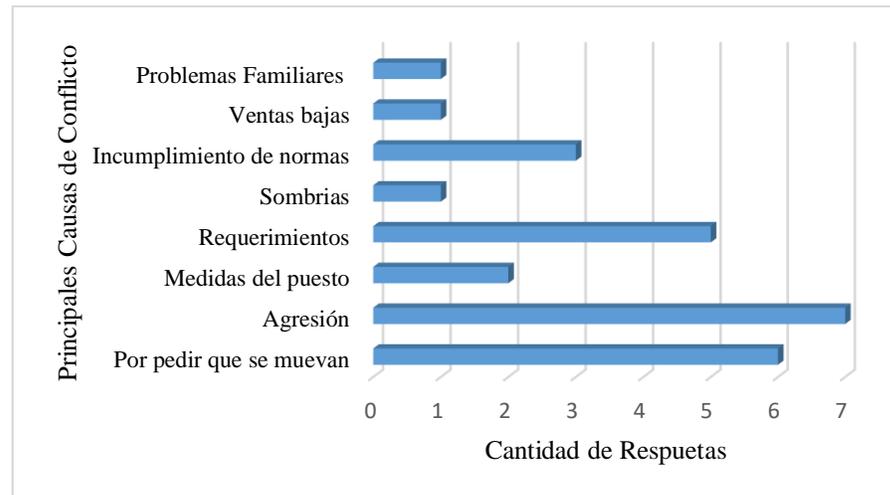
A complexidade de compreender o espaço geográfico a partir de sua totalidade, e como os diferentes fenômenos estão inter-relacionados, e neste caso, as contradições geradas a partir da apropriação de espaços públicos por parte do comércio informal, resulta difícil para o pesquisador manter uma posição neutra, para analisar como as contradições se articulam. Assim, entendemos que compreender as funções dos Inspetores e dos Micros de segurança é importante, mantendo a análise das condições de trabalho, pois estes também estão expostos a altos riscos no desempenho de suas ações laborais.

Os conflitos mais recorrentes entre o pessoal da GOP e os comerciantes, descritos pelo chefe do departamento de permissões e ambulantes, Entrevistado N 1- Comayagüela-comerciante- 30-07-2018- 1:15 pm se da, *“por culpa de los anexos de los puestos, por remodelación de puestos, por agrandamiento de los espacios de los puestos, y por trabajar sin permiso, sin autorización de la municipalidad”*.

Conflitos que, segundo o Presidente de SIVELIH, Entrevistado N 2- Comayagüela-comerciante- 30-07-2018- 2:25 pm, se inicia por: *“El ordenamiento, ellos se salen, el vendedor así es “bien cómodo”, ellos quieren tener un colchón una hamaca y se salen a la calle, y si se salió uno se sale el otro, por ello hay problemas”*.

Os questionários aplicados ao pessoal da área (Micros e Inspetores), localizados na 5ª Avenida de Comayagüela, descrevem os principais problemas que são gerados a partir de chamados em solicitação para a sua mobilização, isto em torno da dinâmica dos carreteiros, que podem parar no mesmo ponto por 5 minutos, tempo que é monitorado por parte do pessoal no campo, para evitar o acúmulo de vendedores no centro da rua, o que dificulta a passagem de pessoas e veículos, como podemos ver no gráfico 2.

Gráfico 3: Principais causas que geram conflito entre AMDC e Comerciantes



Fonte: pesquisa de campo em Comayagüela – 2018
Organizado: Kevin Amaya

Esta é a principal causa dos problemas de agressão, onde, no momento de realizar seu trabalho, são atacados verbalmente e até fisicamente, o que é discutido pelos Micros e Inspetores, mas em alguns casos é iniciado por parte do mesmo pessoal, relatado por vendedores, em que estes acreditam que nem todos os respeitam e às vezes se sentem atacados devido ao modo como são tratados.

Cada operativo é realizado duas vezes em cada mês com a finalidade, segundo o Departamento de Permissão e Ambulantes, Entrevistado N 1- Comayagüela- comerciante- 30-07-2018, 1:15 pm *“los operativos nocturnos se realizan más que todo, para ir a ver personas que están realizando actividades de ventas, escondidas, los que no tienen el permiso y no lo han solicitado, lo hacen de manera fraudulenta para no pagar la tasa municipal. Lo cual es realizado por el departamento en colaboración de la policía municipal”*. Dessa forma, o departamento conta com três veículos para realizar este trabalho, dois caminhões e um pick up.

Destaca-se a percepção da população sobre as funções desempenhadas por parte da prefeitura do Município do Distrito Central dirigidas a regular o comércio informal, sendo aplicados 200 questionários por meio da plataforma virtual do Google, ferramenta utilizada para amortizar o problema causado pela distância entre o pesquisador e o objeto de estudo, por não poder estar em Honduras durante parte do período da investigação.

2.5.3. Sobre a função da Prefeitura

A distribuição e presença de agentes da GOP, pertencentes ao DPA e subempregados denominados "Micros", representantes de interesses dos poderes estatais, e neste caso a prefeitura municipal descrito no Capítulo 2, são parte fundamental de nosso estudo, desempenhando funções de controle e regulação em toda a cidade. Mas como suas funções são percebidas? Que opinião a população tem?

Refletimos as diferentes opiniões destacadas por parte dos colaboradores, pois sendo uma questão de natureza quantitativa, as respostas mais comuns foram agrupadas. Mostramos, à luz da tabela a seguir, opiniões contrastadas, a maioria delas categoriza 11,9% de "Ruim". Isso se refere ao desempenho de suas funções, o que torna interessante ressaltar que eles consideram que "não geram oportunidades, mas limitam as pessoas "; 10% dos participantes contam que existe uma má gestão, como o colaborador nos menciona:

Encuesta N 25- Comayagüela- comerciante- 18-07-2018 - 1:15 pm "Pienso que no hacen nada al respecto, abren mercados como la Isla para colocar a los vendedores, pero el pago de impuestos es demasiado alto y es lógico que no lo pueden pagar. Es por eso que se van a las calles".

Do total de entrevistados, 8,7% determinam que não cumprem seu trabalho, sendo assim, não há regulação eficiente por parte destes, sustentados e acusados como "cúmplices da desordem" mediante um 1,8%, além de considerarem que são muito rigorosos e agridem os vendedores 6,8%, conflitos recorrentes, especialmente no Centro Histórico de Tegucigalpa, disputa de interesses entre atores sociais que são percebidos por parte dos respondentes.

Tabela 1: Percepção da população sobre a função da AMCD

Respuestas más comunes	Cantidad	Porcentaje
Solo les interesan los impuestos y no invierten	8	3.60%
No generan oportunidades, pero limitan a las personas	22	10%
Deberían ordenar sin lastimar a los vendedores	10	4.60%
No resuelven Nada	9	4.10%
Mala	26	11.90%
Son cómplices del desorden	4	1.80%
No cumplen con su trabajo, no hay regulación de los vendedores	19	8.70%
Pésima gestión	14	6.40%
Muy estricta y agreden a los vendedores	15	6.80%
Deben crear nuevos espacios para reubicarlos	16	7.30%
Deben dar permisos, regulando la cantidad	5	2.30%
Faltan políticas de protección al vendedor	2	1%
No hay una capacitación hacia el personal	4	1.80%
Carecen de estudios para mejorar las medidas de actuación	5	2.30%
No aplican la ley como es debido	8	3.60%
Responsables	12	5.50%
Hacen su tarea, las otras personas no tienen conciencia	5	2.30%
La cantidad de comerciantes supera su capacidad	18	8.20%
No respondió	17	7.80%

Fonte: Questionário Google, Plataforma Digital, 2018.

Organizado: Kevin Amaya.

Um determinado grupo de participantes considera que a "quantidade de comerciantes supera sua capacidade de atuação", isto com 8,2%. Deve-se notar que a presença desses comerciantes tem crescido exponencialmente nos últimos anos, o que nos convida a repensar sobre as principais causas que levam as pessoas a se estabelecerem no comércio informal.

Desse modo, 5,5% consideram as funções e ações da AMDC "Responsável", e 2,3% consideram que o problema recai sobre os comerciantes, responsabilizando terceiros pela falta de "consciência". Outros argumentos são voltados para a falta de estudos ou falta de rigidez ao usar as leis, pois determinam que não o exercitam como é "devido", como é apresentado na tabela anterior.

A GOP, sua presença na 5ª Avenida e a distribuição de seus fiscais e Micros, fazem parte das políticas de intenções de ordenar e regular o comércio, cujo objetivo é manter "controlada" a expansão e ocupação de espaços públicos, assim como as principais ruas e avenidas onde se concentram, a qual parte da amostra considerada ineficiente.

O crescimento e a expansão do comércio informal, especialmente o comércio de vias públicas, que é considerado a face mais representativa de este setor econômico, está ligado aos fatores sociais e políticos pelos quais o país está passando. Segundo o Instituto Nacional de Estatística 2016, Honduras conta com 78,7% da população em idade de trabalhar, com uma PEA de 45,3% equivalente a 2.179.130, dos quais 808.566 estão registrados no setor não assalariado.

Sendo assim, a presença e as ações da AMDC não são bem vistas por parte dos vendedores e da população, os quais chegam ao ponto de não serem tolerados em espaços de maior concentração e pleno controle dos comerciantes, exemplo disso seria a 5ª Avenida, onde se concentra um grande número de vendedores; estes, limitam o tempo dos funcionários. Um exemplo desse comportamento é aos sábados, em que a dinâmica local é alterada e as ruas são tomadas por completo, restringindo ainda mais a circulação de carros, motos e congestionando a circulação dos pedestres, a fim de expor uma quantidade maior de mercadorias.

Deve-se destacar que ao realizar as operações de demarcações e apreensões, se houver uma reclamação referente a um determinado espaço por parte dos locatários do comércio formal, em caso de ter bloqueado sua visibilidade ou instalando-se sem autorização, é realizado um processo denominado "espaço recuperado", que, de acordo com a definição do DPA, Entrevistado N 1 (chefe da DPA)- Comayagüela- comerciante- 30-07-2018- 1:15 pm. *“es cuando logramos obtener un lugar que fue ocupado por vendedores, que ha sido ocupado por mucho tiempo, sin autorización de esta municipalidad. Al momento de ser denominado como espacio recuperado nadie más puede ocupar ese espacio”*.

Esses "Espaços Recuperados" são espaços regulados que aprofundam a crise entre a discussão do proibido / permitido, sendo um conceito que teremos que discutir em maior profundidade em torno da compreensão da dinâmica exercida, devido à apropriação dos espaços públicos e territorialização criada a partir da formação de novos espaços de consumo.

2.6. As contradições do espaço: espaço regulado e formas de resistência

A apropriação e o uso do espaço urbano exercido pelos comerciantes da via pública, abre caminho para uma discussão sobre as contradições a partir do conflito, das lutas e disputas de poderes por parte de interesses particulares e de entidades envolvidas na dinâmica local. É a relação entre o Estado e a margem de legalidade dos comerciantes das vias públicas de

Comayagüela, que além das disputas geradas também formam relações de cooperação ou insurreição ao controle por parte destes.

Será discutido a partir do uso e do conflito e através da questão espacial por parte das atividades realizadas em vias públicas, tais questões: Quais são as estratégias de defesa? Como estes estão organizados? Na necessidade de conhecer como se dá a defesa do espaço público construído como espaço de trabalho e organizações coletivas por parte dos comerciantes.

Para Neffa (2010), as mudanças trazidas no mundo do trabalho, a flexibilização, a reestruturação produtiva e a expansão dos mercados, têm gerado um aumento excessivo da informalidade e precariedade do trabalho, tornando-se um refúgio para as pessoas afetadas, proporcionando a oportunidade de diminuir o impacto das necessidades econômicas, sendo estas funções interpretadas a partir de diferentes abordagens, passando de variáveis como a interpretação de um espaço de microempresários ou mesmo de uma força de trabalho indireta benéfica para a funcionalidade do capital (TOKMAN, 1990).

El aumento del trabajo informal, sobre todo aquel que se realiza en las calles, trae consigo una serie de problemáticas sociales, laborales, económicas y políticas tanto para sus actores protagonistas, los trabajadores, quienes no cuentan con el reconocimiento ni la protección jurídica del derecho laboral internacional y cuyas condiciones laborales son precarias, como para los actores sociales directa o indirectamente afectados o vinculados con su dinámica laboral. (GAYOSSO, 2019, p. 72).

Entenderemos como os atores sociais se organizam em torno de seus movimentos, contra a repressão ou abuso baseado em uma ordem que viola seus direitos, que segundo Gayosso (2019), essas organizações e formas de atuação das organizações nas últimas décadas tornaram-se mais consistentes, sendo as demandas destes o direito ao trabalho, respeito e integração às políticas de seguridade social.

A *Women in Informal Employment Globalizing and Organizing* (WIEGO) e a *Street Net International*, são duas das organizações internacionais que contribuem para a formação de organizações de pessoas envolvidas em atividades informais, estabelecendo uma breve discussão sobre o uso do espaço, as organizações a partir de um contexto de proteção da informalidade, a burocratização destas e as ações daqueles que atuam diretamente em Comayagüela, localizada em nossa visita à referida cidade.

2.7 A insurreição do uso

Essa insurreição do uso é a concretização das ações ao apropriar-se do espaço geográfico por parte do comércio na via pública, que representará as diferentes lutas e formas de resistência em torno da busca de espaços, que são escolhidos seguindo os fluxos de transporte e de pessoas, tornando-se aptos, maximizando as vendas e, assim, gerando ingressos maiores.

As dificuldades que enfrentam as pessoas, parte dos chamados serviços "básicos", que, em teoria, deveriam estar disponíveis para toda a população, mas essa não é a realidade de um país que é prejudicado por a insegurança, pobreza, falta de emprego, altas taxas de corrupção e impunidade, etc., impulsionados por políticas voltadas à reprodução da desigualdade social, à exploração do trabalho e à acumulação de capital em um pequeno grupo de pessoas, assim, tornam-se inacessíveis para algumas parcelas da sociedade, forçando-as a se deslocar em busca de trabalho, independentemente das condições de vida.

Quando falamos das contradições que surgem a partir das formas de uso do espaço, uso que no cotidiano revela diversos conflitos intrínsecos, entre necessidades e desejos, como Lefebvre (2006) nos cita, partimos da interpretação sobre o conflito de uso, já que cada espaço contém ritmo e ritmos em termos do processo de formação e impregnação de significados.

A análise baseia - se na contradição proposta por Lefebvre (2006), quanto aos termos de quantidade - qualidade, e a abstração encontrada nela, como um espaço subordinado aos diferentes processos de manipulações quantitativas que ocorrem no processo de reprodução do capital. Partindo desta lógica, entende-se que a presença de vendedores informais, neste caso, o comércio da via pública em Comayagüela, gira em torno de uma lógica que segue os fluxos (comercial, pedestre, veicular), centralidade criada a partir de suas atividades, sendo reconhecido como o motor que impulsiona a economia local.

Embora nossa intenção não seja discutir novamente as contradições entre o público e o privado, discutidas anteriormente, partiremos do simbolismo impregnado no espaço apropriado pelo comércio na via pública, a partir do "uso", prática sócio-espacial que vai contra a lógica do poder estatal, desafiando-os em seu objetivo de controlar através de processos de institucionalização de elementos do cotidiano, como parte de princípios lógicos - políticos.

Estas contradições são geradas a partir do “uso”, mas, uso de que? Para Odette Carvalho de Lima, “o uso”, “uso do espaço, do tempo, do corpo, essencialmente porque abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida, o prazer, o sonho, o desejo, o riso” (1996, p. 78), é a intencionalidade a partir da concretização das esperanças, sobrevivência, acumulação de capital, na polaridade das atividades exercidas por esses agentes, que o referido espaço se torna vivido, superando suas qualidades como um espaço de troca e indo além, como uma extensão do corpo, reconfigurando a morfologia espacial, transformando-a em um lugar dentro do espaço urbano carregado de significados.

Para Cacciamali, a origem do setor informal se dá por três razões principais: “a) necessidade de sobrevivência do excedente de mão de obra; b) manutenção e permanência, devido a suas relações como demanda de bens e serviços; c) devido ao elevado grau de competição que caracteriza o setor” (1982, p. 40). Assim, a divisão da força de trabalho produz espaços fragmentados, que serão o objetivo da institucionalização, transformando-os em espaços burocratizados, refletidos no espaço como produto social.

Para Rafael Pádua, “o espaço como produto social e histórico é fundamentalmente o lugar da reprodução da sociedade como um todo” (2011, p. 40). É importante compreender essas práticas sócio-espaciais como produto da realidade, no espaço urbano, sendo assim a importância de refletir o processo de apropriação / propriedade, gerado a partir dos espaços de consumo para o consumo de espaço.

Assim, analisa-se a necessidade de compreender o cotidiano a partir do uso e do comércio, ou o valor, que as diferentes representações do comércio nas vias públicas, especialmente a partir da centralidade que se estabeleceu nas ruas de Comayagüela, aumentaram o valor de uso do espaço apropriado. Mas isso é possível quando se fala de atividades exercidas no espaço público?

De acordo com o trabalho de campo realizado, a apropriação exercida também abriu o caminho para a geração de uma propriedade (refere-se a estabelecimentos fixos construídos em vias públicas), pois em muitos casos os vendedores adquirem seus locais de venda a partir da compra. Segundo conversas informais com estes mesmos, na 5ª Avenida, onde o comércio se concentra em maior medida, o valor desses estabelecimentos fixos chega a 200.000 Lps, dependendo de sua estrutura, seja metal, madeira ou outras formas improvisadas. A localização

também determinará o valor, uma ação que de acordo com as leis estabelecidas pela prefeitura municipal é contra a lei, então poderíamos dizer que o espaço apropriado obtém propriedades como valor de uso?

O uso reaparece em conflito agudo com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora a própria apropriação implica tempo e tempos, ritmo e ritmos, símbolos e uma prática. Quanto mais um espaço se torna funcional, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam e o tornaram unifuncional, menos ele se presta a apropriação (Lefebvre 2006, p.7).

É por isso que algumas peculiaridades da dinâmica local, como a compra e venda, não é exercida sobre o espaço, uma vez que seria difícil vender um pedaço de via pública, mas, quando a compra do estabelecimento é efetiva, é adquirido certo direito ao uso do espaço. Este direito, poderíamos dizer, é abstrato? Por quê? Talvez, porque é um direito parcial que é reconhecido entre vendedores e associações, até certo ponto tolerado ante poderes do Estado, mas na teoria não é permitido desde um aspecto legal.

Eventualidade dada, sendo evidente por parte dos agentes da GOP que afirmam que a ação é um abuso, ações realizadas por meio de processos irregulares, nos quais compradores, associações ou sindicatos, ou até mesmo o pessoal da prefeitura podem estar envolvidos.

Dessa forma, com o objetivo de aprofundar a maneira como ocorre o processo de apropriação e como eles conseguem se instalar no espaço público e construir os denominados pontos fixos, os resultados são obtidos a partir dos questionários estruturados que foram aplicados a 174 comerciantes escolhidos aleatoriamente, sendo 36 pessoas, correspondendo a 20,7% da população pesquisada. Essas pessoas ressaltam que seu estabelecimento é representação e obtenção por meio de lutas, seja confrontos diretos com a prefeitura, antiguidade e a persistência de estar na área trabalhando, havendo uma complexidade no espaço em torno da luta e dos espaços de resistência. Para Fabiana Valdonski Ribeiro: “o pensamento – ação, que considera, atualmente, a luta pelo espaço como um eixo central na construção de novas práxis edificadas na apropriação coletiva dos bens comuns” (1996, p. 53).

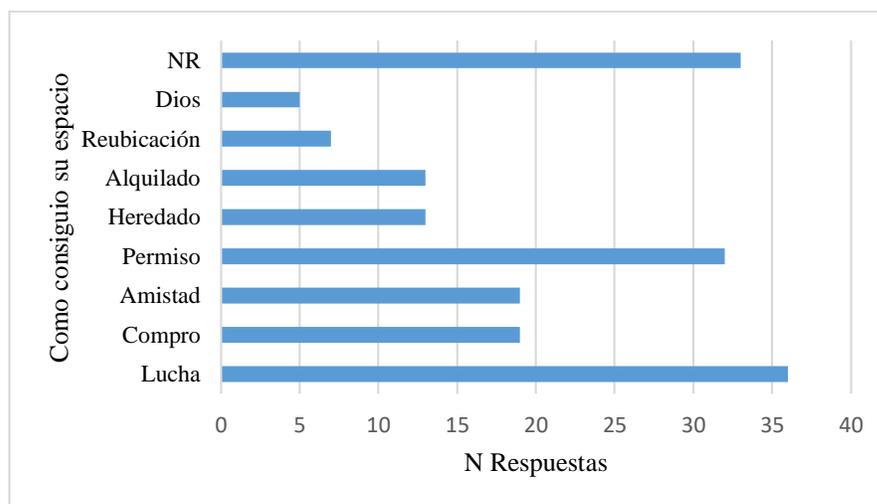
Foram entrevistados os mercadores da 5ª Avenida, isto para saber como passaram a ocupar estes espaços de Comayagüela, tendo como resultado que variou desde lutas corpo a corpo, até a herança ou antiguidade destes. Isso significa que o direito de usar essa via pública,

capaz de garantir que seus corpos ocupem esse espaço para o comércio, depende mesmo de um processo de ocupação que é feito através do uso.

Outros fatores que representam uma amostra significativa é a compra do espaço, com 19 respostas (10,9%) - além de obter por meio de um amigo - com outros 19 (10,9%), as respostas para cada um. Como mencionamos anteriormente, é uma prática que ocorre dentro da dinâmica local. O segundo fator mencionado colabora na compra ou aluguel do referido local, resposta que os comerciantes não queriam detalhar.

É interessante ressaltar que 23 pessoas, 13,2%, responderam que obtiveram seu espaço graças à colaboração da associação ou sindicato a que pertencem, destacando sua função junto aos afiliados, funções que serão discutidas posteriormente. Outro aspecto que chama a atenção são as 34 pessoas que se recusaram a colaborar, pois consideraram que não era pertinente fornecer esse tipo de informação. Desta maneira, denominam-se como fatores que contribuíram para a apropriação, a relocação exercida pela prefeitura, por herança, e o fator religioso (Deus), como se reflete no seguinte gráfico.

Gráfico 4: Obtenção dos espaços de vendas por parte dos Comerciantes



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela. 2018.

Organizado: Kevin Amaya

Contrasta-se a centralidade com o centro tradicional, manifestando-se como centralidades novas e antigas, lembrando que é aí que se dá a concentração das atividades econômicas, políticas, sociais e culturais, transformando o centro histórico de Comayagüela em um foco de resistência de espaços fragmentados. Para Gloria Anunciação, “a ocupação de praças e de

espaços públicos como as ruas em especial nas centralidades existentes, ainda que hierarquizadas, torna-se estratégia na luta pelo direito à cidadania e promove muitas vezes enfrentamentos entre as classes sociais” (2010, p. 199).

Assim, as diferentes formas de apropriação, que ultrapassam a lógica estatal, geram uma insurreição do uso do espaço, que não escapa à tentativa de institucionalização e burocratização, criando espaços de resistência e estratégias que garantem o direito à cidade, através do seu estabelecimento em vias públicas. Lembrando que a "apropriação" apresenta características distintas ao privado, que parte do seu conteúdo, apresentando qualidades, atributos, particulares da cotidianidade vivida. E o espaço privado segue uma lógica quantitativa que não escapa à tentativa de ser restringido e ao estabelecimento de características em torno da valorização do capital.

Entender a intencionalidade de privatizar espaços, a reprodução e fragmentação a partir da divisão do trabalho na sociedade atual, evidenciará a importância deste em relação à acumulação, com uma orientação de benefício ao sistema de reprodução do capital, o qual ampliara a brecha da desigualdade social. Para Ribeiro, o controle da privatização dos espaços vem “sendo objeto e objetivo de acumulação capitalista, ela aprofunda as desigualdades e as segregações, ao produzir morfologia espaciais que rebelam os extremos da apropriação no século XXI” (2004, p. 53).

A apropriação do espaço gera conflitos de interesses e forças sócio-políticas, tornam-se contradições de espaço, interesses particulares e constroem espaços de poder, em que existem conexões, estratégias, elos que se concretizam dentro de espaços de resistência, por isso, ao mencionar a dinâmica do comércio da via pública em Comayagüela, não podemos deixar de lado a organização por parte dos atores envolvidos.

Antes de continuarmos nossa discussão, e compreender como é que, a partir da apropriação dos espaços públicos, estes se tornam espaços de vivência e, por meio da territorialização exercida, adquirem sentido, tornando-se uma extensão do corpo como representação do cotidiano, devemos entender que, a fim de fazer uma resistência eficaz contra outros interesses e manifestações de poder, os trabalhadores que estão dentro da economia informal se organizaram, como uma estratégia legal que será responsável por representar seus interesses e direitos em torno ao uso do espaço.

Desse modo, vale esclarecer que nos concentraremos apenas nas principais organizações que representam o comércio ambulante em nossa área de atuação. Entre eles estão: Sindicato de Vendedores Libres de Honduras (SIVELIH), Consejo Nacional de Vendedores Ambulantes de Honduras (CONOVAH), Asociación de Nacional de Vendedores de Mercado de Honduras (ASONAVEMH), Asociación de Vendedores Ambulantes de Honduras (AVENAH).

Dentro desta forma de resistência a ser discutida, vamos abordar uma breve discussão sobre o sindicalismo, eventualidade que temos de enfrentar devido ao fato de que as organizações legalmente estabelecidas dentro Comayagüela é um fator muito importante que contribui para a proteção dos espaços apropriados. Assim, organizações como o sindicato, associações e conselhos que mencionamos anteriormente, constituem o único meio de representação legalmente constituído e reconhecido internacionalmente por esses vendedores estabelecidos na via pública e pela economia informal em geral.

A discussão ocorrerá em torno das formas de organização e representação, em que se encontram os comerciantes da via pública, esclarecendo que o único sindicato é o SIVELIH, que representa 4471 vendedores em todo o país (dados obtidos em primeira mão na sede), 2500 em Comayagüela, por isso, o sindicalismo implementado como uma estratégia de resistência não pode deixar de ser mencionado, uma vez que estes também foram forçados a se encaixar em uma lógica de estatal.

Os sindicatos são o resultado do capitalismo em meados do século XIX, com o Estado britânico sendo o primeiro a reconhecer esse direito dos trabalhadores em 1824, a expansão acelerada das “*trade unions*”, termo implementado para os sindicatos, formado como uma reação da necessidade de combater as formas de exploração da força de trabalho e das condições precárias produzidas pelo sistema de produção e reprodução do capital.

A expansão das relações capitalistas de produção teve como um dos seus principais efeitos o crescimento do movimento operário e dos sindicatos. Embora não fosse precisamente uma organização sindical, a Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT –, fundada em Londres (Inglaterra) em setembro de 1864, foi a expressão do movimento da classe operária na luta contra o capitalismo no século 19. (SILVA 2015, p. 1)

O desenvolvimento através do sistema econômico capitalista trouxe consigo medidas de produção baseadas na intensa divisão do trabalho e exploração da mão de obra, portanto, a dinâmica das lutas pelas forças operativas em torno da desigualdade, aumento da pobreza, a falta

de garantias sociais, a falta de empregos, tornou-se manifesta, entendendo que as diferentes estruturas econômicas, forças reprodutivas e repressivas por parte do Estado, causarão mudanças importantes nas formas e finalidades das organizações dos diferentes setores trabalhistas.

Marx vincula sua visão sobre todas as organizações criadas pelos proletariados como: “contribuir para a sua auto-emancipação e, conseqüentemente, de toda a humanidade” (1871 *apud* SILVA, 2015, p. 229), isto em torno das potencialidades que surgem da organização das forças produtivas contra o sistema. Nas discussões propostas por Marx, analisa-se o valor da força de trabalho estabelecida na construção das relações de empregos assalariados, pronunciada por parte dos sindicatos para Marx e Engels “O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor” (2003 *apud* SILVA, 2015, p. 229).

A representação da força de trabalho são os salários, que são determinados pelo "tempo de trabalho socialmente necessário para a produção", segundo Marx (2000), entre os quais se torna elementar para sobreviver, como "trabalhador individual em seu estado normal", objetivo através da representação e negociação pelos sindicatos. Nosso objetivo não é discutir o sindicalismo em seu papel político, os quais, Silva interpreta que, para Marx, deveriam “abarcam a totalidade da luta da classe operária pela auto-emancipação, ultrapassando os limites da ação com objetivos imediatos e restritos aos interesses de uma categoria. Trata-se de uma concepção classista revolucionária e não corporativa reformista” (2015, p. 231).

As discussões em grande parte sobre as formas de organização giram em torno do setor formal, em busca de interesses comuns para garantir a estabilidade salarial através de relações de negociação, para Rafael Celeste os sindicatos representam “à *autonomia relativa* da política e da ideologia em relação à base econômica” (2017, p. 45), desempenhando algumas funções como:

Negociação coletiva, negociação sobre o ambiente de trabalho; integram comissões para intervir nas relações de trabalho e nas políticas dos governos; organizam greves, assembleias e reuniões de trabalhadores; orientam a consciência da sociedade de alguma maneira, em geral, pela ótica do trabalho em seus veículos de comunicação e no discurso de suas lideranças; exercem funções assistenciais ou de concertação social; integram parte da estrutura de Estado em alguns países como o Brasil, ou em momentos da história; integram-

se a reivindicações de movimentos sociais; participam de campanhas eleitorais de alguma maneira para favorecer candidatos que possam lhes beneficiar; falam, por meio da mídia, em nome de trabalhadores e, em alguns casos, em nome da sociedade civil. Em todos esses aspectos o que parece estar sempre presente é a noção de representação, porque toda ação sindical resguarda o sentido de se fazer útil em sua existência, que é o que lhe confere o estatuto organizacional e institucional. (OFFE y WIESENTHAL 1984 *apud* CARVALHO 2009, p. 2):

Portanto, a existência dos sindicatos está diretamente relacionada ao ato de representatividade individual e coletiva. Dessa forma, os sindicatos não estão determinadamente direcionados na organização dos grupos, mais do que isso, em representá-los, Carvalho (2009), obtendo características como representantes do direito privado a partir de sua natureza jurídica e representação do direito público.

Sendo a OIT, após a Primeira Guerra Mundial em 1919, a instituição se fortaleceu como marco da liberdade sindical, reconhecendo a organização, a sindicalização, o direito à negociação coletiva e manifestações como uma ferramenta que reafirma os interesses dos trabalhadores em torno ao sistema capital, reconhecendo o direito à livre sindicalização pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU), 1948, através do Artigo 23, inciso 4, que estabelece “Toda persona tiene derecho a fundar sindicatos y a sindicalizarse para la defensa de sus intereses”.

Baseados nas recomendações e tratados internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), devemos enfatizar que é a partir da década de 1960 que a sindicalização ao serviço público é fortalecida, ratificada pelos acordos 87, 98, 135, 143, 151 e 158 da OIT, que abrirá o debate em torno ao reconhecimento e expansão do sindicalismo para o setor com menos garantias sociais, pertencentes à economia informal.

O acordo 87 referente à liberdade de associação e a proteção dos direitos sindicais é adotado em 9 de julho de 1948, começando com a XXXI Conferência Internacional do Trabalho realizada em San Francisco, Califórnia, a qual, de acordo com o artigo nº 2 “Los trabajadores y los empleadores, sin ninguna distinción y sin autorización previa, tienen el derecho de constituir organizaciones de su elección, así como el de afiliarse a estas organizaciones, con la sola condición de conformarse a los estatutos de las mismas”

O convenio 98, convocado em 8 de junho de 1949 em Genebra, discute os princípios do direito à sindicalização e à negociação coletiva, nos casos em que estabelece, de acordo com o

Artigo 1, inciso 1, “Los trabajadores deberán gozar de adecuada protección contra todo acto de discriminación tendiente a menoscabar la libertad sindical en relación con su empleo”.

O convenio 135 sobre representantes dos trabalhadores, Genebra, 2 de junho de 1971, traz como foco da sua discussão, a proteção dos direitos dos trabalhadores nas empresas e seu gozo de defesa de qualquer ato que ameace contra seu emprego, como demissões por desempenhar funções, afiliação ou participação em atividades sindicais, sendo o acordo 143 que ratifica a proteção dos representantes dos trabalhadores, uma vez que ante as empresas eles devem gozar de uma proteção efetiva perante qualquer ato que possa prejudicá-los, desde que estes atuem de forma correta respeitando as leis e contratos vigentes, como manifesta Artigo 5.

O convenio 151, realizado em Genebra em 7 de julho de 1978, sobre direitos sindicais e procedimentos para determinar as condições de emprego na administração pública, apoia-se de acordo com o artigo 4, inciso 1, que “Los empleados públicos gozarán de protección adecuada contra todo acto de discriminación antisindical en relación con su empleo”.

A importância do Convenio 154, pronunciada em Genebra em 3 de junho de 1983, é reafirmar a obrigação da OIT de obter o reconhecimento da negociação coletiva, negociações que ocorrem entre um empregador, um grupo de empregadores, uma organização ou várias organizações de trabalhadores em representação de seus direitos.

Cabe ressaltar que o apelo ao reconhecimento de diferentes formas de organizações de trabalhadores por organizações internacionais foi ampliado, por meio de discussões sobre a inserção dos atuantes dentro da economia informal, como uma outra reflexão, já que suas dinâmicas são diferentes, uma vez que as discussões giraram em torno das relações de trabalho assalariadas.

Iniciativa transcendente por causa da importância crescente que gira em torno a economia informal, seja ela econômica, como geradora de empregos, condições de baixa produtividade e precariedade latente que acompanha o ritmo acelerado de expansão das diferentes formas de trabalho. É o que gera novas discussões sobre as novas estratégias de representação e o reconhecimento de estas mesmas.

A necessidade de integrar os trabalhadores pertencentes às diferentes manifestações da economia informal, abriu caminho para a discussão da expansão da ação sindical, portanto,

segundo Gerardo Castillo, as discussões sobre a integração sindical dos trabalhadores desorganizados data de 1951, no X Congresso de Milão, propostas feitas por a Confederação Internacional de Sindicatos Livres - CIOSL, fundada em 1949. Só em 1981 é produzido o primeiro relatório, introduzindo a palavra informalidade, como manifestação de crescimento demográfico, desemprego e miséria. Já em 1992, no XV Congresso realizado em Caracas, aprova-se a resolução sobre as “estrategias para la integración de los trabajadores marginados”, em torno ao fenómeno da marginalidade laboral (2005, p. 2).

Com isso, nasce a proposta de ampliar a dimensão em termos de representação dos sindicatos, para Castillo “Como parte de la tarea, el sindicalismo debía presionar a las autoridades para que, complementando el reforzamiento de sus derechos laborales, se incluyera como prioridades, constituir y afiliarse a sindicatos, y crear condiciones para facilitar el crecimiento de sus organizaciones” (2005, p. 8).

Assim nasceu a abordagem criada pela Organização Regional Interamericana de Trabalhadores - ORIT, baseada nas características particulares da América Latina, direcionada para criar novas estruturas sindicais ou a articulação destas na América Latina, diferenciando-se, assim, da Confederação Internacional de Sindicatos Livres – CIOSL por se concentrar em países com economias subdesenvolvidas. Para Castillo, “ORIT ponía el eje en el trabajo sindical hacia los cuentapropistas unipersonales o cabeza de empresas familiares de bajos ingresos” (2005, p. 9), abrangendo mais dois subgrupos dentro de sua análise, trabalho infantil e povos indígenas, também expandindo sua discussão sobre trabalho informal e trabalho sexual independente em vias públicas em 1994.

Sobre a representação e estratégias por parte da ORIT em função da expansão, formação dos novos "caminhos" sindicalistas, em sua luta por direitos sociais, cabe destacar sua função no fortalecimento das estruturas sindicais, o incentivo das alianças nacionais e internacionais, que integram e reconhecem os sindicatos formados pelas pessoas que exercem suas atividades nas diferentes manifestações que compõem a economia informal e seus programas de formação e capacitação para organizações locais, treinamento de promotores legais, educação sindical representativa, criação de centros de aconselhamento para atividades sindicais em países como: Guatemala, Honduras, República Dominicana, Venezuela, Equador, Peru, Colômbia, Bolívia e o Paraguai.

O discurso proposto por parte da ORIT gira em torno do processo de formalização de suas atividades. O objetivo específico é fortalecer as organizações de trabalhadores para que suas atividades se tornem parte ativa do movimento sindical latino-americano. Dessa forma, a formalização se destaca como uma maneira rápida de reconhecer seus direitos, e há críticas à institucionalização e burocratização da representação sindical à lógica estatal.

Com a expansão e fortalecimento do capital, o processo de burocratização dos sindicatos ampliou-se, institucionalizando-se, afastando-se dos interesses e da representação política, articulando-se em um corpo de servidores públicos permanentes, remunerados e enfraquecidos. Para Silva, “Aí está sua grande contradição: de instrumento de defesa dos interesses do proletariado converteu-se em meio de reprodução de outra classe, a burocracia, da qual a burocracia sindical é uma fração” (2015, p. 23).

Ainda de acordo com Silva (2015), a nova crítica de Pannekoek à burocratização dos sindicatos aparece em 1936, antes dele, Rosa Luxemburgo denunciou o mesmo fenômeno na Alemanha em 1906. Silva nos diz que os sindicatos se tornam "uma burocracia que disponível a partir de todos os elementos da força: o dinheiro, uma imprensa, uma promoção do pessoal inferior" (2015, página 229). Dessa maneira, a burocratização dos sindicatos vai virar o seu comportamento em direção ao capital e para o Estado.

Os processos de transformação dos sindicatos levaram a não ser mais vistos como uma ameaça ao sistema político - cultural (lembrando o seu início como palavra de esquerda), tornando - se uma palavra da vida cotidiana. Para Valenciano, “Sin embargo, hoy los sindicatos viven lo que podría caracterizarse como una crisis de identidad. Saben que no son lo que eran ayer, sin que, sin embargo, terminen de definir cómo serán mañana” (2006, p. 2).

Assim, a proteção dos vendedores do comércio em vias públicas deve ser objeto de defesa por organizações cada vez mais obrigadas a enquadrar-se numa lógica de Estado, através de instituições auxiliares, deixando para trás qualquer objetivo revolucionário e se estabelecendo como entidades meramente de organização e representação coletiva, que são limitados de acordo com as políticas e particularidades locais.

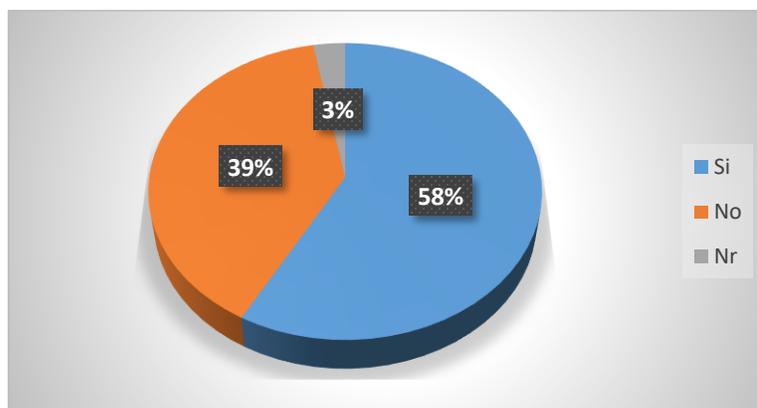
Embora nossa intencionalidade não seja discutir a sindicalização a partir de sua totalidade como uma representação da luta de classes, mas suas funções adaptadas às características que são

desenvolvidas a partir de suas múltiplas funções e formas de representação na sociedade atual, nos trasladamos a nosso local de estudo, onde vamos destacar as funções das organizações em relação aos seus afiliados.

2.8 Organizações locais

Sob a necessidade vigente de se proteger, os ambulantes buscam se filiar sob a proteção de seus representantes legais. Conforme nosso trabalho de campo e os dados obtidos são organizados, 101 pessoas representam 58% da população de comerciantes entrevistados (veja gráfico); desse percentual, 80 pertencem à CONAVAH, sendo a mais representativa, 9 a SIVELIH, 5 ASONAVEMH, 3 AVENAH e, em menor escala, COVELIN, COVIN e ao convenio de carreteiros.

Gráfico 5: Comerciantes Afiliados.



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela. 2018.
Organizado: Kevin Amaya

Com as mudanças desencadeadas a partir da institucionalização e burocratização do sindicalismo, esta impôs como medidas, sua concepção de representação, que é um elemento histórico fundamental e necessário para a existência de sindicatos, sendo este que dá significado útil a essas organizações a fim da defesa dos interesses dos afiliados. Para Durkheim “da dualidade da sociedade. Ou seja, a existência dos sindicatos não estaria, portanto, determinantemente relacionada com sua capacidade de organizar grupos, mas antes, de representá-los” (1994 *apud* Carvalho 2015, p. 2).

Em Honduras, a constituição e o direito à organização sindical são apoiados pelo Artigo 14 da Constituição da República (1982), que determina que toda pessoa tem o direito de se

associar livremente a associações ou sindicatos que sejam para fins de sua atividade econômica-social. Ações apoiadas também por parte Código do Trabalho hondurenho (1959), através do artigo 460, destacando o interesse público para a legalização das organizações sociais, processo jurídico de reconhecimento que é realizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, por meio do Departamento da Inspeção Geral do Trabalho, detalhada no artigo 465.

De acordo com o Código Trabalhista, são necessárias pelo menos 30 pessoas para iniciar o processo de legalização do sindicato. Essa organização pode estar composta por pessoas de 16 anos, e em menor caso, por jovens de 14 anos com a autorização de seus tutores legais, mencionada nos artigos 475 e 476. Dessa forma, de acordo com os dados obtidos, até o momento (2018), há em Honduras um total de 320 sindicatos em todo o país, 12 federações, 2 confederações, 1 central obreira (STSS), sendo estes reconhecidos até obter o seu estatuto legal de acordo com o artigo 480. De acordo com o estudo da OIT realizado em 2013, em linha de base das organizações de trabalhadores na economia informal do Distrito Central, as centrais de trabalhadores que juntam afiliados de algumas organizações da economia informal são:

Federación Nacional de Trabajadores de la Economía de Honduras – FENTAETH, esta que é integrada à Central General de Trabajadores (CGT), la Federación de Organizaciones de Trabajadores/as del Sector Social e Informal de la Economía de Honduras (FOTSSIEH), es miembro de la Confederación Unitaria de Trabajadores de Honduras (CUTH), Federación de Organizaciones de Mercados de Honduras – FOVEMERH, de carácter independiente.

Destacando que desde 1985, Honduras iniciou seu processo de organização, fundando o primeiro sindicato que incluía não apenas trabalhadores do setor formal, mas também trabalhadores da economia informal, seguindo as recomendações estabelecidas por parte da ORIT, el Sindicato Único de Vendedores Auténticos Nacionales de Honduras (SUVANH), expandindo assim o alcance das organizações contra o sistema.

Apesar de ter iniciado nos anos 80, mediante a integração em programas como o proposto em 2001, por parte de CIOSL-ORIT, que consistia, conforme descrito por Castillo (2015), no fortalecimento das estruturas sindicais, que promoveria alianças nacionais e globais, além de contribuir na orientação e elaboração de alternativas, políticas, sociais, para obter o financiamento de acordo com suas realidades (infraestrutura, capacitação, proteção social entre outras), sendo Honduras um dos 12 países beneficiados.

Mesmo assim, segundo o Informe de Libertad Sindical y Democracia Honduras, 2017 - 2018 “Honduras continúa siendo uno de los países con menor tasa de sindicalización en América Latina, situación que se debe en parte a las políticas y prácticas anti sindicales, provenientes no solo de empresarios, sino del mismo Estado” (2018, p. 11).

Um exemplo claro por parte do Estado foram as reformas estabelecidas no Código Penal, especificamente o Artigo 590, que determina: “son asociaciones terroristas las constituidas, sea de modo permanente o transitorio, por dos o más personas para cometer algún delito, con finalidades como subvertir gravemente el orden constitucional, alterar gravemente la paz pública o provocar un estado de terror en la población o en parte de ella”. Dessa maneira, manifestações de qualquer tipo são criminalizadas, aprovação polêmica denunciada por perseguição de líderes sindicais, como mencionado no Relatório de Liberdade Sindical.

Para Marx e Engels “As greves não são um meio de emancipar completamente o trabalhador, mas uma necessidade na situação atual de luta entre o trabalho e o capital” (1980, p. 17). As manifestações constituíram-se como uma ferramenta de pressão por parte do setor trabalhista para com o sistema, que será severamente afetado por meio da reforma anteriormente mencionada, pois dessa forma o poder político e as potencialidades oferecidas pelas manifestações são desmanteladas como medidas de pressão, submetendo assim suas funções, reservando-a como uma instituição de representação, que se ajusta cada vez mais à lógica capitalista.

Deve-se destacar que um dos maiores obstáculos no decorrer de nossa pesquisa foi a obtenção dos dados, uma vez que as organizações consultadas, anteriormente mencionadas, não possuem um sistema de dados atualizado ou um registro histórico das mesmas. É por isso que nos concentramos diretamente na busca dos dados primários, tendo sorte apenas com SIVELIH, ASONAVEMH, CONAVAH e o convenio de Carreiros, que deram algumas informações sobre a distribuição dos comerciantes na via pública em Comayagüela, destacamos a seguinte:

SIVELIH: organização de caráter legal fundada em 1983, obtendo seu status legal em 20 de junho de 1983, sendo reformada em 2005. Segundo dados primários fornecidos, é composta por um total de 4471 filiados, distribuídos ao nível nacional da seguinte maneira: Comayagüela – 2500; Mercado Zonal Belén – 300; Hospital Escuela – 300; Comayagua – 487; Danlí – 130; La Esperanza – 185; Nacaome Valle – 257; Juticalpa – 321. Interessante o fato do processo de

afiliação está fechado, ou seja, não há crescimento e limitam o número de pessoas pertencentes à referida organização.

CONAVAH foi fundada em 28 de janeiro de 1990, obtendo seu status legal em 28 de abril do mesmo ano. Os dados fornecidos são mais detalhados, sendo esta organização uma das mais representativas quando as entrevistas foram aplicadas. O censo feito pelo conselho, diz-nos que os afiliados são distribuídos em Comayagüela da seguinte forma; Primeira Rua - Ponte Mallol na 2da avenida até a 8va Avenida – 313 afiliados; na 5ta Avenida da 3ra Rua á 8va Rua – 243; da 6ta Avenida da Ponte Carías até a 8va Rua – 438; no setor Bambino – 93; na 2da Avenida, 3ra Rua até a 6ta avenida – 289; na 4ta Rua até 4ta Avenida – 174; 2da Rua – 38; Setor Cemitério – 53; Zonal Belén – 303; La Alemán – 42; Kennedy – 282; com um total de 2279.

ASONAVEMH nasceu com os vendedores ambulantes de Comayagüela estabelecidos na região, como resultado da escassez de emprego e conflitos com a prefeitura, que remonta a 1969, onde, segundo sua história, havia apenas 40 pessoas que se instalaram na primeira rua, entre a primeira até a sétima avenida, mas não é até 17 de junho de 1985 que a ASONAVEMH é constituída, obtendo seu status legal em 26 de outubro de 1986, publicado no diário oficial "La Gaceta". Atualmente, de acordo com os dados fornecidos, a distribuição dos afiliados é a seguinte: Mercado Álvarez - 833; Ponte da Soberania - 31; grupo Ministério 1 - 44; grupo Ministério 2 - 81; Kinder Nacional - 34; Instituto Hibueras - 44; FICOHSA-66; 5ta avenida - 12; Vários - 20 sendo um total em Comayagüela - 1165.

O Convenio de Carreiros, acordo estabelecido entre a prefeitura em 2012, concede a autorização para permanecer como semiestacionário, delimitando um espaço para 148 carreiros que se estabelecem principalmente na 5ª Avenida. Deve-se esclarecer que eles não têm o nome da organização, e isso não tem status legal, mais dito acordo é escrito em um arranjo direto entre os carreiros e o prefeito municipal.

Dentro de Comayagüela a representatividade das organizações, seja o sindicato, associações ou conselhos, giram em torno das mesmas atividades, o que foi confirmado pelos presidentes de CONAVAH, ASONAVEMH, SIVELIH. De acordo com a lei, essas funções são:

- a) Estudiar las características del oficio y las características de trabajo de su afiliación

- b) Asesorar a sus miembros en la defensa de sus derechos como trabajadores de la economía autónoma
- c) Representar en juicio ante las autoridades o ante terceros los intereses comunes de sus agremiados, condicionando en el futuro a lo que las leyes del ramo del país dispongan.
- d) Presentar pliegos de petición a las autoridades municipales – agremiados en caso de enfermedad, invalidez o grave calamidad doméstica, dentro de las posibilidades de la organización
- e) Servir de intermediario para la adquisición y distribución entre sus afiliados. De productos de consumos, materias primas y artículos de trabajo a precio de costo
- f) Adquirir cualquier título y poseer bienes muebles e inmuebles que requiera la organización para el ejercicio de sus actividades
- g) Designar dentro de sus propios afiliados las comisiones de reclamos permanentes y transitorias así mismo los delegados del sindicato en las comisiones que se acuerde constituir
- h) Responder a todas las consultas que les sean formuladas por los funcionarios competentes y prestar su colaboración a dichos funcionarios en todos aquellos casos permitidos por la ley o sus reglamentos.

Portanto, ressalta-se que, dentro da dinâmica local da Comayagüela, por suas organizações, suas funções se estendem para salvaguardar a segurança quanto à estabilidade dos comerciantes estabelecidos que fazem parte como afiliados, protegendo-os dos despejos realizados pelas entidades Estatais, além do ordenamento em conjunto ao Departamento de Permissões e Ambulantes, em sua participação ativa nas operações de demarcação e apreensão descritas anteriormente.

Destaca-se que cada local atende a salas de capacitação, onde oficinas são realizadas com diferentes abordagens, de cursos sobre administração, atendimento ao cliente e conscientização de seus direitos e deveres, onde as oficinas são organizadas em conjunto com federações, prefeitura, para a contribuição como tarefa social que é destinada a um número entre 30 a 50 pessoas por curso. Além disso, a criação de caixas de poupança como cooperativas que gerenciam empréstimos a afiliados e a distribuição de certificados para solicitar empréstimos em bancos.

Entendemos que as práticas sócio-espaciais, por meio da ocupação e do processo de resistência, exigem o encontro com o outro, tudo isso no cotidiano, para que a busca da liberdade ameace seus limites. Tais ações, rompem a regras, alterando a "ordem", questão que não é tolerada por parte do poder. Contradições que nascem e se espalham por o espaço geográfico, e

neste caso, as ruas que são ocupadas por o comércio na via pública na centralidade criada dentro do Centro Histórico de Comayagüela.

Essas atividades não se enquadram dentro da lógica do capital, portanto do Estado, explodindo em conflito por interesses particulares, os quais entre eles estão os verdadeiros afetados, "os cidadãos", que são apanhados entre restrições por meio da repressão, controle e manipulação da lógica do capital, organizações cada vez mais carentes de identidade, delimitadas por um processo de burocratização e institucionalização encaixado em uma lógica do Estado e, sobretudo, pelas precárias condições em que suas atividades econômicas devem sobreviver.

CAPÍTULO 3: COMÉRCIO EM REDE, FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO MERCADORIAS.

O próximo capítulo traz como proposta analisar o comércio em vias públicas a partir do pensamento geográfico, entender como é a relação entre redes e cidade. Nesse caso, levamos em conta as redes de comércio que se disseminam dentro do espaço urbano de Comayagüela, considerando aspectos como distribuição, fornecedores e as diferentes manifestações de comercialização dos produtos.

Dessa forma, entendemos que a globalização terá um papel importante, pois, estudamos a formação de novos espaços concentrados a partir de uma centralidade, modificando o espaço urbano, através da apropriação, destruição e reconstrução de novos espaços de consumo (característicos do comércio nas vias públicas). Analisaremos, assim, como ocorre o processo de globalização e a fragmentação do espaço, que pode ser encontrada em relação ao setor menos privilegiado, concentrando-se em uma rua, a 5ª Avenida, que foi escolhida para ser a mostra por conter maior fluxo comercial.

O uso, que dará vida ao espaço, consolidando-o como um espaço simbólico e o afianzamento de diferentes manifestações, gerando novos espaços de consumo por parte do comércio na via pública, identificamos como: comércio estabelecidos, temporários, comércio ambulante ou passeado, comércios ocasionais, carreteiros, carreteiros semi-estacionários ou comerciante móvel, que serão descritos posteriormente.

Vamos entender a relação entre comércio e cidade, focando além do aspecto puramente econômico. Para analisar como ocorre a oferta de bens comercializados por parte dos comerciantes localizados nas vias públicas de Comayagüela, analisando essa dinâmica, estabeleceremos uma relação entre a cidade e sua dinâmica sócio-espacial, áreas de concentração de disputas, negociações, começando da vida cotidiana das pessoas que reivindicam seu "direito à cidade".

A fim de ter uma visão geral da dinâmica comercial, entramos no território de Comayagüela, que foi complicado, pois os atores envolvidos nessas atividades econômicas em suas diferentes manifestações, como o comércio da via pública, estão localizados em uma área

considerados de risco físico e social. Por isso, através de múltiplas estratégias de subsistência, formaram diferentes redes internas, uma destas, a comunicação.

Portanto, para podermos realizar nosso estudo, foi necessário efetuar uma submersão em suas atividades diárias e a presença contínua a ser reconhecida no local, para assim, poder ter acesso a consulta com eles. Vale ressaltar que isso foi conseguido graças ao pessoal do Departamento de Permissões e Ambulantes e às Organizações anteriormente mencionadas. Em primeiro lugar, encontramos uma forte negação em colaborar com os vendedores diretamente abordados, mencionando isso por causa da importância da socialização para realizar este estudo, que desempenha um papel importante do cotidiano.

Fatos que serão aprofundados no presente trabalho, e por isso vamos nos concentrar em entender como ocorrem as dinâmicas locais, entender a relação entre comércio / centro, a construção de redes e como se dá a distribuição e comercialização das mercadorias. Como já dissemos anteriormente, estes estão fazendo uso das principais vias públicas do que é denominado centro histórico de Comayagüela, se articulando em redes, não só de fluxo de pessoas, mercadorias, mas de informação, afiançadas no cotidiano dos atores envolvidos.

Discutiremos a importância da rua como um espaço simbólico e a construção de territórios, tudo isso reforçado pelos dados quantitativos e qualitativos obtidos de nossos colaboradores, os "comerciantes", aprofundando-se na percepção da população em relação a eles e sua opinião sobre as funções da prefeitura, tudo isso para poder analisar o espaço geográfico através da totalidade de suas entidades envolvidas.

3. 1 Dinâmica do comércio: O comércio e o centro

A relação comércio - cidade e os lugares onde ocorre o processo de troca são sinônimos da representação da vida urbana, sendo locais de encontro, onde ocorrem processos de interação e construção de laços de sociabilidade, impregnando e dotando de significado ao espaço urbano.

Sendo assim, é de grande relevância observar como ocorrem as relações comércio - cidade, o que nos ajudará a compreender o processo de apropriação do espaço e as representações espaciais quanto a suas formas de fornecimento e distribuição de mercadorias que se materializam dentro do espaço urbano por parte dos vendedores da via pública em Comayagüela.

Tendo em mente que cada cidade tem suas particularidades, onde o espaço vivido é construído a partir das múltiplas manifestações de diferentes atividades sócio-espaciais, o espaço urbano deve ser estudado a partir da totalidade dos elementos que o compõem, onde a reprodução da vida e lugares revela que as relações sociais são formadas nos limites entre a produção de mercadorias e o processo de trabalho.

As cidades são como os seres humanos: tem um corpo e tem uma alma. Tal vez muitas almas, porque o corpo é um albergue onde moram muitas almas, todas diferentes em ideias e sentimentos, todas com a mesma cara. O corpo das cidades são as ruas, as praças, carros, lojas, bancos, escritórios, fabricas, coisas materiais. A alma, ao contrário, são os pensamentos e sentidos dos que nela moram. (...) onde se encontrar as almas da cidade? Eu encontro-as bonitas nas feiras, nas bancas de legumes e frutas, no mercadão, no sacolão. Esses são lugares onde acontecem reencontros felizes (ALVEZ 2006, apud SALGUEIRO – CACHINHO 2012, p. 9).

Para Carlos (2007), a necessidade de compreender o espaço geográfico como produto histórico, social, permite analisar a materialização do espaço a partir de diferentes relações sociais, bem como as condições de sua realização no espaço urbano, daí a importância entender a cidade e os estabelecimentos comerciais pelo corpo e pela alma, como afirma Alvez (2006). Para Carlos, “Deste modo, as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar” (2007, p. 41).

Comayagüela, em sua atual realidade quanto ao centro histórico, sua infraestrutura deteriorada cada vez mais, tem sido relegada a um ponto opaco, apesar de sua rica história e relevância econômica para o Município do Distrito Central, em que, ao longo do tempo, o significado de suas ruas, avenidas, parques, entre outros espaços públicos, foram expostos a uma mudança em seu significado.

Significado em torno de um sinônimo de precariedade, violência, desordem e pobreza, onde os mercados atuais estão na periferia, se instalando nas vias rápidas, onde se concentram grandes fluxos de pessoas e transportes, atraindo clientes e mercadorias, criando novos espaços de encontro, é onde Lefebvre (2000) revela que a desordem vive.

Para Gloria da Anunciação Alvez, “O chamado centro histórico da cidade é povoado das mais diversas formas e atividades, que, no conjunto, formam a representação do que se chama de cidade. Desta maneira, o centro surge como a expressão maior de cidade” (2010, p. 32). Entendemos a cidade de Comayagüela por causa de sua concentração de atividades econômicas,

não apenas informais, mas também do setor formal (espaço onde os dois circuitos interagem, tanto superiores quanto inferior, deve ser lembrado que estes não são sinônimos do setor informal), como lugar de encontro de pessoas (mesmo que contraditório, porque às vezes de conflito e às vezes de cooperação), fluxos que chegam de diferentes pontos da cidade, e até de outras cidades de todo o país, fazendo parte da rede de abastecimento e distribuição das mercadorias, concentrando produtos do mercado local, nacional e internacional.

O centro torna-se o lugar de possibilidades, onde há uma grande diversidade de atividades econômicas, enfatizando que o comércio nas vias públicas é caracterizado por ter, principalmente, pessoas de baixa renda, trabalhando em busca de satisfazer suas necessidades mais elementares, reivindicando seu direito à cidade. Mas não é segredo a existência de grandes comerciantes com grande poder aquisitivo, que concentram grande número de estabelecimentos em torno da ocupação do espaço, o que significa a tendência desses grandes comerciantes de possuir um domínio relativo sobre o espaço local.

No caso da dinâmica local de Comayagüela, eles são chamados de "Atacadistas"², que, de acordo com o nosso trabalho de campo, são pessoas que desempenham um papel maior do que os fornecedores com menos poder local (comércio varejista)³. Eles viajam diretamente para outros países, como Guatemala, México, El Salvador, Nicarágua ou Panamá, comprando grandes quantidades de produtos que são distribuídos para todos os tipos de comerciantes, locais ou nacionais, sendo esta hierarquia local aprofundada posteriormente.

A distribuição do comércio e a representação no espaço urbano apresenta características intrínsecas que devem ser levadas em consideração, como tem sido demonstrado por vários autores, lembrando que o espaço não é neutro, daí a necessidade de entender seus aspectos materiais e imateriais, onde se inscrevem as práticas sócio-espaciais, que adquirem sentido e são moldadas por parte dos diferentes grupos sociais. Assim, para Alvez (2010), é o centro que se materializa como um ponto de troca que serve para garantir a reprodução do capital, supervisionado por agentes do poder estatal, com ações em busca de se fazer com o controle socioespacial. Para Carlos (2007), "o poder estabelecido da norma", tem como objetivo regular a

² Mayoristas, traduzido ao português "Atacadistas", cuja função é fornecer fornecedores locais, eles se destacam por ter uma maior acumulação de capital e uma tendência ao domínio relativo do espaço local.

³ Comércio varejista: são fornecedores de poder econômica mais reduzidos, alguns são fornecidos por atacadistas.

vida, enquadrando as relações sociais gerais dentro de uma lógica normativa, gerando contradições entre apropriação e uso do espaço discutido anteriormente.

As análises do comércio em vias públicas, o processo de ocupação do espaço urbano e a construção de redes de sociabilidade, seguindo o pensamento de Roberto Lobato Correa, pode ser analisado sob duas perspectivas: “considera-o as formas espaciais em suas conexões com estrutura social, processos e funções urbanos” (2005, p. 6), o que reflete como os diferentes espaços se materializam, a luta para se estabelecer e a relação direta com as dinâmicas urbanas em termos de função, sem esquecer a necessidade de ser compreendido em uma totalidade como um fenômeno social.

E segundo "um paradigma de consenso ou de conflito", anteriormente discutido como um processo de formação espacial, abre-se o debate sobre essa ocupação em diferentes perspectivas, mas principalmente direcionado em torno da crítica à ilegalidade, como um espaço de luta em termos de apropriação / propriedade, formando assim espaços fragmentados a partir de sua organização espacial. Devido às diferentes formas de utilização do espaço, esses espaços fragmentados também estão inter-relacionados. Segundo Correa, “cada uma de suas partes mantem relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável” (2005, p. 7).

A constituição do centro como estrutura urbana, e as atividades que se materializam no espaço geográfico, é reflexo de uma afirmação e negação que representa as relações entre sociedade e cidade; é, para Oliveira, “o centro urbano como a cidade são primordialmente produtos e, por conseguinte, manifestações das formas sociais de ação e da estrutura de sua dinâmica interna” (2008, p. 93).

No sentido de ideia do centro, destacamos a caracterização feita por Castells (1975) que determina que o estudo ao centro deva ter três categorias principais: o centro simbólico, como espaço para a construção de relações interpessoais, como espaço vivido, produto de relações socioespacial, a partir das ações no espaço urbano que foram realizadas no passado, que deixam seu significado no presente, lembrando que o significado não é eterno e isso é alterado ao longo do tempo.

O centro como ponto de troca, é um espaço com características de agrupamento de atividades econômicas, valorizando-se como espaços de concentração de capital, resultado da

divisão social do trabalho e como espaço lúdico, sendo este que oferece os recursos para os consumidores (empresas ou cidadãos), opções de produtos locais, nacionais ou internacionais, resultado de necessidades ou desejos, na sociedade atual de consumo.

O centro, as múltiplas atividades manifestadas no interior e as formações de novos espaços também podem ser entendidas como espaços de lutas, sendo um cenário onde o direito à cidade se manifesta e se concretiza, seja pelos cidadãos que reivindicam a rua como representação de possibilidades, materializando suas aspirações em torno da formação de espaços de resistência.

O centro de Comayagüela tem sua própria funcionalidade, como todo espaço, que é produzido da aquisição de significado a partir das relações sociais geradas por laços de sociabilidade das pessoas que compõem esse determinado lugar, ditas práticas sócio-espaciais, que acabam diferenciando pessoas e lugares, representando, assim, pessoas que compõem uma parcela que se vê afetada pelo "crescimento" e "desenvolvimento" do sistema econômico.

Centro e centralidade, lugar de possibilidades, que para Alvez, “É na inter-relação entre riqueza e pobreza que o centro se reafirma enquanto lugar da possibilidade, enquanto as periferias se confirmam como lugares da penúria, da falta de oportunidades, do sacrifício, da morte, da doença, ou seja, do flagelo” (2010, p. 36). É assim que interpretamos o modo como esta cidade se concentra como um espaço de esquecimento e espaço para o esquecido, um lugar de grande importância econômica que poucos percebem como tal, mas este espaço serve para nutrir a cidade historicamente irmã de Tegucigalpa, onde grande parte da classe trabalhadora garante a reprodução do capital.

O espaço urbano é uma construção social, assim como os sistemas comerciais, que se materializam espacialmente (isto no caso de estabelecimentos fixos, semifixos), sendo através do corpo e de seus sentidos. Para Carlos (2007), “o Homem Constrói e usa os lugares”, estabelecendo relações familiares ou proximidade, uso do espaço que é definido a partir do cotidiano.

Em suma, do ponto de vista do ambiente físico e material, a cidade construída pelos espaços comerciais até pode ser configurada pelas distâncias, ser feitas de centralidade e periferias, de lugares dotados de forte ou fraca acessibilidade, organizam-se mediante princípios hierárquicos e para os investidores funcionar de acordo com a lógica da racionalidade econômica (Barata 2009, p. 25).

O constante processo de reorganização espacial, dentro do espaço urbano, articula-se, fragmenta-se, como reflexo das condições sociais, que se realiza através da ocupação do solo, produzindo exteriorização, renovação, realocação, à medida em que cada modificação do espaço e suas funções continuam ligadas a outras funções urbanas. Para Correa, (2005, p.30) um dos produtores do espaço urbano são os chamados "grupos sociais excluídos", seja em bairros marginais, espaços públicos ou privados, sendo os agentes responsáveis por modelar e criar espaços próprios. "A produção deste espaço é, antes mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência" (CORREA, 2005, p. 30).

No centro histórico de Comayagüela, a centralidade se concentra em diversas atividades comerciais, de serviços, de gestão pública, além da concentração de diferentes terminais de transporte interurbanos e intermunicipal, dentro da descrição do entorno (padrão de distribuição de construções, estado do mesmo, dedicação).

Observamos o padrão de distribuição montado pelos espanhóis, organização semelhante ao xadrez, padrão estabelecido a partir da época colonial, as ruas na maior parte de fácil acesso, circulação múltipla de diferentes tipos de transporte, casas e edifícios com estrutura colonial, portanto em estado desgastado, mas com falta de assistência e manutenção, com muitos sinais aéreos, sendo a maioria das casas e prédios de uso comercial.

Desse modo, surge a necessidade de compreender como ocorre a relação comércio - cidade, bem como a produção de suas formas espaciais, determinadas por os diferentes atores que modelam e dão sentido à vida urbana, uma vez discutida a importância do centro como ponto de encontro e troca de mercadorias e de divisão social do trabalho, através dos atores que em ela se estabelecem dentro de este mesmo.

Isso nos leva a querer analisar de uma maneira melhor, como ocorre o processo de comercialização e a distribuição de mercadorias. Para, isso é preciso entender como os agentes sociais se estabelecem e se relacionam, constituindo redes, não só comerciais, mas também atividades sociais no cotidiano vivido em suas ruas.

3.2 Comércio e Redes

Para Paul Singer (1979), o setor autônomo está essencialmente composto de força de trabalho, que não é absorvida ou não pode integrar-se ao setor primário de produção, sendo a

constituição de agentes e a criação de novos espaços na economia que se realiza na via pública. Eduardo Yáziqi (2000), nos menciona que é importante destacar como o desenvolvimento desse setor não ocorre apenas em extensão, mas no grau de construção de redes que se disseminam a partir dela.

A interpretação do espaço urbano a partir do cotidiano, nos revelará como isso é sinônimo de expansão da sociedade. Para Castells, “O espaço e o tempo são as principais dimensões materiais da vida urbana” (2005, p. 467). O significado do urbano para Carlos (2001), transcende a cidade, que é projetada na vida e a recria. Assim, a relação entre espaço e cidade esconde sua complexidade, sendo esta uma expressão da sociedade.

A articulação disseminada das diferentes manifestações na via pública, em suas múltiplas representações, nos leva a indagar sobre a dinâmica local e a estruturação de redes locais. Para Eliseu Sposito, o conceito de redes “Só é analisado como elemento básico na constituição das cidades e na redefinição do que é urbano” (2008, p. 11), com a análise da produção do espaço urbano diante das diferentes transformações, que se referem à busca da interpretação dessas mudanças em torno do plano do vivido.

A articulação dos diferentes espaços de consumo, sejam estruturas estabelecidas, carreiros estabelecidos, semi-estabelecidos ou a presença de vendedores ambulantes chamados localmente de vendedores passeados (será descrito posteriormente), a hierarquia estabelecida localmente, a rede de comunicação ou solidariedades que se ocultam a simples vista. Sposito (2008), nos diz que para poder falar sobre a rede urbana, três princípios devem ser cumpridos:

Primeiro lugar, houver “uma economia de mercado com uma produção que e negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente”, o que tem como pressuposto “um mínimo grau de divisão territorial do trabalho”. Em segundo lugar, quando se verificar “existência de pontos fixos no território onde os negócios ... são realizados ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo”. Finalmente a terceira condição é: a existência de um mínimo de articulação entre os núcleos urbanos, articulação que se verifica no âmbito da circulação, etapa necessária para que a produção exportada e importada se realize de modo pleno, atingindo os mercados consumidores (SPOSITO 2008, p. 59).

Essas particularidades entre a relação comércio - cidade, refletem como os diferentes espaços em torno da circulação de mercadorias estão estruturados e organizados, seguindo o fluxo do capital, lembramos agora que as redes estabelecidas a partir da consolidação de

diferentes estruturas sociais transcendem econômico. Segundo Mafessoli, “as diversas redes, grupos de afinidades e de interesse, laços de vizinhança que estruturam nossas megalópoles. Seja ele qual for, o que está em jogo é a potência contra o poder, mesmo que aquela não possa avançar senão mascarada para não ser esmagada por este” (1998 *apud* BARROSO, 2012, p. 238).

A interação que ocorre no espaço, revela que não pode ser entendido isoladamente em torno das diferentes atividades e condições em que a sociedade o ocupa, por isso não pode ser entendido sem as práticas socioespaciais. Castell nos descreve que “O espaço na teoria social, é o suporte material das práticas sociais de tempo compartilhado, qualquer suporte material tem sentido simbólico” (2005, p. 500), o que envolve relações sociais historicamente estabelecidas, reconfigurando o espaço, em sua função, forma e sentido social.

Para este mesmo autor, a sociedade se constrói em torno dos fluxos, sejam eles de capital, informação, tecnologia, imagens, sons e símbolos, sendo que estes constituem não apenas um elemento de organização social, mas “expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica” (CASTELL, 2005, p. 591). A representação mais “estável” em relação à forma de ocupação do espaço em Comayagüela, gira em torno dos vendedores estabelecidos em espaços fixos compostos por tendas e da organização de carreteiros semiestacionário (acordo obtido através de convenio).

A construção de novas formas espaciais baseadas no comércio de vias públicas, redes locais, materialização de espaços fixos, bem como a forma como elas se organizam em áreas de concentração de fluxos, assumem características próprias que serão criadas dentro dos limites da fronteira do legal / ilegal, apropriação / propriedade, enfim, das contradições geradas devido ao uso do espaço. Em seu trabalho sobre "a natureza do espaço", Milton Santos diz que o fixo e o fluxo ao redor do espaço, expressam a realidade do espaço geográfico. Mas o que são fixos e fluxos?

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS 2006, p. 38).

É a partir das práxis sócio-espaciais que cada rede define seu ambiente de acordo com as funções e as hierarquias que se estabelecem a partir das atividades econômicas, lugar onde os

excluídos estão concentrados, fazendo uso de diferentes estratégias para garantir sua sobrevivência e sua permanência no espaço apropriado, resistindo ao controle por parte das entidades estatais.

No mundo de hoje, os processos de construção, transformação e estruturação interna potencializam a cidade como ponto de concentração de mercadorias, refletindo uma segregação espacial baseada na divisão do trabalho. Para Lima, “De modo que para o usuário estão os modos de consumo, como o que se forja a identidade do consumidor, enquanto para o usador estão as relações de qualidade que implicam fluxos de sentidos ligados à realização de energias vitais, o espaço do corpo, os alimentos, o sono” (1996, p. 78.).

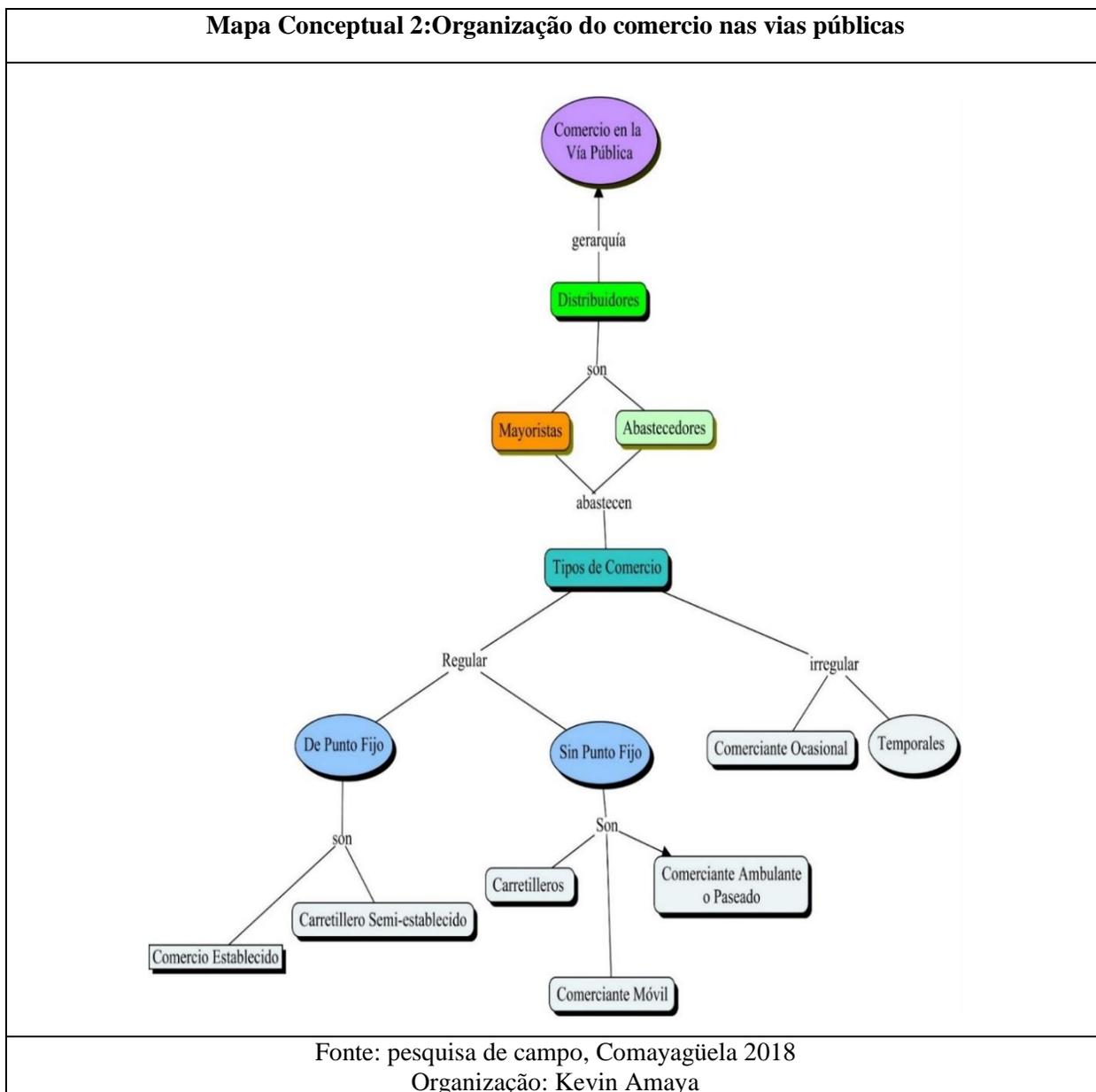
As contradições entre o processo de produção do espaço, a apropriação exercida e a disputa contra os poderes nos revelam que a estrutura social é complexa, e a formação de redes compreende além dos fluxos comerciais, constrói relações entre pessoas e informação, espaços que passam a fazer parte de uma construção e transformação inerente à cotidianidade vivida, sendo que, para Carlos (2007), a sociedade se reproduz no espaço em seu próprio ritmo, a partir de seus próprios processos históricos. Sposito argumenta: “Deve-se ter em mente que as redes não se formam por acaso. Elas são resultado do trabalho de numerosos atores que em diferentes lugares e momentos e com capacidade distintas de ação, exerceram seu papel com sujeitos da história” (2008, p. 48).

Para compreender melhor como o comércio é estruturado na via pública em Comayagüela, devemos conhecer como os diferentes tipos de negócios são estruturados e como ocorre o processo de fornecimento da mercadoria. O processo de coleta de dados será apresentado a partir de estudo de campo, onde contemplamos como eles se articulam na dinâmica local, sem o desejo de apresentar nossa experiência vivida como o "estrangeiro" na dinâmica local, de maneira pretensiosa como um todo, é apenas um pequeno panorama de uma realidade muito complexa e ampla, a partir de uma dinâmica complicada pela diversidade de atividades encontradas, além das limitações quanto à coleta de dados na localidade.

3.3 Organização dos comerciantes

Apresentamos um mapa conceitual sobre a distribuição do que interpretamos como a rede de abastecimento local, onde a hierarquia estabelecida é baseada no poder aquisitivo e na função

desempenhada, além das múltiplas manifestações identificadas a partir do trabalho de campo realizado na 5ª avenida principalmente, mas circulando pelo restante das ruas e avenidas principais do território, com o objetivo de fazer uma caracterização dos espaços de consumo e apropriação gerada, o que nos ajudará a entender a relação e a rede formada através de sua conexão, que será descrita a continuação.



3.3.1 Atacadistas

São nomeados desta forma os comerciantes que estão no topo em termos de hierarquia local (economicamente falando). Por quê? Porquê eles são responsáveis por fornecer diretamente

as outras formações espaciais locais (tipos de comércio em vias públicas). Estes são caracterizados por terem maior capacidade de acumulação de capital, em alguns casos tentando expandir sua influência e ter maior controle do espaço comercial, dedicando-se à importação de bens materiais, fazendo viagens ao México, Guatemala, El Salvador e Panamá, incluindo Estados Unidos.

Chegam a alcançar um status elevado, movimentando mercadorias no setor formal e informal e expandindo sua rede de abastecimento ao nível nacional, de acordo com os dados obtidos. Por estarem presentes na área de estudo, algumas pessoas afirmam ter mais de 20 lojas de ponto fixo (comércio estabelecido), que são alugados ou estão sob a administração de membros da família⁴.

Enfatizamos que estes formam a base da rede de emprego local, contratando pessoal ao alugar seus espaços estabelecidos, expandindo suas vendas através dos carreteiros e vendedores ambulantes ou passeados, e até mesmo dentro do setor formal.

Como parte da nossa intencionalidade de conhecer mais sobre a sua função, porque são dados que não são normalmente relatados, fomos apresentados ao Informante 7. Ele menciona que começaram após a perda do emprego com a esposa, sendo a mãe desta quem ao morrer, herdou seu local de trabalho. Empenhados em superar seus problemas financeiros, eles foram trabalhar nas ruas de Comayagüela, especificamente na 5th Avenida, que tem apenas um posto nesta localidade.

Trabalham nesse espaço há 5 anos (a sogra tinha 10 anos), segundo relatado por parte do Informante 7; iniciaram seus negócios com um investimento de 20 mil lempiras (818 dólares), e no começo, vendiam roupas íntimas masculinas, femininas e infantis, sendo sua esposa quem fez as viagens em busca de mercadorias mais baratas para abastecer seu negócio. No início, seu destino era apenas Guatemala e El Salvador.

Conhecer a participação destes (atacadistas) na dinâmica local é de grande relevância. Esse mesmo Informante nos relata que, na atualidade, ele é responsável de realizar as viagens, sendo México, Guatemala, El Salvador, onde fornece-se de produtos, distribuindo mercadorias para seus clientes em todo o país, mencionando que fornece mercadorias para pessoas em Danlí,

⁴ Dados que não podem ser comprovados cientificamente, devido à falta de estudos locais. Informações reveladas através de conversas informais.

Juticalpa e La Mosquita, cujo povo atinge números de 50 a 60 mil lempiras (9500 reais ou 2445 dólares) em produtos.

Outro aspecto importante a ser destacado é a menção dos impostos (taxas) que são pagos no momento da entrada das mercadorias de outros países, pagando entre 15 e 18% dependendo da origem dos produtos. Uma importante função é que eles realizam como empregadores. Ele menciona que, dependendo da época do ano, emprega até 10 trabalhadores para colaborar em seu lugar de trabalho.

Algo que chamou nossa atenção em torno da distribuição de produtos e da rede de compradores deste colaborador, é que ele abastece até as lojas que estão localizadas nos shopping centers, enfatizando que os circuitos superior e inferior não são isolados uns dos outros, como Milton Santos nos afirma em sua teoria sobre o espaço dividido nos países subdesenvolvidos.

Como todo o comércio, a existência de um mercado específico está presente na área, portanto, a existência de atacadistas de produtos específicos (de calçados, roupas, plásticos, cosméticos, bijuterias, frutas, leguminosas, grãos secos, etc.), estão estabelecidos no mercado Zonal Belén e Américas. Desta forma, o comércio na via pública não pode ser entendido isolando sua conexão com os mercados oficialmente constituídos.

Sendo a relação entre a oferta de mercadorias e consumidores a qual interpretamos de outra perspectiva, é a relação de mercadorias entre espaços de consumo, onde produtos elaborados localmente ou importados são oferecidos em Comayagüela ou nos Shoppings de Tegucigalpa, possibilitando aos consumidores circular entre diferentes espaços de consumo.

3.3.2 Fornecedores (ou varejo)

Embora reportemos a existência de Atacadistas, também precisamos explicar os fornecedores locais. Poderíamos dizer que a sua função é mais limitada e, na maioria dos casos, estes são fornecidos de mercadorias pelos atacadistas que viajam para o estrangeiro. Eles são conhecidos como varejistas, sendo seu poder de compra menor, mas de grande relevância dentro da rede de circulação de mercadorias.

Essas duas categorias não são apenas denotadas a partir do fornecimento, mas pela rede de influência local e sua relação com as outras manifestações encontradas em vias públicas (estas

também podem ser proprietárias de uma ou várias formas de comércio), formando a rede de abastecimento e distribuição de mercadorias na dinâmica local. É assim como vamos descrever quais e como se dá as diferentes formações espaciais nas ruas de Comayagüela.

3.4 O uso do espaço e suas manifestações na via pública

Sendo a cidade um ponto de integração e interação das diferentes manifestações sócio-espaciais, resultado da heterogeneidade que se manifesta em torno das atividades econômicas (Formal e informal), compreender o espaço urbano em relação às formas de ocupação do comércio na via pública representa um desafio, devido à complexidade e simplicidade ao mesmo tempo. O comércio na via pública caracteriza-se por sua presença em locais públicos, onde há circulação e concentração de fluxos nas cidades, reconfigurando seu espaço. Para Lucrecia D’Alessio Ferrara, “À Cidade é um espaço privilegiado de leitura do texto não verbal e a didática de sua leitura é uma antididática, na medida em que nada tem a ensinar, deixando todo a se descobrir” (1981 *apud* GOLDFARB 1989, p. 51).

É importante descobrir como as manifestações de ditos comércios estão concentradas em determinados espaços, onde seu estabelecimento gira em torno de uma lógica e de um estabelecimento gradual. Capelato (2008) nos descreve que, esses espaços podem se tornar verdadeiros assentamentos permanentes, espaços que são disputados passam a ser considerados uma atribuição e por isso supõem-se "proprietários".

Primeiro, para estatutos legais e entidades de controle local, como são definidos os vendedores informais? De acordo com o artigo 3 da ordenança municipal de 2001 e 2014, sem qualquer alteração, os vendedores ambulantes denominam-se: “Toda persona que se dedica al comercio sin contar con un espacio propio o legalmente establecido, que le permita tanto a él como a las autoridades, su ubicación adecuada y organizada; éstos pueden ser Ambulantes o Estacionarios, temporales u ocasionales, según se define a continuación” (2014, capítulo 1, art 3), as categorias locais, de acordo com a ordenança municipal de 2002, 2014, o trabalho realizado por parte da OIT em um estudo de linha de base sobre a economia informal do Distrito Central e as formações espaciais.

Quadro N 4. Tipos de comércios nas vias públicas de Comayagüela		
AMDC	OIT	Identificados
Vendedor Informal Estacionário	Vendedor Estacionário	Comercio Estabelecido
Vendedores Temporais	Vendedor Temporário	Temporais
Vendedor Informal Ambulante	Vendedor Ambulante	Comerciante Ambulante o Passeado
São Ocasionalis	NA	Comercio Ocasional
No Aplica	Vendedores Moveis (ou carreteiros)	Carreteiros
NA	NA	Carreteiros Semiestacionário
NA	NA	Comercio Móvel
Fonte: OIT 2013, Ordenamento Municipal 2014, pesquisa de campo 2018. Organização: Kevin Amaya		

O objetivo de nosso é estudo analisar a lógica socioespacial disseminada no meio geográfico, especificamente em parte do centro histórico de Comayagüela, centralidade formada a partir da diferentes manifestações espaciais como representação do estabelecimento e uso do solo exercido por o comércio em vias públicas, a face mais representativa do setor informal, que se encontra, se destrói e reconstrói a partir das necessidades da maioria das entidades envolvidas na dinâmica local, identificando as seguintes formações sócio-espaciais.

3.4.1 Comércio Estabelecido

Denomina-se desta maneira, todo comerciante que tenha um espaço fixo ou estabelecido, seja nas calçadas, ou que faça uso da rua, os quais não contam com título de propriedade. Em alguns casos, não possuem um documento que respalde sua permanência, em outros casos são apoiados por sua filiação dentro de uma organização social, além de casos de acordos escritos com a GOP ou o censo feito por a DPA. Neste grupo, podemos encontrar as diferentes estruturas locais, seja metal, madeira, com teto, sem teto e inclusive com materiais improvisados.

Estes podem ser de estrutura fechada, abertos ou aproveitando as paredes de outros edifícios, chamando nossa atenção as diferentes estruturas elaboradas, especialmente as de metal. Em alguns casos encontramos a presença de câmeras de segurança ligadas a estes, energia elétrica, televisões entre outros, sendo estes de alto valor. A elaboração de um equivale a um custo de até 35.000 Lps (5.500 reais ou 1.500 reais), conforme revelado pelas conversas com os

entrevistados, além do fato de que alguns têm espaços dedicados como área de descanso, onde seus filhos dormem ou fazem lição de casa.

Estes são definidos de acordo com a Ordenança Municipal (2014, art.3), como Vendedor Informal Estacionário: “El que por un prolongado periodo de tiempo se ha posesionado de un lugar o sitio público, sin contar con un título de propiedad o documento que legalice su permanencia u ocupación de dicho espacio”. Para o estudo de base realizado por parte da OIT como vendedores estacionários: “Son los que están ubicados en forma temporal con un puesto de venta en las partes laterales de las calles y en algunos sectores se ubican en las calles peatonales” (2013, p. 64).

Figura 6: Comercio estabelecido, estrutura de metal



Fonte: Pesquisa de campo, 5ta avenida Comayagüela. 2018
Autores: Kevin Cocas - Jessica Tercero

3.4.2 Comerciante Ambulante ou Passeado

Entendemos a manifestação deste setor como o mais antigo do comércio informal, estabelecendo-se em diversos pontos estratégicos na concomitância de fluxos de pessoa e transportes. Nomeado pelo Distrito Municipal do Distrito Central como "Vendedor Informal Ambulante" (2014, art. 3). “Este se ubica en diferentes espacios públicos sin preferencia, o realizan esta actividad de punto en punto ósea circulando, pueden ser temporales u ocasionales”. Estes podem trabalhar em um único ponto (esquinas, semáforos, terminais), ou nômades que

circulam por a cidade. Eles são caracterizados por ter uma relação estreita com o setor de transportes, onde a sociabilidade desempenha um fator importante no plano do vivido, permitindo-lhes abordar suas unidades para realizar suas vendas.

São a parcela mais difícil de contabilizar, devido a uma existência com característica de irregularidade, já que podem ser temporários ou ocasionais, oscilando a quantidade; localmente são conhecidos como ambulante ou “vendedor passeado”. Um fato interessante a notar é que muitos dos comerciantes locais estabelecidos, nos disseram que passaram um período de tempo nesta modalidade, para romper na dinâmica local e adquirir, através da família, amigo, sindicato ou prefeito, um espaço fixo, possuído ou alugado. Eles são definidos pela OIT como vendedores ambulantes, “son los que ejercen su trabajo circulando de un lado a otro en diferentes zonas de la capital. Se ubican en lugares estratégicos en donde el cruce de personas es alto” (2013, p. 64).

Figura 7: Vendedor ambulante ou passeado



Fonte: El Herald, 2018

3.4.3 Comerciantes Ocasionais

Os comerciantes ocasionais⁵ denomina-se desta forma seguindo a Ordenança Municipal (2014, art.3), aos que “hubiesen obtenido la autorización necesaria para ejercer el comercio por tiempo determinado menor a un mes”. É a parcela de trabalhadores que oscilam sua presença na área. Conforme a Ordenança Municipal, sua autorização é necessária e lhes é concedido um prazo de menos de um mês de permanência, estes se manifestam principalmente como

⁵ Esse tipo de comerciante apresenta uma grande complexidade de ser entrevistado, sua presença nos espaços de Comayagiela é muito instável, além de ser muito pouco aceita entre os mercadores mais antigos, tornando sua localização ainda mais difícil.

vendedores passeados, ou como Carreiros, por isso é de nosso conhecimento a complexidade de regulação ou quantificação por parte do DPA e até mesmo a não aceitação por antigos fornecedores.

3.4.4 Comerciantes Temporais

Segundo a Ordenação Municipal (2014, art.3), são “Temporales, quienes hubiesen obtenido de la GOP la autorización necesaria para ejercer el comercio por tiempo no mayor de dos (2) meses y en un lugar fijo en un área pública”. Este grupo é conhecido por estar localizado em diferentes ruas, avenidas ou certos eventos (artísticos, esportivos, culturais). Sua presença é mais proeminente em (Natal, Páscoa), sendo estes regulados por parte da GOP, concedendo uma autorização por não mais de dois meses para realizar suas atividades econômicas, garantindo um local fixo para um monitoramento mais eficiente. Suas estruturas variam, entre carretas, locais com materiais improvisados, veículos ou apenas o uso do solo.

Em tempos de grande concorrência, alguns bocam-se à prefeitura em solicitude de autorização, outros o fazem espontaneamente, especialmente como comerciante carreiro ou passeado, já que a territorialidade exercida por os mais velhos não lhes permite acessar facilmente. Segundo OIT (2013), os chamados vendedores temporários estão localizados em ruas e avenidas apenas em períodos especiais⁶.

3.4.5 Carreiros

São conhecidos como os que executam localmente atividades econômicas, deslocando-se de um lado para outro, fazendo uso de carrinhos. Sua presença local em alguns casos é conflituosa, uma vez que eles não têm autorização para se estabelecer em qualquer lugar por um certo tempo. De fato, sua atividade é regulada de tal forma que eles só podem deter por um lapso de cinco minutos, que são controlados pelos inspetores da GOP e os Micros que estão na área.

Sua presença é marcada por conflitos constantes com os comerciantes estabelecidos e carreiros que pertencem ao convenio, estes tiveram um aumento constante, acompanhado pela falta de emprego e um crescimento desmedido dos problemas sociais no país. O conflito gira em torno da contínua não-circulação, sendo evidente o desconforto de outros comerciantes por

⁶ A entrevista com estes foi limitada em razão da mobilidade do pesquisador, uma vez que estes são estabelecidos temporariamente no Natal e na Páscoa, períodos além do nosso alcance desde que a pesquisa de campo foi realizada entre os meses de maio, junho, julho e início de agosto.

bloquear a visibilidade de seus espaços, ou o congestionamento das estradas, isto alegado por parte dos inspetores da GOP. Descrito pela OIT como fornecedores móveis (ou carreteiros) “ejercen su actividad económica movilizándose de un lado a otro, ofreciendo su producto en carretas de mano. También ofrecen sus productos en vehículos *Pick-up* en diferentes colonias en vías de desarrollo en la capital” (2013, p. 64).

Figura 8: Carreta Modificada



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018.
Autores: Kevin Amaya – Jessica Tercero

3.4.6 Carreteiro Semiestacionário

São identificados desta forma, os carreteiros que através de um acordo escrito obtiveram a autorização para permanecer fixos em um único espaço (Comayagüela), delimitado e marcado ao lado do GOP e DPA, conseguindo uma organização social dos 148 membros que pertencem ao convenio. Este acordo não permite mais pessoas. Esse método nasceu depois de um conflito com a prefeitura, como nos diz:

Entrevistado N 4 - Comayagüela- comerciante - 02-08-2018- 10:42 pm.

“Tuvimos grandes luchas con los municipales, con los policías, hasta nos mandaron los Policías Militares (PM) en varias ocasiones, y con el alcalde nosotros firmamos un convenio para poder ser un carretillero semi-estacionario, y no seguir caminando, y ya vamos sobre los 6 años de estar así, gracias al finado Agurcia y la Alcaldía, y de Tito Afura, porque si nos ha apoyado bastante este varón”.

Estão localizados nas diferentes ruas e avenidas de Comayagüela, usando carrinhos de metal, que são movidos e organizados diariamente, já que eles fazem uso de armazéns locais para armazenar suas mercadorias.

Figura 9: Carreteiro – Semiestacionário



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018

Autores: Kevin Amaya – Jessica Tercero

3.4.7 Comerciantes Móveis

Poderíamos dizer que estes estão distribuídos fora da centralidade exercida através das atividades econômicas concentradas em Comayagüela. São semiestacionário, sendo integrados pelas pessoas que mobilizam suas atividades econômicas em carretas, veículos que escapam à regulação. Embora sua presença na dinâmica de Comayagüela seja escassa em suas ruas, estas realizam uma função de suprimento a outros comerciantes, fazendo suas entregas no período da manhã.

É importante destacar que a formação de novos espaços dedicados às vendas, espalhados em toda Comayagüela, estão relacionados ao seu poder de compra e capacidade de acumulação de capital, já que os materiais vão desde os mais simples, como um papelão no chão para acomodar suas mercadorias, sofisticadas construções metálicas, com eletricidade, cerâmica e até câmeras de segurança, como é mencionado acima, agrupando-as nas seguintes categorias.

Quadro N 5. Equipo e materiais de construção identificados dos tipos de comércio na via pública.

Equipamiento	Modo de producción	Sistema de montaje	Forma de Transporte
Carretas de mano, o carretillas	Industria (Trhuper) de carritos de supermercado	De metal, extensión de “jovas” reforzadas y sencillas	Vehículo propio, almacenaje en bodegas.
Champas	De materiales improvisados, cajillas, madera, bancos	Soldadura, montadas sobre bases de plástico, metal, o madera, estructura simples con y sin techo.	Arme y desarme en el espacio, algunas establecidas en la calle, cuidadas por seguridad privada.
Champas construidas	Estructuras bien elaboradas ya sea de madera o metal, en forma de “Box”, adaptadas a las condiciones locales.	Estructuras de metal, madera, cerámica, techo de zinc, existencia de unas con electricidad, cámaras de seguridad, televisores, etc.	Fijas, cerradas y vigiladas por seguridad privada
Champa “de tipo feria”	Industrial	Estructura de montaje y amarre	Propio vehículo, almacenado en bodega
Tradicional	Paño en el suelo, ofreciendo mercadería	Tela, cartones, forma más antigua de venta.	Propio, ómnibus o carro
Móvil	Vehículos, <i>Pick ups</i> , motocicletas.	Modificados, estructuras de metal o plásticos para venta de productos.	Propio.

Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018.

Organização: Kevin Amaya.

3.5 O que procura? Aqui o encontra

¡Llévelo, llévelo!, pase adelante! ¿qué le damos? São frases as mais frequentes escutadas ao passo do pedestre, em sua intenção de atrair seus clientes e oferecer-lhes os produtos que exibem em seu espaço, seja em épocas especiais ou em dias comuns, a diversidade de produtos encontrados nos mercados de Comayagüela (assim, eles são chamados, estradas públicas e mercados constituídos generalizados para o contexto de expressões locais), sendo a frase “¿Qué busca? Aquí lo encuentra”, o que refletirá a realidade da grande quantidade de produtos oferecidos por esses comerciantes, sendo uma realidade que não pode ser levada a julgamento, como os jornais locais nos citam.

Nosso trabalho de analisar a vida das ruas, a partir do comércio nelas, nos leva a fazer observações, anotações no campo, sobre as representações e diferentes produtos que são oferecidos, lembrando que a mercadoria e a dinâmica das formas de espacialização e ação do comércio na via pública estão sujeitas a modificações em torno de sua mercadoria, sendo nas ruas onde o mundo encontra-se.

Devido à diversidade de produtos, tentaremos fazer uma classificação agrupando os diferentes bens observados em torno de nossa área de estudo, não apenas através da observação, mas também da coleta e registro dos produtos oferecidos às 174 pessoas a quem foram aplicados os questionários (amostra aleatória de diferentes comerciantes). Os produtos são:

Produtos industriais comestíveis; (bombons, bala doce, pirulitos, biscoitos, etc.), produtos industriais têxteis; (camisas, sapatos, sandálias, mochilas, bolsas), industriais eletrônicos; (liquidificadores, fogões elétricos e a gás, rádios, alto-falantes, aparelhos auditivos, etc.) plásticos industriais; (brinquedos industriais, copos, pratos, lixeiras, etc.); cosméticos industriais (maquiagem, esmaltes, detergentes, etc.) tecnologia industrial; (CD, DVD, USB, etc.)

Mercadoria artesanal, com existência de diferentes produtos seja na rua ou não, aqui vamos destacar a presença do comércio artesanal, concentrado na segunda rua, entre a quarta e a quinta avenida, comércio estabelecido onde podemos encontrar; confecções, doces, refeições, piñatas, roupas típicas, lembranças com gravuras locais ou nacionais, chaveiros, lápis, produtos artísticos, etc., além de produtos específicos por temporada, como (dia do índio, Dia da Independência Nacional, etc.) onde a população local procura materiais solicitados por instituições de educativas.

O comércio natural, encontrado em suas múltiplas manifestações locais, a venda de medicamentos naturais, ervas que são trazidas dos diferentes cantos do país, além da presença por épocas de vendas como flores, isso em maior medida em datas especiais, como o dia de mães, e dia dos mortos).

Venda de Gulosinas; denominado desta forma os comércios estabelecidos, que preparam as vendas de alimentos em espaços fechados, como cozinhas; estes são regulados em maior medida mantendo um controle higiênico de suas vendas, ou na rua como as típicas baleaderas (comida típica local), que faz parte do cotidiano dos hondurenhos. Sua dinâmica é observada no período da manhã, ou os carrinhos que vendem principalmente salgadinhos, microempresas⁷ que vendem (banana, mandioca, malanga frita), ou café da manhã como (café, pão, leite com aveia,

⁷ Microempresas de comidas, que é preparada nos mercados como Álvarez e San Isidro, preparando alimentos que, por meio de empregados, vendem para empresas que estão em vias públicas, podendo ser carreteiros móveis ou semiestacionário.

etc.), que são preparados nas cozinhas de diferentes mercados como , El Álvarez, San Isidro, Las Flores, etc., indo para as ruas para vender ou entregar pedidos de clientes fixos.

Comércio de frutas e legumes, destacando o papel dos carreteiros que circulam pelo espaço, oferecendo frutos das estações, disseminando-as por local. Estas são vendidas por, carreteiros, carreteiros semi-estabelecidos, comerciantes estabelecidos) e sua presença é significativa, pois têm conflitos com outras manifestações espaciais locais, encontrando origem de produtos locais ou internacionais, cujos principais centros de abastecimento são os armazéns dos galpões do Mercados Zonal Belén e Las Américas.

Há a presença de diferentes espaços de consumo, e a representação de mercadorias de origem local, nacional e internacional. Nos "mercados" (inclui-se comércio em vias públicas), podemos encontrar tudo o que se pode imaginar, sejam produtos pirateados ou original, legal ou ilegal. É uma realidade que se manifesta em torno da localidade, mas que destaca a importância da citada cidade como motor econômico do Município do Distrito Central, porém invisível e marginalizado, o que se reflete na precariedade de muitas de suas infraestruturas e pessoas que lutam diariamente para sobreviver, tornando-se, assim, para Rommel Martínez, Comayagüela (2016) “la Ciudad Invisible al Otro Lado del Rio”.

Em referência ao empréstimo de serviços, é ao passo, no percurso de suas principais ruas e avenidas, onde serão encontradas diferentes atividades de reparo, entre elas, relógios, calçados, eletrodomésticos, eletricitas, além de oficinas mecânicas ou carpintarias em seu entorno, além das diferentes lojas formais e diferentes centros educacionais, tais como: Kinder Nacional, Escola da República da Argentina e Lempira e instituições de ensino médio como Abelardo Fortín, Hibuera ou Bellas Artes.

3.6 Comércio na via pública: espaço territorializado, o caso de Comayagüela

Falaremos sobre o comércio da via pública e os diferentes espaços de consumo, criados por parte dos comerciantes que estão estabelecidos no território de Comayagüela, a partir da fragmentação do espaço, que vão de encontro com a divisão social do trabalho gerada em uma sociedade cada vez mais globalizada, expressando a pluralidade de atividades que constituem um território articulado por múltiplas redes e diferentes relações de poder envolvidas em sua dinâmica.

Embora em alguns casos estas atividades não sejam consideradas "trabalho", porque não são "dignas" diante de uma moral questionável por parte das organizações estatais e de um setor da sociedade, julgadas a partir de uma lógica capitalista em que são consideradas "um problema", ressaltando que na maioria dos casos eles são considerados incômodos, porque "mancham a imagem" de uma cidade organizada e limpa, julgada especialmente pelo não pagamento de impostos, mas que, apesar de não ser bem vista, é de grande relevância na dinâmica econômica.

Entendemos que o parágrafo anterior expressa um julgamento de valor, esta interpretação é compreendida a partir dos comentários feitos por moradores, pois ter a oportunidade de morar na referida cidade, são comentários ouvidos ao redor do cotidiano, além de serem uma percepção transmitida por diferentes meios de comunicação.

A forma como são estabelecidos e como se dá a apropriação do espaço anteriormente discutido, reside na necessidade de uma análise por meio do pensamento geográfico e, assim, ter uma melhor compreensão do uso do espaço, no qual essas atividades são realizadas em Comayagüela. Para isso, será acrescentada uma nova categoria, a de "território", estruturada a partir de diferentes processos históricos, que gera uma territorialidade associada à apropriação e este com identidade. (GOMEZ e MAHECHA, 1998)

É fundamental partir de uma observação mais detalhada das ações sócio-espaciais que dão significado ao espaço. Para Santos, “É o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (1998, p. 15). Seguindo esta lógica, faremos uma breve discussão sobre como se constitui o território dos comerciantes da via pública de Comayagüela.

Entendemos que essa apropriação do espaço urbano, em torno de seu uso, é um processo histórico acompanhado por um forte componente de exclusão social. O território é construído, materializado a partir das diferentes atividades que são realizadas e espacializadas nas ruas de Comayagüela, sendo assim um espaço de possibilidades. Território que, a partir da consolidação e dinâmica de sua rede comercial, não apresenta apenas características de uso da terra, mas também um conteúdo abstrato, construído a partir do cotidiano de seus agentes, onde os vínculos criados, a mistura de culturas, as lutas ganhas ou perdidas juntas, entre outras coisas, impregnam um conteúdo a partir do qual o espaço é territorializado.

O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se

apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Seguindo essa lógica, Raffestin interpreta que o território é a projeção das diferentes atividades sócio-espaciais, uma construção feita por meio do cotidiano onde múltiplas relações de poder também estão latentes. Para este autor, "O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si" (1993, p. 145), articulando com base em atividades históricas e geograficamente falando, isto em torno da fragmentação do espaço ao ritmo do sistema econômico globalizado.

El territorio envuelve siempre, al mismo tiempo..., una dimensión simbólica, cultural, a través de una identidad territorial atribuida por los grupos sociales, como forma de 'control simbólico' sobre el espacio donde viven (siendo también por tanto una forma de apropiación), y una dimensión más concreta, de carácter político disciplinar: una apropiación y ordenación del espacio como forma de dominio y disciplinamiento de los individuos (HAESBAERT, 2004, p. 93-94)

O termo "território" é frequentemente associado a conotações puramente jurídico-políticas, sendo esta uma extensão de poder ou possessão por uma pessoa ou grupo social. Para Correa (1996), isso pode conter limites de soberania, propriedade, disciplina, apropriação, jurisdição, etc., sendo este relacionado como sinônimo de domínio ou gestão de um determinado território.

Esse território tem um significado a mais, mas que, em qualquer forma de análise, traz concepções associadas ao poder, como Haesbaert (2004) nos menciona, em que não são apenas as relações de poder de uma perspectiva tradicional em termos de "poder político," mas também de uma interpretação mais simbólica. Para David Harvey, "las relaciones de poder están siempre implicadas en prácticas espaciales y temporales" (1998, p. 250)

O território de Comayagüela, segmentado nas diferentes manifestações em que os comerciantes se estabelecem e se apropriam do espaço urbano, nos leva a refletir sobre seu cotidiano e a partir de sua permanência, horas de trabalho, histórias, lutas, rede de mercadorias, problemas para se estabelecer, seu sentido de pertença, etc. Essas características imprimem um significado ao tornar o espaço usado no que alguns chamam de "é minha primeira casa",

refletindo assim sobre a territorialização do espaço e a desterritorialização que é exercida no processo que a AMDC chama de "espaços recuperados" a partir da interpretação dos dados coletados através das pesquisas aplicadas na 5ª Avenida, 3ª Rua a 9ª entre 4ª e 6ª Avenida.

Entendemos que a fragmentação do espaço em torno de seu uso, a partir da análise dos diferentes questionários aplicados às manifestações espaciais dentro do território de Comayagüela anteriormente descrito, (lojas estabelecidas, carreteiros, carreteiros semi-estabelecidos, comerciante passeado, comerciantes móveis, temporários e ocasional), representa a fragmentação do espaço construída através da cotidianidade das pessoas que a integram.

De acordo com nossa observação no campo e nos dados coletados, conseguimos ter uma noção da dinâmica interna e de seu cotidiano, ressaltando a formação de um território vivido, segundo os questionários diretos aplicados, 174, para ser exato. Os dados revelam que 79% da população pesquisada trabalha 7 dias por semana, 18% trabalham em torno de 6 dias e são apenas 3% que realizam suas atividades 5 dias por semana, isto ao longo do ano todo, muitos destes sem tirar férias.

Outra amostra significativa é em relação ao número de horas dedicadas às suas atividades, sendo a amostra mais representativa, 66%, os quais trabalham entre 10 a 12 horas por dia; 29% trabalha de 7 a 9 horas, e apenas um 2% responderam que estão entre 4 e 6 horas por dia em seus pontos de venda, destacando os 3% que responderam que permanecem 13 ou mais horas em suas instalações.

Por meio da apropriação como um campo de possibilidades, o território é estruturado a partir das relações sociais e atividades realizadas no espaço, emergindo assim um espaço que, para Lefebvre (2000), é baseado de marcas do "vivido". Dessa forma, Haesbaert (2004) nos menciona que, embora este autor não trabalhe diretamente com o conceito de território, em suas leituras ele nos deixa implícito que não faz referência a um espaço em seu sentido genérico, muito menos uma perspectiva como um espaço natural.

A diferenciação entre apropriação e propriedade, considerando que este se torna uma extensão do trabalho, a partir da reimpressão do conteúdo exercido através da territorialização e o uso da terra dos diferentes agentes, manifestações que dão sentido às vias públicas como espaço para a circulação de mercadorias e como espaço vivido por parte dos comerciantes, é, para

Lefebvre, “Apropriação (com o sentido de uso e não propriedade) decorre da relação de um grupo que modifica um espaço natural para servir às suas necessidades e possibilidades, apropriação que também implica “em tempos e tempos, em ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática” (1986, p. 411-412).

É a partir da tríade sobre as representações do espaço, representados como espaços vividos, percebidos e concebidos por Lefebvre (1986), que Haesbaert se propõe a tratar o território quanto à “relação de dominação e apropriação sociedade-espaço que se desdobra ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (2004 *apud* Fuini 2017, p. 4)

Tempo e ritmos próprios que se encontram com o processo de construção social e uma identidade territorial do espaço, territorialidade que é reforçada pelo tempo de permanência em seus espaços por parte dos comerciantes. Sendo assim, os dados obtidos dos entrevistados revelam que 74%, equivalentes a 128 pessoas entrevistadas, sempre estiveram no mesmo lugar. Deve-se destacar que esses dados são aleatórios, entre as diferentes manifestações descritas anteriormente, já que nosso objetivo orienta-se em relação ao tempo estes levam trabalhando nas ruas de Comayagüela.

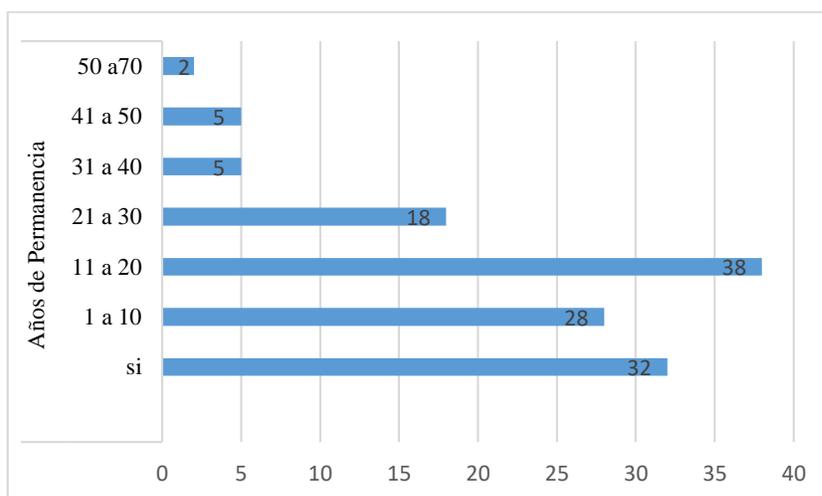
O tempo de estadia nos ajudou a compreender as possibilidades de apropriação e permanência, a partir do tempo de permanência nas ruas por parte das diferentes manifestações nas vias públicas, pois ao passar a maior parte do dia nas ruas, limitará o uso das mesmas. É a partir da apropriação e o uso do espaço que as principais avenidas e ruas de Comayagüela se dedicam exclusivamente ao comércio. Devido à aglomeração de pessoas e negócios, o tráfego de veículos foi reduzido, e por causa de sua imagem de precariedade e violência não são um destino para descanso ou turismo.

Interpretamos os dados de que 38 pessoas estão localizadas no mesmo espaço como comerciantes de ponto fixo (estabelecido), um período entre 11 e 20 anos. É relevante para destacar a existência de 7 pessoas que têm feito suas atividades em um período que varia de 41 anos a 70 anos (uma vida), 18 pessoas têm entre 21 a 30 anos, 28 pessoas se destacam por ter entre 1 a 10 anos nos mercados, 5 delas entre 31 a 40 anos e 32 pessoas responderam sim (sem fornecer mais detalhes).

O perfil dos comerciantes nos convida a analisar sobre o espaço - tempo, pois é no espaço urbano que estes se estabelecem, onde alguns chegam e alcançam sua permanência, assim como outros que não o conseguem, além disso, os dados reforçam como o aumento dos vendedores nos últimos 20 anos, segundo as estatísticas de Honduras, passou de 53% de economia informal, para 73% nos anos 90, conforme a OIT (2013) e (SALINAS, MARTINEZ, LEVY, 2004.)

A permanência é através de lutas, autorizações, organizações ou acordos que contribuam para a construção de uma identidade baseada no uso do espaço urbano, pois interagem os diferentes agentes sociais, que ao longo do tempo construirão um território, territorialidade impregnada pelo significado que é concedido a partir do vivido.

Gráfico 6: Tempo de permanência em Comayagüela



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

Desse modo, as respostas dos outros 24% variam de: alguns meses no local, fazendo suas vendas em outros mercados ou outra área da capital, são carreteiros ou ambulantes (lembrando que não podem estar estabelecidos no mesmo local), ou simplesmente responderam que não, sem dar mais detalhes. É interessante repensar sobre essas respostas, pois chama a atenção o fato de que não possuem um sentimento de pertencimento fortemente enraizado devido ao fato de não ser um comerciante estabelecido.

A nossa tentativa de compreender mais detalhadamente como se dá o processo de apropriação do espaço, nos levou a questionar: Quais são as principais razões pelas quais as

peessoas tomam a decisão de vender nas vias públicas de Comayagüela? Da amostra obtida, o desemprego destaca-se como o principal motivo, com 53 respostas.

Este é um dos problemas que afeta a população em geral, aumentando as estatísticas para 73,4% da economia informal em nível nacional, como mostra a OIT em seu estudo de 2013. A necessidade é o segundo fator com mais respostas, obtendo 50, ligado às necessidades mais básicas e elementares das condições humanas que, devido à falta de emprego e oportunidades, buscam um espaço de oportunidades nas vias públicas de Comayagüela.

Com 31 respostas, o fator família se destaca, mas em que sentido? É bem conhecido que a economia informal é composta em grande parte por articulações baseadas em empresas ou cooperação familiar, e neste caso, ao estabelecer-se e através do lucrativo crescimento do negócio, é reforçada como a quarta categoria com mais respostas, expandindo seus negócios para empregar mais membros da família ou colaborar para que eles obtenham seu próprio espaço de vendas.

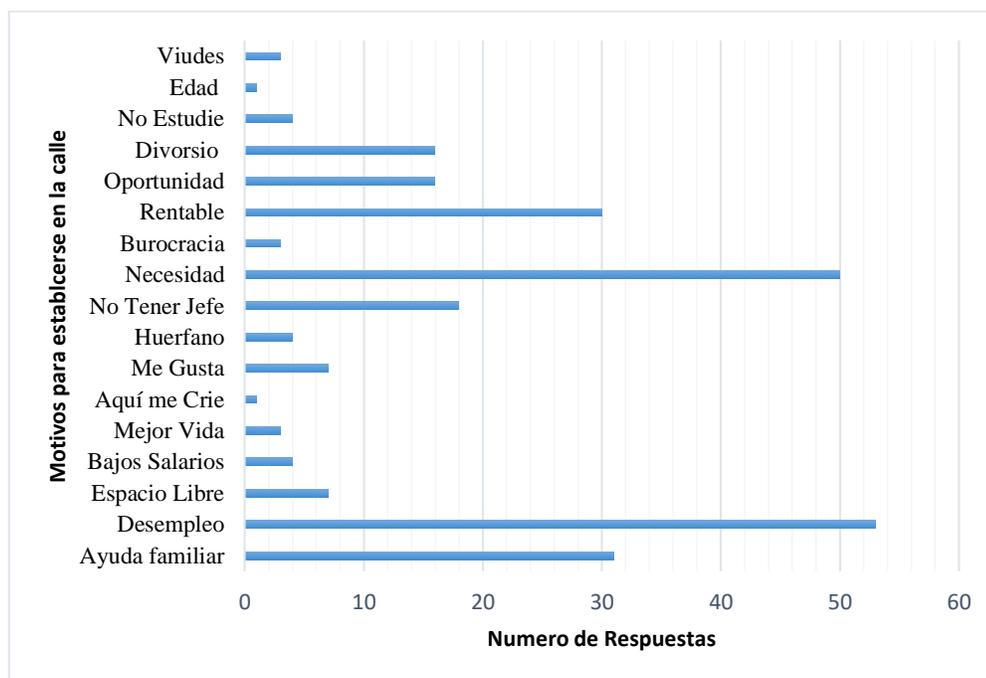
Também é geralmente uma estratégia para expandir suas atividades, porque, de acordo com a lei, os comerciantes das vias públicas de Comayagüela têm direito apenas a um estabelecimento. Isso também é reforçado por organizações sociais, o que em teoria impediria sua filiação, que é resolvido a partir da afiliação sob o nome de um parente (é necessário ressaltar que esta interpretação carece de sustentação e verificação, já que foram apenas comentários mencionados através de conversas informais).

La economía informal alberga personas con el espíritu emprendedor de las masas más vulnerables, en donde su aspiración a tener su propio trabajo va de la mano con no tener un jefe y construir su renta en base la administración de su propio tiempo, siendo esta una 5ta categoría con mayor respuesta, 18 según los encuestados, esto representado en el siguiente gráfico.

Consideramos a necessidade de ressaltar o divórcio como resposta, pois através do nosso trabalho de campo, observamos a presença de muitas mães e filhos ainda crianças. A realização de suas atividades são uma das características dessas mães, contemplando que algumas têm estabelecimentos fixos, deixam espaços que podem ser adaptados e ordenados para que seus filhos possam dormir ou fazer o dever de casa quando retornam de suas respectivas escolas. No caso dos carreteiros, a presença de gestantes e mães que colocam seus filhos nas calçadas foram

eventualidades observadas (ordenando uma caixa de papelão com cobertores para abrigar as crianças enquanto elas dormem).

Gráfico 7: Principais razões por que se trabalha nas vias públicas



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

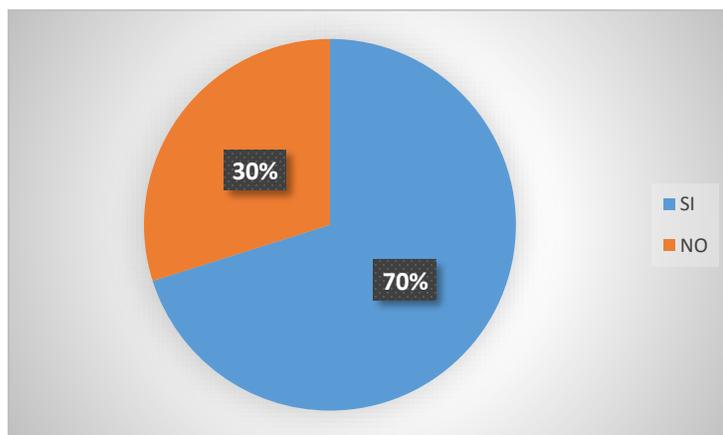
Essa contradição entre propriedade e apropriação, as esperanças e o desejo dos cidadãos em torno de suas necessidades, dentro de um território competitivo e impregnado de diferentes manifestações de poder dentro do espaço a ser ocupado, é demonstrada por Raffestin, “Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (1993, p. 144).

A necessidade de compreender esses agentes em sua totalidade surgiu mediante os resultados interpretados através dos questionários, descrevendo previamente como eles obtiveram esse espaço, destacando os principais argumentos a obtenção através da luta com 36 respostas, sendo 32 pessoas que obtiveram seu espaço através de licenças, seja por parte da GOP ou com a ajuda de qualquer uma das organizações que os representam, e em terceiro lugar, como uma resposta mais representativa com 33 pessoas "não respondeu", mencionando também fatores como: compra, herança, por amizade, aluguel ou fatores religiosos: "Deus os deu para mim".

Descrevemos anteriormente as características encontradas e interpretadas a partir dos questionários aplicados, mas por que as mencionamos? Para ser capaz de compreender a totalidade e as diferentes eventualidades que levam à apropriação do espaço, e com isso, criando redes que são reforçadas por um sentimento de pertença, onde o espaço geográfico é conquistado e reimpresso da vida cotidiana, ajudando a entender melhor o processo de territorialização por parte dos comerciantes.

Para Fuini, “Deste modo, a territorialidade pode ser compreendida como abstração teórica para território ou ter um sentido efetivo, tanto material (controle físico), quanto imaterial (controle simbólico, imaginado) e, também, na concepção de espaço vivido” (2017, p. 24). O espaço vivido é entendido por o que representa para cada pessoa, é por isso que, segundo os entrevistados, 70% das respostas indicam que eles sentem que são donos do espaço que ocupam, reforçando seu sentido de pertencimento e territorialização baseado na apropriação. Há uma necessidade de diferenciar as noções de propriedade e posse, mesmo que não tenham o primeiro, essas pessoas sentem que possuem a peça na qual realizam suas vendas, como é possível perceber no gráfico seguinte.

Gráfico 8: Percepção dos comerciantes sobre a pertença do espaço em uso



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

A população que respondeu SIM, abordada por meio dos questionários, não entrou em detalhes sobre o porquê, demonstrando alguma desconfiança ou cautela em relação às informações a serem fornecidas, sendo respostas como: por antiguidade: 20; as lutas: 10; seu direito: 4; organizado: 14; Deus: 3; Do total, apenas 3 responderam unicamente sim. Um total de

56 pessoas considera que não é pertinente fornecer essas informações, pois representa uma afirmação que pode levar a mais conflitos devido à disputa de poderes dentro da dinâmica local.

O mesmo fenômeno ocorre em torno das pessoas que responderam não, sendo estas, 25, sem entrar em detalhes, e uma pequena porcentagem distribuída entre as respostas: a calçada: 5; alugar: 7; não tem certeza: 13; e o fator religioso "é de Deus": 2, enfatizando de que eles têm um profundo sentido de pertencimento, mas que são zelosos em fornecer informações que consideram ameaçadoras.

Esta territorialização é reforçada ao perguntar se eles atualmente temem que seu espaço lhes seja tirado. Portanto, 59% respondem que não têm medo, atribuindo o porquê aos seguintes motivos: em maior medida, eles atribuem sua segurança ao fato de estarem filiados ou terem um acordo com a GOP, sendo 40 respostas; em segundo lugar, 6 defendem a luta, uma vez que não permitiriam o despejo ou a realocação de onde estão estabelecidos, além de outros fatores com menor resposta, como a antiguidade: 2; suporte entre vendedores: 2; não há lugar para realocá-los: 1 e, finalmente, "Deus me deu": 2.

Os outros 39% responderam que o medo por perder o seu espaço está associando à ameaça maior, a GOP, com 24 respostas; o segundo indicador do medo está ligado à necessidade, pois para muitos destes, é o seu único meio de obter dinheiro, respondendo "é o meu único sustento da vida": 17; outras 10 respostas consideram estar em um "lugar inadequado", por isso correm o risco de perder seu espaço. Ficamos impressionados com o fato de que alguns temem perder espaço por entidades como: donos de lojas: 7; outros fornecedores: 5, e até mesmo por parte das Organizações: 3, revelando, assim, um conflito entre interesses por parte dos inquilinos formais e outros fornecedores. As organizações podem agir como defensores. Há opiniões que consideram isso uma ameaça, e, em menor medida, temem porque são apenas inquilinos do espaço: 1, ou porque pertenciam a outro mercado ou rua: 8.

A fragmentação do espaço que cria microterritórios, onde é reforçado pelo simbolismo impregnado, é o fator lucro, que tornara alguns espaços em objetos de ganância ou conquista, a partir de um pensamento de expansão ou da tentativa de um controle do espaço comercial, em torno da apropriação na parcela de maior poder aquisitivo de Comayagüela, nesse caso, nas vias públicas, anteriormente mencionadas (atacadistas e fornecedores), conseguem controlar um grande número de postos de trabalho nas ruas.

É o conflito de poderes que reflete uma disputa pelo controle dirigido a uma maior acumulação de capital, processo que entra em nossa discussão porque os atacadistas e fornecedores (ao detalhe), conseguirão ter um controle parcial do território ou a tentativa deste, compreensão do território que passa pela disputa e interesse entre os diferentes poderes que atuam na dinâmica local.

3.7 A GOP e os espaços recuperados. Desterritorialização?

A relação do território é constituída a partir de uma perspectiva jurídico-política, embora remeta a uma limitação quanto a uma delimitação específica de um território, onde se constitui em três pilares: "Estado", "território" e "população". A relação espaço-poder dentro da apropriação exercida, como poderíamos ver, e a construção das bases em torno dos primeiros sindicatos organizados com base nos trabalhadores que se engajam na economia informal, é um aspecto a ser levado em conta por causa do confronto de interesses particulares que às vezes desencadeiam disputas entre as máquinas de guerra e os aparelhos de captura.

En la obra de Deleuze y Guattari, en la medida que los territorios comportan siempre dentro de sí vectores de desterritorialización o de reterritorialización. Mucho más que una cosa u objeto, un territorio es un acto, una acción, una relación, un movimiento concomitante de territorialización y desterritorialización, un ritmo, un movimiento que se repite y sobre el cual se ejerce un control. (HERNER, 2009. p, 167)

Para esse autor, o aparelho do estado só existe porque há um objeto de captura, que dentro do espaço urbano constitui-se, tornando-se uma máquina de guerra em sua luta e resistência contra o Estado. Letícia Tabachi Silva comenta, “como o Estado não consegue os capturar, ele então passa a reconhecê-los como uma deformidade, uma delinquência, colocando-os a margem da legalidade, denominando-os como informais” (2007 *apud* CAPELATO, 2008, p. 66).

A economia informal abre as portas como um território de possibilidades onde muitos dos hondurenhos desempregados caem em busca de seu sustento cotidiano. De acordo com os dados apresentados anteriormente, é por médio da luta, a autorização por parte da GOP ou das organizações, que estes conseguem se estabelecer de uma maneira "mais estável", mas essa estabilidade não é para todos. Ressaltamos novamente as outras manifestações que são encontradas nas vias públicas.

Assim, destacamos a denominada “recuperação do espaço”, que ocorre através da “limpeza” dos espaços dados como parte do processo de delimitação por parte da GOP, nos mencionados operativos de demarcação e confiscos, estes consistem em: Entrevistado 1 - Comayagüela - comerciante- 30-07-2018- 1:15 pm *“Es cuando logramos obtener un lugar que fue ocupado por vendedores, que ha sido ocupado por mucho tiempo, sin autorización de esta municipalidad. Al momento de ser denominado como espacio recuperado nadie más puede ocupar ese espacio”*.

Figura 10: Operativo de demarcação



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela. 2018.
Autores: Kevin Amaya – Jessica Tercero

Dita eventualidade é realizada em conjunto com as associações no caso do comerciante que foi removido, estar afiliado a alguma destas. Esta medida é feita por ser o espaço denunciado por uma loja formal que não quer que esteja impedindo a visão de seu local, ou por conflitos recorrentes com a GOP, causados por casos como a ampliação de seu espaço e o não cumprimento de sua regulação, reclamações, entre outras, ou em raras ocasiões, devido ao abandono do referido espaço.

As relações de espaço de poder são estabelecidas mediante as contradições em torno do uso do espaço urbano, relações de poder que se consolidam em torno da vida “do / no território”. Para Foucault (1979), é necessário repensar o poder e parar de vê-lo sob uma perspectiva de controle absoluto, interpretando dessa forma que as relações de poder se distribuem porque não há um ator principal. O autor discute sobre “quienes lo tienen y de los que no lo tienen, porque el

poder no es una propiedad, no es algo de la exclusividad de una persona o de un grupo determinado, no es ni una entidad, ni una institución fija” (1979 *apud* HERNER 2009, p.165).

As relações de poder são encontradas em várias dimensões, e neste caso, as contradições geradas a partir da apropriação de vendedores nas vias públicas de Comayagüela, a disputa de poderes entre organizações, prefeito e comerciantes formais e informais, levam a tais ações em busca de um controle, apropriação ou tentativa de gestão, criando fronteiras ou limites territoriais na distribuição e ocupação do espaço geográfico. Para Dreyfus, “No existe algo llamado Poder, con mayúscula o con minúscula o un poder que existiera globalmente, masivamente o en estado difuso, en forma concentrada o distribuida... El poder sólo existe cuando se lo traduce en acción... Es un conjunto de acciones sobre posibles acciones” (1990, p. 71).

Entendemos que o território a partir do vivido é aquele em que cada sujeito se sente em casa. Segundo Haesbaert (2004), o processo conhecido como "espaços recuperados", opera em torno de uma desterritorialização, que como sabemos, constitui-se a partir de uma dinâmica local ativa, portanto, evidentemente compreende alterações, reestruturação, destruição, ou seja, gerando mudanças constantes por parte das múltiplas entidades que se constituem e articulam em um território em rede. Para Fuini, “Os territórios-rede seriam, aos mesmo tempo, um indicativo de desterritorialização e um conduto da reterritorialização” (2017, p. 25).

Este autor enfatiza que a desterritorialização contemporânea é revelada com base no discurso da compreensão dos territórios rede e dos denominados "aglomerados de exclusão", sendo para Haesbaert “outro formato da topologia territorial atual, são espaços (ou subespaços) tidos como fora de controle e envoltos em processos de exclusão social e violenta insegurança (desterritorialização extrema ou arrasadora).” (1995, 2004, *apud* FUINI 2017, p. 25)

Comayagüela é território desigual, aparentemente desordenado, vivo, mas com uma rede interna estruturada e articulada a partir das múltiplas manifestações, o lugar dos encontros e desencontros, território conquistado e desarticulado, território de lutas onde normalmente ganham aqueles com maior capacidade financeira, porque nem todos estão abaixo da linha da pobreza e nem as oportunidades são apresentadas da mesma maneira.

Com base no observado por meio do nosso trabalho de campo, se revelou como o espaço urbano de Comayagüela, especialmente suas vias públicas, que não é um espaço desordenado o

qual gera uma imagem ruim, como é interpretado por alguns, e também não é apenas um espaço de excluídos ou um lugar invisível, é mais do que isso. Para muitos, é a sua "primeira casa", pelo tempo que dedicam diariamente aos seus empregos, pois as amizades criadas, as parcerias, representam o seu "sustento" ou seu espaço de empreendedorismo, de acumulação de capital. É um território vivido, construído e cheio de significados consolidados a partir da cotidianidade de seus agentes envolvidos.

3.8 A favor da rua

A favor da rua, no livro “Revolução Urbana”, Lefebvre (2002) descreve que a rua não é simplesmente um lugar de circulação ou passagem, é mais que isso. É importante destacar a "rua", principais vias públicas de Comayagüela, onde são especificadas essas ações sócio-espaciais, espaços apropriados gerando contradições e opiniões múltiplas sobre o uso.

É a etnografia desses espaços públicos que nos revelará o mundo vivido pelos mercadores. Para Maffesoli (1996), esses espaços públicos, a partir de uma visão crítica do pesquisador, passando pelas ruas, se encontrarão com cenas da cotidianidade que levarão à ideia de "acontecimentos".

É a rua, um espaço público que representa uma importância marcante em nossa sociedade urbana atual, constituindo uma parte importante para a modernização da vida urbana. Segundo Alves, “A rua é um lugar público, em que se vive. Nela vemos tudo que se considera moral e imoral. Do trabalho no comércio, ao comércio do corpo, tudo existe e convive” (2010, p. 28).

Esta constitui-se como parte do cotidiano, sendo por onde nos deslocamos de diferentes formas, para o nosso trabalho, centro educacional, instituições públicas ou privadas, compra ou como fonte de recreação, funcionalidade que facilita nossas vidas, espaço onde o cotidiano é revelado, está se estabelece, e se destruí; símbolo de reencontro, pela dinâmica de um grupo social ou individual que se articula a partir de este.

Como o processo de produção da vida se dá por meio de diferentes modos de produção do espaço, é o uso que determina a constante renovação - transformação do espaço urbano, morfologia do espaço urbano que é alterado a partir das práticas exercidas em torno à apropriação gerada pelos comerciantes que fazem uso das ruas, caracterizadas como ruas de comércio. A 5ª

Avenida de Comayagüela, destaca-se devido a concentração de um significativo fluxo comercial na dinâmica econômica local.

Felipe Bühler Bertuzzi e Laércio Stolfo Maculan, em seu trabalho sobre a caracterização das ruas a partir de sua importância relacionada às formas de compra e venda encontradas na hoje, afirmam que, “Atualmente, as ruas de comércio são chamadas de mercado público por dispor de uma infinidade de serviços à população. Essas ruas, que são caracterizadas como espaço público, são locais onde todos têm o direito de usufruir, embora haja diversidades no que se refere à cultura, modos e condições sociais” (2013, p. 1).

É pela produção do espaço a partir da análise de uma profunda implicação sobre a vida no espaço e a apropriação do espaço, que a rua se torna uma representação de atividades, mostrando como face o que é construído a partir da vida cotidiana e as diferentes formas de espacialização baseadas na pluralidade de atividades realizadas localmente e as diferentes esferas sociais que escrevem o significado do espaço. Lefebvre nos diz, “A rua? O lugar (topia), do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem” (2002, p. 29).

É a concentração de pessoas e atividades no espaço urbano, a partir do uso produtivo do espaço, que é determinado em torno da lógica da reprodução do capital, relações contraditórias que são geradas na análise entre capital e trabalho, a rua como um ponto de reflexão e partida. Carlos, em seu livro "O lugar do / no Mundo", toma como ponto de preocupação e análise, a rua sendo um lugar de encontro que revela em sua mais alta expressão o nível do vivido. Para o autor, “Na rua encontra-se não só a vida, mas os fragmentos de vida, é o lugar onde o homem comum aparece ora como vítima, ora como figura intransigente e subversiva. No movimento da rua encontra-se o movimento do mundo moderno” (2007, p. 51).

Faremos uma análise mais profunda que nos permita interpretar mais de perto o que se vê nas ruas a partir do livro de João Rio (1995), publicado pela primeira vez em 1908, baseado no entendimento da rua como espaço de oportunidades, dimensionado a partir de sua relação com o mundo. Essa relação do indivíduo ou grupo social, com a rua e a cidade, será decisiva para entender “a alma encantadora das ruas”.

A espacialização é conformada pelas diferentes representações disseminadas no espaço urbano de Comayagüela, sendo o nosso trabalho de campo, onde nos concentramos na 5ª Avenida como uma amostra representativa desse trabalho, decidindo, assim, devido à importância econômica que possui como foco comercial, por sua alta concentração de mercadorias e fluxo de pessoas que se aglutinam e circulam em suas diferentes modalidades, além do difícil acesso em termos de permanência e aceitação em algumas outras ruas.

Da mesma forma, nossa presença foi imediatamente percebida, devido à dinâmica e à rede interna de informação que existe na área, sendo que, para manter uma objetividade em torno da investigação, foi necessário se aproximar das pessoas e ter um encontro mais direto. Foi no início que me aventurei a caminhar com visão crítica dentro do território, onde a exposição a diferentes possibilidades era latente (assaltos, medo, desprezo, desconfiança, etc.), tudo isso enquanto era visto como "estrangeiro" em um sentido alheio.

Minha primeira tentativa de me incorporar diretamente nas ruas de Comayagüela foi um fracasso, já tentando abordar algumas pessoas, apenas para fazer algumas perguntas investigativas, foram completamente rejeitadas, recebendo respostas em retorno como: Quem é você? Por que eu deveria te ajudar? De onde você vem? Você trabalha para a prefeitura?, entre outros, como forma de rejeição e cautela ao "estrangeiro"; tudo isso até me identificando como aluno e mostrando documentos que corroboram a informação.

Comportamento que, baseado no estudo de Nollerth Elías (2000), sobre o estudo de Winston Parva, nos mostra uma relação entre estabelecidos e os outsiders, onde ele percebe fontes de poder fundamentadas na superioridade social de um grupo estabelecido antes de um estranho ou uma pessoa de fora, o que para Elías é “Como indica o estudo de Winston Parva, o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características "ruins" de sua porção "pior" — de sua minoria anômica” (2000, p. 24).

Para esse autor, a forma como grupos estabelecidos conseguem lançar um estigma social para estranhos é algo que deve ser repensado e prestar atenção. Neste contexto, a aparência de um jovem perguntando sobre o cotidiano das pessoas, sem ser reconhecido no local, imediatamente aciona uma alerta na dinâmica local, portanto, agir com desconfiança faz parte dos desafios que estão no momento de nos lançarmos no processo de coleta de dados no campo.

Outras concepções como o "estrangeiro" também fazem parte da narrativa no trabalho realizado sobre os camelôs na praça principal de Manaus, por Oliveira (2009), onde ele descreve o processo de imersão e reconhecimento através da participação do cotidiano, até ser reconhecido e com isso abrir as portas para uma interação direta. Para Simmel, "O estrangeiro está próximo na medida em que sentimos traços comuns de natureza social, nacional, ocupacional, ou genericamente humana, entre ele e nós. Está distante na medida em que estes traços comuns se estendem para além dele ou para além de nós, e nos ligam apenas porque ligam muitíssimas pessoas" (1983 *apud* de OLIVEIRA 2008, p. 91).

Sendo assim, tive que adaptar novas estratégias para poder me aproximar aos que mais tarde se tornariam meus colaboradores na pesquisa, voltando-nos para as organizações que consegui contatar e os inspetores da GOP, portanto, nossa presença foi marcada por "fococas", me explicou, pela necessidade de repensar a curiosidade que despertamos nos outros, de andar de um lado para o outro carregando um caderno e uma identificação, repensamos como os estabelecidos vão reagir, tudo isso na pesquisa de campo.

Nosso trabalho em campo dependia muito da aceitação no local. A comunicação e a rede de informação que se expande através dos comerciantes que fazem uso do espaço urbano, uso que discutimos anteriormente e sua territorialização exercida e o processo de abordagem, foi realizado em três etapas para ter um maior grau de aceitação. O primeiro passo do processo de expansão da presença do "estrangeiro", fora: a abordagem e apresentação perante as diferentes organizações (SIVELIH, ASONAVEMH, CONAVAH), sendo elas que iniciaram um processo de autorização a seus afiliados para fornecer informações para poder contribuir com a investigação.

O segundo passo: a colaboração dos Inspectores e Micros ds GOP, em representação do DPA, uma presença fundamental, 4 trabalhadores, em particular, que, devido à sua antiguidade e respeito mútuo no grau de sociabilidade articulada em seu campo de trabalho, contribuíram para o reconhecimento e aceitação à participação dos comerciantes na investigação; e o último passo, o reconhecimento através da "fococa".

É no processo de aproximação no trabalho de campo, onde, de acordo com o campo da antropologia, as discussões se abrem para o impacto que temos com a nossa presença e a percepção dos estabelecidos, que podem alterar nosso desempenho e a coleta de informações.

Natalia Almeida Bezerra (2015), em seu artigo intitulado "Esta de Trelelê", nos descreve quando ela, como pesquisadora, passa a ser um alvo de fofoca em campo e como o pesquisador também é percebido por grupos sociais que às vezes são considerados apenas objetos de estudo, mas é a aceitação destes que determina em grande parte a profundidade que pode ser revelada da cotidianidade de seus colaboradores.

No meu caso, a "fofoca" e a contribuição das organizações e da GOP, ajudou a uma melhor aceitação e obtenção de dados (em alguns casos, dependia da questão a ser respondida), já que como mencionamos anteriormente, há certa cautela e desconfiança por parte dos colaboradores. Cláudia Fonseca em seu livro *Família, Fofoca e Honra* (2000), diz que

A literatura antropológica nos fornece diversas pistas para compreender a força da fofoca. Por exemplo, pode reforçar o sentimento de identidade comunitária ao criar uma história social do grupo (Gluckman, 1963). (...) A fofoca seria instrumental da definição dos limites do grupo — não se faz fofoca sobre estranhos, pois a estes não se impõem as mesmas normas; *ser objeto, sujeito da fofoca, representa a integração no grupo*. A fofoca pode ter uma função educativa. Em vez de adultos explicarem as normas morais a seus filhos, estes, ao ouvir as histórias de comadres, aprenderiam as nuances práticas dos princípios morais do grupo (ver Handman, 1983). A fofoca também pode ter grande importância em termos de comunicação, sobretudo entre analfabetos; é assim que se descobre o novo endereço de um parente e o paradeiro de velhos amigos (ver Hannerz, 1969, sobre uma comunidade negra em Washington, EUA). Finalmente, a fofoca serve para informar sobre a *reputação* dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública (2000 *apud* BEZERRA, 2015, p. 8).

Por que, até agora, nos aprofundamos neste fator? Porque, graças à aceitação por parte da população que se constitui como meus colaboradores, pude passar pelo trabalho de campo sem medo de ter problemas. É bem sabido que a presença de assaltos têm sido uma constante que embota sua imagem (enfatizamos que isso agora diminuiu), portanto, a partir do meu estabelecimento em lugares estratégicos da 5ª Avenida e passeios em seus arredores, pude capturar com maior desempenho sua cotidianidade e tentar entender "a alma encantadora das ruas" em maior grau, observações que vamos destacar na continuação.

3.8.1 Pequenas “profissões”

Os nossos colaboradores de pesquisa, aos quais os questionários foram aplicados, 174 para serem exatos, são divididos em 99 mulheres representando 56,9% e 75 homens, equivalente a 53,1% de nossa amostra. Os questionários aleatórios foram aplicados verticalmente,

principalmente na 5ª Avenida e ruas horizontais 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª, estas por sua vez entre a 4ª e a 6ª avenida.

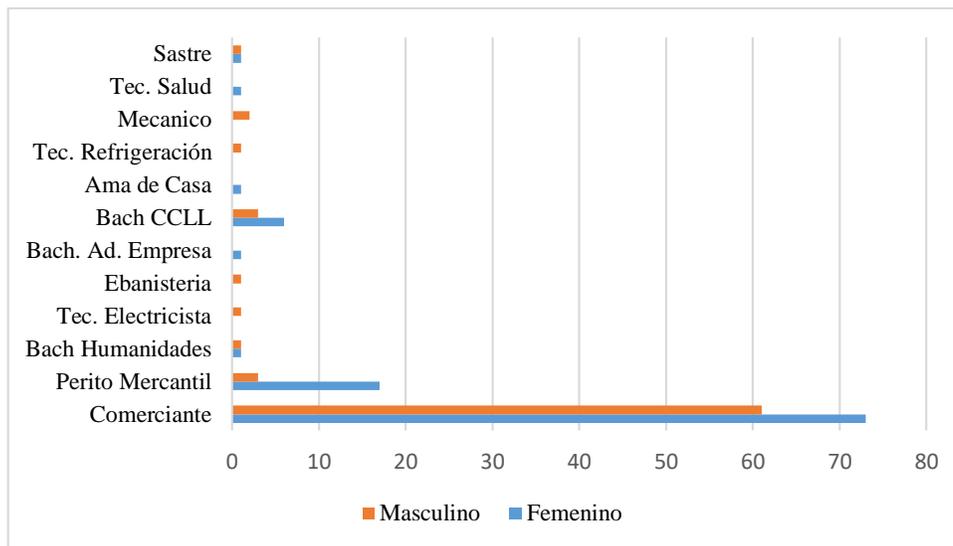
A partir de nossos dados obtidos, faremos uma breve descrição do grau de escolaridade dos comerciantes, que se refletem da seguinte forma; feminino, apenas 6 entrevistadas não possuem educação fundamental, 30 já concluíram o primário e 20 não completaram. Dentre estas, 20 são formadas em nível médio e 16 não concluíram; dessas mesmas mulheres, apenas 1 tem nível universitário completo e 4 não completaram o processo de formação, perfazendo um total de 99 entrevistadas.

No caso dos homens, 5 não possuem educação fundamental, 25 possuem ensino fundamental completo e 20 não concluíram; dentre estes, 6 possuem qualificação de nível médio e 16 não completaram. Nenhum dos 75 homens completou a universidade e 5 responderam que tem grau de ensino superior incompleto, sendo necessário descrever estes dados para poder fazer uma relação com as profissões encontradas mediante os dados obtidos.

Ressaltamos o exposto para entender a relação entre estudo e emprego, onde a falta de emprego, a demanda por profissionalização e especialização do trabalho, é um fator importante na compreensão dos comerciantes que atuam na chamada economia informal. No gráfico a seguir, apresentamos as profissões ou ofícios das respostas obtidas por parte dos entrevistados: técnico de saúde, alfaiate, especialista comercial, bacharel em humanidades, etc.

Ressaltamos que muitas das respostas obtidas fazem uma distinção entre os setores econômicos. Denominam-se de comerciantes, dignificando e atribuindo um sentido de pertença à sua função, que, embora seja conhecida, a rua também é alvo de diversidade. Existem pequenas profissões que são constituídas e estas são aprendidos na rua. Para Rio (1995, p. 25) “mas, senhor Deus;... e uma infinidade, uma infinidade de profissões sem academia...

Gráfico 9: Profissões ou Ofício dos Comerciantes



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

É verdade que em muitas ocasiões são denegridos e suas funções são vistas a partir de uma perspectiva muito excessiva contra os humildes, até o trabalho mais rústico toma um processo de aprendizagem, por isso nem todos conseguem manter ou progredir como comerciantes, pois essas pequenas profissões são ignoradas e até mesmo desprezadas.

- Admiraste aquele negociante ambulante?
- Admirei um refinado “vigarista”...
- Oh, meu amigo, a moral é uma questão de ponto de vista. (RIO 1995, p. 24)

A moralidade e o preconceito impostos a pequenos empregos não reconhecidos vão de encontro com a falta de conhecimento sobre essas ações, que para serem exercidas, é necessário aprender regras locais e estratégias de sobrevivência, como nos narra a nossa colaboradora; Entrevistado 4 - Comayagüela- comerciante- 02-08-2018 - 10:42 *“Estuve vendiendo paseado(ambulante) como 7 años, y unos retos tremendos porque vender paseado, los de la alcaldía nos molestaban bastante y también, cuando había muchos ladrones, a veces nos quitaban el dinero, o ya seas en los buses, en la bajada teníamos peligro (esto porque están en movimiento al bajarse)”*.

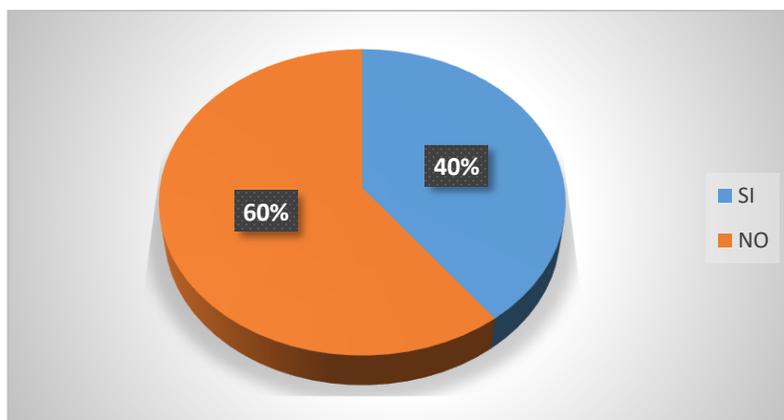
Rio (1995), diz que há profissões de miséria e profissões do crime, sempre as de delinquência serão piores, mas é interessante ver a dinâmica interna da rua. Na 5ª Avenida,

podemos encontrar todos os tipos de atividades, como vendedores de loteria, limpadores de calçados, artistas, pregadores, etc. que mesmo sendo excluídos ou mal vistos, são parte integrante da dinâmica local.

3.8 2 Dos excluídos

Uma das características da economia informal é que ela abriga mão de obra que não pode ser integrada ao mercado de trabalho por razões diferentes, servindo como refúgio, ou como um espaço de possibilidades em termos de pensamento empreendedor, como mencionamos anteriormente. É verdade que os comerciantes enfrentam muitos desafios para poderem se estabelecer, o que nos leva a questionar sobre sua ocupação anterior, portanto, fizemos aos comerciantes de Comayagüela a seguinte questão:

Gráfico 10: Você já teve um emprego formal?



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

De acordo com os dados obtidos, 60% dos entrevistados nunca trabalharam em uma empresa formal e 40% trabalharam no setor formal. Perguntamos mais sobre aqueles que responderam sim, para saber se o referido emprego cumpria com o pagamento de seus direitos trabalhistas. Assim, a população pesquisada revelou-nos qual foi o tempo de permanência em seu emprego anterior dentro de uma empresa, denominada formal, obtendo as seguintes informações: 10 pessoas tinham no máximo 6 meses em sua ocupação anterior; 10 pessoas, de 6 meses a 1 ano de trabalho; 13 pessoas mantiveram seus empregos de 1 a 2 anos; 7 comerciantes, de 2 a 5 anos; 16 com duração estimada de 5 a 10 anos em sua ocupação correspondente; e 13 conservaram seu emprego por mais de 10 anos.

Considerando que a média de idade dos entrevistados é de 31 a 50 anos, é interessante observar como existe uma alta fração de pessoas que não conseguem manter seu emprego por um período prolongado, resultando em uma alta porcentagem de jovens trabalhadores que atuam em vias públicas. Destes 40%, equivalente a 69 entrevistados, trabalhavam em uma empresa denominada formal, mas apenas 59% tinham direitos trabalhistas e 41%, não. As ocupações anteriores variam entre: professor, segurança, indústria, atendimento ao cliente, eletricitista, comércio, enfermagem, secretários, etc.

Aprofundando sobre esta fração de pessoas que anteriormente estavam estabelecidas em empregos "estáveis" e "dignos", uma vez que alguns tinham seus direitos, nos levaram a questionar se voltariam aos seus antigos empregos, se tivessem oportunidade, sendo 61% desta amostra pesquisada, equivalente a 42 comerciantes, que nos responderam que não estão dispostos a retornar aos seus antigos empregos. Mas por quê? Como razões que encorajam essa decisão, encontramos:

Com 13 respostas sendo o maior percentual, menciona-nos que, por serem empregos com salários muito baixos, o que reforça a segunda categoria de respostas agrupadas, 12 pessoas consideram que é melhor estar em seu próprio negócio para obter maior renda, sendo a terceira categoria com 7 respostas, que não retornaria devido à exploração laboral exercida, isto em indústrias como as maquilas, além de outros fatores, como a idade, ou porque não gostaram, como uma minoria foi revelada com 6 respostas.

Porém, não esqueçamos aqueles que argumentam que sim, voltariam a trabalhar em sua antiga ocupação. As respostas obtidas dos comerciantes entrevistados atraem a atenção, porque de 39% dos colaboradores, equivalente a 27 comerciantes, 10 retornariam se as condições de trabalho e os salários melhorassem. Outro motivo, com 6 respostas, são as baixas vendas influenciadas por tempos e devido a competência que se encontra na 5ª Avenida, obtendo lucros menores a cada ano, segundo os comentários dos mesmos.

Três respostas nos revelam que eles retornariam, porque seria "outra fonte de renda", esclarecendo que, em nenhum momento, pensariam em deixar seus espaços ocupados, mas alugariam ou deixariam um membro da família que continuaria a vender em seu lugar, e uma pessoa argumenta que o faria devido aos fatores climáticos. Entendemos, assim, as vias públicas

de Comayagüela como um espaço de possibilidades, onde o espírito empreendedor das massas se fortalece em plenitude ao sentimento de pertencimento.

Da mesma forma, é um espaço de refúgio, uma espécie de quarentena onde alguns chegam com a esperança de ser apenas momentâneo, mas as condições de trabalho, falta de emprego, baixos salários, isso em conjunto à instabilidade política por a qual tem sido visto reduzido a nação, são fatores determinantes para ser um foco de concentração nas vias públicas da parcela da população com menos oportunidades.

3.8.3 Os Transeuntes e motoristas

Aqui apenas fazemos uma reflexão, lembrando que espaços públicos como a rua se tornam um ponto de encontro, espaços de luta, esperança, desiguais, concentração de mercadorias, por isso a 5ª Avenida de Comayagüela se torna um espaço que nos revela contradições em suas expressões máximas. Ao analisar o comportamento e as dinâmicas locais em torno da apropriação dos referidos espaços, nos é revelado como estes comerciantes são tratados por parte dos transeuntes e as diferentes pessoas que fazem uso de modos de transporte público e privado que circulam no local.

A presença de pontos de táxi, terminais rodoviários interurbanos e intermunicipais, desempenha um papel decisivo na circulação de mercadorias e pessoas que chegam de diferentes bairros, cidades ou povos de diferentes partes do país, entre os pontos de táxi localizados; na 3ª avenida o ponto do Kennedy – Mercado; na 5ª rua San Miguel – Mercado, e na 1ª avenida, 3ª rua, é o ponto 21 de outubro – Mercado.

Concomitante aos terminais de transportes intermunicipais localizados entre a 5ª avenida e a 7ª, comunicando, El Paraíso, Texiguat, Olancho, Ciudad Mateo, La Esperanza, San Pedro Sula, Gracias, Comayagua, Siguatepeque, etc. E interbairros como o caso da 7ª rua, onde encontra-se os terminais de ônibus, de Nueva Suyapa, Carrizal. Na 8ª, Los Pinos, Villa Vieja, Villa Nova, na 1ª rua, San Francisco, etc.

Quanto a relação entre estes, segundo os dados da amostra de colaboradores entrevistados, 76% dos comerciantes consideraram que os pedestres o trataram bem, 11% consideraram que o respeito é mútuo, mas o tratamento recebido depende principalmente dele; 13% consideraram que os pedestres os agredem verbalmente, "são agressivos", mas reconhecem

que às vezes iniciam o conflito, já que os problemas são gerados a partir do manuseio de seus produtos, o que, de acordo com os comentários, os deixa desconfortáveis porque "tocam, desarmam e no final não levem".

Consideram ter uma boa relação com os transportadores que viajam pela região; 66,7% argumentam não ter conflito com eles, e que toda vez que passam e sua mercadoria dificulta a passagem, não tem problemas ao movimentá-las; 24,7% argumentam que são agressivos, criando conflitos, jogando suas mercadorias no chão no momento da circulação, consideram que não devem passar porque não se encaixam. Esses atingem agressões verbais e em casos extremos, físicos; os outros 8,6% oscilam entre: não se importam com o pedestre, geram poluição, quase não passam.

Figura 11: 6ta Avenida - 5ta avenida



La Tribuna, 2018



El Herald, 2018

Em relação ao fluxo dos diferentes modos de transporte que transitam pela área que tem uma relação direta com o estabelecimento dos comerciantes, de acordo com estatísticas nacionais por parte do Instituto de Propriedade (IP) e da Direção Nacional de Trânsito (DNT), informa que, entre Tegucigalpa e Comayagüela, cerca de 400 mil veículos circulam diariamente na capital, isso para 2011.

O comércio nas vias públicas de Comayagüela é sustentado e estabelecido com base em uma lógica de fluxos, determinando, reforçando e sustentando Comayagüela como um foco comercial da capital, portanto, foco de aglomeração que é chamado de "caos", desordem que vive e que é de vital importância, um espaço de encontro que vai de uma lógica de acumulação a um espaço de tolerância entre os agentes envolvidos.

3.8.4 Os artistas e pregadores

A 5ª Avenida é espaço de concentração, onde coexiste a globalização em sua máxima expressão, a exposição das múltiplas mercadorias e a rede de circulação dos produtos que interagem como manifestação de um mercado globalizado, além do grande número de pessoas que se aglomeram em torno de esta rua como foco de concentração econômica, atraída como espaço de esperança, atividades, além do comércio. Um exemplo disso é a presença de artistas de rua e pessoas pregando nas ruas, artistas que coletam contribuições em dinheiro após suas apresentações.

Figura 12: Artistas e pregadores na 5ta Avenida



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela, 2019.
 Autores: Aminta Colindres – Jessica Tercero.

Nas atividades que acontecem como parte do cotidiano, o fator religioso está presente e chama a atenção. Geralmente é realizado depois das 12 horas, hora do almoço dos vendedores e pouca circulação dos compradores. É aí que a rua se torna um espaço de fé, quando percebemos que muitos prestavam atenção, orando, batendo palmas e cantando os louvores, etc. demonstrando como a esperança de suas vendas e sua projeção de atividades econômicas por alguns comerciantes são baseadas na fé.

A rua como representação da arte, onde encontramos diferentes expressões, como mostra a foto anterior, é a falta de emprego, pobreza, desigualdade social que afeta as grandes massas que, em sua busca por seu direito à cidade e sobrevivência para isso, utilizarão seus dons

artísticos que os ajudarão a alcançá-lo, por isso, a quinta avenida também se torna um espaço para a expressão da arte.

3.9 Rua vivida.

As ruas e praças são definidas como espaços públicos, mas possuem um valor simbólico, a partir da apropriação e uso que é dado ao espaço urbano, onde, por meio das lutas e ações coletivas, fortalecerá os laços de sociabilidade que irá além de um espaço de circulação. É assim que os espaços como representação do vivido são dados para Lefebvre: “Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e expectadoras vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada” (2002, p. 29).

São as contradições do vivido que revelam como os usuários e a relação direta com os consumidores são mediados a partir das mercadorias, construindo vínculos de respeito e preferência reforçados pela sociabilidade entre vendedor e consumidor, relação reforçada ao passo dos anos entre estes, revelando como essas mediações e laços dependem do poder de compra. Esses comerciantes terão seus compradores fixos, os quais são criados em um certo sentido de preferência através da interação, desconto ou ofertas de mercadorias, esse mesmo processo ocorre entre atacadistas e comerciantes, seja por lealdade, por dívida ou preferência.

É interessante notar como essas pessoas chegaram e lá elas construíram suas vidas, a partir do uso e apropriação de espaços públicos como a rua, como é a 5ª Avenida. Mostrarei brevemente, por meio da narração de dois colaboradores da minha pesquisa, desde quando eles estão na área. É da sua experiência que vamos entender o quão complexo é esse trabalho, sendo representação de luta, aspirações, alegria, etc.

Entrevistado N 3- Comayagüela- comerciante- 31-07-2018- 5:42 pm, Yo trabajo desde la edad de 13 años, mi mamá tenía un puesto de comida... ella tenía un puesto en el que vendíamos, entonces yo le ayudaba a despachar a los clientes, a embolsar la comida. En ese tiempo yo estudiaba en el Alpha, estudiaba en la mañana, yo me venía con ella en la mañana a las 5:00 am y me iba a las 6:30 am para el colegio, regresaba a las 12:00 pm o 12:30 pm, a esa hora que venía

a ayudarlo de nuevo a cocinar, hacíamos tajaditas, yuca, papas⁸, a hacer mandados y nos íbamos a las 6 de la tarde.

Entrevistado N 4 – Comayagüela – comerciante - 02-08-2018 - 10:42 pm, *Bueno, yo llegue al mercado a mis 13 años, llegue a vender porque tuve problemas en mi hogar, tuve maltrato, entonces me toco ir a trabajar. Vendía agua, hisopos, lo que podía hallar para subsistir..., y caminaba en los buses, me subía y bajaba de los buses para poder generar más dinero, porque me tocaba pagar cuarto a mis 13 años y generarme mis gastos, no tenía quien me los costeara y no pude estudiar, a mí me gustaba estudiar, pero no tuve la oportunidad y nadie me pago los estudios.*

Observamos que essas duas comerciantes, que iniciaram em uma curta idade a trabalhar na área, atualmente têm 28 e 30 anos, respectivamente, trabalhando em Comayagüela. A presença destes estabelece redes de sociabilidade e solidariedade, portanto, quando a rua se torna casa, num sentido de pertencimento, há também desafios a superar e histórias para destacar. Os dois comerciantes destacados abaixo, nos contaram sobre o que consideram ser "o mais bonito" da convivência e o trabalho em Comayagüela.

Entrevistado N. 3 – Comayagüela – comerciante - 31-07-2018- 5:42 pm, *aquí en el mercado, como le puedo decir..., la experiencia más bonita que puedo decir es haber conocido al padre de mis hijos, porque aquí lo conocí, nos flechamos a primera vista. Y bueno el trabajo, ya que hay gente que no tiene ni que comer y gracias a Dios nosotros tenemos este puestecito para que nosotros nos sostengamos.*

Entrevistado N. 4 – Comayagüela – comerciante - 02-08-2018 - 10:42 pm, *La experiencia más bonita es cuando nos reunimos todos los "mercaderos" y empezamos a unirnos como que fuéramos una familia, y a celebrar porque celebramos el día de las madres, navidad entre nosotros y sanamente. Nos divertimos entre nosotros. Y lo más difícil, es cuando peleábamos con los de la alcaldía y cuando uno de nosotros mueren o los matan y es algo doloroso, porque hemos convivido por muchos años y ya no la vamos a ver en el mercado, es difícil porque nos llegamos a querer como familia.*

O espaço urbano, a apropriação e uso de espaços públicos, a partir de diferentes ações socioespaciais, impregnarão um significado. Comayagüela, apesar de ser considerado uma "desordem", ao ser marginalizado e até certo ponto invisível, é um reflexo de como o comércio informal se desenvolveu na cidade, portanto, o uso de seus espaços públicos e a crescente expansão urbana e a falta de políticas para criar empregos e a integração destes ao setor "formal".

⁸ Refere-se a fatias de banana, mandioca ou batata frita, prática realizada em muitos lugares em Honduras, comida que pode servir de lanche ou almoço, acompanhada de repolho, tomate e queijo, consumida e encontrada nas ruas em diferentes cidades de Honduras. A entrevistada 4 faz referência a ele, sendo o trabalho no qual ela ajudou a mãe depois de seu dia de estudo.

A globalização e as políticas neoliberais, que promovem a liberação econômica e a expansão de novos mercados mundiais, com o objetivo de ampliar os níveis de competição e produção de mercadorias, abriram as portas para uma maior flexibilidade trabalhista e novos contratos de trabalho contratuais, tornando o mercado de trabalho mais instável.

Para Gayosso (2015) Neffa (2010), tudo isso tem repercutido direto sobre o crescimento do trabalho independente, a não regulamentação destes sob condições tipicamente capitalistas, trabalho por hora, entre outros, caindo diretamente no aumento da precariedade do trabalho no mercado formal, que por sua vez tem um impacto sobre o aumento da informalidade, como vemos expressa em Comayagüela, e a apropriação de espaços públicos.

Entrevistado N 4 – Comayagüela – comerciante - 02-08-2018 - 10:42 pm, nos menciona algo interessantes sobre lo que considera como espacio público, *“Es lo que nosotros estamos ocupando, ese es un espacio público. donde nosotros no tenemos que estar, pero por la necesidad estamos en ese lugar, pero esperamos que Dios nos ayude y nos va a proveer un mercado, donde nosotros podemos estar y donde podamos seguir con nuestros negocios y nuestro diario vivir”*.

Assim, em torno da dinâmica da 5ª Avenida, as múltiplas manifestações do comércio em vias públicas, anteriormente destacadas, revelam como elas se distribuem no espaço urbano, mas que ainda há muito mais, com isto, além dos acima mencionados que são uma parte fundamental e que fazem parte da dinâmica interna, não podemos deixar de mencionar algumas funções observadas que fazem parte e dão vida às ruas de Comayagüela.

Entre essas outras atividades, listaremos apenas algumas, pois considero impertinente tentar aprofundá-las, uma vez que elas foram pouco observadas e não analisadas em maior profundidade, mas são complementares às dinâmicas locais, como são; os vendedores de café da manhã, aqueles que vendem almoços e "burritas", os "wachis" (watchmen/vigias), os colecionadores, os galpões, os carregadores, os distribuidores, encontrando-os com os extremos como prostitutas (algumas ruas, acontecimentos noturnos), as drogas (presença de consumo à tarde) e o trabalho infantil.

Para Ramos, “A calçada é mais que um promotor do ir e vir no concreto ou no cimento é uma estrutura repleta de simbolismo, um espaço de atuação do Estado, dos agentes sociológicos, da convivência social e local de trabalho. Um microterritório contraditório com dinâmica e movimento próprio” (2017, p. 2). É verdade que o comércio informal apresenta características semelhantes em relação a outras cidades, mas também tem características particulares que estão

ligadas ao comportamento e à cultura daqueles que o modificam, é assim que a 5ª avenida de Comayagüela apresenta, além de uma grande representatividade econômica, também um território dinâmico, como representação do espaço habitado e vivido de quem o utiliza.

3.9.1 Realocação

Com base em nosso trabalho de campo, eles mencionaram em conversas informais que existe a intenção de construir dois novos mercados que estarão disponíveis para a realocação de uma certa quantidade de comerciantes e, com isso, o descongestionamento das principais avenidas. De acordo com jornais locais como El Heraldo, Hondudiarario, La Prensa, além de conversas diretas com as organizações frequentadas, são dois projetos.

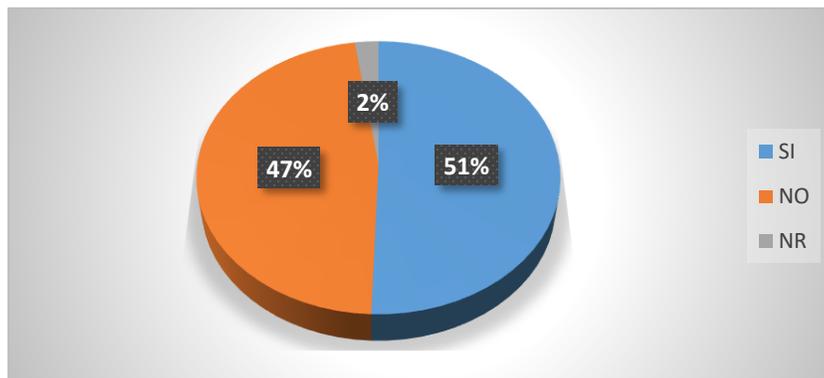
O primeiro é a remodelação do antigo mercado "Mirna", que abrigaria cerca de 500 vendedores ambulantes, cuja distribuição seria de acordo com as organizações correspondentes. Este projeto tem sido uma promessa há muito tempo, informação que está sendo mencionada em jornais desde antes de 2013, um projeto de realocação denominado de "mercado verde", uma vez que é considerado especificamente para legumes e frutas.

Chama a atenção que essa intencionalidade por parte das autoridades para "ordenar" as ruas, tenha sido apenas uma proposta que com o passar do tempo não se materializou, como até hoje se espera que seja esse o destino para alguns comerciantes, que, de acordo com conversas informais, não estariam dispostos a ser realocados em tal infraestrutura, porque o fluxo de pessoas e veículos é pobre e eles consideram que não seria um destino adequado.

Outro projeto mencionado é a remodelação do "Ministério da Educação", localizado na primeira rua entre a 2ª e 3ª avenidas, que ainda está em planejamento, acordos que foram em conjunto entre a GOP, e o Consejo Nacional de Vendedores Ambulantes de Honduras (CONAVAH), o Sindicato de Vendedores Libres de Honduras (SIVELIH), a Asociación Nacional de Vendedores de Mercados de Honduras (ASONAVEMH) e os carreteiros, como La Tribuna menciona, em 2014.

Só em 2017 é mencionado como espaços futuros onde os comerciantes seriam abrigados, o Mercado Las Américas, instalações do Instituto San Miguel, e a Feira do Agricultor, que se tornaria "praças comerciais", mas em torno dessas propostas, nos perguntamos: O que pensam os comerciantes? Aceitariam ser realocados?

Gráfico 11: Opinião dos comerciantes sobre a possibilidade de ser realocados



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

De acordo com os dados obtidos em nosso trabalho, nossos funcionários responderam com um percentual de 51%, sim, equivalente a 88 comerciantes. Dessa forma, esse percentual que é uma pequena amostra, revela sua opinião sobre o porquê? Em relação a uma possível realocação, 62 respostas determinam que "depende do lugar" onde serão realocados, pois tomam como exemplo o caso do mercado "La Isla" e "Perisur", que por suas condições e localização, foram abandonados por parte dos vendedores, porque consideram que é melhor estar nas ruas do que num espaço que não é rentável.

Quarenta e uma pessoas revelam que aceitariam a realocação devido ao fato ou sob a promessa de ter melhores condições em termos de seus espaços de vendas, razão pela qual consideram melhor estar nas ruas, expondo-se a múltiplas dificuldades, seja de natureza social, bem como físico. Três pessoas responderam que fariam porque não teriam mais opções. Outras três, só se for um local com fluxo de pessoas e veículos constantes. Por último, mas não menos importante, 3 destes aceitariam apenas se fosse especificamente um mercado (não é preciso mencionar que, sendo questões de natureza qualitativa, as respostas mais frequentes foram agrupadas, portanto, algumas responderam com base em duas categorias).

Oitenta e duas pessoas, equivalente a 47%, responderam que não, para as quais 50 pessoas argumentam que não, porque a 5ª Avenida é "um bom ponto de vendas", destacando a importância como foco comercial e sua conexão com o fluxo de pessoas que circulam e frequentam esse local diariamente; 21 pessoas associam sua resposta ao "local inadequado" mencionado anteriormente, reforçando seu argumento de serem projetos inadequados que não

geram benefícios para eles; 2% representado por 4 comerciantes, reservaram sua opinião, já que segundo os comentários de um destes, revelar essa informação não é pertinente.

De acordo com as conversas informais, esta foi a estratégia por parte das entidades estatais usadas no centro da cidade gêmea de Tegucigalpa, realizando uma investigação sobre o nível de aceitação por parte dos vendedores localizados em vias públicas, os quais foram posteriormente despejados de forma violenta, e continuando até o presente uma forte restrição para as pessoas que tentam vender nessas ruas, (é importante ressaltar, que o acima é apenas baseado em comentários feitos por eles, mediar conversas informais, portanto carece de apoio no âmbito do procedimento científico).

Mas é verdade que atualmente o conflito entre vendedores ambulantes e a GOP, a partir do uso de espaços públicos no centro de Tegucigalpa, tem sido sinônimo de conflitos latentes entre estes, já que a restrição por parte destes é mais forte. Espaços contraditórios onde atuam não apenas comerciantes e entidades governamentais, mas também é importante analisar qual é a opinião dos consumidores e da população em geral.

3.9.2 Percepção da população

Neste tópico, vamos nos concentrar em conhecer e analisar qual é a percepção da população em geral. A intencionalidade de conhecer sob a percepção das pessoas, predomina sob a necessidade de uma visão mais ampla desse fenômeno social, como o comércio de vias públicas, ao ser um ponto de concentração a partir da oferta e demanda de múltiplos produtos, que vão desde a "pirataria" até artigos "legais" ou "ilegais", além da apropriação do espaço público estar sujeita a preconceito ou aceitação por uma visão externa da população (potencial consumidor).

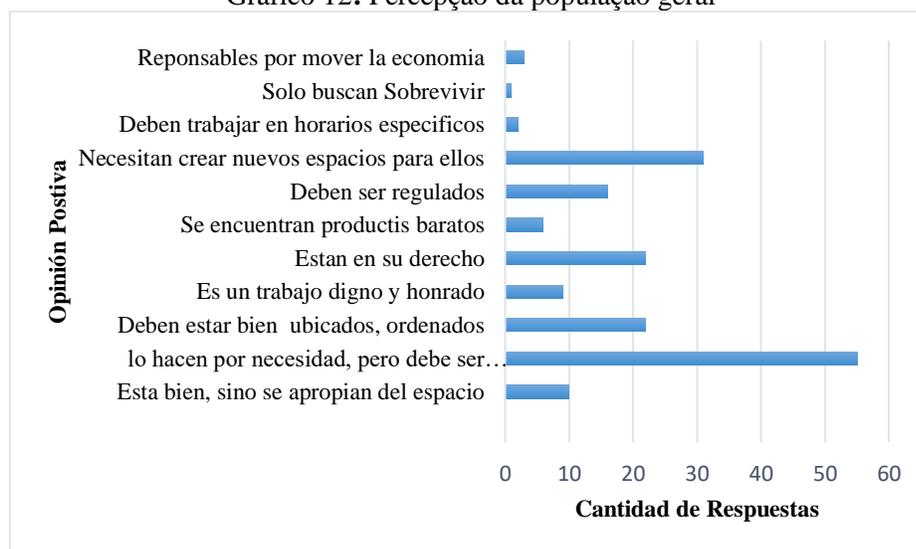
A realização do estudo apresentou diferentes desafios que tivemos que superar, um exemplo foi a distância, por estar em outro país e não conseguir realizar os questionários diretamente (isso, no caso específico da percepção da população), por isso, optamos pelo suporte de ferramentas virtuais como o Google, que oferece uma extensão que permite questionários virtuais, sejam quantitativos, qualitativos ou mistos, fazendo uso desta plataforma virtual, já que esta era de redes, a qual para Sposito (2008), incluem não apenas o fluxo de pessoas ou mercadorias, mas também informações, onde estão conectados.

Proseguimos para a coleta de dados, abrindo a plataforma em torno de 24 horas, obtendo um total de 200 participações, mostrando que é composta por pessoas diferentes pessoas de vários bairros de Tegucigalpa - MDC, com um total de 154 colaboradores distribuídos em 43 diferentes bairros ou colônias; 75 destes não especificaram seu local de residência, mas confirmaram estar dentro de Tegucigalpa - MDC.

Quarenta e três colaboradores estão espalhados em diferentes cidades do país, como Danlí, Choluteca, Santa Bárbara, Copán, Tatumbla, Nacaome, Santa Lúcia, Alianza, Santa Ana etc. e três não responderam. Uma desvantagem da plataforma é que ela não nos permite controlar a expansão das entrevistas, já que sua expansão é a traves de conhecidos, sendo estes responsáveis pelo envio a terceiros e assim sucessivamente. Dessa forma, expandiu-se a partir de contatos diretos ou indiretos através da plataforma de interação social WhatsApp, com apenas 16 questões quantitativas e qualitativas.

Essa metodologia foi aplicada para obter os dados à distância, que nos ajudará a entender um pouco mais sobre a dinâmica local a partir de uma perspectiva externa, analisando qual é a opinião sobre o comércio nas vias públicas. Os resultados nos mostram como a opinião das pessoas sobre esse fenômeno pode ser contrastada. Sendo uma questão aberta, agrupamos as respostas mais comuns, que mostram contradições, a partir de uma perspectiva de aceitabilidade, tolerância ou rejeição, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 12: Percepção da população geral



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

Destaca-se a tolerância e aceitação de uma porcentagem das pessoas que compõem a amostra, como podemos ver no gráfico anterior, consideram que os comerciantes em vias públicas "fazem isso por necessidade, mas deve ser ordenado e limpo"; 55 pessoas compõem essa categoria que, embora a resposta não seja exatamente a mesma, foi possível agrupar por sua similaridade ao responder.

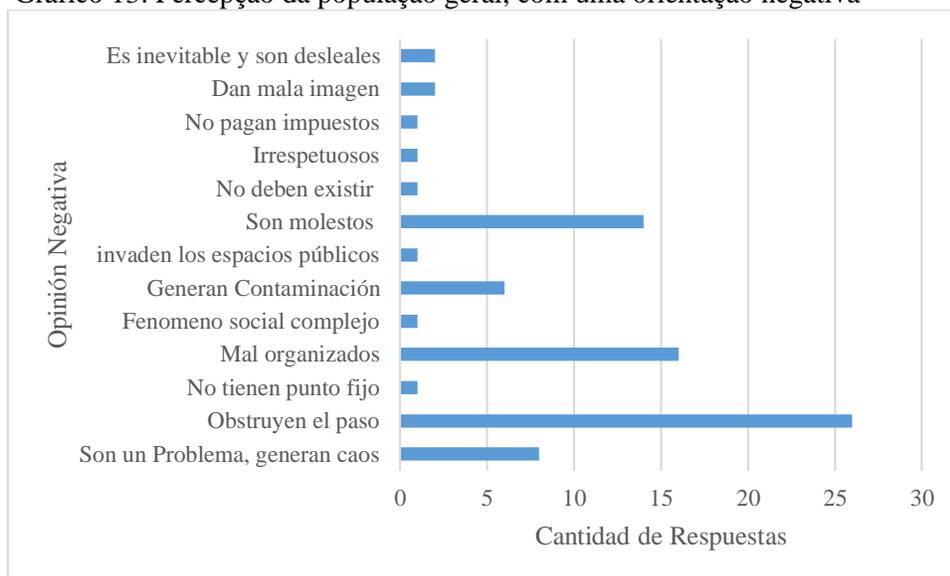
Trinta e uma respostas argumentam concordar, mas que "é necessário criar novos espaços para estes", tolerando o uso do espaço, mas considerando que é importante prover novos espaços para que possam realizar seu trabalho mais "ordenado"; 22 Colaboradores consideram que aceitam a ocupação de ruas, mas devem ser "bem localizados e ordenados"; outras 22 pessoas argumentam que, apesar de não serem "ordenadas", estas "estão no seu direito".

Outra parte, sendo 16 deles, mencionam estar de acordo, mas que eles devem ser "regulamentados", para ter um maior controle sobre sua expansão e uso do espaço. Como podemos ver, o espaço público se torna um espaço tolerado por parte de uma parte da população, que considera fazer isso por necessidade, diversificando as respostas, como visto no gráfico.

A concepção das pessoas em torno do comércio da via pública, também pode ser centro de preconceito ou pouca tolerância, complexidade de uma sociedade dinâmica e mutável, onde também os entrevistados nos dão opiniões contrastadas. As respostas mais representativas são em torno da facilidade de circulação, assim argumentam que "obstruem a passagem", já que a 5ª avenida, 2ª e 3ª rua entre a 4ª e a 5ª avenidas, ficam completamente bloqueadas ao fluxo de veículos, além da grande aglomeração que concentra-se em torno da dinâmica comercial, dificultando o transitar.

Quatorze pessoas consideram o comércio de rua "irritante", por várias razões, como a apropriação, contaminação visual e auditiva ou a complexidade da circulação que ocorre nas ruas de Comayagüela, o que é confirmado por parte das 16 respostas que consideram que "estão mal organizadas", assim como 8 pessoas que o consideram "um problema e só geram o caos", opiniões que variam de "Dar má imagem" até uma "competência desleal", fazem parte das concepções negativas a que estão expostas, mas que fazem parte de uma totalidade da percepção do cotidiano por parte destes.

Gráfico 13: Percepção da população geral, com uma orientação negativa



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

Essa concepção formada será determinante sobre a influência quanto a vontade de visitar ou não o comércio nas vias públicas ou mercados de Comayagüela, portanto, de acordo com os dados obtidos, dos 200 participantes, 90% disseram que haviam comprado em Comayagüela, o equivalente a 181 pesquisas, e 19 que representam 10%, afirmam nunca ter feito isso, o que questionamos: se sua resposta for sim, onde isso acontece?

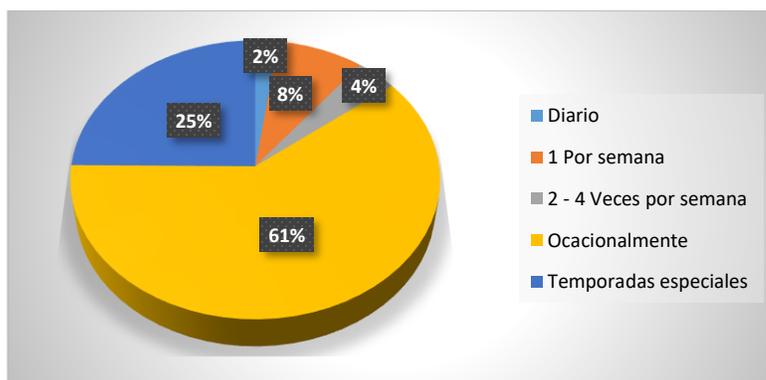
Sessenta e dois por cento da amostra afirmam ter comprado em Comayagüela, destacando-se fazê-lo nos mercados, lembrando a presença de múltiplos localizados na área (San Isidro, Álvarez, La Isla, Mamachepa, Las Américas, Las Flores, 7ª Avenida), sejam eles privados ou administrados por parte da prefeitura, isso pode incluir alguns setores estabelecidos em vias públicas, uma vez que eles se referem localmente aos mercados, reportando-se àqueles de céu aberto ou estrutura fechada (esta é uma interpretação a partir de conversas informais, interpretando algumas formas de referências dirigidas ao comércio do referido lugar).

Vinte e um por cento asseguram que realizam suas compras nas lojas formais que estão na mesma área, ocasionalmente em conflito com as diferentes manifestações comerciais descritas acima, isto ao bloquear a passagem ou obstrução visual das mesmas; 17% argumenta que realiza suas compras nas ruas de Comayagüela, contrastando com a presença de consumidores em áreas de grande concentração comercial, como a 5ª Avenida.

A expansão do mercado mundial abriu o caminho para a presença e o consumo de mercadorias de diferentes origens, o que se manifesta em uma fragmentação do espaço como uma realidade enquadrada no território através da divisão social do trabalho. Essas manifestações comerciais se caracterizam devido a sua multiplicidade de produtos e a oferta destes a preços acessíveis para a população com menor poder aquisitivo. Os dados revelam que escolhem comprar nesta área, já que a consideram “mais barata”, com 54 respostas, e como segundo fator, a variedade de produtos que são oferecidos por parte dos comerciantes, isto afirmado por 14 pessoas.

A regularidade com que estes frequentam esses espaços de consumo, é parte de nosso interesse, já que como foi confirmado pelos comerciantes, a demanda oscila entre épocas do ano, consideradas como datas especiais (dia das mães, natal, páscoa, dia do índio, dias próximos ao dia da independência, entre outros.) Portanto, isso se reflete no seguinte gráfico.

Gráfico 14: Frequência de consumo por parte da população em geral.



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

Cento e dez pessoas visitam ocasionalmente esse local para fazer suas compras, o que equivale a 61%, seja por: distância, medo, aglomeração de pessoas, ou busca de produtos específicos, entre outros fatores, que constituem uma parte importante do grande fluxo de pessoas que visitam os "mercados de Comayagüela" (lembrando que é assim denominado, às vezes generalizando as formas de comércio que prevalecem nas vias públicas). Dentro desse grupo, destacamos os "revendedores", pessoas locais ou aqueles que viajam de outras cidades para fazer compras "no atacado", abastecendo suas lojas locais e expandindo a rede de distribuição da mercadoria.

Como menciona-se anteriormente, as temporadas especiais fazem parte do tempo esperado por parte dos comerciantes, já que os jornais locais mencionam que "as ruas estão inundadas de pedestres". Herald (2018), diz que amplia-se as possibilidades de um benefício econômico maior, sendo essa informação revelada em 25%, os outros 14% são distribuídos respectivamente; 8% em uma vez por semana; 4% de 2 a 4 vezes por semana, e 2% ao dia.

Uma vez descrito sobre a opinião das pessoas que afirmam ter comprado em Comayagüela, não podemos esquecer a opinião daqueles que não compram. A razão por que eles não frequentam esses espaços de consumo mais regularmente, é que 37 pessoas argumentam que não executam suas compras em Comayagüela devido à "delinquência", sendo dito território, uma área que se destaca diante a opinião pública, como um espaço de medo, onde as pessoas evitam ir por prazer e mais por necessidade, o que afetará a imagem e diretamente as vendas de comerciantes que estão localizados nos referidos espaços.

A distância será um fator de destaque por parte dos colaboradores, sendo 14 respostas específicas, pois o foco comercial está localizado no centro histórico, o qual consideram distante de suas respectivas residências; 3 pessoas não frequentam porque consideram que há "pouco espaço" para circular "; outros atribuem a falta de interesse para o local devido à falta de higiene, desordem, desconhecimento e falta de tempo.

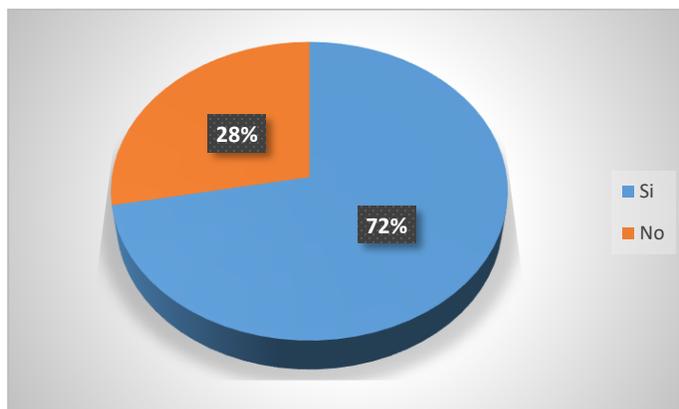
3.9.3 Comayagüela: Território do Medo

Como destacamos anteriormente, Comayagüela é conhecido como um território perigoso, onde a presença e o risco de ser assaltado é latente, apesar do fato de que os comerciantes afirmam que atualmente trata-se de um espaço onde tem diminuído muito o problema. Medo que é aprofundado através dos meios de comunicação, que contribuem para transmitir uma imagem negativa, através da violência e da desordem usada como espetáculo culpando diretamente os comerciantes por gerar um "caos" e uma "imagem ruim" como uma representação do espaço, aprofundando ainda mais a crise sobre a percepção das pessoas, que cairá sobre um medo que afeta diretamente os negociantes.

Entenderemos o exposto com base nos dados obtidos de nossos entrevistados, o que nos ajudará a compreender, sobre o medo de visitar esses espaços, sua percepção da segurança dos mercados e sugestões sobre o que deve ser melhorado para poder frequentar mais estes espaços

de consumo, na ânsia de obter uma visão mais ampla sobre esses outros agentes diretamente envolvidos na dinâmica local.

Gráfico 15: Percepção do medo por parte dos consumidores

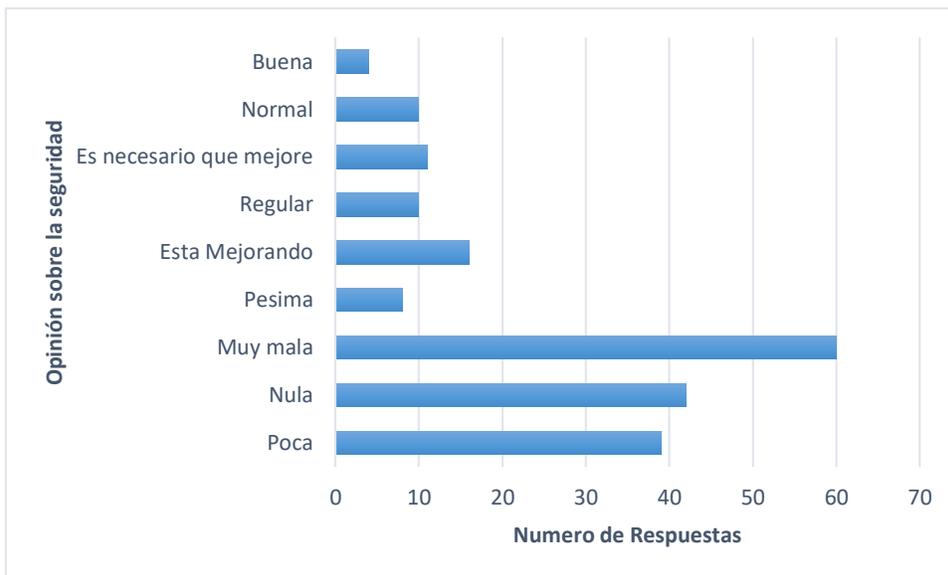


Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

Conforme mostra o gráfico, 72% afirmam ter medo de visitar e fazer suas compras em Comayagüela, lugar que já tem um estigma social muito difícil de perder, dos quais 28% dizem não ter medo de fazer suas compras. É de conhecimentos gerais que o dito território esteve envolvido em questões de tráfico de drogas, prostituição, conflitos de gangues entre outros problemas sociais, mas que ainda representa um espaço de esperança para os atores econômicos que trabalham fora da ilegalidade, como é comércio informal, De Soto (1989).

A segurança é um assunto de importância vital em nível nacional, já que Honduras é considerado um dos países mais perigosos do mundo, sendo Tegucigalpa - MDC uma das cidades com altas taxas de violência, isso influencia claramente a percepção das pessoas que nunca visitaram este território, razão pela qual os entrevistados acreditam que a segurança dos mercados é "ruim", com 60 respostas; 42 entrevistados afirmam que este é "nulo", e como o terceiro maior grupo de respostas, é proporcional a uma catalogação de "pouco", com 39.

Gráfico 16: Percepção sobre a seguridade por parte dos consumidores



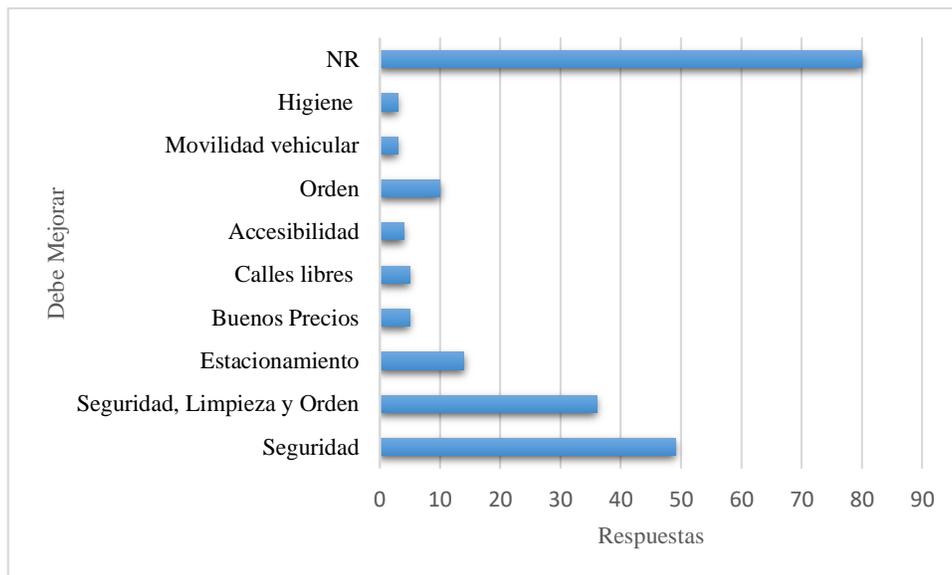
Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018

Organizaç3o: Kevin Amaya

Outras categorias s3o representadas como "p3ssimas", "est3 melhorando", "regular" e "3 necess3rio melhorar". Como podemos perceber, a noç3o sobre a segurana proporcionada nesses espaços onde essas lojas s3o realizadas, em sua maioria mant3m uma opini3o negativa, com apenas 14 pessoas sentindo-se abrigadas na 3rea, isto pela soma total entre "normal" e "bom".

Interessados em conhecer outra vis3o, ficamos intrigados em saber que condiç3es deve Comayagüela ter para que possam fazer compras. Isso ajudaria a aumentar as vendas de comerciantes e, assim, obter melhores margens de lucro. O interessante 3 que 80 pessoas se abstiveram de responder, mas como o segundo grupo de respostas mais mencionado, 3 novamente a "segurana", com 49 participaç3es, seguido por um agrupamento de fatores que 3 representado por "segurana, limpeza e ordem", destacando novamente "ordem" com 10 respostas, desta vez como um aspecto 3nico.

Gráfico 17: Considerações sobre o que deve melhorar por parte da população



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

Motivos como higiene, falta de melhor circulação, acessibilidade nas ruas, mobilidade veicular, maior presença de estacionamento, fazem parte do que a população considera que deve melhorar para poder frequentar e realizar o processo de aquisição de produtos, pois, Comayagüela, especialmente a 5ª Avenida, é foco comercial e oferece uma grande variedade de produtos, estes a preços que se adaptam à capacidade aquisitiva do consumidor.

Processo de troca que tem sido afetado, sendo os comerciantes os quais argumentam que nos últimos anos as vendas caíram, e não conseguiram manter a estabilidade comercial, isso causado pelo aumento da pobreza, violência, concorrência dentro de outros fatores que levam Comayagüela a ser considerada uma área de risco social, o que impacta em sua imagem, da mesma forma, a disponibilidade de uma parcela da população para realizar suas compras.

Mas ser um lugar perigoso, com circulação limitada em algumas de suas principais ruas e avenidas, sendo considerado um caos, espaço urbano de concentração de marginalizados, onde as estruturas de suas propriedades são afetadas devido a passagem do tempo e pela falta de conservação, ser considerada a "cidade do outro lado do rio", ou, em alguns casos, não ser considerada uma cidade com sua própria história e identidade, que passa a pensar que isso é intencional, apesar de sua grande importância econômica e pouco investimento, ao ser um espaço

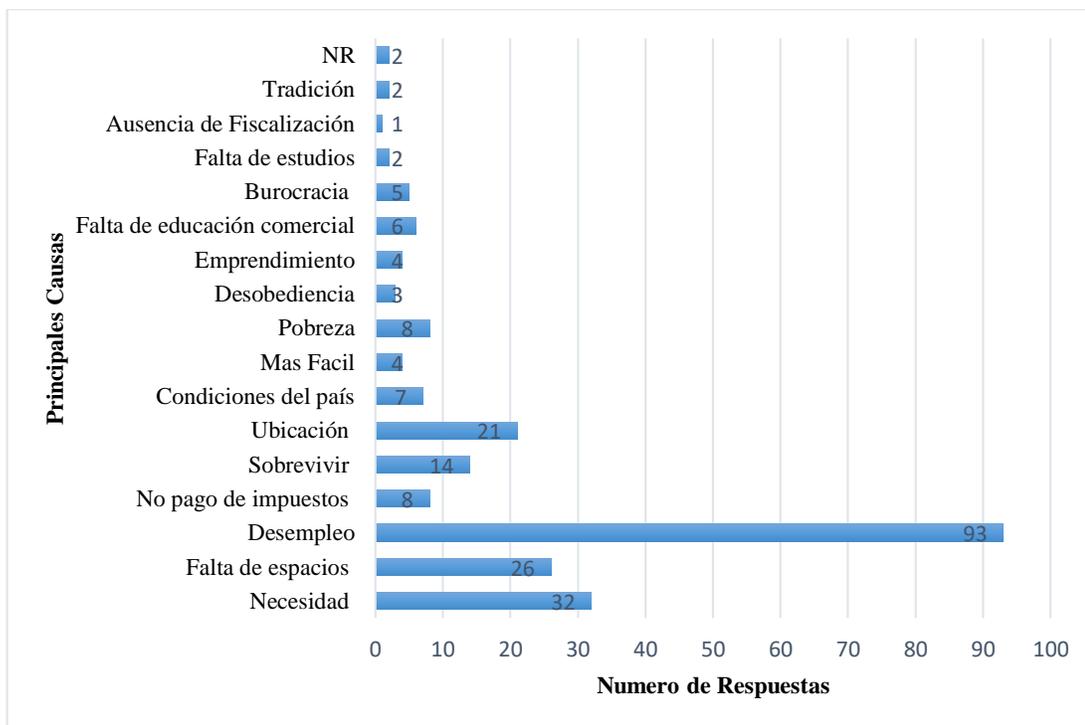
esquecido pelo sistema, levou-nos a questionar o que a população pensava sobre isso. Estes são estabelecidos em dito lugar.

A amostra da população em geral, considera que as principais razões pelas as quais as pessoas se instalam nas ruas, são, em primeiro lugar, o desemprego com 93 respostas, fato que é reconhecido pelo convenio de colaboração relacionado em 2013, entre o prefeito Nasry Asfura, em acordo com as organizações e a OIT, destacando:

que los vendedores ambulantes y estacionarios surgen por la falta de empleo y la gran migración de personas del campo a la ciudad, que buscan oportunidades de desarrollo social y financiero y que al no encontrarlas se convierten en un miembro más de la economía informal a fin de generar ingresos para el sustento personal y familiar ocasionando con esta actividad la toma de espacios públicos como las calles, avenidas, aceras, áreas verdes, derechos de vías, y puentes para ejercer su actividad

Como segunda categoria, com maior menção, é a necessidade, com 32; e a terceira mais marcante é a falta de espaços adequados para realizar suas vendas, com 26. As ruas de Comayagüela servirão de refúgio, como um espaço de oportunidades para a parcela da população, que por diferentes razões, não podem entrar ou permanecer no mercado de trabalho "formal", e a interpretação dos dados por parte da amostra obtida da população geral apresentada abaixo.

Gráfico 18: Percepção sobre as principais causas que originam o crescimento do comércio nas vias públicas de Comayagüela.



Fonte: pesquisa de campo, Comayagüela 2018
Organização: Kevin Amaya

Outros associam a presença a múltiplos fatores como pobreza, desobediência, empreendedorismo, como tradição ou facilidade de entrada, entre opiniões contrastadas que consideram que é devido à falta de obtenção de um grau acadêmico, a burocracia por parte do Estado que seria um impedimento para "formalizar" seus negócios, ou a falta de fiscalização para estes. Outros atribuem a decisão ao espírito empreendedor, argumentando que é parte de um empreendedorismo individual.

Por fim, a discussão sobre o comércio nas vias públicas é pouco explorada no país, onde recomendações, como as realizadas por parte da OIT ganham força. É a necessidade de se aprofundar para entender a dinâmica do comércio nas vias públicas de Comayagüela ao cotidiano, sua forma de organização, suas estratégias de sobrevivência, reconhecimento e proteção de seu trabalho, sua improvisação de espaços, construção, destruição e apropriação do espaço urbano, entre outros fatores, que ajudarão na construção de políticas mais apropriadas em torno a este "problema".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho visa contribuir as sugestões feitas por parte da OIT, já que nossa intenção é descrever o espaço utilizado pelos comerciantes de rua. A partir da apropriação do espaço urbano, a população não possui os meios necessários para o abastecimento suas necessidades, forçando a utilizar o espaço público para poder satisfazê-las. Portanto, o objetivo principal desta dissertação é compreender como esse processo de apropriação se dá a partir das diferentes manifestações do comércio nas vias públicas.

Analisar o mundo que atua nas principais avenidas e ruas de Comayagüela, disseminadas no espaço urbano, revela a necessidade de mais estudos e análises que contribuam para uma compreensão mais ampla de este fenômeno, por ser tão grande, o que o torna muito fácil se perder em sua riqueza, porém este pode ser entendido de muitas maneiras, contribuindo para uma análise através de sua totalidade, a qual é necessária para poder fazer propostas mais relevantes em relação às políticas que possam garantir uma contribuição real para os atores envolvidos na dinâmica comercial da referida localidade.

O comércio, onde os preconceitos estabelecidos em termos de formal e informal são paradoxais, porque a constituição de redes e fluxos de mercadorias aos quais estão intimamente ligadas, constituem uma complementaridade entre economias, porque não podemos entender o circuito inferior isoladamente do circuito superior, como Santos menciona, que é a partir da expansão dos mercados que a rua se globaliza.

Em relação à área de estudo, entendemos que a concentração de comerciantes se espalha em torno das principais avenidas, sendo as de maior concentração de fluxo comercial, a terceira, quarta, sexta avenida e, principalmente, a quinta Avenida, conhecida como foco comercial da área devido à diversificação de produtos e o grande acúmulo de todas as formas de comércio de vias públicas descritas acima, além das principais ruas, sendo a mais notável a primeira rua, da segunda à oitava avenida aproveitando a confluência com os mercados próximos.

Destaca-se ruas com características particulares, como a segunda rua, entre a terceira e a sexta avenida, sendo particularmente reconhecida devido à concentração de mercadorias de caráter artesanal, entendendo a existência de ruas comerciais com alma própria, caracterizadas pela interligação que fazem entre estabelecimentos com os espaços urbanos. A representação e

concentração é fortemente perceptível em ruas como a terceira, quarta, quinta, sexta, começando a ser reduzida da sétima para a nona rua.

Não é como se estivesse desaparecendo e não houvesse no restante do centro histórico, pois a presença de diferentes manifestações deste comércio se apresenta em outras vias e avenidas, mas de forma menos concentrada, já que sua presença está ligada ao fluxo veicular e sua articulação ao contorno dos principais mercados (estrutura fechada) localizados na localidade, tanto da administração pública quanto da privada.

O centro histórico de Comayagüela, constitui um espaço de oportunidades onde as esperanças dos menos favorecidos por parte do sistema se materializam, zona de penumbras com uma imagem estereotipada da violência, que não é um segredo, está latente em seu cotidiano, constituindo-se em um espaço de risco social, além de estar exposto a riscos físicos, pois sendo as cheias do rio Choluteca que representam a divisão entre as duas cidades, o principal responsável. É importante ressaltar a necessidade de estudos que analisem o impacto deste em torno aos comerciantes que atuam na sua proximidade.

Interpretamos, a partir de uma relação espaço - tempo, que o centro histórico de Comayagüela deixou de ser um espaço vivido desde sua identidade pré-colombiana a partir de suas características indígenas, até ser chamado de cidade esquecida, devido a seus projetos nacionalistas "modernizadores" e a construção de seu primeiro mercado, escolas, igrejas e sua independência municipal. Isso foi objeto de uma disputa de interesses, que levou a uma supervalorização do espaço urbano e a uma marginalização para aqueles com menor poder aquisitivo.

Deve-se lembrar que essa autonomia administrativa foi retirada a partir de 1937, porque hoje é junto com Tegucigalpa, a capital política de Honduras, e apesar de sua importância econômica, as políticas públicas relativas à reforma de sua infraestrutura não parecem chegar, pois os problemas locais se concentram em uma grande quantidade de comércio que fortalece a economia municipal, denominada o motor econômico da capital, que aloja o espírito de luta por parte dos que reivindicam um direito à cidade.

Desde uma perspectiva histórica, as ruas de Comayagüela passaram apenas a uma simples memória como receptor de tradições particulares que fazem parte da identidade local, mantendo

apenas algumas poucas vivas, pois é espaço urbano dinâmico, portanto, não podemos entendê-lo como um agente estático, espaço cujo conteúdo é reimpresso das atividades cotidianas e a construção das redes que se articulam em sua maia urbana.

Focamos nossa atenção nas atividades econômicas em referência à maneira pela qual a apropriação de espaços públicos ocorre por parte do comércio em vias públicas, uso que revela particularidades em relação aos conflitos a partir destas, porém esta área da cidade será um campo de lutas, revelando assim contradições entre o público e o privado, conflitos de interesses que revelarão como uma cidade é uma produção contínua e mediadora entre as relações de capital e trabalho, que se manifesta em suas principais vias.

Desta forma, entendemos que a apropriação das vias por parte das diferentes manifestações do comércio em vias públicas, ultrapassa a tentativa de gestão municipal. A concentração destes e o crescimento desmedido, em parte é gerada devido à pouca geração de empregos por parte das entidades estatais e a falta de garantias sociais, a flexibilidade laboral e a terceirização do mercado de trabalho, realidade que é conhecida por as autoridades locais.

A escassa participação por parte dos entes estatais em termos de proteção de garantias e inclusão social destes, é um dos fatores a serem destacados, uma vez que são diferentes marcos regulatórios e leis que determinam que, para se obter algum tipo de garantia social, eles devem primeiro passar por processos de formalização de seus negócios, concentrando-se primeiro na coleta de capital e não nas oportunidades de gerá-lo.

É a luta pelo direito ao uso do espaço por parte dos comerciantes, articulando a cidade como espaço de luta por direitos, que se estrutura espaços de micro poderes e micropolíticas, a partir da ação coletiva dos informais, que tornarão a cidade em espaços públicos e de trabalho, por isso, a organização e ação coletiva por estes é objetivo de limitação e contenção por representantes de ideologias do Estado.

É a gestão municipal através dos inspetores e microfones GOP, que irá construir um espaço de tolerância, uma vez que muitas das leis não são aplicáveis devido à complexidade de elementos locais. A função dos trabalhadores da GOP deve ser destacada, uma vez que, por não terem instrução e treinamento constantes, criaram estratégias e normas que acompanham a sociabilidade entre diferentes atores sociais que dão vida às dinâmicas locais.

A presença das organizações de comerciantes é uma grande conquista em termos de proteção de seus direitos, além da importância quanto a representatividade em busca de projetos adaptáveis à realidade local. A relação Estado, organizações sociais e comerciantes é um fator que deve ser fortalecido, porque isso não é cumprido em sua totalidade. A burocratização e corrupção dos líderes levaram os comerciantes a desconfiarem e não integra-se a estas, reduzindo seu poder como meio de pressão de seus interesses.

Da mesma forma, considera-se que o papel da AMDC, por meio dos inspetores e micros da GOP, é necessário na dinâmica, pois foi confirmado que os comerciantes não estão preparados para assumir uma posição organizada em relação ao uso do espaço, uma vez que se ausentarem, a zona fica fora de controle. Mas em que sentido? Bem, se observaram confrontos entre interesses e poderes, isto entre estabelecimentos formais, lojas estabelecidas e carreteiros em disputa para obter o controle do território, já que estes conseguem se apoderar das ruas completamente e bloquear o limitado fluxo veicular que circula em vias tais como a 3ª rua entre a 4ª e 5ª avenida, bem como a 4ª até 7ª rua entre a 4ª e 6ª avenida.

Quanto à distribuição e representação dos espaços de consumo, que são constituídos em torno de uma lógica de fixos e fluxos, as diferentes manifestações nas vias públicas utilizarão e criarão uma rede não só de compra e distribuição de mercadorias, sendo a sociabilidade que contara como um importante fator entre a rede de informação e a convivência destes mesmos. Esses espaços, obtidos através de disputas, resistências ou autorizações, são mais do que apenas áreas de trabalho, sendo que estão cheios de grande significado que é concedido e impresso por parte da cotidianidade dos mercadores, chegando a considerar que é sua primeira casa.

A relação de centro e comércio na construção da rede de distribuição da mercadoria, além do simbolismo impregnado, construirá um sentimento de pertencimento e territorialização do espaço público através de atividades que darão passo a disputas com atividades gerenciadas por parte da GOP, um exemplo disso são os operativos de demarcação ou apreensão, porém estas atividades poderiam ser interpretadas como desterritorialização acompanhada de uma lógica baseada em conflito de poderes.

Referente ao pessoal, é interessante destacar que a autodenominação de suas funções é a de comerciantes, pois, como menciona João Ríó (1995), a rua é cheia de pequenas profissões sem academia, pois há quem pense que vender nas ruas é apenas para se estabelecer em um espaço,

sem considerar que fora das normas incorporadas em um papel, existem regras da rua, além das estratégias de adaptação, cooperação e convivência entre vizinhos, o capital traz a parte mais obscura de muitas pessoas.

Um desafio que surge como requisito é saber lidar com cálculos matemáticos para somar os preços das mercadorias e dar o troco de acordo com o valor entregue por parte do comprador (caso não tenha um determinado nível de escolaridade), problema resolvido pelos mercadores ao longo dos anos, à medida que adquirem grandes habilidades matemáticas, realizando seus cálculos de maneira eficiente.

O universo de estudo foi selecionado com base na aglomeração do comércio, já que nos concentramos na 5ª Avenida, da terceira rua até a nona, e as ruas da terceira para a nona, entre a 4ª e a 6ª Avenida, como destacamos anteriormente. A 5ª Avenida é de grande potencial econômico e gerador de empregos, além de poder observar todos os tipos de comércios anteriormente descritos, a presença dos inspetores da GOP, tendo a vantagem de poder observar suas funções de maneira mais próxima.

Desse modo, além das redes político-institucionais, a análise das redes brevemente estudadas revelou que a lógica de abastecimento está conectada a grandes fornecedores, como atacadistas e fornecedores (atacado). A rede de distribuição formados em conjunto com os outros tipos de negócios, estabeleceram sua ligação entre distribuição e geração de empregos, já que estes contratam um grande número de funcionários, seja em lojas estabelecidas, carreteiros ou como um vendedor passeado (ambulantes).

Ressaltamos que, uma das interpretações mais comuns sobre o porquê de se estabelecerem em vias públicas, é sobre a evasão fiscal. No nosso caso, o maior argumento é a necessidade e falta de criação de emprego, destacando-se a relevância em termos de abrigo para aqueles que não conseguem se integrar dentro de um mercado de laboral que ofereça um trabalho "decente".

Quanto ao simbolismo, a territorialização das vias exercidas por parte dos mercadores e as 7 manifestações diferentes dentro do espaço observado e descrito anteriormente, revela como o espaço geográfico é construído a partir da cotidianidade por parte dos atores sociais, uma vez que

estes, baseados na apropriação e o vivido, criarão um sentido de pertença, uma vez que a rua se torna um espaço de oportunidades onde pode satisfazer suas necessidades básicas.

A rua é um espaço de encontro, de mercadoria, que devido à globalização, encontramos todos os tipos e origens, do vivido, onde nossa própria identidade é estabelecida e criada a partir do uso e luta para poder permanecer nela. Quanto à percepção da população, seja positiva ou negativa por meio de olhos que podem estar repletos de preconceitos ou tolerância e aceitação, sua concepção sobre este comércio é algo que chama a atenção, pois a partir de uma perspectiva mais ampla e em consideração com todos os agentes envolvidos, pode chegar a gerar o que Silva (2008) denomina de “crisis de lo público”.

Dessa forma, este trabalho não fará sugestões tendenciosas, pois entendemos que há necessidade de ampliar o estudo sobre estes trabalhadores, mas acreditamos que estes devem ter maior apoio, porém a falta de dados por parte das organizações ou entidades institucionais, e o pouco interesse em fornecê-los ou escondê-los, gera uma grande limitação. Sendo assim, todos os elementos discutidos revelam uma visão mais ampla, já que, para poder levar a cabo e propor políticas mais coerentes e reais, passa primeiro pela compreensão disso.

REFERÊNCIAS

Alcaldía capitalina reubicara los vendedores ambulantes. **Hondudiario**. 15 de agos. 2016. Disponible en: < <https://hondudiario.com/2016/08/15/alcaldia-capitalina-reubicara-los-vendedores-ambulantes/>>. Acceso 21 de Enero de 2019

Alcaldía reubica vendedores en mercados de Comayagüela. **La Tribuna**. 7 de nov. 2016. Disponible en: < <http://www.latribuna.hn/2016/11/07/alcaldia-reubica-vendedores-mercados-comayaguela/>> Acceso 21 de Enero de 2019

ANTOLIN, Maria. **Ajuste estructural e informalidad en Guatemala. Problemas del desarrollo**. Revista Latino-Americana De Economía, Vol. 39, núm. 155, p. 153 – 179. 2008. Disponible em: <<http://revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/7741>>. Acceso 05 Noviembre de 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia y aparatos ideológicos del estado Freud y Lacan**. Buenos Aires; Nueva Vision, 3ra reimpression 2003. 96 p.

ALVES, Gloria de Anunciacao. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação**. São Paulo: FFLCH, 2010, 268 p.

ARBIA, Alexandre Aranha. **Sindicalismo e particularidade – Excurso sobre a natureza e função do fenômeno Syndical**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. Juiz de Fora – Vol. 8 Nº 15, p 102 – 125. 2013. Disponible em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Sindicalismo-e-particularidade-para-pdf.pdf>>. Acceso: 26 de Outubro de .2018

ARDON, Ramón. **Geográfica e Histórica del Municipio de Comayagüela**. Talleres Tipográficos Nacionales Honduras CA, Tegucigalpa, 1937. 112 p.

ARROYO, Monica. A Economia Invisível. In. ARROYO, M. **Dos Circuitos da Economia Urbana aos Circuitos Espaciais de Produção: Um Diálogo com a Teoria de Milton Santos**, Natal, sebo vermelho, 2017. P 53 – 61.

BARAHONA, Hector. **La Economía Informal Urbana En Honduras: Determinantes De Su Comportamiento**. Tesis De Doctorado - Facultad De Ciencias Sociales Universidad Nacional Autónoma De Honduras, 2013.

BARBOSA, Thiago. **O conceito de Estado em Immanuel Wallerstein e Hans Morgenthau: alguns apontamentos teóricos**. Conjuntura Global. Curitiba, Vol. 2, n.1, p. 29-33, 2013. Disponible em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/34660/21497>>. Acceso 01 de Julho de 2018.

BARROSO, Priscila Farfan. **Redes De Solidariedade Entre Vendedores Ambulantes Da Rua Voluntários Da Pátria**, Em Porto Alegre/Rs. Iluminuras, Porto Alegre, v.13, n. 30, p.236-259, 2012. Disponible em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/31648/pdf>>. Acceso 22 de Novembro de 2018.

BELOQUE, Leslie. **A cor do trabalho informal: uma perspectiva de análise das atividades informais**, Tese de Doutorado – programa de pós-graduação em ciências sociais Pontifca Universidade Católica de São Paulo, 2007.

BENDASSOLLI, Pedro. LIMA, Fellipe. **Psicologia E Trabalho informal: A Perspectiva Dos Processos De Significação**. *Psicologia & Sociedade*, Vol. 27, N (2), p. 383-393. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200383>. Acesso 07 Novembro 2017.

BERTUZZI, Felipe Bühler. MACULAN, Laércio Stolfo. **Ruas Comerciais: suas origens e características**. VII Mostra de Iniciação Científica e Extensão Comunitária e VI Mostra de Pesquisa de Pós Graduação IMED, 2013, Passo Fundo. Anais da VII Mostra de Iniciação Científica e Extensão Comunitária e VI Mostra de Pesquisa de Pós-Graduação IMED, 2013. Disponível em: <[https://www.imed.edu.br/Uploads/laercioStolfomaculan\(%C3%A1rea3\).pdf](https://www.imed.edu.br/Uploads/laercioStolfomaculan(%C3%A1rea3).pdf)> . Acesso 24 de Novembro de 2018.

BEZERRA, Natalia. **“Tá De Trelelê”: Quando A Pesquisadora Passa A Ser Alvo De Fofocas Em Campo**. V REA XIV ABANE, Alagoas. 2015. Anais, direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimentos, V REA XIV ABANE. 2015. Disponível em: <http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/cc06_l.php#gt>. Acesso 14 Janeiro de 2019

BRANDÃO, Maria Afflalo. **Comércio De Rua: Ocupação Consolidada No Espaço Público, Possibilidades De Abordagem No Projeto Urbano**. Dissertação De Mestrado Apresentada Proureb - Programa De Pós-Graduação Em Urbanismo Da Faculdade De Arquitetura, Rio De Janeiro, 2008.

BRITTO, Lays. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos Da Economia Urbana Dos Países Subdesenvolvidos**, Goiânia, Vol. 3, N.1, P.165-169,2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/NEPECAB/Downloads/5839-17854-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/NEPECAB/Downloads/5839-17854-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso 15 Novembro 2017.

CACCIAMALI, Maria. **Um Estudo Sobre o Setor Informal Urbano E As Formas De Participação Na Produção**. 1982. Tese (Doutorado Em Economia) – Programa De Pós-Graduação Em Administração - Economia, Universidade De São Paulo. 1982.

CALIX, Patricia. Crecimiento de los vendedores ambulantes es de un 10% anual. **El Heraldo**, 30 ago. 2016, Disponible em: <<http://www.elheraldo.hn/tegucigalpa/987603-466/crecimiento-de-los-vendedores-ambulantes-es-de-un-10-anual>>. Acesso 03 de Febrero de 2019.

CAPELATO, Rodrigo. **“Se essa rua fosse minha...” A (re) criação do espaço público no centro de Manaus**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2008.

CARRERAS, Carles. **Teorizando sobre la ciudad y el comercio, a propósito de unas reflexiones sobre la calle comercial**. In: _____. *Cidade e Comercio, a rua comercial na perspectiva internacional*. 1.ed. Rio de Janeiro: Armazéns das letras. 2009. P, 41 – 54.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço – Tempo da Vida Cotidiana Na MetrÓpole**. São Paulo: Labur Edições, 2017. 2da edição, 317p.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo, 2007, 123p.

_____. **O Lugar do/no mundo.** São Paulo, 2007, 85 p.

_____. **O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade.** GEOUSP – Espaço e Tempo São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588>>. Acesso: 22 de Maio de 2017

CARVALHO, Gerusa. **Análise Psicodinâmica Do Trabalho Da População de Rua De Manaus.** Dissertação De Mestrado - Programa De Pós-Graduação Em Psicologia Da Universidade Federal Do Amazonas. 2015.

CARVALHO, Guilherme. Dessindicalização, Institucionalização e Representação sindical. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.1, n.2, p. 6 -17. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/1722/1401>>. Acesso 31 de Outubro de 2018.

CASTELLS Manuel. **Sociedade Em Rede, Do Conhecimento A Ação Política.** Belém. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2004. P 439.

CASTILLO Gerardo. ORSATTI Álvaro. **Trabajo Informal y Sindicalismo en América Latina y El Caribe, buenas prácticas formativas y organizativas.** OIT 2005. 114 p. Disponible: <https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2005/105B09_149_span.pdf>. Acesso 26 de Outubro de 2018.

Comayagüela: matan a supuesto vendedor ambulante en mercado San Isidro. **El Herald**, 27 feb. 2016. Disponible en: <<http://www.elheraldo.hn/pais/934251-466/comayag%C3%BCela-matan-a-supuesto-vendedor-ambulante-en-mercado-san-isidro>> em: 03/04/2019>. Acesso 13 de Enero de 2019.

Comienza “locura” comercial en los mercados de Comayagüela. **La Tribuna**, 24 de nov. 2015. Disponible en: <<http://www.latribuna.hn/2015/11/24/comienza-locura-comercial-en-los-mercados-de-comayaguela/>>. Acesso 13 de Enero de 2019.

Con patrullaje nocturno repelen tomas en mercados de Comayagüela. **El Herald**, 10 dic. 2014. Disponible en: <<http://www.elheraldo.hn/metro/775652-213/con-patrullajes-nocturnos-repelen-tomas-en-mercados-de-comayag%C3%BCela>> em: 03/04/2019> . Acesso 13 de Enero de 2019.

CLEPS, Geisa. **Comercio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia**, Sociedade & Natureza, Uberlândia, Vol. 21, p. 327-339, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9627>>. Acesso 07 Novembro 2017.

CONICET. **El Trabajo No Registrado**, Buenos Aires: Convenio CONICET - Ministerio de Trabajo de la Provincia de Buenos Aires, p. 2007. 351 p.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**, series princípios 4ta edi, 2005, p 85.

COSTA María da Silva. **TRABALHO INFORMAL: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira.** Caderno CRH, Salvador, Vol. 23, n. 58, p. 171-190, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792010000100011&script=sci_abstract&tlng=pt>
. Acesso 15 Novembro 2017.

DANTAS, Aldo. O Circuito Espacial e Lugar, in. ARROYO, M. **Dos Circuitos da Economia Urbana aos Circuitos Espaciais de Produção: Um Diálogo com a Teoria de Milton Santos**, Natal, sebo vermelho, 2017. P 111-118

DOMÍNGUEZ, Dennis. Al antiguo Mercado Mirna trasladaran a los carretilleros. **El Herald**. 28 de nov. 2014. Disponible en: <<https://www.elheraldo.hn/metro/772184-213/al-antiguo-mercado-mirna-trasladar%C3%A1n-carretilleros>>. Acesso 21 de Enero de 2019.

DOMINGUEZ, Eduardo, Vendedores amenazan con toma si niegan las calles, **El Herald**, 04 dic. 2014. Disponible en: <<http://www.elheraldo.hn/metro/773836-213/vendedores-amenazan-con-toma-si-niegan-calles>>. Acesso 03 de Febrero de 2019

DOMINGUEZ, Eduardo. Vendedores paralizan actividad comercial en Comayagüela, **El Herald**, 1 dic. 2014. Disponible en: <<http://www.elheraldo.hn/metro/772903-213/vendedores-paralizan-actividad-comercial-en-comayag%C3%BCela> en: 03/04/2019>. Acesso 03 de Febrero de 2019.

En plazas comerciales reubicarían a ambulantes capitalinos. **Tiempo**. 15 de agost. 2016. Disponible en: < <https://tiempo.hn/vendedores-ambulantes-tegucigalpa/> >. Acesso 21 de Enero de 2019

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsider**. Rio de Janeiro, 2000. 230 p.

FONT, Joan Nogué. **Geopolítica, identidade e globalização**. Annablume – São Paulo, 2006. 284p.

FREHSE, Fraya. YÁZIGI, Eduardo. **O Mundo Das Calçadas. Por uma Política Democrática de Espaços Públicos**. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2000. Cadernos De Campo N. 10, p. 147 – 152. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52448>>. Acesso 07 Novembro 2017.

FUINI, Lucas Labigalini. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21, p. 19-29, 2017. Disponível em: < <file:///C:/Users/Tuty/Downloads/22589-127057-1-PB.pdf> >. Acesso 14 Dezembro 2019.

GALIN, Pedro. **El Sector Informal Urbano: Conceptos Y Críticas**. Revista Nueva Sociedad Nro.113, Pp. 45-50. 1991. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/el-sector-informal-urbano-conceptos-y-criticas/>>. Acesso 04 Novembros 2017.

GALLEGO, Jurany. AVILA, Camilo. **Factores que Inciden en la Probabilidad de Permanecer en la Informalidad en Colombia (2008-2012): Un Análisis de las Medidas De Política Pública**. Revista Facultad De Ciencias Económicas. Vol. XXIII. N (2), Diciembre 2015, 9-20. Disponible en: <<https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/rfce/article/view/1604/1368>>. Acesso 27.

GARCIA, Mariana, DA SILVA Cássia. Colômbia, **Brasil e Venezuela e os impactos no mercado de trabalho**. Estudos Avançados, Vol. 29; p 169 - 185. 2015. Disponível em;

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=01034014&lng=en&nrm=iso>. Acesso 07 Novembro 2017.

GAYOSSO, José Luis. **La Acción colectiva de los Informales: Apropiación y defensa del espacio público como espacio laboral**. UCFCP de Querétaro. Movimientos. Vol. 3, N 1. P, 68 - 94, 2019. Disponible en: <http://www.revistamovimientos.mx/ojs/index.php/movimientos/article/view/87>>. Acesso 21 de Enero 2019.

GÓMEZ, Gustavo. MAHECHA, Ovidio. **Espacio, Territorio Y Región: Conceptos Básicos Para Un Proyecto Nacional**. Cuadernos De Geografía. Vol.10, No, 1-2, 1998, disponible en: <file:///C:/Users/Tuty/Downloads/70838-377134-1-PB.pdf>>. Acesso 21 de Enero 2019.

GOMEZ, Karla. Alcaldía plantea la legalización de 2000 puestos en mercados. **El Herald**. 14 de agos. 2015. <https://www.elheraldo.hn/metro/869201-213/alcald%3%ADa-plantea-legalizaci%3%B3n-de-2000-puestos-en-mercados>>. Acesso 21 de Enero 2019.

GÓMEZ, Karla. Piden capital semilla y reubicación. **El Herald**. 7 de abr. 2014. Disponible en: <https://www.elheraldo.hn/metro/585508-466/piden-capital-semilla-y-reubicacion>>. Acesso 21 de enero de 2019.

GÓMEZ, Karla. Paralizadas las obras en el Mirna. **EL Herald**. 29 de jun. 2015. Disponible en: <https://www.elheraldo.hn/metro/854111-213/paralizadas-obras-en-el-mirna>>. Acesso 21 Enero 2019.

GÓMES, Lílian Da Silva. **Entre “Secos E Molhados”: A Sobrevivência Dos Trabalhadores No Mercado Informal Da Zona Leste De Manaus**, Dissertação De Mestrado Programa De Pós-Graduação Em Sociedade E Cultura Na Amazônia, Da Universidade Federal Do Amazonas, 2008.

GRASSI, Marzia. **Introdução teórica e metodológica, ao projeto «Angola em Movimento: sociabilidades e trocas econômicas informais**, *Economia Global e Gestão*, vol.12, no. 3, p. 9-22. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6078>>. Acesso 07 noviembre 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios À Multiterritorialidade**. Porto Alegre, Canoas, editora da UFRGS, P 1- 20, 2004 disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso 21de Setembrede 2018.

_____. **Territrio E Multiterritorialidade: Um Debate**. *GEOgraphia*. No, 17. P 19-46, 2007. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/index>>. Acesso 17 de *Septiembre* de 2018

HARVEY David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, 252 p.

HERNANDEZ, Ivan. **Innovación Social Abierta En El Diseño De Una Política Y Estrategia De Formalización Sostenible: Un Caso Colombiano De Gobierno Colaborativo**; *Revista Facultad De Ciencias Económicas*. Vol. XXII, p. 47-61. 2014. Disponível em: <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/rfce/article/view/625/383>>. Acesso 9 Novembro 2017.

HERNER, Maria Teresa. **Territorio, desterritorialización y reterritorialización: un abordaje teórico desde la perspectiva de Deleuze y Guattari**, Huellas, n° 13, p 158 – 171. 2009. Disponible en: <<http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/n13a06herner.pdf>>. acceso 23de Diciembrede 2018.

HONDURAS. **Código del Trabajo** (Decreto N° 189 El Congreso Nacional) Disponible en: <<https://www.ilo.org/dyn/eplex/docs/8/Labour>>. Acceso domingo 01de Juliode 2018.

_____. **Código Penal**. (Decreto N°144-83) Disponible: <https://oig.cepal.org/sites/default/files/1999_hnd_d144-83.pdf>. Acceso: 1 noviembre 2018.

_____. **Constitución de la Republica** (Decreto N° 131, ley No. 23,612 del 20 de enero 1982.),disponible: <<http://www.poderjudicial.gob.hn/CEDIJ/Leyes/Documents/ConstitucionRepublicaHonduras.pdf>>. Acceso 06de Septiembrede 2018.

_____. **Ley General de la Administración Pública**, (Decreto N° 146-86), disponible: <<http://www.poderjudicial.gob.hn/Busqueda/results.aspx?k=LEY%20GENERAL%20DE%20LA%20ADMINISTRACION%20P%20C%20A%20B%20L%20I%20C%20A>>. Acceso 06de Septiembrede 2018.

_____. **Ley Marco Del Sistema De Protección Social**, (Decreto No. 56-2015, Tegucigalpa, M.D.C., 23 De marzo De 2015.) disponible en: <http://adapt.it/boletinespanol/wp/wp-content/uploads/2015/08/Ley_Marco_del_Sistema_de_Proteccion_Social-2-7-2015.pdf>. Acceso domingo 01de Juliode 2018.

_____. **Ley de Municipalidades** (Decreto N° 134-90, 1 de abril de 1927) Disponible: <<http://www.poderjudicial.gob.hn/Busqueda/results.aspx?k=ley%20de%20municipalidades>>. Acceso, 06de Septiembrede 2018.

_____. **Ley para la protección beneficios y regularización de la actividad informal**, (Decreto N° 33,436 26 de mayo del 2014) Disponible en: <<http://www.poderjudicial.gob.hn/CEDIJ/Leyes/Documents/Ley%20para%20Proteccion%20Beneficios%20y%20Regularizacion%20de%20Actividad%20Informal.pdf>>. Acceso 01de Juliode 2018.

_____. **Ley De Policía y de Convivencia Social**, (Decreto N° 226-2001) disponible en: <<http://www.poderjudicial.gob.hn/Busqueda/results.aspx?k=ley%20de%20policia%20y%20convivencia%20social>>. Acceso 06de Septiembrede 2018.

_____. **Ordenanza Municipal para la Protección, Desarrollo y Regularización de la Actividad de Comercio Informal**. (ACTA No.022, 6 de noviembre de 2014)

_____. **Plan de Arbitrios 2013** (Acuerdo No.053 Contenido en el Acta Ordinaria No.017, 20 de DICIEMBRE del 2012).

_____. **Plan de Arbitrios 2013** (Acuerdo No.051 Contenido en el Acta Ordinaria No.32, 708 de DICIEMBRE del 2011)

_____. **Reglamento General De La Ley De Municipalidades** (Acuerdo Número 018-93 Tegucigalpa, M.D.C., 1 De febrero De 1993.) Disponible: <<http://www.bvs.hn/Honduras/Leyes/Reglamento%20General%20de%20la%20Ley%20de%20Municipalidades.pdf>>. Acceso 06 de Septiembre de 2018.

IBGE. **Economia informal urbana: município do Rio de Janeiro** - 1994 / IBGE, Departamento de Empleo e Rendimiento. - Rio de Janeiro, 1996, p, 90.

Las calles, única alternativa de vendedores ambulantes, **El Heraldo**. 7 abr. 2014. Disponible en: <<http://www.elheraldo.hn/buscar?q=Vendedores%20ambulantes%20en%20Comayag%C3%B3Cela>>. Acceso 03 de Abril 2018

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides João de Barros. Editora Ática S.A: São Paulo, 1991. 217 p.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 e. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MAQUIAVELO, Nicolas. **El Principe**. Elaleph 1999. 137p.

MASCARO, Alisson Leandro. **Estado e Forma Política**, BomTempo, São Paulo - SP. 1ra edição 2013. 159 p.

MATUTE, Carlos Arturo. Comayagüela y su botín de recuerdos. **La Tribuna**, 14 de marzo. 2015, disponible en: <<http://www.latribuna.hn/2015/03/14/comayaguella-y-su-botin-de-recuerdos/>>. Acceso 12 de Enero 2019.

MELCHER, Dorothea. MATTIÉ, Mailer. **Interpretaciones Teóricas En Torno Al “Sector Informal Urbano”**, Revista Economía, Vol. XVII, p. 59-80, 1992. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/19260>>. Acceso 10 Janeiro 2018.

MENDOZA, Elvis. Mercados de la capital de Honduras generan más de 50 mil empleos. **El Heraldo**. 25 de jul. 2018 <<https://www.elheraldo.hn/tegucigalpa/1200815-466/mercados-de-la-capital-de-honduras-generan-m%C3%A1s-de-50-mil-empleos>>. Acceso 12 de Enero 2019.

MENDOZA, Elvis. Unos 3500 vendedores invaden a diario las aceras de Comayagüela. **El Heraldo**. 13 de jun. 2018. Disponible en: <<https://www.elheraldo.hn/tegucigalpa/1187366-466/unos-3500-vendedores-invaden-a-diario-las-aceras-de-comayag%C3%B3Cela>>. Acceso 21 de Enero 2019.

MONTEJO, Miguel F. **Canessa. La libertad sindical en Honduras**. Revista Real Card. Guatemala, p 85 -105. 2012. Disponible: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r29024.pdf>>. Acceso: 29 de octubre de 2018. Acceso 26 de Octubre de 2018.

MONTENEGRO, Marina. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação de Maestrado – programa de post – graduação em Geografia em a Universidade de São Paulo. 2006

MONTENEGRO, Marina. **A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização**, Revista Geográfica Venezolana, Vol. 53, N (1), p.147-164, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3477/347730388009.pdf>>. Acesso 10 janeiro 2018.

NAZARETH, Tayana, **Chegar E Sobreviver Em Manaus: Realidade E Inserção Do Imigrante No Mercado De Trabalho E No Espaço Urbano**, Dissertação De Mestrado - Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Regional Da Universidade Federal Do Amazonas, 2010.

NEFFA, Julio César. **Sector informal, precariedad, trabajo no registrado. Noveno congreso nacional de estudios del trabajo**. *Anais-* 9 Congreso Nacional De Estudios Del Trabajo 2008. Disponível em: <http://pdfhumanidades.com/sites/default/files/apuntes/76%20-%20U%204%20Neffa_Sector%20informal%2C%20precariedad%2C%20trabajo%20no%20regis-trado.PDF>. Acesso 15 Novembro 2017.

OIT. **Convenio sobre la negociación colectiva**, núm.154. Ginebra 1981. Disponible en: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312299>. Acceso: 1 de noviembre de 2018.

OIT. **Convenio sobre el derecho de sindicación y de negociación colectiva, Num. 98, Ginebra. 1949. Disponible en:** <http://www.dt.gob.cl/legislacion/1624/articles-86337_recurso_1.pdf>. Acceso: 1 de Noviembre de 2018.

OIT. **Convenio Sobre la Protección del Derecho de Sindicación y los Procedimientos para Determinar las Condiciones de Empleo en la Administración Pública**, No. 151. Ginebra 1978. Disponible: <http://www.odhani.org/system/files_force/Convenio%20sobre%20la%20protecci%C3%B3n%20del%20derecho%20de%20sindicaci%C3%B3n%20y%20los%20procedimientos%20para%20determinar%20las%20condiciones%20de%20empleo%20en%20la%20administraci%C3%B3n%20p%C3%ABlica.pdf?f?download=1>. Acceso 1 de Noviembre de 2018.

OIT. **Convenio Relativo A La Protección Y Facilidades Que Deben Otorgarse A Los Representantes De Los Trabajadores En La Empresa**, Núm. 135, Mexico 1975. Disponible: <<http://www.poderjudicialmichoacan.gob.mx/comunicacion/TratadosI/Tratados/Derechos%20Laborales/Convenio%20135%20relativo%20a%20la%20Protecci%C3%B3n%20y%20Facilidades%20que%20Deben%20Otorgarse%20a%20los%20Representantes.pdf>>. Acceso 1 de Noviembre de 2018.

OIT. **Convenio Numero 87, Relativo A La Libertad Sindical Y A La Proteccion Al Derecho Sindical**, San Francisco, California. 1948. Disponible en: <<http://stcs.senado.gob.mx/docs/11.pdf>>. Acceso 1 de Noviembre de 2018.

OIT. **Convenio Sobre Los Trabajadores Migrantes (Disposiciones Complementarias)**, Num. 143, Ginebra, 1975. Disponible: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:51:0::NO:51:P51_CONTENT_REPOSITORY_ID:2533714:NO>. Acceso 1 de Noviembre de 2018.

OIT. **Recomendación sobre la administración del trabajo**, núm. 158. Ginebra 1978. Disponible: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:55:0:::55:P55_TYPE,P55_LANG,P55_DOCUMENT,P55_NODE:REC,es,R158,/Document>. Acceso 1 de Noviembre de 2018.

OLIVEIRA, Roberto De. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 1998, 220 p.

OLIVEIRA, Marcio, **Trabalho Informal E Redes Sociais: Os Camelos Da Praça Da Matriz Em Manaus**. Dissertação De Mestrado Do Programa De Post- Graduação Em Sociologia, Da Universidade Federal Do Amazonas. 2009.

Organización Internacional del Trabajo (OIT). **El Trabajo Decente y la Economía**

Informal. Informe VI. Conferencia Internacional del Trabajo. 90a reunión. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2002.

Organización Internacional del Trabajo (OIT). **Estudio línea de base sobre las organizaciones de trabajadores y empresarios de la economía informal en el Distrito Central, Tegucigalpa, HONDURAS**: Organización Internacional del Trabajo, 2013. Disponible en: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-san_jose/documents/publication/wcms_220399.pdf>. Acceso 13 Marzo 2018.

Organización Internacional del Trabajo (OIT). **Seminario sub-regional tripartito “los derechos, la organización y la protección social de los trabajadores de la Economía Informal y su tránsito a la formalidad”**, Organización Internacional del Trabajo (PROSEI), 2015. Disponible en: http://www.ilo.org/sanjose/programas-y-proyectos/sector-informal/WCMS_371650/lang--es/index.htm>. Acceso 13 Marzo 2018.

Organización Internacional del Trabajo (OIT), **Cartilla pedagógica para la organización y formación de los trabajadores de la economía informal, Organización Internacional del Trabajo (SU)**, 2014. Disponible en: http://www.ilo.org/sanjose/programas-y-proyectos/sector-informal/WCMS_371650/lang--es/index.htm>. Acceso 13 Marzo 2018.

Osorto, Marcel. En noviembre se concluye la reparación de mercado Mirna. **El Herald**. 8 de mar. 2015. <https://www.elheraldo.hn/metro/820382-213/en-noviembre-se-concluye-reparaci%C3%B3n-de-mercado-mirna>>. Acceso 21 Enero de 2019

PACHECO, Susana Mara e CARRERAS, Carles. **Cidade e Comercio, a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazéns das letras, 2009. 284, p.

PEREZ, Silvia. en 8,000 puestos de venta ofrecen productos mercados de la capital de Honduras. **El Herald**. 23 de jul. 2018. Disponible en: <https://www.elheraldo.hn/tegucigalpa/1200458-466/en-8000-puestos-de-venta-ofrecen-productos-mercados-de-la-capital-de>>. Acceso 21 de Enero de 2019.

PINTAUDI, Silvana. **Anotações sobre o espaço do comercio e do consumo**. In: _____. Cidade e Comercio, a rua comercial na perspectiva internacional. 1.ed. Rio de Janeiro: Armazéns das letras. 2009. P, 55 – 62.

PINTAUDI, Silvana. **Poder Político E Controle Do Espaço**. Anais - XIII Coloquio Internacional de Geocritica, el control del espacio y los espacios de control. 2014.

PINTO, Gloria. **Dicotomía de una ciudad: Las raíces indígenas de Tegucigalpa y Comayagüela**. Paradigma. Tegucigalpa, Año 2000. No.30, p. 179 – 204. Disponible en: <<https://www.scribd.com/document/323689199/Dicotomia-de-Una-Ciudad-Las-Raices-Indigenas-de-Tegucigalpa-y-Comayaguela>>. Acceso 24 de Agosto de 2018

PINTO, Gloria. **El Espacio de Todos y de Nadie: El Centro Histórico de Tegucigalpa - Comayagüela a Inicios del S XXI**. Geografías. Espíritu Santo, 2016. N° 22, Vol. 1, p. 23 – 28. Disponible en: <<http://www.periodicos.ufes.br/geografias/article/view/14748/10478>>. Acceso 24 de Agosto de 2018

PIRES, Teresa. ELALI, Gleice; “Se Essa Rua Fosse Minha...” **A calçada em um sistema sustentável de mobilidade urbana**, NATAUSP, P, 1 – 6, 2008. Trabajo presentado en el encuentro de Espaço sustentável inovações em edifícios e cidades, Núcleo de pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 7º seminário Internacional, 2008, são Paulo.

PORTES, Alejandro. HALLER, William. **La economía informal, División de Desarrollo Social políticas sociales Santiago de Chile**, Noviembre de 2004.

POSAS, Mario. **Honduras: un movimiento sindical joven**, Nueva Sociedad Nro. Tegucigalpa, PP. 146-155. 1986. Disponible: <http://nuso.org/media/articles/downloads/1401_1.pdf>. Acceso: 26de octubrede 2018>. Acceso 30de Octubre de .2018

PROSEIT/OIT. **Estudio de línea de base sobre las organizaciones de trabajadores y empresarios de la economía informal en el Distrito Central, Tegucigalpa Honduras**. Tegucigalpa, 2013. 91 p. Disponible en: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-san_jose/documents/publication/wcms_220399.pdf>. Acceso 13 de Marzo de .2018

Proyectan sitios para ubicar vendedores ambulantes del DC. **El Heraldo**. 16 de agost. 2016. Disponible en: <<https://www.elheraldo.hn/tegucigalpa/990377-466/proyectan-sitios-para-ubicar-a-vendedores-ambulantes-del-dc>>. Acceso 21 de Enero 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 266, p.

Red de Observatorio del Mercado Laboral. OLACD, OIT. **La Economía Informal En Centroamérica Y República Dominicana: Desarrollo Subregional Y Estudios De Caso, San José: OIT**, 283 p. 2013

Red Contra la Violencia Sindical. Informe Libertad Sindical y Democracia Honduras 2017 – 2018. Tegucigalpa Honduras. 2018. 30, p. disponible: <<https://www.solidaritycenter.org/wp-content/uploads/2018/03/Honduras.Anti-Violence-Report-2018.3.18.pdf>>. Acceso 30de octubre de 2018.

RIBEIRO FILHO, Vitor. **A Configuração da Área Central de Manaus e sua Dinâmica Recente**. 2004. 246f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, Roberto. SATAKA, Mirta. **Fatores. Determinantes da evolução da economia submersa no Brasil**. Revista Estudos Econômicos. São Paulo, Vol. 33, N. 3, p. 435 – 466. 2003.

disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612003000300002>. Acesso 10 Janeiro 2018.

SALGUEIRO, Teresa e CACHINHO Herculano. **As relações cidade – comercio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos.** In: _____. Cidade e Comercio, a rua comercial na perspectiva internacional. 1.ed. Rio de Janeiro: Armazéns das letras. 2009. P, 9 – 40.

SANTOS, Marlon Cavalcant. **Economia Urbana No Centro De Fortaleza: Os Circuitos Superior E Inferior Como Agentes Construtores Do Espaço Urbano.** *Anais - Otavo Simpósio Nacional De Geografia Urbana*, 2013. Disponível em: <<http://outrolhargeografico.blogspot.com.br/2015/11/anais-xiii-simpurb-simposio-nacional-de-8.html>>. Acesso 10 janeiro 2018.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 3 e. Editora UCITEC São Paulo 1986.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4 e. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 260 p.

_____. **O espaço dividido.** 2 e. São Paulo: Edusp, 2008. 443 p.

SANTOS, A. SANTOS, E. SANTANA, E. VIEIRA, F. FERNANDES, H. dos SANTOS, L. NASCIMENTO, M. BARRETO, M. NASCIMENTO, P. HENRIQUE, **A Avenida Sete De Setembro: Os Dois Circuitos Da Economia Urbana E Suas Múltiplas Densidades E Seu Cotidiano.** *Anais - XV Encontro Nacional de Geógrafo*, 2008.

SARAVÍ, Gonzalo. **Marginalidad e Informalidad: aportaciones y dificultades de la perspectiva de la informalidad.** *Estudios Sociologicos XIV*, Mexico, n 41. 1996.

SILVA, Diana. **Espacio Urbano y Comercio en Vía Pública Reglas, Redes y Uso del Espacio Público en la Ciudad de México,** Tesis de Maestría – Flacso - Sede Académica México, Facultad Latinoamericana De Ciencias Sociales. 2006.

SILVA, José de Santana. **Sindicalismo: Da Expectativa Revolucionária à Crítica da Conformação Burocrática. Marxismo e Autogestão.** *Goiás*, Ano 02, num. 03. P 228 – 255. 2015. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/index>>. Acesso 01 de julho de 2018

SOILO, Andressa Nunes. **Esforços de (I) Legibilidade: práticas de Coprodução entre Margens e Estado a partir do camelódromo Porto-Alegrense.** *Antropolítica*, N 43. P, 153 – 181. 2017.

SOTO, Hernando. **El Outro Sendero.** 8va edi. Peru, Editorial Printer Colombia Ltda Bogota Colombia. 1989. P 314.

SPOSITO, Eliseu. **Redes e Cidades.** São Paulo: Editora Unesp. 2008. P 168.

SPOSITO, Maria. **O centro e as formas de expressão da centralidade urbana.** *Revista Geografia*, São Paulo, n. 10, 1991.

TURCIOS, Salvador. **Comayagüela en la Historia Nacional**. Tegucigalpa, edit. La Democracia. 1959. 101p.

VALBUENA, Danilo Rodríguez. **Territorio y territorialidad Nueva categoría de análisis y desarrollo didáctico de la Geografía**. Uni-Pluri/versidad. Vol.10 No.3. p 1 - 11, 2010. Disponible en: <<https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/unip/article/view/9582>>. Acceso en 01de Julio de 2018.

VELÁSQUEZ, Fabio Sosa. **¿Cómo entender el territorio?** Guatemala: Caraparens, 2012. 131, p.

Vendedores de Tegucigalpa protestan para no ser desalojados. **Criterio**. 25 abr. 2016. Disponible en: <<https://criterio.hn/2016/04/25/vendedores-tegucigalpa-protestan-no-desalojados/>>. Acceso en 5de Enero de 2019.

Vendedores ambulantes protestan para exigir justicia por muerte de compañera, **La Tribuna**. 20 abr. 2015. Disponible en: < <http://www.latribuna.hn/2015/04/29/vendedores-ambulantes-protestan-para-exigir-justicia-por-muerte-de-companera/> en: 03/04/2019>. Acceso en 5de Enero de 2019.

Viene reubicación de los vendedores ambulantes. **La Tribuna**. 11 de oct. 2014. <<http://www.latribuna.hn/2014/10/11/viene-reubicacion-a-vendedores-ambulantes/>> Acceso 21 de Enero 2019.

VILLAS – BOAS, Renata. **Quem som os donos da rua, conflitos e negociações com o comercio ambulante na gestão municipal de Luiza Erundina, São Paulo (1989/1992)**, Polis, São Paulo – N° 23, p 9- 39. 1996

WEIL, Andresa. **Mulheres Camelôs Do Centro Histórico De Manaus: Identidade E Condições De Trabalho Na Praça Da Matriz**. In *anais* Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.es.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=857> disponível em: Acesso 07 novembro 2017.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das Calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP, 2000. 546 p.

APÉNDICE**Formulario Dirigido a los Inspectores de la AMDC (Micros)**

Descripción del lugar de trabajo (Calle den la que actúan)

N° de cuestionario _____

Datos personales**Edad** (años cumplidos): _____**Género:** M F**Estado Civil:** A) Soltero B) Casado C) Viudo (A) D) Relación Estable E) Otros**Escolaridad:**

¿Hasta qué año curso sus estudios? a) Ninguno b) Primaria Incompleta
 b) Primaria Completa d) Secundaria Incompleta
 e) Secundaria Completa f) Superior Incompleta
 g) Superior Completa

Profesión u Oficio _____

GESTIÓN MUNICIPAL

¿Usted trabaja con la alcaldía?

¿A qué empresa pertenece?

¿Cuenta usted con derechos laborales?

¿Hace cuánto se dedica a este trabajo?

¿Cuánto tiempo permanece en su punto de trabajo?

¿Cuáles son las funciones que realiza en la vía pública? Describa

¿Considera usted que su trabajo es seguro? Sí ____ No ____ ¿Por qué?

¿Los comerciantes actúan con respeto hacia usted y su trabajo? Sí ____ No ____ ¿Por qué?

¿Considera usted que los vendedores acatan el reglamento descrito en el plan de arbitrios realizado por la alcaldía? Sí ____ No ____ ¿Por qué?

¿Reciben son los conflictos existentes entre los inspectores de la gerencia del orden público, y los comerciantes de las vías públicas?

¿Cuál es su percepción sobre el comercio de la vía pública?

Formulario de Investigación de Campo

Descripción del lugar de trabajo (Calle den la que actúan)

Nº de cuestionario ____

Datos personales

Edad (años cumplidos): _____

Género: M F

Estado Civil: A) Soltero B) Casado C) Viudo (A) D) Relación Estable E) Otros

Escolaridad:

¿Hasta qué año curso sus estudios? a) Ninguno b) Primaria Incompleta
 b) Primaria Completa d) Secundaria Incompleta
 e) Secundaria Completa f) Superior Incompleta
 g) Superior Completa

Profesión u Oficio _____

1. Familia

El Sr. (a) es jefe de familia: Si ____ No ____

¿Algún otro de la familia cuenta con otra fuente de ingreso? Si ____ No: ____

¿Cuántos ayudan a la composición de la renta en su familia?

Padre ____ madre ____ marido/mujer ____ Hijos ____ otros ____

¿Cuántas personas viven en su residencia?

¿Cuántos hijos tiene?

2. Jornada de trabajo

¿Cuánto tiempo por día permanece en su punto de trabajo?

1 a 3 h ____ 4 a 6 h ____ 7 a 9 h ____ 10 a 12 h ____ 12 h o, mas ____

¿A qué hora llega? Y ¿a qué hora se va?

Este horario cambia según los días de la semana ¿Por qué?

¿Qué días trabaja aquí?

¿Trabaja solo o recibe ayuda?

¿El ayudante recibe un pago? Sí ___ No ___

¿Cómo hacen para no tener problemas con los otros compañeros que trabajan aquí? (descartada en el transcurso de la entrevista, riesgo)

3. En cuanto a su comida

La compra aquí _____ la trae de casa _____

4. Sobre el agua

La compra aquí _____ La trae de casa _____

¿de qué manera se moviliza hasta su trabajo?

a) Ómnibus B) Taxi C) Carro Próprio D) Motocicleta E) A Pie

¿Dónde guarda su mercadería al final del día?

5. Trayectoria laboral

¿Usted ya trabajo en empresa formal? Sí _____ No _____

¿Cuánto tiempo paso en su último empleo dentro de una empresa formal?

1 a 6 meses ___ 6 meses a 1 año ___ 1 a 2 años ___ 2 a 5 años ___ más de 5 años ___

¿La empresa cumplía cubriendo sus derechos laborales? Sí ___ No ___

¿Qué tipo de trabajo desempeñaba?

a) Agricultura y ganadería d) Industria manufacturera
 b) Construcción e) comercio al por mayor y menor
 c) Reparación de vehículos f) servicio de comidas
 Otras actividades _____

Si tuviera la oportunidad de regresar a su antiguo trabajo ¿lo haría?

Sí _____ No _____ ¿Por qué?

¿Cómo considera su ocupación? Temporal _____ Permanente _____

¿Qué otra actividad ha desarrollado dentro del comercio informal?

¿Siempre ha vendido en este punto? (en esta calle, podría reflexionar sobre el desarrollo de esta actividad en la calle)

¿Solamente se dedica a esto o tienen otras actividades complementares? Describa

¿Cuáles son los factores por lo cual estableció su negocio aquí?

Tuvo algún obstáculo para poner su puesto aquí ¿Cuál o cuáles?

6. Acceso al espacio urbano donde desarrollan sus actividades

Haciendo uso de memoria ... ¿Recuerda cómo entro?

¿Funciona igual que ahora?

¿Cuáles fueron los motivos que lo llevo a tomar la decisión de empezar a trabajar en la calle?
(remite a la idea si evaluó mucho o lo considero como un camino natural o si pensó en los riesgos que implica vender en las calles)

¿Aceptaría ser reubicado? Sí ____ No ____

¿En este momento teme que le quiten este espacio? Explique

¿Cuáles son los problemas más frecuentes que enfrenta por estar en este local?

7. Derecho al espacio

¿Cómo consiguió este local?

¿Para usted que es espacio público? Explique

¿Qué ventajas y desventajas tiene vender en esta zona?

¿Usted se siente dueño del espacio en que trabaja?

¿Cómo es el trato por parte de los peatones?

¿Cómo es el trato por parte de los transportistas?

8. Sindicatos y alcaldía

¿Conoce si existen asociaciones o sindicatos?

¿Usted está afiliado a una asociación o sindicato? Sí ____ No ____ ¿Por qué?

¿Qué ventajas y desventajas le ofrece pertenecer a un sindicato?

¿Paga alguna cuota para afiliarse a un sindicato o asociación? Si ____ No ____ Cuanto _____

¿Conoce quiénes son los responsables por la fiscalización del comercio en la vía pública? Sí ____ No ____ ¿Quién? _____

¿Cómo describiría las acciones tomadas por los inspectores? Explique

¿Tiene un permiso para operar aquí? Sí ____ No _____

¿Cuáles? _____

¿Quién lo emite? _____

Percepción de los consumidores

El siguiente cuestionario trae como finalidad, analizar ¿cuál es la percepción de las personas, sobre el comercio informal en las calles de Comayagüela? EL cual forma parte del trabajo de disertación de maestría, cuyo tema provisional es “Geografía económica hondureña: un estudio de la economía informal de Comayagüela”.

1. ¿Lugar de residencia?
2. Para usted ¿Qué es espacio público? (justifique su respuesta)
3. ¿Cuál es su opinión sobre el comercio en la vía pública (vendedores ambulantes)?
(justifique su respuesta)
4. ¿Alguna vez ha comprado en Comayagüela?
Si () No ()
5. Cuándo compra en Comayagüela, ¿dónde lo hace?
La Calle () Mercados () Establecimientos Formales ()
6. ¿Por qué motivos compra en Comayagüela? (justifique su respuesta)
7. ¿Con que frecuencia compra en Comayagüela?
A Diario () 1 Vez A La Semana () 2 A 4 Veces A La Semana () Ocasionalmente () Solo En Temporada ()
8. ¿Por qué motivos no compra en Comayagüela?
9. ¿Qué condiciones debe tener Comayagüela para que ud pueda ir a comprar?
10. ¿Qué opina usted sobre la seguridad en los mercados?
11. ¿Teme ir a comprar a Comayagüela?
11.1 ¿Por qué?
12. ¿Cuál es su opinión sobre la limpieza de las calles y mercados de Comayagüela?
Muy Buena () Buena () Regular () Mala () Muy Mala ()
13. ¿Cuál cree que es la principal causa de la basura en las calles de Comayagüela?
Vendedores () Personas Que Transitan () Falta De Basureros () Conciencia Ambiental ()
Conductores De Vehículos
14. ¿Cuál es su opinión sobre las funciones de la Alcaldía, en cuanto a la regulación del comercio informal?
15. ¿Cuáles cree que son las causas, que llevan a las personas a vender en las calles de Comayagüela?